

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

GESTÃO [H] Urb [M]ANA: O PROJETO ESPAÇO OCUPAÇÃO PORÃO
CULTURAL EM MARICÁ, RJ

Christiane Duarte Teixeira

Rio de Janeiro

2020

GESTÃO [H] Urb [M]ANA: O PROJETO ESPAÇO OCUPAÇÃO PORÃO
CULTURAL EM MARICÁ, RJ

Christiane Duarte Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientador: Celso Alexandre Souza de Alvear

Rio de Janeiro

Março de 2020

CIP - Catalogação na Publicação

T266g Teixeira, Christiane Duarte
 Gestão [H] Urb [M]ana: O Projeto Espaço Ocupação
Porção Cultural em Maricá, RJ. / Christiane Duarte
Teixeira. -- Rio de Janeiro, 2020.
 155 f.

 Orientador: Celso Alexandre Souza de Alvear.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2020.

 1. Gestão Urbana. 2. Patrimônio. 3. Cultura. 4.
Ocupação. 5. Maricá. I. Alvear, Celso Alexandre
Souza de , orient. II. Título.

GESTÃO [H]Urb[M]ANA: O PROJETO ESPAÇO OCUPAÇÃO PORÃO
CULTURAL EM MARICÁ, RJ

Christiane Duarte Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

Celso Alexandre Souza de Alvear
Doutorado em Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ

Claudio Antonio Santos Lima Carlos
Doutorado em Urbanismo, FAU/UFRJ

Diana Helene Ramos
Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ

Luciana Correa do Lago
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAU/USP

Rio de Janeiro

Março de 2020

RESUMO

TEIXEIRA, Christiane Duarte. **Gestão [H]Urb[M]ANA: o projeto Espaço Ocupação Porão Cultural em Maricá, rj.** Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Ao relatar sobre o caso ‘Porão Cultural’, que retrata um conflito urbano em torno da sua existência de encontro com a preservação da arquitetura histórica tombada da Praça Orlando de Barros Pimentel, utiliza-se como pano de fundo a visão crítica sobre as transformações urbanas que resultam em operações para valorização do território e interesses do mercado imobiliário. Acredita-se que há uma necessidade da readequação do planejamento urbano e da produção da paisagem feitos por e para a população. Ao registrar parte da trajetória desta experiência cultural, o Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, que corre o risco de terminar ocultada na história sem que tenham sido analisados os fortes impactos sociais, o objetivo geral é discutir os papéis da gestão urbana na sociedade, dentro das esferas do poder público e da sociedade civil, contribuir para o debate acerca do planejamento urbano, assim como ressaltar a importância da localização física espacial deste projeto-piloto, como o resultado de uma característica e necessidade do local, e evitar que acabe resultando na invisibilidade total. Os projetos de cidade são resultados da negociação entre conflitos de interesses, onde se estabelece a necessidade do fortalecimento da organização popular, assim como uma gestão pública consistente, para que esta ainda possa se colocar como mediadora das negociações entre os interesses da população e os interesses do capital. Os espaços vazios na cidade, se ocupados com espaços culturais ou de acolhimento social, a exemplo do Porão Cultural, cumprirão com a sua função social e prestando um serviço à humanidade.

Palavras-chave: Gestão Urbana. Ocupação. Cultura. Maricá. Patrimônio.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Christiane Duarte. **Management [H] Urb [M] AN: the project Espaço Ocupação Porão Cultural in Maricá, RJ**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertation (Master in Technology for Social Development) - Interdisciplinary Center for Social Development, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present work reports about the 'Projeto Espaço Porão Cultural': a temporary popular and public occupation of a street arena with a cultural center use, while discuss an urban conflict situation in relation to the preservation of a historical architecture, a XIX Century's building, located at 25 meters of distance in the 'Praça Orlando de Barros Pimentel'. The 2004's public construction (the arena) suddenly became an issue, in 2017. At the time, during the Brazilian politic crisis's context, it received the notification that was going to be demolished in two years. The research has a critical point of view about urban transformations, and the theme is used as a background that result in a propose for the territory occupation's field of knowledge as entering the interests of the real estate market. It is believed that there is a need to readjust urban planning by and for the organized population, using participative methods that listen to demands and discuss decisions with local population. By registering part of the trajectory of this cultural experience, which could end up hidden in history without measuring the social impacts it caused, the objective is to discuss the roles of urban management in society, within the spheres of public administration and civil society, and contribute to the debate about urban planning. City thinking and designing are the result of negotiations between conflicts of interest, where the need to strengthen popular organization is established, as well as consistent public management, so that it can still be a mediator in negotiations between the interests of the population and the interests of capital. Empty spaces in the city, if occupied with cultural or social spaces, such as the 'Porão Cultural', will fulfill their social function and provide a service to humanity.

Keywords: Urban Management. Occupation. Culture. Rio de Janeiro. Historical Patrimony.

Dedicada a todas as pessoas que colaboraram com o Porão Cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Eliane, mulher mineira radicada no Rio, mãe de dois, quase três, guia de turismo, secretária executiva, que sempre dedicou a sua vida à nossa sobrevivência emocional, física e financeira. Sem ela, este trabalho simplesmente não poderia existir.

Agradeço ao meu pai, Francisco, que com todo apoio e por acreditar em mim se dedica a me apresentar um olhar mais otimista e verdadeiro para a vida, e também foi ele quem fez o vídeo sobre este trabalho, que com louvor finaliza e com emoção traduz, através do seu talento nato para a criação e edição de conteúdo audiovisual, na sua magnífica produtora de filmes, a FRANKIEDREAMS.

Agradeço também à todas as colaboradoras e colaboradores do Porão Cultural, que fizeram diferença no trajeto e olhar da presente pesquisa: Tatiana Castelo Branco, Oneide, Priscilla, Luiz Claudio, Roberto, Antônio, Angélica, Fábio, Avó da Priscilla, o Palhaço, a professora de desenho e todos os demais frequentadores e artistas que auxiliaram na pesquisa de alguma forma. E também à Prefeitura de Maricá, por ter me recebido com tanta abertura por aqueles que a representam: Andrea Cunha, Renata Gama, Flavio Nobre, Eduardo Bahia, aos guardas municipais e à equipe do Políticas Inclusivas.

Ao meu orientador, o professor Celso, que desde o primeiro dia na minha entrevista do processo seletivo em 2016, até o último, acreditou em mim e no meu potencial para conseguir concluir esta pesquisa.

Agradeço enfim à todas as pessoas que fizeram parte desta história, seja de forma intelectual ou emocional, normalmente ambos, tendo sido parte da construção deste trabalho: Aline Pereira, Amanda Flou, Ana Altberg, Bia Petrus, Carol Soares, Cesar Jordão, Claudio Lima, Diana Helene, Diogo Leal, Felipe Addor, Felipe Magalhães, Flavio Cheddar, Fernando Cunha, Karen Barba, Layssa Maia, Luciana Lago, Luiz Carlos Toledo, Maria Lucia Celestino, Marina Castanheiras, Monique Consenza, Natalia Guaraná, Patricia Cordeiro, Paula Callegario, Paula Isnard, Paulo Maia, Sidney Lianza, Tainá de Paula, Thaís Oliveira, Thicianne Heredia, e por fim, um agradecimento em destaque a Gelson Mallorca.

Em memória póstuma, agradecimento especial ao Professor Antônio Cláudio Gomez Sousa, mestre mentor, que infelizmente nos deixou recentemente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS	12
2 METODOLOGIA.....	14
2.1 O ANTE POSITIVO	15
2.2 DE ONTE ESTOU FALANDO	19
2.3 CHEGADA AO PORÃO CULTURAL	25
2.4 ‘É PRECISO IR LÁ PARA VER’	26
3 O TERRITÓRIO: MUNICÍPIO DE MARICÁ – UF: RJ.....	31
3.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DE MARICÁ	35
3.2 POLÍTICAS CULTURAIS E MARICÁ	38
3.3 PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E O PORÃO	44
4 A ARQUITETURA: A JOIA E A BIJUTERIA DA PRAÇA	47
4.1 A PRAÇA ORLANDO DE BARROS PIMENTEL: A PEDRA FUNDAMENTAL DA CIDADE	49
4.2 A JOIA: CASA DE CULTURA, ANTIGA CÂMARA E CADEIA	55
4.3 A BIJUTERIA: O ANFITEATRO MUNICIPAL DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA	57
5 O PORÃO: UM ACONTECIMENTO CULTURAL	66
5.1 A CONDIÇÃO EXISTENCIAL DO PORÃO E A GESTÃO DA CIDADE	66
5.2 O ACONTECIMENTO, PORÃO CULTURAL	69
5.3 UM OLHAR PARA O PORÃO: PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA	77
5.4. PORÃO, PRESENTE! UM ATELIÊ DE <i>ARTES PRÁTICAS</i>	94
5.5 PORÃO NO FUTURO: O FIM DO PORÃO (?).....	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO “NÓS PRECISAMOS SABER: O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O PORÃO”	124
APÊNDICE II – Entrevista com o Arquiteto da Secretaria de Obras de Maricá.....	136
APÊNDICE III – Entrevistas na íntegra com os colaboradores do Porão Cultural	138
APÊNDICE IV – Perguntas para entrevistas com a secretária de cultura	153
ANEXO A – Parecer DPCN/ INEPAC	154
ANEXO B – Justificativa do Projeto de Revitalização da Praça Orlando de Barros Pimentel	156

1 INTRODUÇÃO

Uma outra cidade, opaca, intensa e viva se insinua assim nas brechas, margens e desvios do espetáculo urbano pacificado. O Outro urbano é o homem ordinário que escapa – resiste e sobrevive – no cotidiano, da anestesia pacificadora. (...) aqueles que a maioria prefere manter na invisibilidade, na opacidade e, que, não por acaso, são os primeiros alvos da assepsia promovida pela maior parte dos atuais projetos urbanos espetaculares, pacificadores, ditos revitalizadores. E são precisamente esses outros urbanos radicais alguns dos principais personagens das narrativas errantes, pois seria precisamente essa possibilidade de experiência da alteridade urbana nos espaços banais que os errantes urbanos buscariam em suas errâncias pelas cidades. (Paola Berenstein Jacques, 2012, p.15)

O Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, inaugurado em agosto de 2018, corria o risco de cair no esquecimento e desaparecimento da história oficial do município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro. Este risco não se aplica àqueles, que vivenciaram este fenômeno social. Bastava uma ida ao local, para que ficassem marcados para sempre na memória de quem teve a oportunidade de conhecer. Este espaço – que acolheu os loucos e os artistas, os velhos e os jovens, os habitantes de rua e os abandonados com casa – existiria somente enquanto o Anfiteatro não fosse demolido, segundo a Prefeitura do Município de Maricá, mas não se sabia por quanto tempo. Ao final da pesquisa, depois de já ter redigido o texto, houve a implosão do Anfiteatro, mas decidiu-se não trocar o tempo verbal no restante do texto, para se manter a coerência com o período da pesquisa e com as falas dos entrevistados.

O aviso do fim do projeto existia desde o momento de sua inauguração, portanto ele foi criado sob a consciência de seu caráter temporário. Naquele ano, a notícia era, que a construção do Anfiteatro, local que abriga o projeto, seria demolido, para dar espaço ao novo projeto da Praça Orlando de Barros Pimentel. Vem a pergunta: porque, exatamente, demolir um anfiteatro de praça? A justificativa é, que a edificação está em desacordo com a ambiência de dois monumentos históricos, ambos tombados pelo órgão Estadual de tutela do tombamento, o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC). A Igreja da Matriz e a Antiga Casa de Câmara e Cadeia, construídas nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Este estudo irá focar no segundo monumento, a Casa de Câmara e Cadeia, por estar mais próximo do Anfiteatro e ser a atual Casa de Cultura da cidade, uso que dialoga com o Anfiteatro em questão.

O Porão Cultural¹ é um espaço²-ação, que se encontrava, até então, em um salão embaixo da arquibancada do anfiteatro no Centro de Maricá³. O Anfiteatro foi um projeto da Prefeitura inaugurado

1 O nome do projeto é Espaço Ocupação Porão Cultural. Ao longo deste documento serão utilizados os nomes abreviados: Porão e Porão Cultural.

2 Espaço aqui, baseado no conceito desenvolvido por Milton Santos (1988), compreendido: “O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.

3 Esta pesquisa foi realizada em simultaneidade com os acontecimentos descritos. Portanto, os tempos verbais das informações aqui presentes acompanham os fatos no momento em que estão sendo relatados, e estes fatos podem mudar ao longo da pesquisa, de acordo com a mudança dos acontecimentos.

no ano de 2005, durante a gestão do ex-prefeito Ricardo de Queiroz, que naquele ano teria sido reeleito e teria, inclusive, migrado do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB – Movimento Democrático Brasileiro). Nota-se, que o ano de 2005 foi marcado por um intenso incentivo Federal no âmbito Cultural. O Ministro da Cultura, nomeado pelo ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, era o célebre músico e compositor brasileiro, Gilberto Gil. Em sua gestão, Gil realizou projetos de amplitude nacional, como o Ponto de Cultura, que transformou o cenário cultural nacional, e também criou o Plano Nacional de Cultura, constituído em 2005, trazendo para o país uma regularização das ações para os Estados e Municípios brasileiros. Neste mesmo ano, a Prefeitura de Maricá inaugura a Fundação de Cultura de Maricá (FCM) com o objetivo de gerir os programas, atividades e parcerias do Município, e com esta inauguração veio também a construção do Anfiteatro.

O Município de Maricá se situa no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, entre as cidades de Niterói (sul) e Araruama (norte), e entre o Oceano Atlântico (leste) e a Lagoa de Maricá (oeste), na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, estando a 60 km do Centro da Cidade do Município do Rio de Janeiro. O Anfiteatro está situado no Centro da cidade de Maricá, mais precisamente na Praça Orlando de Barros Pimentel (OBP), local em que se encontra a ‘Pedra Fundamental’ da cidade, monumento que simboliza o ponto inicial da História do Município. Além deste significado simbólico, também na prática a praça possui a mesma relevância, pois é um importante ponto de encontro, sendo utilizada pela Prefeitura para sediar os principais eventos tradicionais, como Natal e Carnaval, tendo se tornado, ao longo dos anos, uma das principais Sedes dos grandes eventos culturais do Município.

Ao problematizar a questão da demolição do Anfiteatro da praça, pois é a partir dos processos de transformação das cidades, que são evidenciadas ou ao menos reunidas as forças, que comandam as tomadas de decisões no ato de se pensar a cidade, pretende-se abranger a problemática dos esvaziamentos dos imóveis nas cidades e o que se pode fazer a partir destas modificações, envelhecimentos e mudanças temporais das construções, que obedecem um compasso ritmado pelas estratégias de valorização do território.

Nos casos das antigas edificações tombadas ou protegidas pelo patrimônio, no recorte urbano, em geral, são levantadas questões como o difícil dilema do impacto da ‘outorga onerosa’ ou o ‘solo criado’, que é a venda do direito de construir destes proprietários de imóveis tombados e protegidos, impedidos de serem demolidos, e a consequente verticalização da cidade no entorno destas ambiências. Ou então o triste desinteresse imobiliário, resultando na degradação e ‘morte’ do imóvel: os conhecidos ‘imóveis abandonados’. Nestes casos citados, por se tratarem de imóveis com interesse histórico e serem, muitas vezes, da Propriedade Privada, o processo de demolição ou reforma se submetem aos interesses do mercado imobiliário, onde a legislação do Patrimônio Histórico impede demolições ou então facilita-as. O caso do Anfiteatro se difere, pois, se tratava de uma Propriedade Pública da Prefeitura de Maricá e por não haver, aparentemente, nenhum interesse Histórico e Cultural, não há também motivos externos, legais ou de interesses privados, para impor ou impedir a decisão da demolição e

reforma, o que deveria ser bom para a construção, pois sendo público, o interesse seria preservar um equipamento construído por ele mesmo para usufruto público de arte e cultura. No entanto, ao contrário, constata-se, que existiram motivos tanto para a Prefeitura quanto para o mercado imobiliário, em demolí-lo.

Para discutir este tema, a estrutura deste trabalho está dividida em 4 capítulos, além desta introdução (capítulo 1), considerações finais (capítulo 6), apêndices (I, II, III e IV) e anexos (A e B). Primeiramente, no capítulo 2 de metodologia, será apresentado um panorama da trajetória percorrida, os instrumentos utilizados para levantamentos de pesquisa e observações analíticas desta trajetória; em um segundo momento, capítulo 3, será apresentado o território de pesquisa, com dados históricos sobre o Município de Maricá, incluindo uma exposição das políticas públicas no âmbito da cultura. Em seguida, o capítulo 4 tem um olhar aproximado para a Praça Orlando de Barros Pimentel e seus principais elementos arquitetônicos, que a compõem e/ou compuseram, em linha do tempo, abrindo uma discussão sobre as transformações espaciais presentes neste território. Posteriormente, apresenta-se o Porão Cultural, junto de seus objetivos enquanto espaço democrático, em relação ao histórico deste e para além deste. Finalmente, serão discutidas as possibilidades para se ocupar os espaços nas cidades, apresentando definições do termo “ocupação” e o desenrolar disso para a cidade, de acordo com as observações levantadas ao longo do processo.

Os apêndices e anexos são elementos de alta relevância para a pesquisa, presentes em citações ao longo do texto, e que para serem observados em sua integridade foram incorporados ao final do trabalho. O Apêndice I se trata dos resultados e análises do Questionário “Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão”, um documento produzido e sistematizado em uma apresentação enviada para a secretária de cultura, Andreia Cunha, e para a coordenadora e criadora do Porão Cultural, Tatiana Castelo Branco. O Apêndice II se trata da entrevista realizada com o arquiteto autor do novo projeto de revitalização da Praça onde se localiza atualmente o anfiteatro. O Apêndice III é a transcrição na íntegra dos áudios das entrevistas com cinco integrantes do Porão Cultural: dois colaboradores voluntários e três funcionárias da Prefeitura. O Apêndice III são as perguntas que nortearam a entrevista com a gestora urbana, Andrea Cunha, secretária de cultura de Maricá. O Anexo A é o documento oficial emitido pelo órgão de tutela do tombamento do Patrimônio Histórico e Cultural, neste caso em território estadual, o INEPAC, onde cita o objeto de estudo em questão. O Anexo B é o documento constando a Justificativa do projeto de revitalização da praça, onde se encontram todas as intenções de projeto e motivos das escolhas contidas neste.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral da dissertação é fazer uma reflexão sobre a experiência do caso envolvendo o Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, que correria o risco de terminar ocultado na História oficial

sem uma merecida análise dos fortes impactos sociais ocorridos e a partir deste relato evitar a possível invisibilidade do Porão Cultural. Ao relatar e registrar parte da trajetória do Porão Cultural, assim como os conflitos dos interesses sobre sua preservação, que chocam com a preservação dos monumentos na Praça Orlando de Barros Pimentel, mais especificamente a Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Casa de Cultura e Museu, se torna necessário debater o papel do Estado, assim como o da sociedade civil, dentro da gestão das cidades e do planejamento urbano.

Por vezes, ao longo do texto, a experiência aparece descrita como em um relato pessoal, entrelaçando-se com as referências teóricas e análises, encontrando uma forma de conduzir o atravessamento do leitor neste espaço-tempo⁴, como define Milton Santos, capaz de evocar o sentimento vivido no momento exato do evento, ainda que sob uma ótica urbana. Observam-se os enlaces relacionais existentes entre os atores sociais e quem os descreve, como ocorre em relatos de viagem, pois segundo a definição de De Certeau: “Todo relato é um relato de viagem, uma prática do espaço”, associando este processo com o ato de se localizar geograficamente no espaço, dizendo que: “onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia. O relato é *diegese*, termo grego que designa narração: instaura uma caminhada (guia) e passa através (transgride)”. (DE CERTEAU, 1980 apud JACQUES, 2012)

Os objetivos específicos são: 1. Levantar dados empíricos qualitativos e quantitativos, que levem a entender tanto as motivações para a demolição do anfiteatro da praça, quanto a relevância do projeto do Porão; 2. Sistematizar os dados qualitativos e quantitativos colhidos, visando a legitimação do projeto social com a possibilidade de se tornar uma política pública para outros municípios ou distritos do país; 3. Contribuir para o debate acerca do planejamento urbano com a elaboração de proposta de permanência do projeto como parte das políticas culturais do município, e ressaltar a importância da localização física espacial deste projeto-piloto, como resultado de uma característica e necessidade do local.

Sendo assim, para atingir tais objetivos foram escolhidas algumas ações estratégicas, descritas a seguir, expondo as metodologias utilizadas nestas ações, regidas pelos campos do urbanismo e da arquitetura. Tais ciências forneceram base, para se analisar criticamente a convivência da política com a sociedade, na cidade contemporânea. Ao tratar deste caso vivenciado no município de Maricá no Rio de Janeiro, a reflexão serve como um estudo de caso, que se expande para pensar as decisões tomadas a interferirem na qualidade de vida social. Estas devem prezar pela distribuição democrática de oportunidades igualitárias, contemplando a diversidade existente nos centros urbanos e disponibilizando o espaço físico e público compartilhado com todos os habitantes.

4 O conceito de ‘espaço-tempo’ aqui segue a linha de pensamento de Milton Santos, mais especificamente o conceito presente na obra **Metamorfose do Espaço Habitado** (1988), onde em um debate mais aprofundado sobre o espaço e as definições categóricas para uma nova geografia de encontro com a tradicional geografia, ele levanta que este deve ser entendido como uma composição entre diversos elementos, como “*organização social, política, econômica e cultural*”, que interferem nos fenômenos regionais, e assim deve-se “*Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas*” pois assim poderá se vislumbrar “*no tempo e no espaço, a transformação*” deste novo espaço geográfico.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada, que orientou os passos da pesquisa, se aproxima dos princípios da Observação Participante. A estrutura se deu a partir de visitas subsequentes ao local do caso estudado, que foram ocorrendo ao longo do ano de 2019, mais especificamente nos meses de janeiro, março, maio, agosto e outubro. Destas visitas se originaram alguns materiais, que serviram de dados para o estudo, pois foram realizadas entrevistas presenciais com cinco pessoas colaboradoras do Porão, com a Secretária de Cultura, com a arquiteta de preservações, da Secretaria de Cultura, e uma entrevista não presencial, com o arquiteto autor do projeto da praça, que previa a demolição do Anfiteatro. Também foi aplicado um questionário aos visitantes do Porão e foram obtidas 42 respostas discursivas, as quais foram transcritas e sistematizadas em gráficos, fornecendo mais dados sobre o espaço. Do resultado do questionário foi feita uma apresentação, enviada para toda a equipe do Porão e para a Secretaria de Cultura.

As maiores contribuições para a pesquisa foram cedidas pela troca constante com três colaboradoras do Porão, três mulheres, profundamente envolvidas com o espaço desde o princípio: Tatiana Castelo Branco, que criou o projeto, Oneide Braga e Priscilla Mataruna. Tati é artista visual e Coordenadora de Artes Visuais na Secretaria da Cultura, Oneide formada em técnica de enfermagem, mas migrou para a produção cultural na Secretaria de Educação, por amor à arte, e Priscilla é museóloga e estudante de pós-graduação, contratada para a Casa de Cultura e foi remanejada pela Prefeitura, para ajudar no projeto do Porão Cultural. Cada uma possui um papel relevante no projeto, trabalhando de maneira análoga a um tripé, interdependente. Caso uma desestabilize, o projeto como um todo sente o impacto. Todos os colaboradores são essenciais, e muitas vezes seguram os dias mesmo na ausência física das três, mas nunca estão sozinhos. As três são funcionárias da Prefeitura de Maricá, sendo Tati e Oneide concursadas e a Priscilla contratada, porém, na prática atuam como militantes de uma causa social. É nesta linha tênue de transição entre o poder público e a sociedade, que este espaço acontece.

A metodologia se aproxima da observação participante, pois a pesquisadora se coloca enquanto agente modificadora a partir destas visitas, que apesar de pontuais, foram intensas o suficiente para manter uma continuidade à distância. As relações foram sendo construídas com o auxílio da Internet, e aos poucos foi se conquistando confiança mútua, à medida que o processo ia se dando. De personagens observadas passaram a colaboradoras da pesquisa, e de pesquisadora a observada, colaborando também com o projeto.

Segundo Pawlowski, “A observação participante inscreve-se numa abordagem de observação etnográfica no qual o observador participa ativamente nas atividades de recolha de dados, sendo requerida a capacidade do investigador se adaptar à situação” (PAWLOWSKI, 2016. Apud. MÓNICO, 2017). Ao longo da pesquisa houveram algumas situações, que exigiram esta adaptação citada por Pawlowski (2016). Em maio de 2019 ocorreu a primeira reunião de equipe, para a organização do aniversário de um ano, que o Porão iria completar em agosto daquele ano. A participação, como

pesquisadora, foi bastante ativa ao debruçar nos assuntos da pauta para pensar, junto com os demais participantes colaboradores, ideias para o evento. Naquele momento as ideias do grupo eram entusiasmadas, como, por exemplo, fazer uma apresentação dos frequentadores do Porão e produzir um sarau, com exibição de vídeos em um telão instalado no palco do Anfiteatro. Outra ideia era a de ocupar todo o espaço dentro do Porão Cultural, embaixo da arquibancada, com projeções audiovisuais das atividades, que acontecem no Porão: as apresentações musicais, oficinas de pinturas e esculturas em argilas, visitas das escolas, dentre outros. Embora não tenha acontecido como o imaginado, o evento de aniversário foi um sucesso e emocionante, com a apresentações dos frequentadores do Porão recitando de poesias, cantando rimas, músicas à capela, exposição de pinturas, desenhos, fotografias e uma banda musical. A participação, como convidada e investigadora consolidou o papel de observadora, mas também como mais uma colaboradora daquele espaço.

Outro exemplo de participação ativa ocorreu, em outubro de 2019, na Pré-Conferência Municipal de Cultura, onde houve a participação singela com o direito ao voto para as eleições dos delegados de cada setor cultural, ou seja, ajudando a eleger aqueles, que agora são os representantes da sociedade civil na Cultura, frente ao Poder Público. Ainda que seja importante afirmar, que este processo participativo seja essencial e indispensável para a prática democrática da política em sociedade, observou-se na altura não haver espaço propício para a manifestação da equipe do Porão Cultural no evento. A participação, portanto, se limitou à votação nos demais setores presentes, que já tinham seus espaços, demandas e representatividades consolidadas e numerosas, presentes. Infelizmente, os colaboradores envolvidos com o Porão não se organizaram para estarem neste dia, para que se unissem a outros projetos e coletivos e com eles e pudessem somar forças.

Por fim, A principal característica metodológica desta pesquisa se deu na fluidez do trajeto traçado pelas entrevistas subsequentes, funcionando como um fio condutor das escolhas de pesquisa. Após conversar com os colaboradores do Porão e com a sua criadora, a pesquisa se direcionou para a Secretária de Cultura, a saber seu posicionamento oficial e, se possível, pessoal sobre o caso. Durante a entrevista com a Secretária de Cultura, levantou-se a necessidade de se investigar mais a fundo as normas de Preservação do Patrimônio, direcionando a pesquisa para um encontro com profissionais das Instituições de tutela do Patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o INEPAC (estadual) e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), com a ida a um Fórum ocorrido no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ). Seguida a esta consulta, foi necessário procurar dialogar com os responsáveis pelo novo projeto da Praça, e assim foi feito. Enquanto esta investigação ia acontecendo, os questionários aplicados aos frequentadores do Porão, contribuindo paralelamente com um conteúdo indispensável para fundamentar a essência do projeto.

2.1 O ANTE POSITIVO

Fazendo uma breve regressão cronológica, este processo de pesquisa se iniciou um ano antes, em 2018, quando em uma etapa exploratória foram realizadas visitas regulares a imóveis em situações diversas: ocupados ou desocupados, abandonados ou especulados, com propriedade bem definida ou de propriedade difusa, dentre os quais foram selecionados oito, que estão descritos a seguir, detalhando um pouco mais a experiência. Dentre eles o anfiteatro de Maricá, que se tornou o objeto de estudo deste trabalho. Ao mesmo tempo em que esta pesquisa exploratória estava acontecendo, outras experiências também fizeram parte da investigação, como a organização e produção de uma exposição coletiva no Centro Cultural Castelinho do Flamengo, intitulada: O Castelo da Memória – ocupa castelinho, e também de uma roda de conversa intitulada: Precisamos falar sobre os imóveis sem uso. Ambos eventos, também mais detalhados no Apêndice II, contribuíram para esta pesquisa.

Esta etapa foi fundamental para enriquecer a pesquisa com aporte teórico e jurídico, ao observar na prática os desafios, pontos fracos e possíveis caminhos dentro do sistema capitalista neoliberal: o mercado imobiliário. As posturas políticas, que adotam ‘convenções urbanas’, regidas pelo ambiente de incerteza urbana⁵ (ABRAMO, 2016), com uso recorrente do termo empresarial “planejamentos estratégicos” (que oferecem soluções econômicas às políticas urbanas municipais), assim como “cidades inteligentes” encontrados em cartilhas de consultorias urbanas (ao se referirem à utilização de banco de dados, tecnologia da informação e tecnologias em geral para melhorias na mobilidade urbana e segurança pública), é a mesma que reduz a priorização com os compromissos sociais. A ausência da preocupação com o desenvolvimento urbano no sentido humano e social do conceito, aumentam, na prática, a priorização dos serviços voltados à reprodução do capital.

A análise aponta, que dentre os imóveis selecionados, aqueles que estão ocupados enquadram-se em duas situações exemplares: A) ocupados para uso habitacional por um movimento de resistência dos Movimentos Sociais, como o caso da Ocupação Manoel Congo (RJ) e do Centro de Referência Mulheres de Mirabal (POA). O Centro de Referência Mulheres Mirabal, por exemplo, é uma iniciativa da sociedade civil organizada e perseguida, por ocupar um imóvel abandonado em Porto Alegre. O grupo acolhe mulheres, muitas vezes com seus filhos, que sofrem violência doméstica e estão em situação de emergência, necessitando abrigo. Não tendo para onde ir e vulneráveis ao agressor, precisam de apoio. São casos, que o governo precisa interferir. Neste caso a ocupação é legítima, pois o imóvel, de propriedade da Igreja, se encontrava fechado e sem uso por mais de 5 anos. Este exemplo mostra uma solução com o uso, que ainda que temporário, oferece um serviço essencial de assistência e combate o esvaziamento dos imóveis; B) ocupados para uso habitacional, sem ônus de aluguel, por falta de recurso do proprietário em manter o imóvel, como o caso do Palacete Visconde de Paranaguá. Abriu-se um diálogo entre proprietário e moradores, determinando o contrato como uma troca. Os moradores,

5 ABRAMO, Pedro. "Cidade Caleidoscópica". Seminário da Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). 22 de março de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=64EbnpqSgQ> Acesso em: 17/10/2019.

estudantes e artistas autônomos, arcariam com o ônus mínimo da propriedade (contas básicas de consumo) e assim manteriam a segurança contra supostas invasões.

Os imóveis de propriedade de pública (União, Estado ou Município) ou entidades religiosas, como Santa Casa da Misericórdia, Real Benemérita Sociedade Portuguesa e Igreja Católica, estão protegidos pelo valor histórico, apesar de constantemente decadente, sem sofrer, na prática, pressão por parte das instituições de planejamento urbano e uso do solo. Ao contrário, os edifícios abandonados destas propriedades gozam de proteção e permissão, ou até mesmo financiamento do Estado, tendo suas portas vigiadas a impedir, que pessoas entrem e ocupem os espaços. Os proprietários não costumam abrir diálogo rumo a possíveis acordos de interesses mútuos, como no caso citado anteriormente, do Palacete Visconde de Paranaguá, que evita a decadência completa e dá vida ao imóvel. Estes combinados protegeriam o patrimônio das piores hipóteses, como a sua deterioração, interdição ou até o desmoranamento. Priorizam a especulação a resolver as questões judiciais, estruturais e arquitetônicas do patrimônio, deixando-os entregues ao abandono por anos.

Os descasos são oriundos das motivações mais diversas, desde impasses familiares, como óbitos e heranças, passando por exemplo, no caso de imóveis públicos, a redução de pessoal, cortes de verbas, que esvaziam salas, andares e edifícios inteiros, até a incapacidade administrativa nas três esferas governamentais (Municipal, Estadual e Federal), por descontrole dos registros e regularizações de imóveis. Casos como: oficialmente um imóvel não tem proprietário, por nunca ter sido regularizado, e com isso, acabou por perder o seu valor de troca na impossibilidade de alienação, ou seja, não se pode tramitar compra e venda sobre esta propriedade; São bastante comuns no Centro do Rio de Janeiro, onde se situam as freguesias mais antigas da cidade, com terrenos ocupados a partir do século XVI e construções de sobrados do século XIX, existentes até hoje, que não possuem registros oficiais junto ao Registro Geral de Imóveis (RGI). Até hoje, ainda existem zonas indefinidas a respeito da propriedade de certos terrenos e imóveis, a exemplo dos “miolos” de quadra, que muitas vezes são verdadeiros resíduos sem dono⁶.

Estes casos demonstram nitidamente a omissão do suposto planejamento urbano, que deveria prezar pela função social da propriedade⁷ de acordo com as áreas de planejamento e zoneamento da cidade, pressionando e instrumentalizando a destinação de uso destes imóveis inutilizados. A aplicação do IPTU progressivo ainda é incipiente, lento e não resolve a questão a curto prazo. Pressiona para

6 Dado retirado de uma pesquisa particular realizada em 2019. Dados recolhidos de órgãos competentes de registro e arquivo da cidade como: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Registro Geral de Imóveis, Secretaria de Patrimônio da União e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Todos afirmaram ser comum não existir registro com as dimensões nem a propriedade de imóveis, principalmente da parte mais antiga da cidade, e este foi o resultado da pesquisa realizada.

7 De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...) XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá a sua função social. Já o Art. 170 determina que: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) III – função social da propriedade.

regularizar, alugar ou vender, ou seja, movimentar o mercado imobiliário, mas não propõe soluções que sejam viáveis e úteis para a sociedade como um todo, ou seja, para cumprir com a função social da propriedade.

Um passo para uma possível solução é de seguir o caminho pelas frestas da lei, pois já se nota, (não que precise de muito esforço, pois é só olhar pelas janelas dos transportes ao cruzar a cidade, que lá está a sociedade formal não mais sustentando o seu contingente edificado), as construções edilícias deixadas ao estado de abandono, simbolizando uma afronta contra a sociedade altamente adensada e sem abrigo nos centros urbanos. Os edifícios passíveis de serem ocupados para servir de moradia e/ou trabalho, se tornam imensas oportunidades e soluções de sobrevivência. Afinal, milhares de pessoas sofrem com a impossibilidade de habitar um espaço urbano formal, por este estar à serviço exclusivo dos interesses do capital, como parte da sua reserva especulada e inacessível à maioria. É obsceno a improdutividade da propriedade e do déficit habitacional versus a grande ociosidade de edificações e terrenos no tecido urbano. Ocupar os espaços, essencialmente com usos voltados para a sociedade, é o desafio presente nas cidades, no embate com a questão do direito à propriedade.

A intensificação da luta dos movimentos sociais no campo pela reforma agrária, nos anos 70 e 80, impulsionou também uma considerável evolução nas conquistas para o direito à moradia e à cidade na década de 90. Foram inseridos na Constituição Federal de 1988 os princípios da função social da cidade e da propriedade, reconhecendo assim os direitos de posse dos moradores de assentamentos urbanos informais e a participação direta dos cidadãos nos processos decisórios sobre a política urbana, ambas conquistas estruturantes na agenda da reforma urbana. No entanto, a década de 90 também abrigou a consolidação da configuração econômica de caráter liberal, onde poderes locais foram fortalecidos e políticas públicas substituídas pelo Terceiro Setor, decisões que pertenciam a um discurso que justificava a valorização da sociedade civil, mas acabava por reduzir a participação federal, causando um enorme impacto nas já existentes desigualdades sociais.

Os reflexos destas lutas aparecem na legislação nacional a partir de 2001, quando o Estatuto da Cidade foi regulamentado nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, onde se encontra, na Seção V, a definição da usucapião especial de imóvel urbano, que fornece este instrumento como forma de justiça aplicada àqueles, que precisam de um lar ou um lugar para trabalhar e gerar renda, previsto no Código Civil, conforme transcritos a seguir:

Seção V - Da usucapião especial de imóvel urbano

Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

O Código Civil brasileiro (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002) também prevê instrumento, incluindo o caráter produtivo pela obra do trabalho, como necessidade básica do cidadão:

Código Civil: usucapião

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

Art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.

Com isso, ações são criadas para se fazer a escuta e a conquista dos espaços, por direito, como estratégia de luta e resistência, o ‘ocupar’ os espaços para se ‘ocupar’ as cidades na luta pela Reforma Urbana e Habitacional, a exemplo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) ou nas produções das terras rurais na luta pela Reforma Agrária, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Estes movimentos, majoritariamente liderado pelas mulheres chefes de família, defendem arduamente e conquistam bravamente espaços na sociedade. Sociedade esta, que precisa estar disposta a defender, que ‘se morar é um direito, ocupar é um dever’ (jargão presente nas lutas por moradia), como consta em Lei Federal:

Lei Federal nº 8.666/93

Dispõe a Lei nº 8.666/93, em sua Seção VI, intitulada “Das Alienações”,

f) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim; (Alínea incluída pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

Voltando ao caso do Porão Cultural, cujo equipamento é público e o uso é permitido e financiado pela prefeitura, especialmente os recursos de funcionários e do próprio espaço cedido, não seria um caso de ocupação por luta social, que reivindica o direito à propriedade e à moradia. No entanto, se trata de um equipamento construído para servir à cultura (e serve), prestes a ser demolido por conta de um conflito com outro imóvel público preservado pela instituição de proteção ao patrimônio cultural. Sendo este um caso, aparentemente, de Poder Público para Poder Público, é sugerida uma reflexão levantada com uma fala da Priscila, museóloga, que trabalha para o projeto Porão Cultural, e acredita em uma “museologia para as pessoas”, que quando questionada sobre a dificuldade da sociedade civil ser inserida nos processos decisórios do Poder Público para a ocupação da cidade, ela refuta: - mas nós somos a sociedade civil, não somos? ‘Estamos’ Poder Público, mas somos a sociedade.

2.2 DE ONTE ESTOU FALANDO

Para conseguir traçar a metodologia utilizada nesta pesquisa, partirei do ponto *'de onde estou falando'* (HELENE, 2009), tal qual a arquiteta e urbanista Diana Helene em *"A Guerra dos Lugares – nas ocupações de edifícios abandonados no centro de São Paulo"* (2009), e começo por expor aquilo que me moveu até aqui, e que me move e acredito até hoje.

Acredito em o *'ser humano inacabado'* (FREIRE, 1996) de Paulo Freire, que habita a cidade, que nela aposta o seu cotidiano. Acredito no poder de influência da agitação do estagnado com o encontro dos desejos, saberes e ações, esses que quando somados fazem enormidades, assim como o coletivo desta ocupação⁸ em que se encontram artistas, prefeitura e população. Acredito, que a utopia deva ser a essência do planejamento, para que as realizações daquilo que não foi planejado seja parte do processo almejado. Um processo do *'novo ocupar'* de uma cidade, uma reforma imobiliária, que considere como princípio a construção do direito à diversidade, onde a cidade é entendida como uma colcha de retalhos, sendo na sua unidade a expressão do diverso.

Resolvi estudar este tema porque faz parte de uma trajetória, cujo fio condutor acabou por me direcionar para o mesmo ponto focal: o desperdício da matéria, o resíduo, aquilo que é descartado. Nesta direção, intensificada com a angústia de viver na cidade em que vivo, o Rio de Janeiro, e por me sentir impotente, de certa forma, e incapaz de interferir direta e estruturalmente na questão, tento estabelecer um diálogo entre a Academia, o Governo e a Sociedade. De forma a encontrar as frestas das concordâncias e, por fim, das ocupações dos espaços residuais.

Talvez, para os céticos, isto seja algo improvável, quase impossível de se vivenciar e estabelecer. Concordo, que são muitas as diferenças, interesses, que não se complementam e acabam por criar verdadeiros abismos, que se tornam mais complexos, a cada indivíduo ou instituição inacabados, dando a sensação de inviabilidade definitiva destas concordâncias. No entanto, acredito na utopia do inacabado, a infinita possibilidade de negociação e luta através da pressão e vigilância, que encontram as lacunas, frestas e brechas destas transformações, para interferirem e criarem as possibilidades nas ações.

A trajetória acadêmica se iniciou com um projeto de Usina de Incineração e Triagem dos Resíduos Sólidos, para o trabalho final de graduação *"LACUNA: Fluido, Fluxos e Frequências"*, em um terreno ocioso na Ilha do Fundão, Cidade Universitária, UFRJ, aonde hoje funciona uma estação terminal de ônibus e uma subestação elétrica.

Na especialização fui para um dos resíduos estudados, a questão do Resíduo da Construção Civil (entulho), em *"LIXO ORDINÁRIO, ESPACIALIDADES EXTRAORDINÁRIAS: O entulho como matéria prima para construir"*, discutindo a importância de: se houver necessidade de demolição de uma construção, deve então haver um planejamento para reaproveitamento máximo dos elementos de construção de vedação e estrutural (tijolos, painéis de gesso, vigas e pilares metálicos, etc.), assim como dos elementos de fechamento dos vãos e equipamentos em geral (portas, esquadrias, luminárias, etc.).

⁸ A definição de ocupação aqui segue o conceito de **preencher determinado espaço**, como o utilizado no termo **'ocupação e uso do solo urbano'**.

Este caminho de questionamento me levou a pensar sobre os processos de esvaziamentos, desabamentos, despejos e demolições, ou seja, as transformações da cidade que resultam nos resíduos sólidos e imóveis. A questão esbarra diretamente no Direito de Propriedade, assim como no Direito à Cidade e na função social da propriedade, presente no artigo 5º da Constituição, inciso XXIII, “a propriedade atenderá a sua função social”, o que coloca o Estado em um lugar de não poder desconsiderar os aspectos sociológicos inerentes às propriedades.

O tema então segue a linha dos resíduos, sendo os ‘Resíduos Imóveis’ na cidade. Me pergunto: como reaproveitar estes edifícios no estado em que se encontram, antes de serem demolidos precoce ou ansiosamente, muitas vezes sem refletir a respeito do valor de uso daquele local? E como trazer para a cidade esta oportunidade latente de participação, que a mantém viva e pulsante, no seu máximo grau de potência imediata aproveitada? De dentro para fora, ou de baixo para cima, onde o povo sobe ao topo e conduz uma cidade em coletivo?

Nesta busca atravessei o espaço-tempo guiada por um olhar magnetizado por estes espaços, prestes a se esvaziarem, ocupados ou já/ainda vazios. Visitei diversos exemplos, tanto como pesquisadora como profissional ou simples viajante, uma Errante Navegante. A partir destas andanças e olhares, selecionei oito espaços como possíveis estudos de caso, com intuito de demonstrar que cada caso é um caso, como descrito na Tabela 01 – Imóveis investigados, a seguir. Cada situação requer um tratamento diferenciado, com diferentes demandas profissionais ou acordos interpessoais, cada espaço possui em suas gênesis as marcas e transformações únicas ao longo do tempo. Cada espaço comporta em si o seu somatório de forças para resultar no que está lá apresentado hoje. Pois então, afinal, que forças serão estas?

A tabela citada (Tabela 01), demonstrada a seguir, lista os oito imóveis mencionados acima e classifica cada um de acordo com o uso atual, o local da propriedade, de quem é a propriedade, caso exista a informação (podendo ser propriedade privada, pública, inexistente, mista, ocupada, indefinida, etc.), a situação jurídico/social em que se encontra, e nesta coluna a intenção é oferecer um resumo das negociações e interesses envolvidos com o espaço, e por último o resultado atual, ou seja, se o imóvel está em uso ou vazio. O oitavo caso é o caso estudado nesta dissertação. Esta listagem tem a intensão de ser um parâmetro, por amostragem, com imagens dos espaços a seguir da tabela, a nivelar a diversidade de possibilidades existentes, quando se trata de imobiliário urbano, comprovando, que cada caso é um caso. São diversos motivos, de diversos pontos de interesse, que se cruzam em um espaço e determina se será um espaço útil ou inutilizado.

Tabela 01: Resíduos imóveis visitados investigados, 2018.

NOME	USO ATUAL	LOCAL	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO	RESULTADO ATUAL
1. OCUPAÇÃO MANUEL CONGO	Residencial	Centro, RJ	INSS	O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Constituição Federal e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.	Edifício residencial ocupado, regularizado e reformado.
2. CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER_MULHERES MIRABAL	Serviço Público Social	Porto Alegre, RS	Inspetoria Salesiana São Pio X (até 2018) / Governo do Estado	Reintegração de posse em 2018, após 2 anos em atividade no local, em troca a Prefeitura e Governo do Estado permitiram a ocupação da antiga Escola Estadual Benjamin Constant.	Projeto coordenado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário em funcionamento na antiga Escola Estadual Benjamin Constant
3. PALACETE VISCONDE DE PARANAGUÁ	Residencial	Glória, RJ	Propriedade Privada não identificada	Um acordo entre ocupantes e proprietário em troca da proteção do imóvel.	Palacete dos Amores, uma moradia coletiva sem contrato de aluguel
4. UMA PARCELA DE UM CASARÃO TOMBADO	VAZIO	Santa Teresa, RJ	Posse	Propriedade privada sem escritura ou registro oficial, somente com documento de Posse.	Venda parada e imóvel vazio
5. PALACETE SÃO CORNÉLIO	VAZIO	Catete, RJ	Santa Casa da Misericórdia	Último inquilino foi a Cooperativa de Médicos Gespar, saída em 2013. Sem negociações deste então.	Obra paralisada e abandonada desde 2013
6. CASARÃO SANTA ÚRSULA	VAZIO	Santa Teresa, RJ	Universidade Santa Úrsula	Obras de ampliação e aumento do número de pavimentos.	Uma obra paralisada e um esqueleto abandonado há mais de 10 anos
7. ANTIGA FÁBRICA DE COSMÉTICOS	VAZIO / Comercial-Industrial	Centro, RJ	Empresa Privada e Real Benemerita Sociedade Portuguesa.	Contrato de aluguel sem dimensões do imóvel alugado.	Impasse. Seis sobrados de propriedade de empresa privada mais um Sobrado alugado de propriedade não comprovada (Real Benemerita Sociedade Portuguesa) e um miolo de quadra sem propriedade comprovada, subutilizados.
8. ANFITEATRO E ANTIGA BIBLIOTECA MUNICIPAL	VAZIO / Serviço Social	Maricá, RJ	Prefeitura de Maricá	Permissão do uso temporário por projeto de funcionária da prefeitura, que articula sociedade civil e prefeitura.	Com intensa atividade cultural, desativada para futura demolição e reestruturação da praça. Incertezas do projeto.

Fonte: A autora.

Figuras 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08: 1. Ocupação Manuel Congo (Rio de Janeiro, RJ) / 2. Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal (Porto Alegre, RS) / 3. Palacete Visconde de Paranaguá (Rio de Janeiro, RJ) / 4. Uma parcela de um casarão preservado (Rio de Janeiro, RJ) / 5. Palacete São Cornélio (Rio de Janeiro, RJ) / 6. Casarão Santa Úrsula (Rio de Janeiro, RJ) / 7. Antiga Fábrica de Cosméticos (Rio de Janeiro, RJ) / 8. Anfiteatro (Maricá, RJ).



Fonte: A autora.

O resultado desta investigação não aponta casos de abandono, que por definição é quando o proprietário abandona o seu direito de propriedade, conforme determina o Código Civil, Capítulo IV, Da Perda da Propriedade, item II – pela renúncia ou item III – por abandono:

Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições. (Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

No entanto, constatou-se, que existem interesses diversos para um ‘abandono’ aparente das propriedades, no sentido de deixa-la à sorte do tempo, sem qualquer utilização dos espaços, para possibilitar a venda do imóvel. Acordos de aluguel impedem a colocação do imóvel à venda, o que se torna um “furo” no sistema imobiliário, provocando este esvaziamento interessado.

Com intuito de aprofundar um pouco mais no tema, foram realizadas algumas ações, como entrevistas⁹, roda de conversa¹⁰ (“*Precisamos Falar sobre os Imóveis Vazios da cidade*” na Casa de Estudos Urbanos, antigo escritório de Arquitetura do arquiteto Luiz Carlos Toledo e sócios), e também uma exposição¹¹ de fotografia, pintura, audiovisual, maquete entre outros, nos temas da arquitetura,

9 Movimento Olga Benário em Porto Alegre, Mulheres de Mirabal; Peckson Arquitetura, restauração bens tombados e preservados; Palacete Visconde de Paranaguá, moradia coletiva; Ocupação Manuel Congo.

10 Produção de “Roda de Conversa: precisamos falar sobre os imóveis vazios” com a participação de moradores do bairro da Glória e interessado. O evento contou com a participação de arquitetas, urbanistas e artistas: Luciana Lago, Diana Helene, César Jordão, Julia Abreu, Gelson Mallorca, Tainá de Paula, Helena Galiza e Sandra Kokudai. Após o encontro foi enviado um questionário consultivo para avaliação do encontro com o retorno de 12 respostas.

11 Produção de coletivo e participação em exposição “Ocupa Castelinho do Flamengo – O Povo Sobe ao Topo”.

urbanismo e as transformações na cidade, que aconteceu em um patrimônio cultural do municipal do Rio de Janeiro. Este imóvel se encontra em processo de decadência física arquitetônica e, após a atividade proposta, houve conquista de investimento público para melhorias arquitetônicas, mas não se sabe se o efeito foi causal ou ao acaso.

A Roda de Conversa (figuras 09, 10 e 11), citada anteriormente, teve uma boa receptividade e retorno imediato do público presente, o que foi positivo, pois este era o objetivo principal do evento. Provocar uma reflexão coletiva, a partir do encontro e troca de conhecimentos, alavancada por uma sequência de aulas e apresentações, que observaram a cidade sob diversos pontos de vista, porém apontados para uma mesma problemática: as formas de ocupar a cidade. Tratando de temas como a gentrificação, fenômeno gerado por conta de investimentos pontuais, que não promovem a adaptação local à interferência e acaba por forçar os moradores a deixarem seus bairros pela alta dos valores imobiliários, assim como as ocupações pelo direito à moradia, legítimas diante à obscenidade dos espaços vazios na cidade, passando por informações de alta relevância histórica do Banco Nacional de Habitação nos anos 80 e 90, além da ocupação da cidade enquanto espaço de manifestação pública na luta social, entre outros olhares. O debate em torno do gritante desafio dos imóveis vazios precisa de soluções, que só surgem com a mobilização social, que procura lutar por direitos unido as forças, interesses e bagagens de conhecimentos. As imagens a seguir ilustram este encontro:

Figuras 09, 10 e 11: Roda de conversa ‘Precisamos falar sobre imóveis sem uso’, Casa de Estudos Urbanos, Glória-RJ, 2018.



Fonte: a autora (9 e 10) e Wilson Guedes (11).

Depois do evento foi enviado aos participantes um questionário online de avaliação, com identificação opcional, e o retorno foi, em sua maioria, positivo e com ricas contribuições, como o exemplo citado:

Gostei da diversidade com que foi demonstrada as possibilidades de ocupações dos espaços sem uso na cidade. Foi instigante e ao mesmo tempo alarmante (...) muito se tem a reivindicar junto às “autoridades” de gestão na cidade, saliento as condições das edificações de interesse e preservação com valores históricos, arquitetônicos e culturais (...) necessitam ser alvo de ocupação e principalmente da população mais desfavorecida (...) Gostei muito de ter participado, pois é um assunto que muito me interessa e que pelas atribulações da vida me distanciei um pouco. Tenho formação em arquitetura e especialidades em restauração, conservação urbana e planejamento urbano, o encontro me instigou e me fez perceber que posso ser útil nessa empreitada

e de que há possibilidade de portas se abrirem profissionalmente. (Marília, 10/06/2018. Participante do evento ‘Roda de Conversa: Precisamos falar sobre os imóveis vazios da cidade’, Glória RJ).

A exposição, anteriormente citada, no Centro Cultural Municipal Castelinho do Flamengo (figuras 12, 13 e 14) teve como princípio a coletividade ao realizar atividades com a união de profissionais autônomos, Universidade Federal, Organização Não Governamental, em parceria com o Poder Público, proprietário do espaço ocupado. O Castelinho do Flamengo é um imóvel tombado de grande valor histórico e arquitetônico para a cidade, que por dois meses se disponibilizou a colocar em prática a ideia de ser possível o somatório de forças para manter um espaço em uso. Um espaço que refletisse sobre si mesmo, numa espécie de metalinguagem da arte como o suporte ou abrigo desta, o Centro Cultural e o objeto histórico e arquitetônico a ser preservado.

Figuras 12, 13 e 14: 12. Exposição de Quadrinhos em aquarela, Gelson Mallorca / 13. Exposição de fotografia e presença dos indígenas da Aldeia Maracanã, Amanda Flou / 14. Exposição da evolução urbana do Rio de Janeiro, LAF AE UFRJ.



Fonte: a autora / Fonte: Amanda Flou / Fonte: UFRJ.

Ao retornar ao Castelinho, um ano depois, a diretora Claudia Chaves demonstrou surpresa e satisfação com o reflexo da ocupação, revelando que pôde sentir a mudança na visibilidade do espaço diante da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro. Segundo ela, existiu um Castelinho do Flamengo antes e um depois da nossa ocupação.

Nesta primeira etapa da investigação a cidade foi observada através da lente ‘estética da ocupação versus a estética do abandono’, chegando ao questionamento: afinal, quem são os verdadeiros donos dos espaços na cidade? A empatia com o caso do Porão Cultural, após esta reflexão, foi imediata, pois talvez tenha ficado evidente uma fragilidade mostrando, que na mais profunda fragilidade humana nos encontraremos concordando, enfim. O despertar desta fragilidade em vida, como de certa forma acontece neste espaço, com a consciência do fim ou quase, traz uma luz especial para o funcionamento de várias mãos, mentes e desejos, que convergem entre si.

2.3 CHEGADA AO PORÃO CULTURAL

Figura 15: Trajeto ao Porão Cultural.

Fonte: a autora.

A figura 15 acima indica a trajetória traçada desde o início da pesquisa até a primeira visita ao espaço. Tive a oportunidade de conhecer o Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, em Maricá, através do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) da UFRJ, enquanto estive vinculada a um projeto de extensão coordenado pelo Professor Celso Alexandre Souza de Alvear, que também atua no SOLTEC. O contato entre a UFRJ e Maricá ocorreu quando a Secretaria de Economia Solidária do município de Maricá abriu diálogo com a equipe do SOLTEC para elaborarem possíveis experiências e parcerias com projetos de extensão, o que proporcionou uma aproximação entre o Núcleo e o território de Maricá.

Em janeiro de 2019, durante uma visita técnica aos projetos ligados à Secretaria anfitriã, os visitantes foram apresentados à Tatiana Castelo Branco e seu projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, que apesar de ser da Secretaria de Cultura, foi também considerado relevante pela Secretaria de Economia Solidária. O entusiasmo daqueles, que foram e retornaram com a notícia, foi tanto, que com isso tive o interesse de ir conhecer o local, já que nesta primeira visita não pude ir. Posteriormente, quando conheci o espaço, já ciente sobre o possível destino de demolição daquela edificação, compreendi ser uma ocasião extraordinária, que não me permitiria ficar isenta a respeito e, que serviria perfeitamente de exemplo para um debate sobre o planejamento e gestão urbana. Enfim, se tratava de uma delicada situação com uma certa diversidade de atores envolvidos, enfrentando uma adversidade anunciada previamente, apesar de incerto, do seu fim, que precisava ser relatado.

Em seguida dei início às idas ao local com este intuito: pesquisar o histórico do equipamento urbano (o Anfiteatro da cidade), e procurar investigar os motivos que levaram a defini-lo como equipamento a ser demolido, segundo o novo projeto da praça. A justificativa não convencia nem a mim, nem àquelas pessoas que ali se situavam, trabalhavam e conviviam diariamente: Uma construção irregular, que prejudica a ambiência arquitetônica da Praça. Mas, irregular por que? Não foi a própria Prefeitura, que construiu? Eram as perguntas. E em seguida, a reflexão: mas e se demolir, o projeto do Porão Cultural continuará a existir? Caso sim, como continuará e para onde irá?

2.4 ‘É PRECISO IR LÁ PARA VER’

Com o intuito de trazer a vivência através da arte, as motivações dos colaboradores, os envolvimento dos funcionários e o posicionamento das instâncias públicas à luz das políticas públicas

e dos estudos de sociedade e cidade, foram feitas sete visitas ao local de estudo, que tiveram um papel determinante para definir os próximos passos da pesquisa, e isto foi o que ditou o ritmo da pesquisa. À medida que iam ocorrendo, iam também indicando as direções a serem seguidas, de acordo com as necessidades que surgiam.

Para cada visita, uma ação (Tabela 02), ou dependendo, mais de uma, criadas enquanto as informações iam se revelando, indicando demandas e próximos passos, e assim o relato empírico foi se desenvolvendo. As visitas resultaram em seis entrevistas gravadas. Dentre elas, cinco transcritas (com parte da equipe presente no cotidiano do espaço) e uma relatada (com a secretária de cultura e a arquiteta de preservação histórica da prefeitura), mais uma entrevista escrita (com o arquiteto, que fez o projeto de revitalização da Praça) e um questionário discursivo aplicado aos frequentadores do Porão Cultural. Também fizeram parte, quatro *relatórios quentes*¹², que resultaram nos relatos de pesquisa, as apresentações dos atores sociais e a análise do questionário, que dão sequência a este subcapítulo.

Tabela 02: cronograma de ações de pesquisa, 2019.

H/ida	IDAS	Jan.	Mar.	Mai.	Ago.	Out.	2019
8h	1ª	Reconhecer a área.					
56h	2ª		ENTREVISTAS - colaboradores Elaboração – QUESTIONÁRIO				
8h	3ª		Respostas do questionário.				
8h	4ª			ENTREVISTA - Secretária de Cultura e Arquiteta.			
8h	5ª			Reunião interna equipe Porão Pauta: aniversário 1 ano.			
4h	6ª				Aniversário de 1 ano do Porão.		
24h	7ª					Pré-Conferência Municipal de Cultura.	
116h	7	Tempo total de visita ao local equivalente a 14 expedientes ou 5 dias.					

Fonte: A autora.

Vale ressaltar, que muito mais poderia ter sido feito para dar corpo à esta pesquisa, mas ficaram no campo do desejo, por conta da minha limitação como pesquisadora ao lidar com o tempo e a distância deste trabalho em relação à vida profissional e pessoal. Seria interessante, para endossar ainda mais a justificativa da permanência ou não do espaço cultural, a elaboração de um questionário para levantar dados sobre a opinião dos frequentadores da Praça, artistas e comerciantes autônomos. Assim como ouvir outros lados da gestão, para além da visão da Secretaria da Cultura e do arquiteto da Secretaria de

12 Expressão utilizada pelo professor Sidney Lianza para designar os relatórios gerados logo após a visita de campo, com a experiência tendo ocorrido imediatamente antes da escrita, quando as informações e impressões ainda estão recentes na cabeça. (Disciplina de Mestrado ‘Gestão Compartilhada dos Recursos Naturais’, turma de 2017, do Programa de Pós-Graduação do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social-UFRJ).

Obras, como por exemplo a opinião das Secretarias de Planejamento, de Urbanismo e de Turismo, todos envolvidos com a questão da preservação histórica e relevantes para um projeto de cidade.

Sendo assim, segue elencado abaixo o material produzido para a presente investigação (Tabela 03):

Tabela 03: material de pesquisa, 2019.

Item 5.3.1.	04 (quatro) relatos iniciais de pesquisa;
Item 5.3.2.	Apresentação dos atores sociais: 05 (cinco) entrevistas (APÊNDICE III):
	1 Tatiana Castelo Branco (Tati) - A Coordenadora e Idealizadora do Porão;
	2 Oneide Braga - A Produtora Cultural do Porão;
	3 Priscilla Mataruna - A Museóloga do Porão;
	4 Luis Claudio - O Cineasta do Porão;
	5 Roberto Moraes - O Músico do Porão.
Item 5.3.3.	Questionário discursivo: 42 Respostas e análises (APÊNDICE I).
Item 5.5.2.	Contato com o Poder Público – 02 (duas) entrevistas:
	6 Secretária de Cultura e Arquiteta de Preservação Histórica;
	7 Secretaria de Obras – arquiteto autor do projeto da Praça.

Fonte: A autora.

A primeira visita ocorreu em uma tarde de janeiro de 2019, o mesmo dia em que chegou a notícia da ameaça de demolição (até então ainda não confirmada oficialmente, mas confirmada pela secretária de cultura) e assim, neste contexto, foi realizada uma primeira abordagem da situação do Porão e do local, a partir de uma conversa informal com dois colaboradores do projeto: Roberto (músico) e Fábio (Juventude do PT). Desta vez, não foi possível conhecer a criadora do projeto, Tatiana, pois ela havia acabado de receber a mesma notícia renovada, ainda sem data prevista, porém enfática a certeza de que o anfiteatro seria demolido em breve. Naquele momento, ela não estava em condições emocionais de receber uma pesquisadora ou qualquer pessoa. Nesta primeira abordagem se formavam as primeiras impressões e, portanto, os primeiros relatos de viagem.

Em março a intenção foi permanecer por duas noites e três dias, e com isso foram realizadas cinco entrevistas com: 1. Tatiana Castelo Branco – a idealizadora do projeto Porão Cultural e Coordenadora de Artes Visuais da Prefeitura de Maricá; 2. Oneide Braga – colaboradora e produtora do projeto Porão Cultural, concursada da Secretaria de Educação de Maricá e transferida para a Secretaria de Cultura, depois para o Porão (que é da Cultura); 3. Priscilla Mataruna – colaboradora e museóloga da Casa de Cultura de Maricá, transferida para o projeto Porão Cultural; 4. Luiz Claudio – colaborador voluntário, cineasta e oficinairo do Porão Cultural; 5. Roberto de Moraes – colaborador voluntário, professor de música e dono do piano e dos livros emprestados para usufruto do espaço. Estas entrevistas forneceram a base fundamental para a justificativa da pesquisa.

Durante a entrevista com a Oneide (na ida anterior), elaboramos o questionário com seis perguntas discursivas, que posteriormente foi sistematizado em análises gráficas e teóricas, entregue aos

colaboradores e à Secretaria de Cultura. Esta 3ª ida foi o retorno para buscar as respostas deste questionário elaborado na ida anterior. Segundo a Oneide e o Roberto, músico colaborador, que tinha ficado responsável por distribuir e recolher as respostas ao longo da semana, o questionário foi um sucesso entre os frequentadores e todos tinham respondido com grande entusiasmo e alegria às perguntas. O resultado sistematizado está no Apêndice I desta pesquisa e a análise está no item ‘5.3.3 análises do questionário: Nós precisamos saber o que você pensa sobre o Porão?’. Isto deu impulso para o próximo passo: abrir o diálogo com a secretária de cultura a partir dos resultados do questionário, e assim introduzir o assunto sobre as decisões que estavam sendo tomadas, ouvir a posição da Secretaria de Cultura diante da futura demolição prevista, e análises das consequências possíveis.

Em maio, ocorreu o Fórum de Patrimônio Cultural na sede do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Rio de Janeiro (CAU-RJ), com representantes das seguintes instituições: Prefeitura do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) e União (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN). Neste evento foram consultadas as respectivas opiniões, justificativas e motivações no campo da preservação do patrimônio para o caso da demolição do Anfiteatro de Maricá. Após esta consulta foram elaboradas as perguntas, para a entrevista com a Secretária de Cultura, Andrea Cunha. O objetivo foi consultar sobre informações da demolição e também do Projeto Porão Cultural, sob o ponto de vista da Cultura de Maricá. Sendo assim, ao longo de uma hora de conversa, a reunião se estendeu com a presença da arquiteta Renata Gama, funcionária da prefeitura e responsável pela pesquisa sobre o patrimônio cultural de Maricá, e ambas trouxeram contribuições em torno das transformações e interferências urbanas, que essa Praça já sofreu. Estas informações contribuíram para as questões levantadas nos itens ‘4.1 A Praça Orlando de Barros Pimentel: A Pedra Fundamental da cidade’, onde são mostradas estas transformações e ‘5.5.2 Consultas a esferas do Poder Público’, que descreve mais detalhadamente a entrevista.

Ainda em maio, mais para o final do mês, foi feita outra visita a convite da Tatiana, idealizadora do Projeto Porão Cultural, para participação da reunião de equipe a tratar do evento de aniversário de um ano do Porão, concluído em agosto de 2019, cinco meses adiante. O objetivo era mostrar resistência através da arte e cultura com intuito de sensibilizar o poder público e, quem sabe, impedir a demolição do anfiteatro ao mostrar a importância do projeto. Reivindicar, que deve ser mantido ali, no centro da cidade, na praça principal que amplia a voz, dá visibilidade e acessibilidade à arte no espaço criativo, que o Porão proporciona. Desta reunião saíram ideias sugeridas pelos participantes presentes, como saraus de apresentação e homenagem aos 100 anos que completou Jackson do Pandeiro, cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro, em agosto, junto com o Porão. Mais adiante algumas atividades propostas foram possíveis e outras não, mas a importância deste encontro resume-se no momento em que todos cantaram e tocaram juntos alguns dos sucessos do compositor Jackson do Pandeiro, ao concluir a reunião, ou seja, foi consolidada, naquele instante, a união entre eles.

Ao longo do período de dois meses, sem retornar ao local, foi mantido o contato à distância com a Oneide, principalmente. Preocupada com a futura mudança do Porão, ela começou a levantar, por

conta própria, os espaços (imóveis) vazios (abandonados) na cidade. A intenção era de aplicar os instrumentos legais, que pudessem viabilizar a ocupação de um outro espaço, com o projeto. Neste momento, foi oferecido um apoio consultivo em vias de reforçar, através do campo do urbanismo, a legitimação da sua atitude, e assim foi mantido um diálogo em busca das possibilidades existentes neste sentido. Este interesse da Oneide orientou a pesquisa para estudos do Plano Diretor do Município de Maricá (PDM-Maricá), do Código Civil brasileiro e Constituição Federal. Neste contexto, chegou o evento de aniversário de um ano do Porão, uma [lindíssima] comemoração e manifestação cultural. As vozes de luta, agradecimento e memória, expressões poéticas, musicais e das artes visuais transpiraram pelos poros do Porão e fizeram valer a visita-relâmpago, dando maior sentido à busca por um local a dar continuidade ao espaço.

A última visita desta pesquisa à Maricá, em outubro de 2019, foi para participar da última reunião de Pré Conferência Municipal de Cultura. Estes encontros, ocorridos previamente à Conferência Municipal de Cultura, tiveram como objetivo eleger os delegados de cada setor da cultura para as regiões definidas pelas Lonas Culturais recém-inauguradas (2019). Os delegados, que são os representantes da sociedade civil perante o poder público, possuem o poder de voto nas assembleias legislativas, que envolvem a Secretaria de Cultura. As pessoas, que estivessem presentes neste evento e previamente inscritas, poderiam votar para as delegações durante o evento, após reuniões setoriais que compilavam propostas dos presentes, por escrito, a serem levadas para a Conferência Municipal. As minhas duas colaborações foram: Propor o levantamento sistemático dos imóveis vazios para ocupações com atividades, que cumpram com a função social da propriedade; votar nos delegados e delegadas eleitas na Lona Cultural Marielle Franco, representando a região do Centro.

A experiência foi possível em virtude da receptividade e hospitalidade de uma das principais colaboradoras do projeto, a museóloga Priscilla Mataruna, e com isso foi possível aprofundar a pesquisa na questão política ao observar os diversos atores sociais que influenciam esta etapa inicial das decisões municipais. Lideranças populares, grupos sociais, autores de projetos, artistas locais autônomos, dentre outros, fazem parte dos interessados em participar ativamente destes processos, e este olhar foi decisivo para desmistificar ideais a respeito de gestões participativas, o que proporcionou maior consistência para a pesquisa.

Após este relato inicial sobre cada uma das visitas realizadas à Maricá, e, portanto, a metodologia utilizada descrita cronologicamente, o próximo capítulo busca introduzir o leitor e a leitora ao território deste município fluminense, cenário, palco, localização desta análise, ou seja, o contexto geográfico. Maricá é um recorte territorial específico, com características peculiares, conforme demonstrado a seguir, mas que se faz possível a reflexão, em muitos aspectos, sobre outras realidades sociais e urbanísticas. Cidades com diferentes escalas urbanas, características sociais e culturais reencontram situações parecidas com estas encontradas em Maricá.

3 O TERRITÓRIO: MUNICÍPIO DE MARICÁ – UF: RJ.

O município de Maricá (36.390,00ha), situado na Costa do Sol – Região dos Lagos, litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, conforme localização indicada na imagem abaixo (Figura 16), é município integrante do COMLESTE¹³, possui uma população estimada de 153.008¹⁴ e relevante importância para o Estado do Rio de Janeiro. Alcançou objetivos no âmbito de gestão política e econômica, que o colocam em destaque. Por exemplo: primeiro município brasileiro com população acima de 100 mil habitantes, que desde dezembro de 2015 oferece transporte público rodoviário gratuito para a população. Sob a gestão do Prefeito Washington Luiz Cardoso Siqueira (PT), o Quaquá (2009-2016), a Prefeitura assumiu a execução do serviço de transporte estatizado com isenção de tarifa para toda a população.

Figura 16: Base Cartográfica com os municípios do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Governo do Rio de Janeiro.

No momento atual (2020), com o Prefeito Fabiano Taques Horta, Maricá continua sendo gerida pelo Partido dos Trabalhadores na Prefeitura, o que configuram 10 anos consecutivos do partido no município. O partido, reconhecido por fortalecer políticas sociais, atingiu resultados de redução do índice de pobreza extrema no Brasil, tendo atingido o menor índice, até então, de desigualdade social em 2011, desde a década de 60, segundo matéria do jornal GGN¹⁵ (FAGNANI, 2013), que cita *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda* (IPEA, 2012), como fonte destes dados.

O reflexo desses trabalhos em Maricá pode ser notado em políticas como a lei sancionada em 2013, que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Este programa criou o Banco Comunitário Popular de

13 Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense, disponível em: <http://conleste.com.br/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

14 Fonte IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 07 dez. 2019.

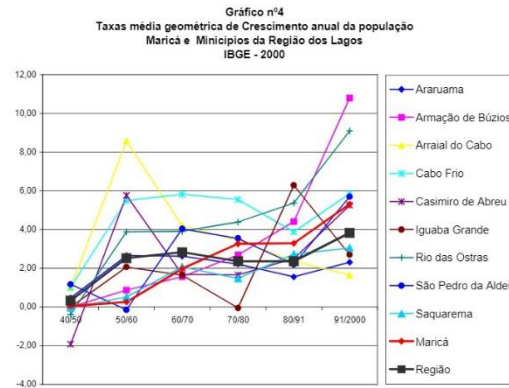
15 Disponível em: jornalggm.com.br. Acesso em: 04 jan. 2020.

Maricá e a primeira moeda social do Brasil, a Mumbuca. O programa lançado foi assinado pelo Secretário de Economia Solidária, Diego Zeidan Cardoso Siqueira (PT), que em 2017 lança um Plano de Trabalho que tem como objetivo: oportunizar inserção no mundo do trabalho, através de incentivo ao estudo dos municípios no âmbito do ensino fundamental, médio e universitário e ao empreendedorismo com ênfase nos cooperativismos e/ou associativismos, com utilização dos princípios da economia solidária e agroecologia. Este programa trouxe políticas públicas, como o curso preparatório gratuito para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e os Termos de Permissão de Uso de Área Pública para cultivo de horta comunitária no loteamento Manu Manuela. Esta última exemplifica como o Poder Público pode e deve interferir diretamente na ocupação e uso do solo urbano, neste caso, através da Secretaria de Economia Solidária.

Ademais, ainda que sejam contabilizados os fatos que demonstrem conquistas no âmbito social, existem questões antagônicas presentes nas gestões de esquerda, pois afinal estes avanços, na realidade, pouco comprometem a dinâmica hegemônica, muitas vezes perversa socialmente, neoliberal. Apesar de necessário caminhar neste sentido, ainda que de maneira falha, é preciso haver uma visão crítica sobre a forma de se conquistar espaços contra hegemônicos. Discutir formas de dialogar com a sociedade, grupos de resistência e movimentos sociais, nos governos de esquerda, é necessário. O governo do PT alimentou expectativas em relação a reformas estruturais e, no entanto, muito do que ocorre ainda são alianças e concessões, que permitem a permanência do partido no poder e paridade nas disputas de eleição, garantindo uma continuidade política, o que resulta em enfraquecimento das lutas populares contra hegemônicas, como uma das consequências para o avanço político.

Vale ressaltar, que esta é uma das críticas mais presentes emitidas por apoiadores, que por ventura se decepcionaram com aspectos do Governo Federal do Partido dos Trabalhadores. Portanto, é interessante escutar, que há que se pensar sobre a aproximação dos diálogos da esquerda com a própria esquerda, como debatido pela cientista política Marta Harnecker, sobre a ‘esquerda social’ e a ‘esquerda partidária’. Ela afirma, que “para que a esquerda partidária consiga se aproximar da esquerda social é necessário que se renove ideologicamente, mude sua cultura política e estilos de trabalho e incorpore a seu arsenal as formas de luta e de resistência inovadoras implementadas pela esquerda social”. (HARNECKER,2018). Ao partir desta recente visão de Harnecker, uma maneira de encarar a aproximação desejada pode ser vislumbrada no caso do Porão Cultural, por se tratar de possibilitar o uso de um espaço público com o uso de interesses sociais, partindo de uma demanda local, que impactam efetivamente e a qualidade de vida da população, com a premissa do envolvimento social.

Voltando um pouco aos aspectos físicos de Maricá, o território político municipal é dividido em quatro distritos: 1º – Maricá Sede (21 bairros); 2º – Ponta Negra (13 bairros); 3º – Inoã (9 bairros); 4º – Itaipuaçu (13 bairros). E subdividido em um total de 56 bairros (Figura 17):

Figura 18: Gráfico de crescimento anual da população 1940 – 2000

Fonte: GUICHARD, 2005.

Outro fator de suma importância para o disparo da população e impacto econômico do município são os royalties do petróleo. Para ilustrar um pouco este impacto causado em cidades com porte de Maricá, como Cabo Frio e Rio das Ostras, sobre a mudança, que os royalties podem causar em um município, foi encontrado um artigo publicado em 2012 de um projeto financiado pelo CNPq (2008-2011), que investigou a porcentagem do investimento dos royalties para a Cultura, entre 985 municípios de 17 estados brasileiros beneficiados pela Lei n. 9478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como Lei do Petróleo. Ainda que o artigo não cite Maricá, serve como referência, pois cita os cinco municípios fluminenses considerados mais ricos por ocuparem a posição desde 1999, que são: Campos dos Goytacazes, Quissamã, Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio (município vizinho de Maricá). Atualmente, segundo matéria do Valor Econômico (O Globo, 2019), o município de Maricá estima, que entrarão R\$14 bilhões em oito anos, em royalties e participações especiais, incluindo-o na lista dos mais ricos.

A crítica central deste artigo citado no início do parágrafo anterior é justamente o alto ganho destes municípios com a Lei do Petróleo e o baixo investimento dos recursos em serviços, que estimulem o aumento da qualidade de vida local, e se focar nos dados dos gastos com a cultura as porcentagens aparecem ínfimas. Neste sentido, Maricá declara estar em um processo diferenciado, e segundo matéria divulgada por economista no jornal Estado de Minas, as cidades de Maricá e Niterói desejam mudar esta conduta das cidades do norte-fluminense “por esbanjar os royalties com projetos supérfluos de ‘maquiagem’ da paisagem urbana”. (ESTADO DE MINAS Economia, 2018), em vez de reverterem os recursos em benefícios mais aprofundados e estruturais para a população. Naquelas cidades citadas por más condutas, verificou-se uma incoerência entre os valores ganhos pela Lei do Petróleo e a qualidade dos serviços públicos locais, que mudaram praticamente nada, ou por vezes, pioraram, como os casos de Macaé (que sofre com o impacto maior das embarcações na costa litorânea diretamente) e Campos dos Goytacazes.

Estas incoerências ocorrem, pois, o Desenvolvimento Econômico, que possui o Produto Interno Bruto (PIB) como critério principal de avaliação das cidades, frequentemente conflita com os interesses

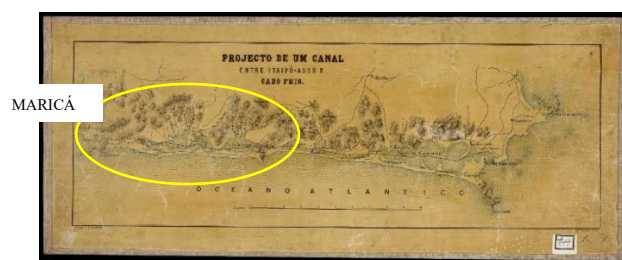
sociais de uma cidade. No entanto, ao longo das décadas a humanização do chamado desenvolvimento vem ocorrendo gradativamente, o que traria para a definição de Desenvolvimento o processo de mudança do critério em cima dos ganhos do capital. Nos anos 90 surgiu o termo “Desenvolvimento Humano”, que constituiu as mudanças destes índices, ligando-os à uma aproximação deste desenvolvimento a outros critérios para além do econômico (LAGO, 2018). No caso destas averbações municipais, um desenvolvimento contaria com a reversão da verba em cultura, saúde, educação, dentre outros elementos extra econômicos, que garantem a qualidade de vida da população local, o que refletiria invariavelmente em crescimento econômico, por fim.

3.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DE MARICÁ

Para dar início a uma breve abordagem histórica sobre o território de Maricá, levanta-se um fato curioso, que surpreende por esta cidade não estar tão presente ou aparentemente ser pouco procurada, inclusive como destino turístico, sendo quase um ponto alternativo, que esconde um imenso potencial de beleza natural e histórica, pois a cidade recebeu, ao longo dos anos, ilustres visitantes e moradores artistas, políticos e cientistas, que ressaltam o interesse acerca deste local reservado. A região, desde os primórdios de Freguesia, assim como diversas localidades das Américas, recebia constantemente expedições científicas de visitantes estrangeiros, sendo eles comerciantes, cientistas, artistas e também membros das Côrtes e famílias reais europeias.

Um indício, que ocorreu na pesquisa deste traço escondido de Maricá, foi a dificuldade de se levantar dados históricos da cidade. A imagem a seguir (figura 19) se trata de um projeto do trecho de um canal, entre Itaipuaçu (hoje bairro de Maricá) e Cabo Frio, e esta foi a mais antiga e sem data específica da representação gráfica, ou seja, planta baixa encontrada no acervo cartográfico digital da Biblioteca Nacional¹⁶, em que Maricá aparece destacado com a elipse em amarelo. A própria arquiteta e pesquisadora do Município de Maricá, Renata Gama, afirma ter a mesma dificuldade para recolher informações para o seu trabalho de resgate da memória de Maricá.

Figura 19: Projecto de um canal entre Itaipú-Assú e Cabo Frio. Ano [18--].



Fonte: Cartografia Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶ Fonte Biblioteca nacional, disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/ Acesso em: 22 abr. 2019.

Dentre estes passantes mencionados anteriormente, destaca-se a Princesa Isabel e o Conde D'eu, que ficaram hospedados em Maricá e visitaram a antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Casa de Cultura), segundo registro, que comprova as presenças em eventos na época. Outra presença de grande importância foi a do cientista Charles Darwin, em 1832, que esteve também hospedado na região por um período e teria realizado relevantes análises arqueológicas. Nas décadas de 60 a 90, já do século XX, passaram ou habitaram por lá personalidades como o antropólogo, escritor e político brasileiro Darcy Ribeiro, que se encantou com o local e construiu sua casa projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, casa esta que integra a Secretaria de Educação e está aberta à visitação, na beira da Praia de Cordeirinho, região oceânica do município. Também morou e morreu lá a cantora, compositora, instrumentista e atriz Maysa. Outros nomes registrados por deixarem suas marcas na cidade são o do escritor Antônio Callado, do empresário Roberto Marinho, o músico e maestro Raul de Barros, a cantora e compositora Beth Carvalho e a cantora Núbia Lafayette.

Segundo o autor do livro 'Maricá, meu amor' (1977), Paulo Batista Machado, o início do povoamento massivo do território da futura Maricá ocorreu a partir das sesmarias, que eram convenientemente localizadas na costa, a fim de cumprir a função de defender o litoral brasileiro. O livro descreve, que até 1830, terras foram concedidas "de maneira profusa" em Maricá, conforme praticado na época da Coroa. Em 26 de maio de 1814, devido às várias emancipações, Santa Maria de Maricá destacou-se das terras do Rio de Janeiro, de Cabo Frio e da Vila de Santo Antônio de Sá, das quais fazia parte, elevando-se à categoria de Vila. Esta se tornou a data comemorativa da fundação da cidade, tendo hoje 205 anos. Foi somente após a Proclamação da República, em 1889, que a Vila de Maricá foi elevada à categoria de cidade (MACHADO, 1977).

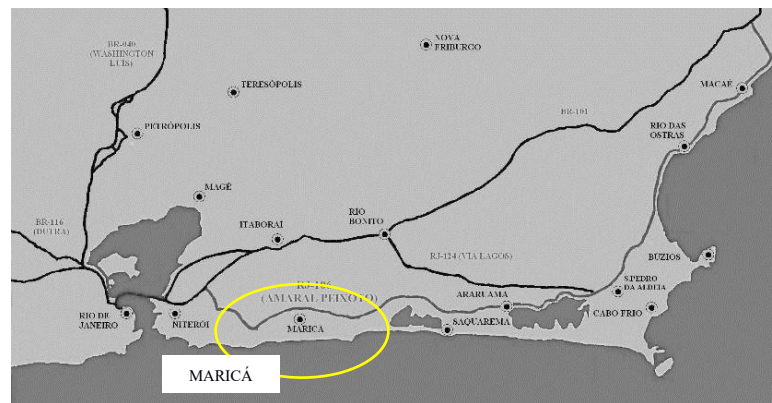
Retornando um pouco mais no tempo, as primeiras informações oficiais de invasão desta região são datadas por volta de 1635, ano em que foi fundada pelos beneditinos do Rio de Janeiro, a Fazenda São Bento. Já em 1675, foi erguida a capela de São José do Imbassaí e em 1755, oitenta anos depois, foi criada a Freguesia de Santa Maria de Maricá. A primeira capela de Nossa Senhora do Amparo foi construída somente na segunda metade do século XVIII. Com isso, a capela Nossa Senhora do Amparo separou-se da Freguesia de Santo Antônio de Sá e recebeu o título de paróquia. Foi em 1788 que se ergueu a atual capela de Nossa Senhora do Amparo, a Igreja situada na Praça Orlando de Barros Pimentel, cujas obras começaram no século XVIII, mas só foram finalizadas no século seguinte. Interessante notar, que esta ordem dos processos de elevação dos locais à categoria de Vila, ou cidade, era uma prática usual e se repete nas histórias das formações de cidades brasileiras, conforme explica a urbanista Ermínia Maricato, em seguinte trecho:

A criação dos núcleos urbanos vinha sempre acompanhada da construção da capela, que ocupava lugar de destaque. O pequeno núcleo de casas ao redor da capela (também chamado de patrimônio) poderia evoluir para a situação de paróquia ou freguesia, para depois se tornar uma vila (e mais raramente cidade), que deveria apresentar uma matriz ou capela ampliada, além da Casa da Câmara e Cadeia. Essa

mudança de status envolvia características jurídico-institucionais em que o papel da Igreja e do Estado se confundia. (MARICATO, 1998).

O primeiro grande impacto infra estrutural, que interferiu diretamente nas produções agrícolas e pesqueiras locais foi a abertura da estrada de ferro e a implantação da estação situada em Maricá, no final do século XIX. Esta obra, que funcionou entre 1889 e 1963, proporcionou o escoamento dos mercados de Niterói e São Gonçalo para Maricá inserindo-a no mercado produtor e consumidor da Região Metropolitana. Já em meados do século XX foi a vez das expansões das vias rodoviárias atingirem a região e inaugurou-se a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), que corta o município de Maricá (Figura 20):

Figura 20: Rodovia Amaral Peixoto, 1940.



Fonte: Wikipédia, Domínio Público.

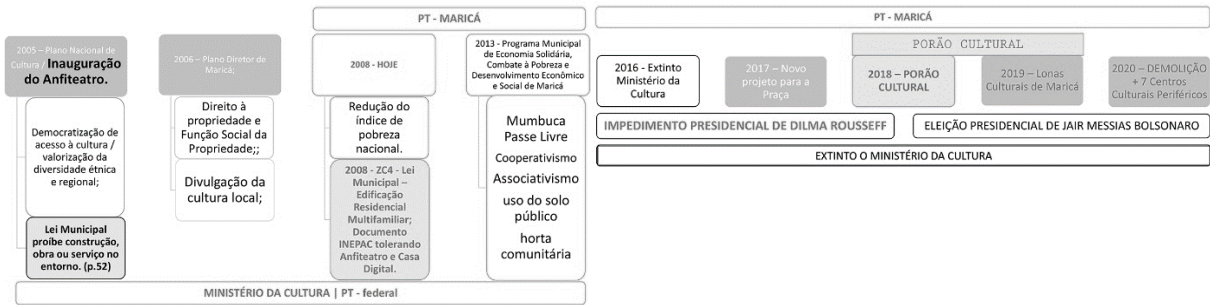
Após esta abertura desta Rodovia em 1940, somada, posteriormente, à construção da Ponte Rio-Niterói em 1974, grandes glebas foram loteadas e transformações significativas das terras rurais atraiu um novo mercado de propriedades privadas resultando também no crescimento populacional vertiginoso, incentivando a indústria da construção civil, o turismo veraneio e o comércio na cidade. Segundo o pesquisador Diogo Monteiro (2006), após a conclusão das obras de duplicação da Rodovia Amaral Peixoto, em 2002, muitos veranistas fixaram residência no município, o que teria atraído novos investidores e estimulado ainda mais a especulação imobiliária.

Esta alteração no cenário de Maricá fomentou a elaboração de uma nova legislação urbanística para o município, ajustada à nova realidade local. Em outubro de 2006, essa nova legislação fundamentou o Plano Diretor de Maricá, atual legislação vigente no município (MONTEIRO; LONGO, 2006). Sendo a temática da pesquisa o planejamento urbano envolvendo políticas culturais e de patrimônio, farei a seguir uma aproximação do tema Política Cultural, também no contexto nacional, que ditam as políticas estaduais e municipais, com foco no Plano Diretor Municipal, para contextualizar politicamente o levantamento histórico trazido até aqui.

3.2 POLÍTICAS CULTURAIS E MARICÁ

A figura 21 abaixo demonstra, em formato de linha do tempo, a relação entre os principais acontecimentos da pesquisa e os mandatos políticos, traçando um paralelo destes acontecimentos, conforme analisado a seguir:

Figura 21: Linha do Tempo Políticas Culturais e Maricá.



Fonte: A autora.

No âmbito das eleições municipais, Maricá passou por duas reeleições na prefeitura durante os anos 2000, conforme demonstrado na Tabela 04, a seguir:

Tabela 04: Eleições Municipais de Maricá, RJ, de 2000 a 2016

Ano de eleição	Partido	Candidato eleito	Coligação	Disponível em
2000	12-PDT	RICARDO JOSÉ QUEIROZ DA SILVA	PDT / PRP / PHS / PC do B	TSE <Http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>
2004	15-PMDB	RICARDO JOSÉ QUEIROZ DA SILVA	PP / PMDB / PMN / PV	TSE <Http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>
2008	13-PT	WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA	DESCONHECIDO	TSE <Http://divulgandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2008/14422/58530/candidatos>
2012	13-PT	WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA	PT / PTB / PRP / PPL	TER-RJ <Http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/2012/resultados/partido_c oligacao >
2016	13-PT	FABIANO TAQUES HORTA	PT / REDE / PTB / PMDB / PTN / PR / PSDC / PHS / PV / PC do B / SD / PMN	TSE <Http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

Fonte: TSE, 2019.

O candidato eleito na primeira reeleição migrou do Partido Democrático Trabalhista (PDT) da primeira eleição de 2000, para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB) nas eleições de 2004. Em 2008 foi eleito o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Washington Siqueira, mais conhecido como Quaqué, sendo este reeleito em 2012. Logo no início do seu mandato,

em 2013, foi declarada a sua inelegibilidade por oito anos, contados a partir de 2012, pela prática de abuso do poder público e conduta vedada a agente público. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁷, o colegiado do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro votou por unanimidade manter o mandato do prefeito nesta eleição de 2012.

No contexto Nacional, o Ministério da Cultura (MinC), está atualmente extinto. Criado em 15 de março de 1985 pelo decreto nº 91.144 do ex-presidente José Sarney, sendo antes as atribuições desta pasta de autoridade do Ministério da Educação, de 1953 a 1985 chamava-se Ministério da Educação e Cultura (MEC) e era responsável por todas as expressões da cultura nacional e pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural do Brasil. Em 2016, após a posse de Michel Temer como presidente interino, o MinC, Ministério exclusivo da Cultura, foi extinto e reincorporado ao Ministério da Educação. Contudo, a decisão foi brevemente revista e o ministério voltou a existir, na época sob comando de Roberto Freire. Ao ser eleito presidente em 2018, Jair Bolsonaro anunciou novamente a extinção do Ministério da Cultura, sendo suas atribuições incorporadas ao recém-criado Ministério da Cidadania, que absorveu também a estrutura do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento Social e o dramaturgo Roberto Alvim foi nomeado como secretário.

Diante desta realidade, muitos artistas enxergam este movimento político como uma ameaça latente para as categorias de cultura, se tornando um passo para a desvalorização, redução de fomento e consequente prejuízo para os trabalhadores envolvidos, ou seja, uma regressão nas conquistas das classes artísticas e culturais. A atriz brasileira consagrada e premiada, Fernanda Montenegro (90 anos), cedeu em fevereiro de 2019 uma entrevista ao jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, disponível no canal de *youtube* da mídia, manifestando a sua indignação diante deste rebaixamento da Cultura nos investimentos públicos:

Desde que haja um Ministério, aquele Ministério tem que estar num ‘pé de igualdade’, e não dentro de um ‘pau-de-sebo’. Então, vamos dizer que este lado não está cuidado, em função do outro lado, que é o que eles dizem. Mas desgraçadamente, se este lado aqui não estiver respeitado, você não vai ter esse lado de lá. Nunca! É interdependente. (...) [a cultura] é uma comunhão humana numa zona da pele, sabe? É pena que o Brasil não viva isso, sabe? Está abandonado neste setor. Então, se este setor está abandonado, porque os outros setores não estariam em condições melhores? Porque, por incrível que pareça, esta sensibilização de pele é o que determina em você a honestidade para atender o todo. Te sensibiliza, te ‘hermana’. Te dá uma Nação. Sem essa Cultura você tem uma fronteira... você tem um país. (...), mas você não tem uma Nação. (MONTENEGRO, F. Entrevista à *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2019).

Durante o mandato do ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil, em 2005, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), que segundo a pesquisadora sobre Política Cultural no Brasil, Lia Calabre (2011), este evento constituiu uma inovação no campo da participação social mais ampla. Tratou-se da

17 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Agosto/prefeito-de-marica-rj-mantem-o-mandato-mas-e-declarado-inelegivel-por-oito-anos>. Acesso em: 12 dez 2019.

abertura de um espaço de reflexão e debate sobre a situação cultural no Brasil, após todas as modificações sofridas ao longo da ditadura militar e no pós-ditadura, da década de 90. Segundo Calabre (2011), apesar de ser verdadeira a afirmativa de que as ações na história das políticas públicas de cultura no Brasil terem estado concentradas no período de recessão democrática, não é verdadeiro afirmar que durante este mesmo período houve avanços na democratização da cultura. Ela diz que:

A criação do Ministério da Cultura em 1985 não resultou em elaboração ou consolidação de políticas públicas para a área. A partir de 2003, da gestão do Ministro Gilberto Gil, identifica-se um esforço de recolocar as questões das relações Estado e cultura na pauta do governo, na forma de políticas públicas, agora com um caráter democrático e participativo. (CALABRE, 2011).

Uma das conquistas do encontro de 2005 foi o Plano Nacional de Cultura, inexistente até então, que se trata da emenda constitucional nº 48 de 1º de agosto de 2005, transcrita abaixo:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens de cultura; V – valorização da diversidade étnica e regional. (Emenda Constitucional, 2005)

É importante ressaltar, que foi exatamente neste contexto político, ou seja, logo após o início do mandato do Ministro Gilberto Gil, em 2003, que para além da Política Nacional da Cultura contribuiu com políticas públicas e transformaram a política cultural no país, como os Pontos de Cultura¹⁸, que houve investimento em Maricá para a construção do Anfiteatro. As obras iniciaram em 2004 e a inauguração do equipamento foi em 2005, na Praça Orlando de Barros Pimentel. Também neste mesmo ano de 2005 foi criada a Fundação de Cultura de Maricá, até então inexistente. Não foram encontradas informações a respeito da origem da verba para a construção do anfiteatro na praça do centro da cidade, mas consta, que foi projeto e obra pertencentes à construtora *Giver Engenharia*, durante o mandato do ex-prefeito Ricardo José Queiroz da Silva (PMDB).

A pesquisadora Amanda Nogueira (2015), diz que em 2015 o município de Maricá até apresentava alguns equipamentos culturais (Cinema Henfil, Casa de Cultura e Anfiteatro, por exemplo), mas afirma também, que os investimentos em Cultura ainda não contemplavam o aumento vertiginoso populacional mencionado anteriormente, ou seja, eram insuficientes para atender às demandas de novos

18 Os Pontos de Cultura fizeram parte da Política Nacional de Cultura Viva, um programa do governo federal brasileiro, criado em 2004, que buscava desburocratizar o processo de prestação de contas e repasses de recursos para organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e governamentais e podiam ser instalados em um espaço vazio ou em um centro cultural existente. A partir desse ponto, desencadeava-se um processo orgânico, agregando novos agentes e parceiros, visando à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades, e é reconhecido como uma das principais políticas culturais do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em: Wikipédia.com. Acesso em: 10 nov 2019.

museus, casas de espetáculo, cinema e teatro no cenário cultural do município. Esta observação já previa a entrada do município no processo de crise dos investimentos em Cultura, que ocorreram em nível nacional, concomitante ao momento em que a Casa de Cultura foi esvaziada para iniciar obras de restauro, posteriormente paralisadas. Segundo justificativas oficiais, a paralisação das obras se deu por problemáticas burocráticas no consórcio da obra, interrompendo as atividades que ocorriam no espaço. A Casa de Cultura vinha sendo o principal equipamento, junto ao anfiteatro, que abrigava as seguintes atividades, segundo Nogueira (2015):

A Casa de Cultura apresenta exposições de arte, cinema e eventos culturais, além de ministrar cursos e palestras, e patrocinar prêmios através do reconhecimento aos trabalhos de todos os tipos de atividades do gênero cultural. Algumas das atividades atuais mais importantes deste espaço é o Cineclube Henfil e o Curso Livre de Cinema. (NOGUEIRA, 2015)

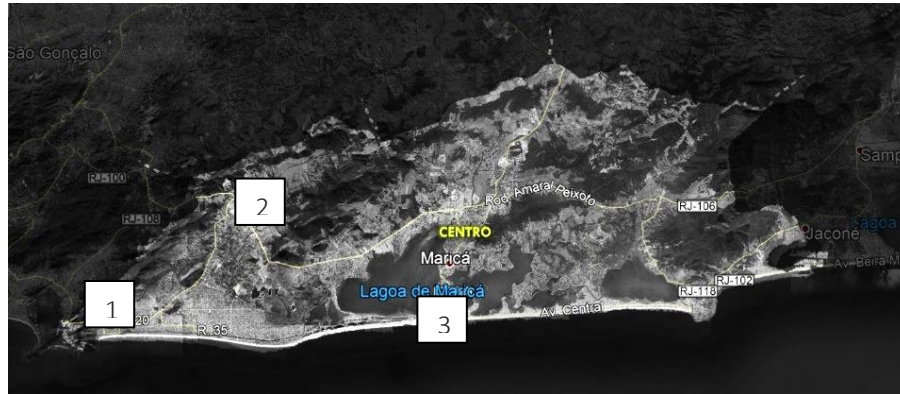
Com intuito de dar continuidade à investigação, partindo destas análises e verificações dos momentos políticos e reflexos na política local, foram verificados junto ao Plano Diretor do Município de Maricá (PDM de Maricá, 2006) direcionamento, que serve à Política Cultural de Maricá, e neste sentido, oferece aporte legal para proteção do Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, como dos objetivos e conceitos destaca-se: “CAPÍTULO II – Da Política do Patrimônio Cultural. Art. 35. Item VI – criar um espaço sociocultural para ensino e divulgação da cultura local”. (PDM, 2006). O Porão Cultural, que possui a autorização temporária da secretaria de cultura, ocupa um local oferecendo espaço para estimular a expressão livre artística e assim abrir espaço para a descoberta de novos talentos, divulgando francamente a cultura local. A Casa de Cultura, por outro lado, por ser um Centro Cultural do Município, abrigando o Museu da Cidade dentro de um monumento histórico, reduz naturalmente e drasticamente esta liberdade de expressão, se comparado ao espaço do Porão, pois são propósitos diferentes.

Para contemplar o trecho do PDM destacado anteriormente, na área do ensino, o município possui o Programa Cultura de Direitos, inaugurado em 2018, que tem por objetivo oferecer cursos gratuitos de capacitação nas áreas de música, cinema, fotografia, capoeira e redes sociais. O programa possui alta relevância econômica para a população ao atender à demanda do ensino gratuitamente, visando a capacitação técnica, mas abrange apenas uma das faces da complexa questão sociocultural.

Com relação às atividades de apresentações, oficinas e reuniões, também entendidas como espaços socioculturais, foram inauguradas, em 2019, três estruturas: as *Lonas Culturais*¹⁹. Instaladas em três, dos quatro distritos do município, conforme indicadas na Figura 22 abaixo, as lonas buscam atender a demanda cultural no território: 1 - Lona Cultural de Itaipuaçu – Beth Carvalho; 2 - Lona Cultural de Inoã; 3 - Lona Cultural da Barra de Maricá - Marielle Franco. No bairro do Centro, o Anfiteatro.

¹⁹ Lona Cultural define-se aqui como um teatro coberto, administrado pela Secretaria Municipal de Cultura da prefeitura de Maricá.

Figura 22: Limite do Município, Lonas Culturais e Anfiteatro



Fonte: Google com manipulação digital da autora.

As novas Lonas Culturais de Maricá não contemplam todo o território do município ainda, mas se propõem a acolher eventos diversos, atividades propostas com objetivo da democratização do acesso à cultura local, assim como promover encontros de debate e expressões culturais naquele raio de abrangência. No entanto, se difere no Porão Cultural por ser um espaço inteiramente aberto inviabilizando a instalação de um ateliê, como o Porão, com objetos, que necessitam um local seguro e fechado (instrumentos musicais, livros, materiais de desenho, obras de arte, etc.). A materialidade da estrutura das Lonas Culturais de Maricá, como diz o nome, segue o perfil das lonas levantadas autonomamente, como lonas de circo, sugerindo um caráter temporário, removível e desmontável, supondo uma intenção itinerante (Figura 23).

Figura 23: Lona Cultural Marielle Franco, 1º Distrito do Centro.



Fonte: a autora, 2019.

Outro equipamento existente no âmbito cultural em Maricá é o Mercado das Artes, também localizado na Praça OBP, assim como O Anfiteatro e o Porão, a Casa de Cultura e a Igreja da Matriz, onde são encontradas obras de 65 artistas e artesãos locais, expostas e à venda em 29 boxes de mercado. O artista, que deseja expor nos boxes, deve realizar um cadastro junto à prefeitura. O Mercado das Artes pode ser entendido também como um espaço para a divulgação dos artistas locais, mas não abrange a

questão sociocultural, pois o público alvo são os artesãos e o objetivo é a venda de seus produtos, tendo uma abordagem mais focada na renda econômica.

Ao ser questionada a respeito de qual seria a diferença do Porão Cultural para todos estes espaços, a museóloga Priscilla Mataruna, uma das colaboradoras do Porão, apontou que estes outros são espaços que não têm o intuito de realizar atividades ou interações diretas e abertas com a população, como tem o Porão, que é um espaço que estimula a produção livre da arte.

O próximo artigo destacado, de número 117, se encontra no Capítulo III – Dos Fundos Municipais, Seção VII – Da Transferência do Direito de Construir, e vai tratar, neste caso, do direito de preservar: *Art. 117. Item II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, cultural, ambiental, paisagístico ou social.* (PDM, 2006). Este artigo do Plano Diretor ressalta, que espaços considerados constituintes “de uma proposta de forte apelo sociocultural”, conforme mencionado sobre o Anfiteatro e a Casa Digital no documento emitido (Anexo A²⁰), se enquadram nos requisitos necessários para serem protegidos contra a suposta demolição. Ainda no PDM Maricá encontram-se nos instrumentos do *CAPÍTULO IV – Dos Instrumentos, na Seção XXVI – Do Tombamento de Imóveis e Mobiliário Urbano*, os seguintes critérios, que inserem novamente, tanto o anfiteatro quanto o Projeto do Porão Cultural, na categoria de patrimônio cultural:

Art.180. Constituem o patrimônio cultural do Município toda a produção e os modos de vida, presentes no processo histórico e no cotidiano do Município. § 1º Compete ao Município **reconhecer o patrimônio cultural como um processo social autônomo, devendo garantir-lhe a liberdade de expressão e criação**, as condições de um desenvolvimento e a preservação de seus bens ou conjunto de bens representativos como parte integrante do direito à cidadania. § 2º Os bens ou conjunto de bens representativos do processo cultural local são conceituados como elementos dinâmicos de contínua trajetória histórica e cotidiana, **devendo ser respeitados os significados a eles atribuídos pelas correspondentes comunidades.** (PDM Maricá, 2006, grifo nosso)

Ainda, que construído após o tombamento da “joia” de Maricá, sendo esta a Casa de Câmara e Cadeia (Casa de Cultura), o Anfiteatro foi feito com investimento público e apropriado pela população, integrando o rol de equipamentos culturais da cidade, e por isso se enquadra nas características descritas acima destacadas.

Com base em observação das atividades realizadas no Anfiteatro e Praça, exibidas nos meios de divulgação do trabalho realizado pela prefeitura, vê-se, que apesar de diversas conquistas necessárias para a população, pecam em ressaltar e divulgar feitos, que não contam com a participação ativa da população, mas sim passiva, o que pode sugerir um caráter assistencialista. Ademais, a gestão do Município conta com uma Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher, que se posiciona ativa com relação às comemorações de datas e eventos importantes para a representatividade

20 ANEXO A – Parecer DPCN/ INEPAC: Parecer solicitado por Promotor da Justiça, referente às obras irregulares ocorridas na Praça Orlando de Barros Pimentel, em Maricá (2008).

LGBTQIA+, proteção da mulher contra o feminicídio, realização de seminários com participação da sociedade e divulgação de políticas sociais, mas algumas vezes parecem apontar para o mesmo caráter assistencialista. Outros benefícios, como a Bolsa Mumbuca, o Programa Cultura de Direitos ou o Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU) garantem uma presença do estado, preocupado com as problemáticas sociais, oferecendo suportes e apoios institucionais, que fazem sim a diferença.

Voltando ao contexto político mais atual e nacional, o setor da cultura vem sofrendo, junto com educação, consecutivos ataques, sendo espremida e desvalorizada durante este percurso de crise político-econômica no país, conforme indicado no trecho a seguir, retirado de uma notícia do jornal Vitruvius²¹:

Ataques sistemáticos ao Iphan e a outras áreas da cultura são percebidos no país desde 2016, onde pessoas sem nenhum compromisso com a agenda do patrimônio estão assumindo posições de extrema relevância na área cultural. ” A denúncia da deputada Áurea Carolina, que inclui também a extinção do Ministério da Cultura, reafirma a importância de mobilizações como o Fórum e audiências no âmbito político para frear o desmonte que se vislumbra. “Temos que repercutir essa denúncia e, a partir de articulação como essa que se faz presente, formular os caminhos possíveis”, disse a parlamentar. (Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – Brasília, 2019)

Este contexto se refere ao cenário do Porão Cultural, visto que o anfiteatro, que abriga o projeto, surge no crescente dos investimentos culturais a partir do início dos anos 2000, priorizando e estimulando a cultura local, porém ao longo do tempo sofre este enxugamento dos investimentos, forçando inclusive a biblioteca municipal a deixar o Anfiteatro, por falta de investimento na estrutura física do espaço. Assim como a antiga Casa de Câmara, atual Casa de Cultura, que também se desestabiliza e fica desocupada e fechada a partir de 2016, quando suas obras foram interrompidas.

O item a seguir descreve as reuniões prévias à Conferência Municipal de Cultura, ocorridas nas Lonas Culturais citadas anteriormente. Esta aproximação do Poder Público à população, se destaca nos processos decisórios encontrados pelos municípios brasileiros.

3.3 PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E O PORÃO

A 7ª visita da presente pesquisa à Maricá teve como objetivo a participação no 4º e último encontro da Pré-Conferência Municipal de Cultura, que ocorreu no dia 16 de outubro de 2019 na Lona Cultural Marielle Franco, mencionada anteriormente. A breve experiência de um recorte, um exemplo prático, do instrumento da política participativa no município, proporcionou um observar, com objeções e questionamentos, a efetividade da participação popular neste processo, com o reconhecimento da importância, pois trata-se de um processo participativo pouco frequente na realidade da política no país. O movimento de ida do Poder Público até os bairros, saindo de seus palácios e centros administrativos,

21 “Portal especializado em arquitetura, urbanismo, arte e cultura, e disponibilizado na rede mundial internet pela Romano Guerra Editora desde o ano 2000”. Fonte: www.vitruvius.com.br

visando interagir com a população, certamente incentiva um maior engajamento no local e é visível o diferencial na atitude política.

A Pré-Conferência tivera como objetivo, precedente à abertura da votação para as delegações, abrir mesas de discussão por grupos temáticos, que elaboraram propostas de atuação do Poder Público recolhidas pela Secretaria de Cultura, para avaliar a possibilidade de inclusão das propostas nos projetos de lei das comissões responsáveis. As mesas foram divididas em quatro eixos temáticos, onde as ideias individuais e coletivas eram apresentadas, debatidas e compiladas, para então serem apresentadas a todos os presentes. Os eixos temáticos foram: 1. Valorização de artistas Locais; 2. Descentralização das atividades culturais; 3. Elaboração de diretrizes do Plano Municipal de Cultura; 4. Salvaguarda do Patrimônio cultural, mesa a qual participei (Figura 24):

Figura 24: Lona Cultural Marielle Franco – Mesa Salvaguarda do Patrimônio Cultural



Fonte: a autora, 2019.

Cada participante tinha o direito de se candidatar a uma dentre as 14 delegações²² listadas, e a ao ser eleito, iria representar a sociedade civil nas câmaras setoriais da Secretaria da Cultura. De acordo com a Secretária de Cultura, “são eles que terão voz e voto nas escolhas das propostas políticas da conferência, além de poderem concorrer à vaga de conselheiro municipal de cultura e ainda votar nos conselheiros”. (Secretária de Cultura Andréa Cunha, em entrevista ao jornal da Prefeitura. Fonte: Site da Prefeitura, 2019). Os requisitos para a candidatura eram ser maior de 16 anos e estar presente no local. No ato do cadastro, cada participante escolhia uma das 14 delegações, que caso quisesse, poderia se candidatar, sem possibilidade de mudança posterior. Um dos participantes decidiu mudar a delegação depois de ter se inscrito, e o aceite da mudança dependeu da consulta pública via voto dos presentes.

Foi observado, durante a disputa da delegação, que a participação da sociedade civil se expressa mais intensamente nas representações associadas a algum partido. Este efeito estimula um engajamento da sociedade civil com a dinâmica da política local, sugerindo uma possível redução da distância entre eleitor e candidato. Seria interessante um estudo mais aprofundado para comprovar tal observação, mas fica aqui o registro de, que talvez o fenômeno seja um resultado de uma governabilidade, que incentiva

²² As delegações são: I. Artes cênicas e circenses; II. Dança; III. Música; IV. Literatura e Biblioteca; V. Patrimônio Histórico e Arquitetônico; VI. Artesanato; VII. Cultura Popular; VIII. Movimento Social; IX. Movimento popular; X. Cultura Afro Brasileira; XI. Cultura Indígena; Audiovisual; XII. Artes Plásticas; XIII. Cultura Urbana.

a participação popular. Isto acaba criando um ambiente favorável, para que processos políticos consultivos e inclusivos, como o Orçamento Participativo ambicionado pela Secretaria de Economia Solidária, possam ser aplicados no município. Neste sentido vale lembrar o artigo nº18 da Lei Orgânica do Município de Maricá, que formaliza o poder de voz através da organização da sociedade civil: “Toda sociedade civil organizada, de âmbito municipal, e que possua mais de duzentos filiados, poderá requerer ao Poder Público Municipal a realização de audiência pública para esclarecimento de determinados atos ou projetos da administração”. (Lei Orgânica do Município de Maricá/RJ, 1990).

Não houve representação do Porão Cultural na Pré-Conferência Municipal de Cultura, além da museóloga Priscilla Mataruna, que foi convocada a estar no cadastro das inscrições, assim como esta pesquisa, a convite da própria Priscilla. Constatou-se, que não houve engajamento e organização política do Porão Cultural para comparecer e lutar por espaço dentro da formalidade política. Talvez por se tratar de um projeto recente, talvez pela ameaça da demolição e desaparecimento, talvez por desinformação. Afinal, é compreensível a dificuldade de se resistir diante do aviso prévio do fim. Não foi possível saber ao certo os motivos, mas a própria criadora do projeto (Tati) e Coordenadora de Artes Visuais da Prefeitura, esteve lá rapidamente, mas não participou.

Talvez, o Espaço Ocupação Porão Cultural seja simplesmente um resultado quase espontâneo e natural de uma oportunidade específica no intervalo espaço-tempo da História no ano de 2018, mas que o foco principal não foi se ver como um grupo político organizado frente ao poder público, mas como uma fluidez do encontro da necessidade com a oportunidade. O espaço nasceu a partir de uma permissão, uma abertura. Não foi através de lutas árduas ou violentas. Nasceu como um grupo de ações, que vivem esta espontaneidade fluida diariamente, interferindo na sociedade efetiva e profundamente, como um sopro de vida enquanto o fim anunciado não se apresenta.

Com objetivo de elucidar um pouco mais sobre a questão desta abertura de espaço para o projeto acontecer, e sobre o conflito existente, que faz com que este edifício esteja sob a ameaça de demolição, o próximo capítulo analisará, a partir do viés arquitetônico, esta realidade urbana presente em Maricá.

4 A ARQUITETURA: A JOIA E A BIJUTERIA DA PRAÇA

As figuras 25 e 26 a seguir representam, respectivamente, a jóia como sendo a Casa de Câmara e Cadeia, e a bijuteria, como sendo o Anfiteatro:

Figura 25 e 26: Casa de Câmara e Cadeia de 1841, a Joia / Anfiteatro de 2005, a bijuteria.



Fontes: a autora, 2019 / Prefeitura de Maricá, 2018.

No dia 03 de maio de 2019, ocorreu o Fórum de Patrimônio Cultural promovido pelo Conselho dos Arquitetos e Urbanistas do Rio de Janeiro (CAU-RJ), onde estiveram presentes na mesa: representantes do Município do Rio de Janeiro, com o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU); representante do Estado, Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC); e representante Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Neste encontro o representante do INEPAC afirmou, que a Praça Orlando de Barros Pimentel, a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja da Matriz são algumas das poucas construções que Maricá tem de maior valor patrimonial. Para ser mais claro, disse que são as joias da cidade, e que ao longo do tempo foram surgindo interferências no entorno, ilegalmente instaladas pela própria Prefeitura. Segundo o Plano Diretor de Maricá, que afirma estar de acordo com Lei Estadual nº 1.130, de 12/02/87, esta irregularidade se trata do raio de 200 metros de proteção do patrimônio histórico e cultural tombado, no entanto, esta informação do raio de proteção não se confirma na mencionada Lei²³. Também defendeu, que um anfiteatro poderia existir em outros espaços da cidade, no entanto não sugeriu algum. Informou, que este caso tinha passado pelo conselho de tombamento, tempos atrás, sem especificar o momento, e houve uma determinação ou uma proposta do conselho antigo, que ‘aquilo’ (o anfiteatro) tinha que sair dali por conta da interferência na paisagem. Segundo o representante:

Foi analisado um projeto de repaginação, mas foi muito difícil discutir com a prefeitura. A prefeitura queria fazer um desenho feérico numa praça colonial. Foi muito difícil fazer eles entenderem que tinham que ir com calma. Então (o projeto) acabou sendo aprovado, como uma concessão também, por nossa parte. (Informação verbal)²⁴

23 Decreto Estadual disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/> Acesso em: 22/05/2019.

24 Informação fornecida pelo representante do INEPAC no Fórum de Patrimônio Cultural. CAU-RJ, em 2019.

Isso significa que apesar de existirem objeções ao novo projeto, este último projeto foi aprovado, pois o órgão acredita ser melhor a remoção de todos os elementos, que surgiram após o tombamento, ao manterem da forma que está. O novo projeto pode ser conferido neste trabalho, mais adiante, quando será analisado o futuro do Porão Cultural. O representante do INEPAC, quando questionado sobre o anfiteatro ter uma função social importante para a cidade, justificou o seguinte:

Às vezes a gente olha referências de intervenções em prédios (históricos) na Europa, que às vezes são prédios secundários em relação às joias que eles têm. E esses (de maricá), que lá (na Europa) talvez fossem secundários, aqui são muito importantes. A gente não tem tanta coisa assim. Essa única praça com aquela Casa de Câmara e Cadeia não pode ser perdida. (Informação verbal)²⁵

Já o representante do IPHAN, que não conhecia especificamente o caso de Maricá, se manifestou a respeito da pergunta sobre a obrigatoriedade da demolição de edificações no entorno do bem tombado, independente de não ter sido encontrado nenhum documento de notificação emitido pelos órgãos reguladores contendo tal exigência. Foi esclarecido que, segundo as seguintes situações hipotéticas:

A primeira situação é: com aquele objeto já instalado, o órgão do patrimônio não tem como mandar demolir. Mas, caso exista a criação de um novo projeto para a praça, poderá ser solicitado, que seja realizada a demolição do imóvel para benefício da ambiência do bem tombado. Esta exigência poderia ocorrer, pois a construção foi feita posterior e em desacordo com o tombamento, portanto, é ilegal. E a outra (situação) é: a construção já existia (antes do tombamento do patrimônio), porém é desejável, não obrigatório, que seja feita a demolição. São vários fatores a serem considerados. Cada caso é um caso. Algumas vezes a gente tolera alguns equipamentos, que perturbam o bem tombado. (Informação verbal)²⁶

No decorrer da pesquisa foram reveladas a existência de duas edificações anteriores ao Anfiteatro e à Casa Digital, que foram igualmente demolidas, sendo uma delas implantada no local do Anfiteatro. Pouca informação foi resgatada a respeito delas, mas ficará aqui o registro deste fato para reflexão sobre as transformações das cidades.

Sendo assim, neste capítulo serão apresentadas a Praça Orlando de Barros Pimentel (item 4.1) e um pouco do seu contexto histórico e urbano, assim como os seguintes elementos arquitetônicos: 1 – a ‘joia’ da cidade (item 4.2): Casa de Cultura (Antiga Casa de Câmara e Cadeia), por se tratar de construção tombada mais próxima fisicamente e tematicamente do Anfiteatro, que precisa ser preservada e protegida, mas sofreu sequenciais interferências indevidas ou desproporcionais à sua ambiência; 2 – a ‘bijuteria’ da praça (item 4.3): Anfiteatro, por ser uma arquitetura ‘descartável’, com pouco tempo de

²⁵ Informação fornecida pelo representante do INEPAC no Fórum de Patrimônio Cultural. CAU-RJ, em 2019.

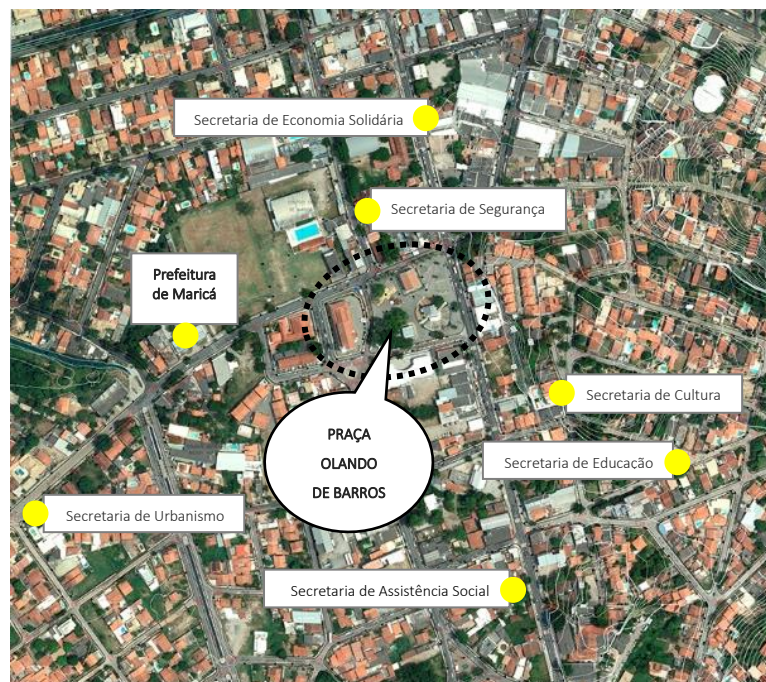
²⁶ Informação fornecida pelo representante do INEPAC no Fórum de Patrimônio Cultural. CAU-RJ, em 2019.

uso e nenhum valor histórico estimado, mas de significativo valor social, que na visão dos órgãos reguladores deverá ser demolido.

4.1 A PRAÇA ORLANDO DE BARROS PIMENTEL: A PEDRA FUNDAMENTAL DA CIDADE

A Praça Orlando de Barros Pimentel, localizada no bairro do Centro, conforme indicado na Figura 27 a seguir, mais especificamente, na Zona de Comércio Local (ZC4), constitui uma Área de Especial Interesse Histórico e Cultural (AEIHC), de acordo com a Lei Municipal Nº 2272 de 2008, que determina o Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo de Maricá. Esta área, que possui edificações de 1 a 4 pavimentos, é um dos locais de maior relevância histórica para a cidade, portanto também turística, e atualmente possui uma relevância comercial e imobiliária com a previsão de crescimento, pois a lei permite a construção de novas edificações com até 6 pavimentos, assunto tratado com detalhes adiante, ao falar sobre a importância da localização. O bairro do Centro de Maricá também é a região, que concentra o setor da gestão pública municipal (Figura 27):

Figura 27: Base Levantamento Aerofotogramétrico da ZC4 do Município Maricá, folha 290-C-II-3, com indicação das instituições públicas do entorno



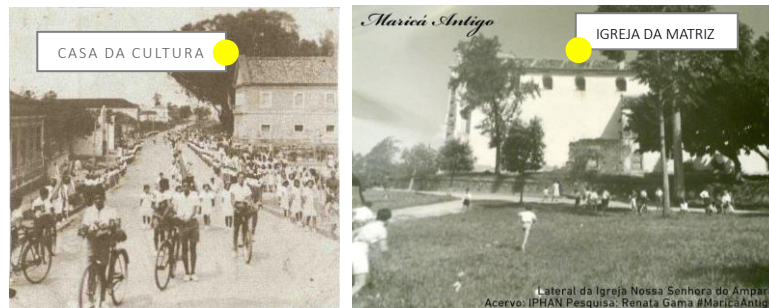
Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

No entanto, a praça não é somente um território financeiramente ou politicamente valorizado, mas como demonstrado nas imagens abaixo (Figuras 28 e 29), é uma área historicamente agregadora e de intenso uso público, que permanece até os dias de hoje, sendo esta talvez a sua característica de maior valor: o valor de uso. E justamente, conforme constatado em estudos teóricos a respeito das disputas

urbanas citadas nos capítulos anteriores, comprovam-se ao notar ser um espaço, que se depara com tantos conflitos urbanos. Nela está presente a Pedra Fundamental da cidade, ou seja, o elemento simbólico fundador da cidade. Também é nesta praça, que ocorrem com frequência encontros diversos, como eventos e atividades para públicos de todas as idades. Os temas passam por dança, música, teatro, religião, gastronomia, comércio, artesanato, esportes, dentre muitos outros, que utilizam este espaço público para shows, feiras, pontos de encontro, contemplação ou simplesmente de passagem. Enfim, uma praça tradicional, que se torna funcionalmente um respiro no centro da cidade. Apesar do bairro contar com outras praças, menores e com outras características, as quais também atendem à função de respiro urbano, não o fazem igualmente à Praça Orlando de Barros Pimentel, que com sua longa trajetória, desde o surgimento da cidade, carrega em si a memória afetiva mais antiga da região.

Figura 28 (esquerda): Rua Álvares de Castro, acesso à Casa da Cultura, 1940 aprox. Acervo: IPHAN

Figura 29 (direita): Lateral da Igreja Nossa Senhora do Amparo, 1950 aprox. Acervo: IPHAN

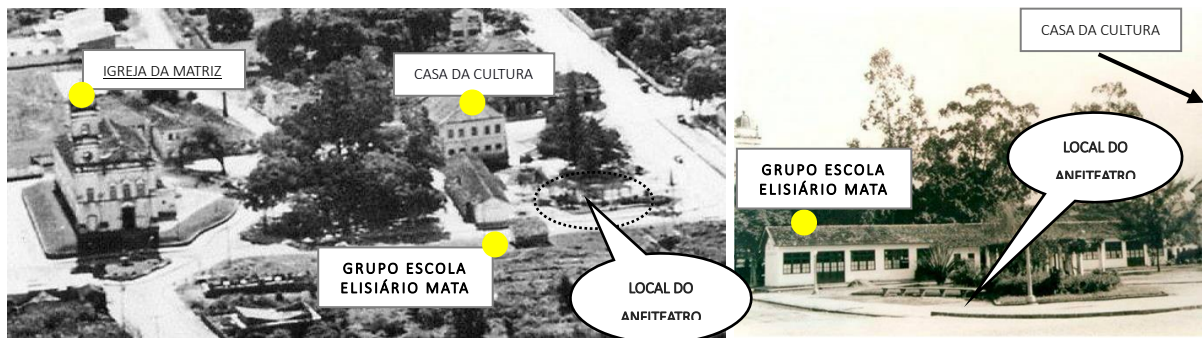


Fonte: Renata Gama.

As imagens a seguir (Figuras 30 e 31) aproximam o olhar em uma vista aérea da Praça Orlando de Barros Pimentel nos anos 60, ainda com a construção do antigo edifício, que abrigou o Grupo Escolar Elisiário Matta e a Escola Técnica de São Caetano. O grupo escolar inicialmente funcionava na casa do Professor Elisiário Matta, desde 1858, mas foi transferido para diversos locais, inclusive este edifício na praça (Figura 31), onde ficou até 1925. Atualmente, o Colégio Estadual Elisiário Matta está localizado a 300 metros da praça e a antiga edificação na praça foi demolida, mas não se sabe ao certo a data de demolição. Nesta mesma imagem vê-se, que o local do anfiteatro estava ainda sem construção, servindo como local de passagem em uma esquina de acesso à praça.

Figura 30 (esquerda): Vista aérea da Praça Orlando de Barros Pimentel, 1960

Figura 31 (direita): Esquina da Praça Orlando de Barros Pimentel, 1960

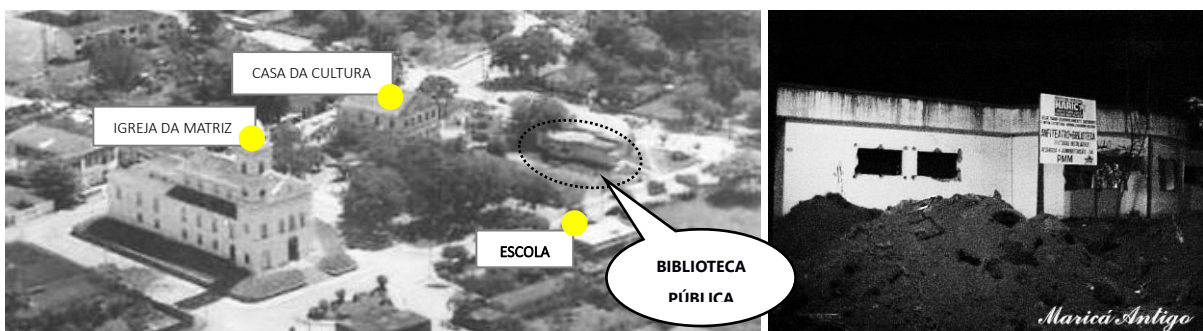


Fonte: Acervo do Restaurante Mistura Grill.

As fotografias a seguir (Figuras 32 e 33), a primeira datada entre os anos 70-80 e a segunda dos anos 2000, mostram a Biblioteca Pública de Maricá, que segundo uma artesã local, Ivana Figueiredo, foi fundada em 1971²⁷, na praça. Posteriormente demolida, deu lugar ao Anfiteatro, este inaugurado em 2005, mas a motivação da demolição não confirma ter sido a construção do anfiteatro. Na primeira imagem, mais antiga (figura 31) ainda podemos visualizar o edifício, que abrigava o Grupo Escola Elisiário Matta e a Escola Técnica de São Caetano. Ambas construções, Escola e Biblioteca, foram erguidas antes do tombamento da Casa de Cultura e da Igreja da Matriz, que ocorreu simultaneamente em 1985 (INEPAC, 1985). Ambas também foram demolidas após o tombamento, mas em datas diferentes.

Figura 32 (esquerda): Vista aérea da Praça O. de B.P., anos 70-80. Acervo: Paulo Batista Machado

Figura 33 (direita): Demolição da Biblioteca Pública de Maricá, 2000. Acervo: Maricá Antigo



Fonte: Renata Gama.

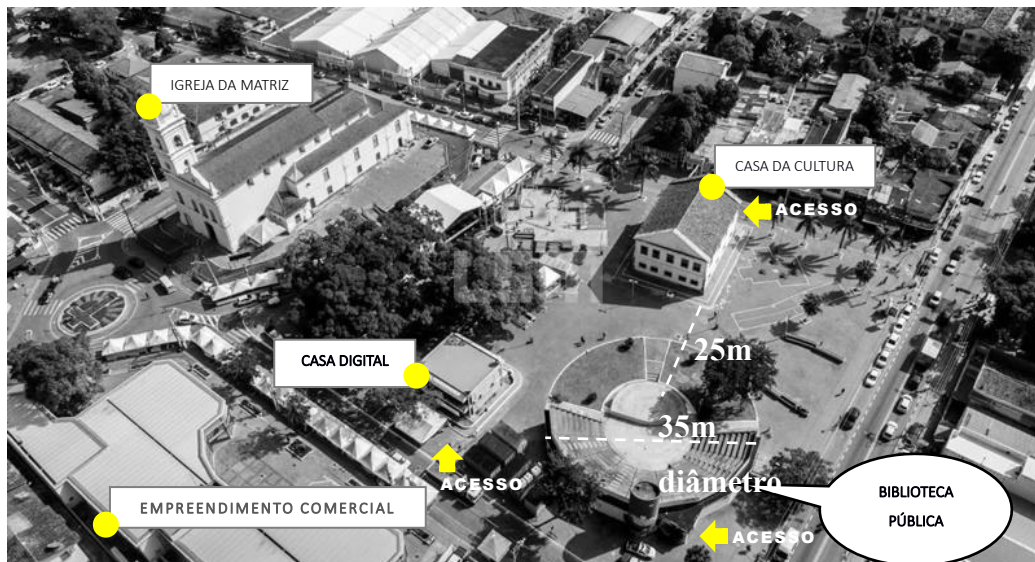
A próxima imagem (Figura 34), mais recente datada de 2016, aproximadamente, já se encontram a Casa Digital e o Anfiteatro, ambos removidos do novo projeto. O primeiro foi inaugurado em 2002 e ofereceu cursos de capacitação e laboratórios de informática gratuitos, caracterizando um pouco a

²⁷ Disponível em: <http://espaco39.blogspot.com/>. Acesso em: 15 nov 2019.

continuidade da escola técnica, que existia anteriormente, por ser uma instituição educacional. Já o Anfiteatro, inaugurado em 2005, abrigava inicialmente a Biblioteca Pública embaixo da arquibancada, aonde depois veio a ser ocupado pelo Porão Cultural, que oferece um espaço livre de produção artística e uma biblioteca/sebo de livros usados de um morador e professor de música de Maricá.

No terreno da quadra em frente à praça, um novo empreendimento comercial recém-construído e com salas ainda não ocupadas é o mais novo vizinho. Nota-se uma modernização (não preservação histórica) do entorno e da própria praça, pois o desenho original da Praça foi completamente modificado com relação ao encontrado nas décadas de 60, 70 e 80. O paisagismo com percursos internos, canteiros rodeados com bancos lineares, ornada com a vegetação nativa, já não mais configuram a antiga atmosfera bucólica.

Figura 34: Vista aérea da Praça Orlando de Barros Pimentel, 2016 aproximadamente



Fonte: Prefeitura de Maricá.

Constata-se, que a praça passou por consecutivas transformações urbanas ao longo do tempo, com modificações de trajetos, portanto acessos, canteiros verdes, tipos de arborizações, mobiliários urbanos e inclusive edificações. Praticamente não se encontra, no desenho urbano atual, alguma referência ao desenho original, da época do surgimento da praça. Ao analisar as fotografias acima pode-se observar, que os únicos itens a permanecerem foram a Casa de Cultura (antiga casa de câmara e cadeia) e a Igreja da Matriz. Atualmente, o que seria o Centro Histórico foi transformado em centro comercial, com modificações de fachada, passeios e calçadas, e desfigurou a arquitetura histórica local. Muitas vezes renovados, os edifícios e casas de construções dos séculos XVIII e XIX, tendo permanecido no tecido urbano até finais do século XX, foram desaparecendo gradativamente dando lugar a estabelecimentos comerciais e de serviço. É importante enfatizar a relevância das pesquisas sobre

as transformações urbanas, que mostram os resultados físico espaciais do processo de apropriação dos elementos urbanos e arquitetônicos pela população ao longo dos séculos (DEL RIO, 1990).

Os reflexos das sequenciais reconfigurações da praça ao longo dos anos, traduzidos principalmente na valorização do solo do entorno e do bairro, pode trazer efeitos destrutivos para a cidade, pelo descontrole urbanístico com o seu patrimônio arquitetônico. Teria sido necessária uma atuação de maior preservação da paisagem urbana no bairro, para que houvesse uma integridade no decorrer da História. Os consecutivos desabamentos e demolições de edificações, que deveriam ter sido protegidos para a memória da cidade, fez com que hoje, Maricá não tenha um Centro Histórico no porte que poderia ter preservado, por ser uma cidade com relevância histórica considerável, sobrando algumas poucas edificações, que merecem esta atenção. Abaixo, alguns exemplos de casas históricas (Figura 35) que não resistiram às transformações, ficando sem proteção patrimonial:

Figura 35: Arquitetura histórica demolida. Acervo: Maricá Antigo.



Fonte: Renata Gama.

A principal fonte deste acervo de imagens históricas foi uma página da plataforma *Facebook*, chamada 'Maricá Antigo', administrada pela arquiteta Renata Gama, funcionária da Prefeitura de Maricá, pesquisadora e que esteve presente na entrevista realizada com a Secretária de Cultura, Andrea Cunha, entrevista esta que revelou a existência destas construções antigas descritas anteriormente, demolidas na Praça, antes do caso do Anfiteatro. A página, administrada pela arquiteta em parceria com outra arquiteta local, se tornou um espaço importante para a memória da cidade, na qual os moradores e aqueles que cresceram em Maricá, contribuem com informações e imagens da cidade, das famílias e de muitos elementos que envolvem a cultura local. Um espaço para registrar a memória da cidade e também para abrir a possibilidade do debate acerca desta memória. Os comentários e relatos afetivos, que surgem ao serem anunciadas as demolições de edificações que fizeram parte das histórias da população local, são sensivelmente emocionadas. Abaixo foram destacados quatro comentários, que refletem bem os incômodos:

1. Meu Deus esse vídeo é um tesouro! Quase enfartei quando vi que tinham derrubado esse casarão. Me dá uma tristeza profunda saber que a História não é valorizada. (Lili – 25/05/2011).
2. Essa casa era lindíssima mesmo. Uma pena o poder público ignorar a verdadeira história e cultura da cidade. (Giovanna Guida – 13/10/2016).

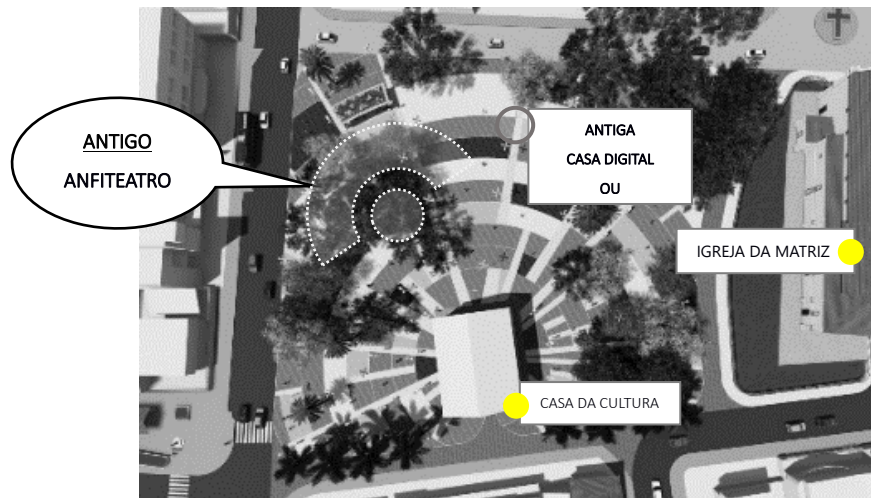
3. Muito triste!! Estão apagando a história do nosso município!! Seria tão lindo, ter uma Escola de Música, em homenagem a Cida!!! (Anna Carla Mattos – 2016).
4. Dona Cida foi a primeira professora de música da cidade. Foi também a primeira casa a ter televisão na cidade, onde abria suas portas para receber as crianças a verem novelas. Como me disse Dona Maria José Galindo, a guerreira representante dos sonhos culturais da cidade: - Hoje nos falta a energia para lutar mesmo que não sejamos vitoriosos. (...) foram feitos abaixo assinados, pedidos ao prefeito, pedidos a população. Chamados aos políticos. Enfim. Nesta semana eu mesmo conversei com alguns jovens pois estão ocupando escolas e participando de movimentos de causas nobres. Mas pareceu que tentar salvar esta casa e transforma lá num centro cultural ou escola de música não dá Ibope político. Hoje o foco é outro. Fala-se em utopia. Isso não seria um belo exemplo? (Delfim Moreira – Psicólogo, funcionário na Prefeitura, em comentário na foto da demolição da casa da família Rangel-Dona Cida).

A respeito da preservação da memória histórica de Maricá é observado, que apesar destes impactos causados com a renovação das edificações do entorno da Casa de Cultura, existe uma pertinente preocupação com os dois elementos arquitetônicos na praça, tombados no mesmo ano, em 1984, com o intuito de preservar as “joias de Maricá”, como referenciadas pelo representante do IPHAN. Nota-se, que a prefeitura está empenhada em restaurar a Casa de Cultura para retornar o seu funcionamento com o Museu Histórico de Maricá. Porém, vale ressaltar que estas preservações devem acompanhar um pensamento de cidade, para que haja o equilíbrio entre a História e o presente, que se apresenta socialmente, visto como dito pelo próprio órgão nacional: “O Iphan não preserva o passado, trabalha com o que precisa fazer parte do futuro” (IPHAN, 2011). Também faz parte deste debate, não aprofundado neste estudo, mas que merece atenção, o cuidado com as decisões no construir e demolir²⁸, preocupando-se também com os impactos sociais e ambientais dos meios urbanos, ao pensar o que é, foi ou será Patrimônio Cultural de um acervo de memória da cidade.

O documento de ‘Justificativa’ (ANEXO B) do novo projeto da praça (Figura 36) afirma, que a interferência tem por objetivo “proporcionar um maior destaque e visibilidade à construção da antiga prisão, que hoje é a casa de cultura municipal” (O texto completo se encontra no ANEXO B desta dissertação). Segundo o autor do novo projeto da Praça, o Anfiteatro estaria interferindo ilegalmente o entorno e ambiência da edificação tombada pelo INEPAC e apontou ser este o principal motivo para a sua demolição. Com intuito de entender melhor a respeito das motivações para realização desta obra, assim como entender quais serão as soluções para os usos atuais da Praça, foi realizada uma entrevista com o autor do projeto e arquiteto da Secretaria de Obras de Maricá (SOMAR), Flávio Nobre, transcrita no APÊNDICE II desta dissertação.

²⁸ O setor da construção civil “além de ser um dos maiores da economia ele produz os bens de maiores dimensões físicas do planeta, sendo conseqüentemente o maior consumidor de recursos naturais de qualquer economia” (JOHN, 2000). Para John (2000) a estimativa é um consumo de 9,4 toneladas/habitantes por ano, de materiais de construção no mundo. Segundo o autor, o meio ambiente começa a não incorporar mais esses elementos descartados e consumidos em seus ciclos originais do planeta, pois os processos produtivos seguem modelos de lógicas lineares, que excluem das pautas e planos de trabalho as estratégias de reutilização, reciclagem e reinserção.

Figura 36: Planta baixa em 3D da Praça O.B.P.



Fonte: Autor do Projeto, SOMAR, 2017

Em suma, o arquiteto informou, que este projeto da praça vem sendo desenvolvido desde 2017, quando se deu início aos estudos preliminares e, que não estão previstos nenhum tipo de equipamento para acolher os usos atuais localizados na praça, como a Casa Digital (será desmontada e transferida) ou Anfiteatro, mas sim abrigará um uso contemplativo, para preservar a ambiência do entorno das edificações tombadas. Ao ser questionado sobre a existência de algum documento oficial emitido pelo INEPAC, no qual houvesse a exigência ou sugestão da remoção das edificações, o arquiteto não respondeu. Quando perguntado se o Porão Cultural estava sendo contemplado em algum outro local, afirmou desconhecer o projeto, e em resposta a isso aproveitou para informar, que estão sendo previstos Centros Culturais Periféricos em 7 localidades do município, contendo salas de dança, salas de arte e salas de estudo com tomadas. Ainda que o Porão Cultural tenha surgido depois do início do projeto da praça, o que se defende aqui é a importância de se escutar a cidade, em intercomunicação entre as secretarias municipais, para serem contempladas as demandas existentes ou, que por ventura surjam, como o caso do Porão Cultural.

4.2 A JOIA: CASA DE CULTURA, ANTIGA CÂMARA E CADEIA

Conforme exposto anteriormente, a joia analisada nesta pesquisa será a Casa de Cultura, por conter uma maior relevância temática para o estudo, diferentemente da Igreja, que apesar de fazer parte do conjunto histórico arquitetônico do local, se trata de uma edificação de propriedade eclesiástica, tendo outro tipo de complexidade contextual, que se difere ao que a presente pesquisa se propõe a analisar. A Casa de Cultura (Figuras 37 e 38) do Município de Maricá, foi inaugurada em 2001 na Casa de Câmara e Cadeia, e é uma edificação, que pertence ao estilo neoclássico, tombada em 1985. De acordo com o órgão de tutela do tombamento, o INEPAC, a edificação:

Segue o programa arquitetônico tradicional das Casas de Câmara e Cadeia do século XIX, distribuído em dois pavimentos, com as celas no térreo. Com planta retangular, composição de fachada e distribuição interna dos compartimentos obedecendo a eixos de simetria e despojada de ornamentos, a edificação resulta bem proporcionada. O imponente frontão confere à composição aspecto sólido, ressaltando a aparência de prédio destinado ao poder público. Sua construção foi iniciada em 1836 e concluída em 1841, a partir de projeto de autoria do engenheiro Júlio Frederico Koeler. (INEPAC, 1985).

Figura 37 (esquerda): Entrada da antiga Casa de Câmara e Cadeia, 1960.

Figura 38 (direita): Entrada da Casa de Cultura, 2017.



Fonte: Renata Gama

Fonte: Prefeitura de Maricá

Ao longo desses anos, antes de dar lugar à Casa de Cultura, portanto cedida à Secretaria de Cultura, abrigou diversos usos de funções importantes para o município. Segundo NOGUEIRA (2015) o edifício foi construído pelo mesmo arquiteto, que projetou o Museu Imperial de Petrópolis:

O histórico prédio já abrigou a Prefeitura, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Banco do Brasil, e posteriormente, deu lugar a Casa de Cultura de Maricá, a Academia de Letras de Maricá e também a Casa do Artesão. Seu projeto é assinado por Júlio Frederico Koeler, engenheiro responsável por diversas construções em Petrópolis, incluindo o prédio do Museu Imperial de Petrópolis. (...) situado na Praça Orlando de Barros Pimentel e construído no século XIX, onde funcionava a Câmara Municipal, foi reformado em 2001 e passou a abrigar a nova Casa de Cultura do município e também foi a sede atual da Secretaria Municipal de Cultura. (NOGUEIRA, 2015).

Em 2014, sob gestão do Secretário Municipal de Cultura, Sérgio Mesquita e do então prefeito Washington Quaquá, teve suas atividades transferidas de dentro do edifício tombado para diversos pontos da cidade, e muitas delas foram realmente interrompidas, para dar lugar ao início da obra de restauração, o que é correto, pois valoriza e mantém Patrimônio Histórico. Neste mesmo ano ocorreu o Programa Municipal de Ordenamento Urbano e os comerciantes da praça se adequaram às novas normas de tratamento de fachada e calçadas, eliminando parte da poluição visual de sinalizações de fachadas, higienizando as calçadas, no sentido de padronizar o mobiliário e as quantidades de mesas.

Em 2015 as obras de restauro da Casa de Cultura foram interrompidas, por conta da necessidade de readequação a exigências da consorciada, tendo sido retomada somente em agosto de 2019, quatro

anos depois. Em notícia emitida no dia 04 de outubro de 2019, pelo site da Prefeitura de Maricá, a edificação foi vistoriada pelo órgão estadual de tutela do tombamento ao patrimônio cultural, o INEPAC, no dia 03 de outubro, dando a autorização e aprovação da intervenção projetada e em curso, que está sendo executada por meio de um convênio entre a Prefeitura de Maricá e a Caixa Econômica Federal. Da intervenção arquitetônica, destaca-se:

Novos barrotes (vigas de madeira que dão sustentação à estrutura), prospecções (aberturas de pequenos pedaços no piso que permitirão ao visitante observar como era a estrutura original), além de contar com novo forro, assoalho, parte elétrica modernizada com fios subterrâneos, elevador adaptado para dar acessibilidade sem interferir na estrutura local, novas pinturas na fachada e nas cantarias (pedras ao redor das janelas, entre outras modificações. (PREFEITURA DE MARICÁ, 2019).

Durante a visita técnica da Prefeitura ao local, a Secretária de Cultura Andréa Cunha falou sobre as intenções da programação prevista para a ocupação do espaço pela secretaria: “vamos fazer exposições aqui no espaço de baixo com artistas plásticos da cidade e do entorno. E em cima temos o museu de Maricá, que é patrimônio da cidade” (CUNHA, 2019). Nesta fala ela expõe o intuito de fazer exposições de artes visuais, mas não menciona o projeto em andamento, o Porão Cultural. Um projeto como o Porão não possui características, a princípio, que um edifício histórico e tombado possa absorver sem que haja uma obra cuidadosa e tecnicamente amparada, como uma espécie de “segunda pele” com uma estrutura paralela. Um exemplo foi a obra da Casa Daros no Rio de Janeiro, um projeto de museu de arte contemporânea em um edifício tombado pelo IPHAN, com a autoria do arquiteto Ernani Freire:

Um projeto de requalificação de um edifício de interesse histórico e arquitetônico parte sempre da observação, da leitura detalhada e do entendimento pleno do seu caráter construtivo para reconhecer os aspectos potenciais da arquitetura preexistente. Uma estratégia projetual é procurar diluir as diferenças entre passado e presente até alcançar o ponto desejável onde a Arquitetura não esteja subordinada à temporalidade e possa encontrar então, na complementaridade entre o velho e o novo, a sua expressão. (FREIRE, E., Archdaily, 2013)

A Praça, ao longo de décadas, reuniu edificações institucionais, a começar pela própria Câmara Municipal, juntamente com a cadeia, depois a Sede da Prefeitura e uma escola ao lado, próximo de onde hoje se localiza a Casa Digital, também Municipal. Posteriormente, ergueu-se um edifício para a Biblioteca Municipal no local onde hoje está o Anfiteatro. Ao longo do tempo os edifícios, enfim, integravam-se ao espaço aberto e arborizado da praça, servindo de espaço de contemplação para a população de Maricá. Após este levantamento seria correto afirmar, que os monumentos coexistiram com estas construções em seu entorno, de uso institucional, educativo e cultural, reafirmando a possibilidade da indagação sobre a decisão da demolição.

4.3 A BIJUTERIA: O ANFITEATRO MUNICIPAL DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA

A construção desta edificação, que posteriormente vem a ser o local no qual nasceu o Projeto Porão Cultural, ocorreu na gestão do então Prefeito de Maricá, Ricardo Queiroz, no mandato vinculado ao partido PMDB, entre 2004 e 2008, com a construtora *Giver Engenharia*. A obra foi inaugurada em março de 2005 e levou o nome de um sociólogo brasileiro, filiado ao PT até um pouco antes do seu falecimento, Dr. Francisco de Oliveira (1933-2019). É importante lembrar o já mencionado Plano Nacional de Cultura, criado em 2005 por emenda constitucional, na gestão do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e contextualizar o momento político do investimento em Maricá para a construção deste Anfiteatro. No mesmo ano inaugurou-se a Fundação de Cultura de Maricá, com a Lei n. 2141, de 29 de novembro de 2005. Não foram encontradas comprovações sobre a origem do investimento para o Anfiteatro, mas consta um movimento pró-cultura em nível nacional simultaneamente a este feito Municipal.

Remontando um pouco a História mencionada pelo professor de música do Porão Cultural sobre a origem do anfiteatro na Grécia antiga, que as arquibancadas circulares contornavam um palco central, na morfologia indicada pela etimologia da palavra *Anfi*, que significa *circular*. Já os semicírculos, que é o caso em Maricá, eram os tradicionais Teatros. Porém, ao ser construído um teatro na praça principal do município de Maricá, logo se adotou o nome Anfiteatro, tanto nos documentos oficiais do Poder Público, como pela população. Por este motivo está sendo adotado este termo para designar o equipamento em questão ao longo do presente texto. A arquitetura do Anfiteatro, portanto, se constitui por uma arquibancada em semicírculo, um palco, uma torre para a caixa d'água com uma guarita no térreo, um acesso ao lado da torre para o espaço embaixo da arquibancada com área aproximada: 300m² (Figura 39). Este espaço embaixo da arquibancada, ao ser inaugurado, se destinou à Biblioteca Pública de Maricá, que ocupou este espaço até meados de 2018, sendo retirada por problemas de umidade e infiltração deixando o salão desocupado, mas por pouco tempo, pois logo o Porão Cultural emergiu desta potência espacial.

Figura 39: Vista aérea do Anfiteatro, 2016 aproximadamente



Fonte: Prefeitura de Maricá.

No entanto, ainda assim, mesmo sendo um espaço com suas limitações, a presença do equipamento representa um relevante estímulo à arte e à manifestação artística popular para a cidade. O morador Roberto de Moraes (2019), professor de música e colaborador voluntário do Porão Cultural acredita, que a presença de um anfiteatro em praça pública é de suma importância para qualquer cidade, e deveria ser levado em consideração no planejamento de um novo projeto de cidade. O professor de música afirma, que o anfiteatro remonta o próprio início do conhecimento, da nossa civilização, da filosofia, que “então qualquer lugar com um anfiteatro na praça central da cidade é um local, que remonta as próprias origens da nossa civilização” (MORAES, 2019).

Logo levanta-se a questão: porque haver um teatro, ou no caso, um anfiteatro na praça central da cidade? A justificativa da prefeitura foi suprir uma necessidade, pois em 2005 faltava um espaço dedicado a realizar grandes eventos e shows no Município. O Cine Henfil, que hoje atende à esta necessidade de espaço para shows e espetáculos em um teatro fechado, foi inaugurado somente em 2012. Após a sua construção, segundo a secretaria de cultura, a importância do Anfiteatro diminuiu consideravelmente, apesar de ter um propósito completamente diferente por ser um teatro de arena a céu aberto. Segundo a pesquisa do engenheiro civil Diego Monteiro (2006), na época que o anfiteatro foi construído, se tratava do único espaço com a finalidade de teatro.

Por conta desta importância, houve um suposto excesso no uso do anfiteatro. A capacidade projetada de 500 pessoas acomodadas na arquibancada, inicialmente respeitada (Figura 40), logo se excedeu e o palco do anfiteatro foi utilizado de maneira invertida, com a atração virada para a praça ao invés da arquibancada, o que fez com que a praça recebesse, em 2017, segundo a prefeitura, uma estimativa de mais de 50 mil pessoas, com o show do cantor Luan Santana (Figura 41). O evento foi organizado pela Secretaria de Turismo, e comandado pelo Vereador licenciado Robson Dutra.

Figura 40: Cia Caravana Timbre do Galo, 2012

Figura 41: Evento “Show do Luan Santana”, 2017



Fonte: Prefeitura de Maricá.

Eventos como o da imagem acima à esquerda, da Companhia de Teatro Caravana Timbre do Galo (Figura 40), assim como Rodas de Rima do coletivo “RUAZIA” ou o evento “Os Subversivos”, organizados pela população local em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e a Superintendência de Juventude da Secretaria de Direitos Humanos, são proporcionais à escala da

edificação, que contribuem para uma cena cultural enriquecida para a cidade. Já os ‘*mega-shows*’ (Figura 41) são atividades, que exigiriam uma cautela mais apurada com a edificação histórica da praça, utilizando zonas de afastamento em volta da edificação, por exemplo, para viabilizar sem impedir o uso da praça com este dimensionamento demográfico. Contudo, outra opção poderia ser adotar a sugestão do INEPAC de se construir outro local para tais eventos, uma casa de show, que comporte este contingente, em outro terreno distinto ao da Praça Orlando de Barros Pimentel.

A metáfora da bijuteria para o anfiteatro se consolida quando, em 2017, é iniciado um novo projeto para a praça, indicando a sua demolição e a desmontagem da Casa Digital, pois esta foi feita em estrutura metálica e vedações pré-fabricadas desmontáveis, o que permite a remontagem em outro local, diferente do anfiteatro, que precisa ser implodido²⁹. Portanto, desconsiderar a manutenção da edificação e considerar o desmonte induz uma tendência ao descarte, dando uma falsa impressão de simplicidade no ato de se demolir, ou talvez, reduzindo a importância da reflexão acerca dos descartes nas cidades contemporâneas. A crítica às reais intenções nas decisões, que movimentam as cidades contemporâneas, está sabiamente presente em ‘Tempos Líquidos’ do sociólogo Zigmunt BAUMAN (2007):

As cidades contemporâneas são, por esse motivo, os estágios ou campos de batalha em que os poderes globais e os significados e identidades teimosamente locais se encontram, se chocam, lutam e buscam um acordo satisfatório, ou apenas tolerável – um modo de convivência que, se espera, seja uma paz duradoura, mas que a regra mostra ser apenas um armistício; breves intervalos para consertar defesas rompidas e redistribuir unidades de combate. É esse confronto e não qualquer fator isolado, que põe em movimento e orienta a dinâmica da cidade “líquido-moderna”. (BAUMAN, 2007)

A transferência da biblioteca municipal, com a chegada logo depois do Espaço Porão Cultural, em 2018, se trata exatamente deste armistício, definido por Bauman, quando na realidade o espaço ficou entregue a um ‘abandono’ disfarçado, uma espécie de ‘obsolescência programada’ do cartel das produtoras de lâmpadas na crise de 1929, reduzindo propositalmente o tempo de vida útil da edificação como resultado da falta de manutenção, para acelerar e justificar o seu descarte. Enquanto isso, a Prefeitura permite o uso do espaço vazio embaixo da arquibancada do Anfiteatro, uma vez que a ocupação protege o espaço de invasões indesejadas ou da insatisfação da população de se encontrar sem biblioteca e com um espaço desperdiçado.

²⁹ Além dos valores sociais destas construções, há um debate importante a ser mencionado a respeito do impacto ambiental causado pelos Resíduos da Construção Civil (RCC) originados das demolições, tendo em vista os seguintes dados: a quantidade de resíduos da construção e demolição produzidos mundialmente gira em torno de um bilhão de toneladas no ano (BUTLLER, 2005). O setor da construção civil “além de ser um dos maiores da economia ele produz os bens de maiores dimensões físicas do planeta, sendo conseqüentemente o maior consumidor de recursos naturais de qualquer economia” (JOHN, 2000). Para John (2000) a estimativa é um consumo de 9,4 toneladas/habitantes por ano, de materiais de construção no mundo. O meio ambiente começa a não incorporar mais esses elementos descartados e consumidos em seus ciclos originais do planeta, pois os processos produtivos seguem modelos de lógicas lineares, que excluem das pautas e planos de trabalho as estratégias de reutilização, reciclagem e reinserção.

Dos confrontos e batalhas enfrentadas pelas políticas locais é no mínimo curioso notar, que em meio a estas negociações entre ações locais e globais, uma Lei Municipal de Nº 2131, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Maricá, foi aprovada em outubro de 2005 (o ano da inauguração do Anfiteatro na área de entorno da Casa de Cultura), e nela consta que:

Art. 31 - Os imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, na qual não será permitida a execução de construção, obra ou serviço que interfiram na estabilidade, ambiência e/ou visibilidade dos referidos bens. (LEI MUNICIPAL DE MARICÁ Nº 2132, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005).

Isto significa, que ao mesmo tempo o anfiteatro estava sendo inaugurado e uma Lei que determina a proibição da sua existência estava sendo aprovada, simultaneamente, na Câmara dos Vereadores, indicando uma contradição. O que fazer ou como tomar decisões diante deste fato é uma questão a ser levada em consideração ao planejamento futuro da cidade. O anfiteatro já nasceu condenado, enquadrado na ilegalidade do Município. No entanto, tendo sido concluída a obra anterior a esta Lei Municipal aprovada, talvez uma opção fosse aceitar tal existência e investir em reformá-lo e transformá-lo em um objeto inserido no contexto de preservação histórica. A demolição pode ser sugerida, mas não uma obrigatoriedade. Orientar o uso da praça para uma redução da intensidade do uso, respeitando a capacidade máxima de lotação do equipamento e a convivência com a edificação tombada, também poderia ter sido uma opção.

Um plano de proteção e preservação do patrimônio cultural de uma cidade pode incluir o encorajamento da continuidade e convivência entre o novo e o antigo, protegendo a memória e respeitando o “vir a ser”. Como propõe Jacques (2012), incluir nos planejamentos urbanos uma “errantologia urbana”, entendida como a arte de errar na cidade, sendo esta uma forma de luta contra a crescente espetacularização da vida urbana contemporânea. Estes desvios de regra comumente se tornam então os marginalizados da sociedade formal, os oficiais ‘vagabundos’ ou ‘errantes’, de onde se originam os “*flâneurs*” das poesias de Charles Baudelaire na Paris do século XIX e nos escritos de João do Rio, cronista carioca do início do século XX, enquanto ambos em suas épocas distintas atravessavam uma grande transformação urbana, como ocorreu no Rio, conduzida pelo mandato da prefeitura de Pereira Passos entre 1902 e 1906.

Fazendo um paralelo deste contexto histórico passado com o Porão, são estes cidadãos e cidadãs constantemente convidados a entrarem pela porta aberta e de livre acesso do Porão Cultural. Os andantes da cidade atravessam a praça principal do centro da cidade e são instigados e entram neste espaço curioso. Um lugar receptivo e democrático, a casa dos que vagam e divagam na cidade. A descoberta do Porão por um morador de rua, um já senhor, negro, alto, esguio, vestido de camisa e calça social, com uma fala amansada e tom sábio, olhar expressivo, aberto, que entrou curioso, observando as paredes com obras de artes, as mesas de trabalho com esculturas de argila, o canto com livros e o piano, confirma

a afirmativa anterior. Ao entrar, encantado com o espaço, puxou uma conversa e a Priscilla, funcionária do Porão, que se prontificou a explicar sobre os horários de funcionamento e atividades do espaço, dizendo que ele estava sempre bem-vindo a retornar. Ele agradeceu e contou, emocionado, a sua história de vida, revelando estar em situação de rua, mas revelou que estava melhor agora do que antes. Ele explicou, que o espaço chamou sua atenção, pois foi através da arte, que havia superado o seu problema com o vício.

Isso posto, retorna-se ao debate, pois ao buscar alcançar uma ação inserida no processo democrático a escuta pública precisa estar incluída nos fatores de decisão, sobretudo de quem vive e dedica o seu cotidiano àquele local, que irá sofrer a interferência urbana. A fala da museóloga Priscilla Mataruna, colaboradora do Espaço Porão Cultural, traduz o desconforto daqueles, que vivemos submetidos à um processo democrático, que não possui métodos participativos eficientes:

Eu acho que a sociedade é que deve dizer o que é importante para ela. O poder público deve responder ao interesse da sociedade. Então acho, que não deve ser imposto uma coisa, acho que deveria ter um plebiscito na cidade... uma votação, alguma coisa... onde as pessoas pudessem expor a sua opinião. Como maricaense eu gostaria, que o Porão continuasse. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

O valor arquitetônico do edifício do Anfiteatro não está sendo posto em discussão, visto que o importante aqui é ressalvar o seu valor social agregado com o passar do tempo. Defende-se, que a qualidade social interfere diretamente na qualidade econômica de uma cidade. Os estímulos às produções subjetivas artísticas-culturais, em conjunto com as assistências sociais, invariavelmente resultam no desenvolvimento local da economia. Valores como segurança, qualidade de vida e bem-estar movimentam a economia, para além dos valores dos barris de petróleo. Vê-se o reflexo com os gastos para “consertar” a sociedade com prisões, hospitais e segurança pública em geral, que aumentam enquanto a qualidade da educação e atividades culturais, decaem.

Reconhece-se, que transformações físicas e sociais de uma cidade são parte do movimento natural de sua história, assim como renegar ou prejudicar monumentos históricos seria insalubre à preservação da memória local. Há que se respeitar ambos: movimento e preservação. No entanto, uma reforma da praça central deverá, em ocasião de transformação, se preocupar com a vivência existente, para que se possa realizar a interferência, sem que para isso tenha que causar a extinção de atividades locais, que refletem as suas múltiplas identidades. Por isso, tornam-se indispensáveis métodos como o diagnóstico com levantamentos de dados, conjuntamente à escuta da população e frequentadores dos espaços a receberem tal intervenção, visando elevar a qualidade de um projeto que compreenda a diversidade existente.

Diversidade presente nas organizações, que realizaram atividades no Anfiteatro e entorno. Dentre elas, pode-se citar: Coordenadoria de Assuntos Religiosos; Secretaria de Cultura; Unidos pela dança (Igreja Evangélica); RUASIA (Movimento Popular da Juventude-alinhado ao PT) e Secretaria da

Saúde. São presentes também as companhias de teatro, os coletivos independentes, os comerciantes e artistas autônomos, que encontram na praça e no equipamento do Anfiteatro o seu palco de manifestação artística, assim como os seus complementos de renda.

Visto, que a centralidade da praça reflete tanto as potências quanto as diferenças sociais existentes no Município, coloca-se a fala da colaboradora Priscilla Mataruna (Figura 42), que ao relatar sobre a realidade vivida no cotidiano do Anfiteatro, revelou-se um dado desta desigualdade:

Agora a gente está com uma situação de moradores de rua que vêm pra cá. Ontem veio um morador de rua, que já tinha até vindo anteriormente. Aí eu fui atender ele, cuidei dele, dei água, ajudei, aí encaminhei ele lá para o Políticas Inclusivas, pra ele poder tomar um banho, comer alguma coisa. Então a gente procura atender as pessoas da melhor forma possível. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Figura 42: Priscilla ajudando um morador de rua no Porão Cultural, Maricá

Figura 43: Guarita da Guarda Municipal no Anfiteatro, Maricá

Figura 44: Sede do Políticas Inclusivas, Maricá



Fonte: a autora, 2019.

A sequência de imagens acima (Figuras 42, 43 e 44) foram feitas no dia em que, durante a segunda ida ao espaço, apareceu um morador de rua (Figura 42) com visíveis dificuldades psicológicas, descalço, com o braço engessado, demonstrando extrema necessidade de acolhimento. Percebia-se, que ali naquele espaço ele se sentia acolhido. A Priscilla (Figura 42) o recebeu com profissionalismo e afeto, e logo solicitou a ajuda dos Guardas Municipais, que ficam na guarita do Anfiteatro, no mesmo edifício. A guarita serviu de ponto de “Informações Turísticas”, quando o Anfiteatro foi construído. Ou seja, houve uma visível adaptação para a demanda prioritária do local: segurança pública. Os guardas vieram imediatamente e acompanharam a Priscilla e o morador de rua até a sede do Políticas Inclusivas (PI), distante a 5 minutos caminhando. O espaço não oferece abrigo, mas oferece alimentação, banho e um apoio psicológico, além de ajuda-lo a retornar à família, casa, ou encontrar algum responsável, caso exista. Muitas vezes este ciclo não se fecha neste ideal, permanecendo uma “ponta solta”, fazendo a pessoa retornar para as ruas, ocorrendo o retorno ao mesmo ciclo, sem fim. Uma coisa é certa, ignorar o problema não é a solução.

Sendo assim, ao tecer uma análise crítica a respeito do novo projeto, que prevê a remoção do Anfiteatro da praça, tendo por base a justificativa de projeto (ANEXO B), a entrevista com o arquiteto autor, mais a observação das imagens representativas da obra, apontaria, que o projeto, apesar de trazer uma renovação espacial, com possíveis benefícios para a sociedade, inicialmente não aparenta procurar absorver a complexidade existente e solucionar a problemática social, que a cidade vive no seu cotidiano. Entende-se, que um projeto urbano não tem o papel de resolver questões, que dizem respeito às políticas governamentais, mas sim deve ter em si, como colocado anteriormente, um entendimento claro das condições sociais do local, para que possam ser incorporadas e contempladas no desenho, criando espacialidades, caminhos e opções para as vivências existentes.

Para reforçar este pensamento, as palavras do arquiteto e urbanista Luiz Carlos Toledo (2017) elucidam o pensamento direcionado a uma necessária “indisciplina urbana”, termo utilizado por ele, no ato de se planejar as cidades. Toledo defende, a partir de sua longa experiência com planejamento urbano, principalmente ao lidar com a questão das favelas e moradias populares no Rio de Janeiro, que é preciso escutar as opiniões de toda a população a respeito deste espaço público à serviço de todos. Ao apresentar o Curso Reagir, que teve por objetivo desenvolver, em coletivo, um projeto de revitalização para o bairro da Glória no Rio de Janeiro, ele diz:

Vamos revitalizar o bairro da Glória? Se vamos fazê-lo, resta saber a quem servirá essa revitalização. Se for para iniciar um processo de gentrificação da Glória, expulsando os Garimpeiros Urbanos, as Travestis e os atuais moradores pelo aumento dos aluguéis e valorização dos imóveis, despertando a cobiça da especulação imobiliária, não contem com a Casa de Estudos Urbanos. (...) um conjunto de ideias para a revitalização do bairro, que será amplamente discutido com a população local, decidimos que nosso “cliente” seria toda a população, dos garimpeiros urbanos, que nos encantaram pelo seu esforço em dar sobrevida a tudo que jogamos fora às travestis que enfeitam a noite do bairro, do jornaleiro ao dono da padaria e demais comerciantes, do morador da cobertura mais sofisticada ao aposentado morando em quitinete alugada, da população em situação de rua ao CEO da corporação internacional mais poderosa da Glória. (Informação verbal)³⁰

A posição da prefeitura, no geral, de colocar o Anfiteatro como um “erro” de planejamento, um equívoco contra o patrimônio histórico, coloca também a realidade existente ali como um equívoco, como se estivesse “mal localizado”, sendo levado para longe do grande centro. Esta história se repete e permanece removendo das centralidades o que é julgado como “periférico”, tanto as manifestações culturais, danças de rua, rodas de rima, e as culturas que possuem algum recorte social de “baixa renda” ou conseqüentemente, de raça por ser grande parte representada pela população negra, como também as moradias, que são transferidas também nesta lógica. Os grandes centros, ou territórios valorizados, são lugares em que as pessoas ou empresas de maior poder aquisitivo adquirem moradias, lojas, e consomem

³⁰ Informação dada por Luiz Carlos Toledo, na apresentação do Curso [Re]agir na Casa de Estudos Urbanos. Glória, RJ, 2017.

os mais privilegiados serviços, como uma nova praça de contemplação, municiada com os melhores mobiliários e equipamentos automáticos de segurança e vigilância social.

Por conta desta prática comumente encontrada nas interferências das cidades brasileiras, que retiram dos espaços (em desuso) aqueles que não o possuem (mas ocupam), utilizando instrumentos legais, como a reintegração de posse, remoção (muitas vezes ilegais) indenizada ou realocação (muitas vezes forçadas), acontecimentos como o Porão Cultural são ocultados da história ou simplesmente findados, assim, quase repentinamente. Estes períodos, que marcam a história do local e das pessoas que por ali passaram, muitas vezes permanecem praticamente só no campo da experiência daqueles que viveram o momento, ou seja, nas memórias das testemunhas, uma efemeridade. Por causa disso, o próximo capítulo trata da pesquisa realizada sobre o Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural, sua história, trajetória e legado.

5 O PORÃO: UM ACONTECIMENTO CULTURAL

Neste capítulo será apresentado o histórico do surgimento do Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural e os impactos do conflito envolvendo a construção, no projeto em si, nas pessoas que frequentam e trabalham e suas motivações para darem continuidade ao projeto. Também serão discutidas as possibilidades de futuro para o projeto, segundo declarações e intenções do Poder Público, e também registrar pontos de vista de algumas das pessoas envolvidas, que expuseram desejos e intenções para o Porão Cultural.

Primeiramente será colocada a condição existencial do Porão Cultural, pois o intuito é analisar os principais fatores que o fazem ser o que é em potencial. A pesquisa qualitativa e quantitativa vem em seguida, descrevendo o que foi realizado empiricamente ao longo do ano de 2019. Com isso, serão trazidos os relatos de visita e uma análise do questionário aplicado a frequentadores do Porão. Dando sequência, vem um grito de resistência em “Porão, Presente!”, com o objetivo de ressaltar a importância do Espaço Ocupação Porão Cultural para Maricá, mas também a importância de projetos deste gênero, especificamente, para a sociedade. Expor, assim, que nos falta mais destes espaços de liberdade criativa, que estimulem por outros caminhos, para além dos tradicionais, o que beneficia o convívio social. Por fim, expor o essencial papel do Poder Público na busca de viabilizar ideias e ações dentro dos espaços.

5.1 A CONDIÇÃO EXISTENCIAL DO PORÃO E A GESTÃO DA CIDADE

A condição existencial, ou seja, o conjunto de fatores envolvendo a existência deste espaço foi o principal motivo para a escolha de caso a ser estudado, pois se encontra em consonância com uma percepção pessoal dos conceitos de arte e cultura, assim como com suas importâncias para a vida humana, despertando um instinto natural do ‘cuidar da vida’. A arte e a cultura dispostas de maneira peculiar, em um edifício que se encontra em situação análoga a um doente terminal, consciente de sua finitude, como um ‘pulso que ainda pulsa’³¹ (analogia utilizada pela própria criadora, pelas gestoras e frequentadores), este lugar e projeto também desconhecem o momento dos seus fins. Poderá acontecer dentro de seis meses, dentro de um ano ou em um dia. Poderá, inclusive, não acontecer.

O Anfiteatro, apesar de ser um tipo de edificação, que não abrange o déficit habitacional, índice caro à demanda mais profunda da reforma urbana, é um equipamento urbano com espaço interno de dimensões consideráveis, aonde funcionava a Biblioteca Municipal, e que iria, ainda que temporariamente, entrar para a estatística de imóveis públicos desocupados quando o projeto do Porão Cultural foi proposto. Acontece, que as informações sobre a demolição do anfiteatro são passadas verbalmente, e passam a criar uma atmosfera de incertezas acerca da efetivação da demolição. No

31 Referência à música ‘O Pulso’ do grupo musical Titãs, banda de Rock brasileira. Compositores: Marcelo Fromer, Antonio Bellotto e Arnaldo Antunes.

seguinte momento da entrevista, quando perguntado sobre o que ela deseja para o futuro do Porão, a colaboradora demonstra um pouco a dificuldade em conseguir uma informação com precisão sobre a data da demolição:

Só que como é um espaço que está para ser demolido, ao mesmo tempo que eles ajudam, a gente fica sempre com esse pé atrás porque vai ser demolido. Então, tem algumas coisas que a gente precisa fazer aqui, mas que a gente não consegue porque o espaço está para ser demolido. Já disseram várias datas para demolir, só que não chega. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Estas incertezas criam suposições: 1. a edificação será de fato inteiramente demolida; 2. talvez possa haver negociação para aproveitamento do salão embaixo da arquibancada, mantendo o projeto ocupante no espaço. A partir do momento em que o projeto está em curso e há engajamento de colaboradores, a falta de uma data, e caso haja a data, o não cumprimento do planejamento, abre espaço para suposições. De acordo com comentários informais, o anfiteatro poderia “quem sabe até ser reformado e incorporado ao novo projeto”, dando uma esperança a quem o deseja inteiro. Para a criadora o mais importante é a permanência do projeto, independentemente do futuro da edificação do Anfiteatro:

O futuro, como se diz, a deus pertence, e a gente estava falando daquela coisa do doente em estado terminal, mas que também pode não ser. Quando eu vim pra cá eu já sabia, que o espaço já tinha um tempo, uma pré determinação de ser demolido porque existe um outro projeto. Só que esse projeto (Porão Cultural) ganhou uma força que a gente não imaginava (...) eu ainda tenho esperança que ele permaneça neste espaço e que isso seja algo oficializado, que a gente consegue recursos, e etc. Nesse momento é muito mais difícil porque fica assim, vai ser demolido ou não vai ser demolido, então a gente acaba que não consegue muito recurso, e a ideia é de que ele permaneça, nem que a gente tenha que mudar. (CASTELO BRANCO, T. Entrevista. Mar 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

No momento desta entrevista, o projeto para a praça já estava pronto. Talvez houvessem discussões a respeito em paralelo, porém, após o relato descrito acima ocorrido em março de 2019, a entrevista com o arquiteto, em outubro de 2019, passa a impressão de que a remoção do Anfiteatro nunca foi uma questão a ser debatida. Curioso constatar, que para o Porão Cultural ainda existia a hipótese de não ser removido. E sim, o projeto pode sempre sofrer alteração enquanto a obra não for iniciada. Portanto, era um fato: a situação ainda estava indefinida. Havia que lutar.

Muitos se sentem responsáveis pelo lugar, onde obtiveram tantas conquistas e influenciaram tantas vidas. Apesar de ser um uso com a permissão do Poder Público, configura-se na prática um movimento de resistência, pois a escassez dos recursos investidos sempre beirou a precariedade empurrando a sobrevivência do espaço para as mãos daqueles, que apoiam e acreditam no projeto cotidianamente. A confirmação da demolição, após todos os esforços e após o surpreendente impacto social, juntamente com a descoberta de uma demanda existente, anteriormente desconhecida, se

assemelha a um mandato de despejo por uma interferência política vertical, se chocando com um interesse popular.

A justificativa técnica da remoção contém em si algumas brechas, que fazem levantar questões e dúvidas. A princípio, sim, é compreensível a justificativa do impacto causado pelos grandes eventos, ocorridos na praça, na estrutura de uma edificação antiga e preservada. Também é igualmente compreensível o impacto visual da elevação de 6 metros a uma distância de apenas 30 metros da antiga Casa de Câmara, atual Casa de Cultura, que possui 12 metros de altura, interferindo na paisagem pitoresca de ângulos importantes da praça.

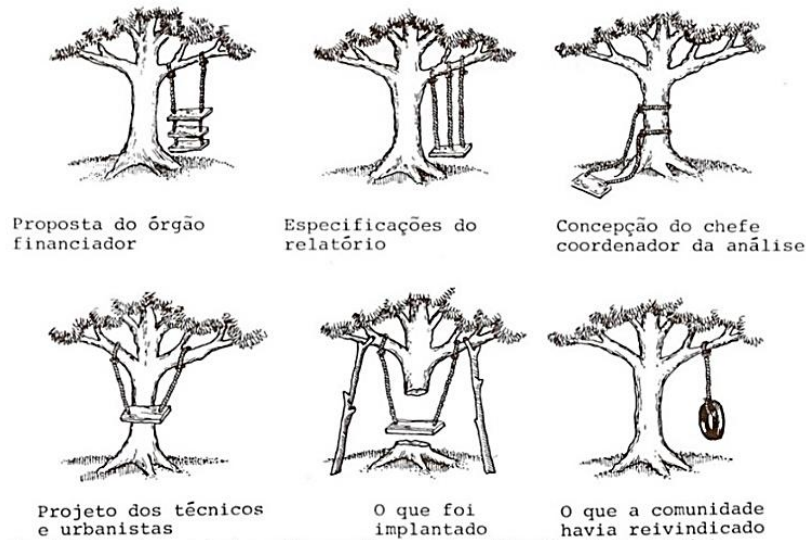
No entanto, o que de fato impacta não é a presença da edificação do Anfiteatro, mas sim os eventos em grande escala, produzidos pela própria Prefeitura. Quando um palco é montado em cima do palco do Anfiteatro e passa a ser utilizado de maneira invertida, inutiliza-se a arquibancada do anfiteatro para direcionar a atração à praça, e com isso, impacta na estrutura da edificação tombada. No entanto, atividades como peças de teatro, dança, música, corais, com apresentações diversas da própria população local para a população local, estariam dentro dos termos adequados para a ambiência protegida. Sendo assim, porque demolir? A museóloga Priscila Mataruna, aponta para a mesma questão:

Até que ponto uma praça que é tombada, que tem um equipamento cultural que é posterior àquela época, mas que faz diferença na vida das pessoas né... questão de memória e esquecimento... porque demolir? (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Estas observações reforçam a hipótese de, que a agressão à ambiência não seja somente uma questão de proteção ao patrimônio, mas sim uma agressão de outra ordem, talvez estética sob uma ótica higienista, que indica a edificação como atrativo de “maus hábitos” ou de uma frequência indesejada para o bairro. Por isso, a importância de um planejamento urbano ser feito com a escuta da população deve ser considerada, para afastar o que define uma cidade excludente e evitar ideais, que são irreais para o local.

Um equipamento público ou uma obra pública ao ser implantada, deve considerar os impactos que serão causados, para que haja uma intervenção responsável. Há que se lembrar, que em muitos casos de municípios brasileiros, quando um projeto não é engavetado, obedece a interesses políticos, que por sua vez obedece aos interesses privados, ou até mesmo, em casos mais graves, a interesses pessoais de quem detém o poder. Del Rio exemplifica, de maneira muito clara, didática e bem-humorada, esta dificuldade no planejamento, através da figura a seguir (Figura 45), que vale o tempo despendido na apreciação:

Figura 45: Diferentes interpretações de um problema e modelos de soluções conflitivos entre técnicos e a população



Fonte: DEL RIO, 1990.

A Figura 45, retirada do livro *'Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento'*, do autor e professor Vicente Del Rio (1990), ilustra de forma caricata a dificuldade de se fazer a escuta da sociedade nos processos decisórios do planejamento urbano. Muitas vezes, o que se planeja está aquém do necessário e relevante para a cidade, mas o espetáculo acaba por conquistar as opiniões dos cidadãos e cidadãs, que se preenchem da lógica consumista e do conforto imediato que a nova obra oferece. O novo proporciona uma melhora espacial, mas de baixíssimo senso crítico de usabilidade democrática ou afetividade espacial. O espaço público nas cidades modernas se torna um modelo bem-sucedido repetido, dentro de um padrão estético de “primeiro mundo”, e o Porão existe e surge na contramão desta lógica.

5.2 O ACONTECIMENTO, PORÃO CULTURAL

O Porão Cultural foi inaugurado em um contexto político de crise em nível nacional, em ano de eleições presidenciais. O conservadorismo ganhando forças propagandísticas diante de conflitos e escândalos ocorridos na estrutura política do governo, que em 2016. Com o pedido de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, a crise política e econômica atingiu o ápice alavancando acontecimentos subsequentes até culminar na eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL), no ano de 2018.

É preciso registrar, que os votos dos deputados federais na ocasião do impedimento da presidenta Dilma, foram feitos, em sua maioria, com supostas justificativas dedicadas às suas próprias famílias, seguidas de discurso religioso e de ódio, revelando uma inadequação e contradição alarmantes, agravados no fato de serem pessoas públicas em um Estado Laico. O candidato do PSL, então deputado federal, Jair Messias Bolsonaro, em seu discurso de voto a favor do impedimento da presidenta do país,

fez uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador condenado, que comandou sessões de tortura contra Dilma Rousseff, presa durante a ditadura militar do Brasil. E este mesmo deputado federal, foi eleito Presidente da República. Neste contexto nascia o Porão.

Após eleito, uma das primeiras medidas do Bolsonaro foi a extinção do Ministério da Cultura. No entanto, enquanto o país vivencia o crescimento de forças políticas conservadoras no poder, a Prefeitura de Maricá segue liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), um dos partidos representantes da esquerda no Brasil, desde 2008, o que configura 4 mandatos e 2 reeleições durante 12 anos. Mesmo com todas as ressalvas que possam existir³², este governo ainda se pauta nas construções de políticas públicas baseadas nos direitos democráticos e direitos humanos. Não à toa, vale ressaltar, que o uso do espaço do Porão foi permitido por este governo. A Secretária atual está alinhada a valores políticos, que são voltados para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, com acesso à arte e à cultura, livre de preconceitos e com o respeito às diferenças. Valores estes, que constituem a gênese do Porão Cultural.

Tudo começou quando, em 2018, a Secretaria de Cultura da Prefeitura de Maricá (PT) aprovou um Projeto proposto pela sua Coordenadora de Artes Visuais, a artista visual Tatiana Castelo Branco. A ideia principal de Tatiana era abrir as portas de um espaço recentemente desocupado, de propriedade da Prefeitura, para ocupar com as exposições de artes visuais, que ela já organizava no hall de entrada do Cinema Henfil. Este cinema foi inaugurado em 2012, e segundo divulgado pela prefeitura, se trata da “volta do encanto do cinema para Maricá”, pois o último cinema tinha sido fechado 30 anos antes da abertura deste. Apesar de ser um local bastante visitado, o espaço era, segundo ela, pequeno e inapropriado para as exposições. Neste momento, um grande espaço embaixo da arquibancada do Anfiteatro, na Praça Orlando de Barros Pimentel, Centro de Maricá, estava prestes a ficar desocupado. Segundo a Prefeitura, o espaço não se adequava mais ao uso da Biblioteca Pública Municipal.

Com isso, o Projeto Espaço Porão Cultural teve sua inauguração em agosto de 2018. O Porão, como carinhosamente é chamado pelos seus frequentadores, acabou tomando uma proporção amplificada, de forma espontânea, ao cumprir com uma função social relevante e inesperada, que nem mesmo a própria idealizadora pôde imaginar. Ela conta como foi, que ocorreu esta ocupação:

Este espaço parece que caiu assim na hora, não tinha outro. (...). Aí teve mutirão pra poder desocupar o espaço, eu ajudei pra poder desocupar logo, eu enxergava esse espaço vazio de uma maneira tão bacana. Eu imaginava: se ele vazio é assim, imagina ele ocupado. Vai ficar muito bacana né. Aí juntei com grupo de artistas para me ajudarem com a ocupação, darem apoio, e a gente foi descobrindo que o porão, ele começou a ter uma função muito além da arte, né. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

32 De acordo com opinião do Fernando Haddad (PT), segundo lugar para presidência em 2018, o erro do PT se deu pelo fato de não ter tido, durante o governo do partido, uma profunda reforma política, fazendo com que o partido se enquadrasse nos vícios sistêmicos, que acabaram por se virar contra o próprio governo.

É notável, que a Tatiana artista se confunde com a Tatiana funcionária pública, e assim a política mostra a força que tem, enquanto representante da sociedade. O trecho transcrito abaixo, quando se refere à Tatiana e à ocupação, fala desta duplicidade. Enquanto representante do poder público na sociedade civil, também representante da sociedade civil no poder público:

Foi uma iniciativa dos artistas locais, Tati (Tatiana Castelo Branco) e Paula, e elas são artistas plásticas e elas viram a necessidade de se ter um espaço na cidade que desse visibilidade a esses artistas. Foram à Secretaria de Cultura e pediram o espaço e ela cedeu. (MATARUNA, P. Entrevista. Mar 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação)

Segundo a arquiteta de preservações da Prefeitura, Renata Gama, a Biblioteca teve que sair do anfiteatro, porque chovia dentro do espaço, sendo inviável a permanência no local. Mas acontece, que o intolerável para alguns tipos de uso é a solução para outros, que nada têm. O espaço possuía características mínimas para o funcionamento do que a Tatiana tinha em mente: o Porão Cultural. A autora do nome Porão Cultural foi uma artista urbana grafiteira, a Cabocla, pseudônimo de Amanda Freitas de 21 anos (Figura 46), que no dia da inauguração se referia ao espaço como porão, pois tecnicamente pode ser visto como um porão o espaço embaixo de uma arquibancada. Ela também colaborou para customização artística da porta de entrada:

Figura 46: Cabocla e sua arte na entrada do Porão Cultural



Fonte: Prefeitura de Maricá, 2018.

Por perceber o espaço como ideal para o projeto, a coordenadora se considerou uma pessoa de muita sorte, pois estar vinculada à Prefeitura a possibilitou ocupar um imóvel de propriedade da Prefeitura. Caso contrário, não teria tido a permissão, pois existe uma burocracia para disponibilizar os espaços de propriedade do poder público, que chega a inviabilizar. Prefere-se manter os imóveis vazios a disponibilizar para a população. Ela tem consciência disso, como demonstra sua fala:

Graças a deus eu tive a sorte de estar dentro da Secretaria de Cultura, e ser um espaço que estava na mão da Secretaria de Cultura. Isso me facilitou muito. Que eu acho que é essa dificuldade também que deve existir. De você ter um imóvel, mas ser particular. Ou de você ter que ter uma autorização de não sei de onde, e isso tudo complica demais. Complica muito. Eu acho que foi um presentinho esse espaço. (Entrevista

concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Por conta desta iniciativa, deu voz à arte local, e com isso se tornou uma referência para os artistas locais. O professor de música Roberto de Moraes, no trecho descrito abaixo, evidencia como ele, assim como o projeto RUAZIA citado, representam esta voz artística da cidade, que vive ansiando por espaços livres para se expressarem: “Aí aqui, nós e o pessoal do RUAZIA estávamos sempre perguntando sobre esse espaço da Biblioteca, que estava vazio. Aí ela saiu na frente e conseguiu o espaço aí, pra gente ocupar. Chegamos ainda quando não tinha nada lá dentro”. (MORAES, R.. Entrevista. Mar 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

A disputa pela cidade ocorre da seguinte forma: os espaços afrontosamente desocupados, para serem legalmente ocupados precisam passar por complicados processos de desapropriação; ou então, outro caminho igualmente legal, serem primeiro ocupados e depois de 5, 10 ou até 15 anos, desapropriados pela Função Social da Propriedade, presente na Constituição e no Estatuto da Cidade. O instrumento segue válido, apesar de perseguido pela onda conservadora, que tenta regredir avanços democráticos como este, mas, felizmente, encontram barreiras.

No entanto, o esvaziamento dos imóveis, ou a simples falta de manutenção, ainda que ocupados, cultivam problemas sérios com as vedações, instalações, e todo o complexo estrutural construído, chegando a níveis de interdição, o que ainda não era o caso do Anfiteatro. Quando foi disponibilizado já se encontrava com alguns problemas, como goteiras, janelas quebradas e ausência de climatização, por conta de uma redução nos custos com a manutenção, provavelmente desde 2017, data de início do novo projeto da Praça. O que torna interessante o acontecimento do Porão é, que segundo a Tatiana, esta característica não foi considerada ruim, mas sim uma vantagem:

Uma das coisas que foi interessante aqui, que me deu um pouco de gás para trabalhar aqui, porque se eu tivesse um espaço, super estruturado e equipado da prefeitura, eu ia ter várias coisas que eu não ia poder fazer e ia ter que ficar reservada. Então aqui, se ele vai ser demolido então a gente pode fazer o que a gente quiser. Então assim, os artistas eles faziam o que eles queriam aqui dentro. Posso assinar aqui? Pode. Posso sentar no chão e se cair tinta no chão? Pode, não tem problema. A gente senta no chão, as crianças brincam de argila no chão, elas sujam o chão todo. Ah, se fosse um piso de porcelanato de não sei de onde, que aí ia arranhar e eu já ia ter um problema, então assim, isso nos deu uma liberdade também, que isso é impagável. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Com a edificação em estado de parcial abandono, houve uma liberdade artística para todos os ocupantes e frequentadores do espaço. Para ela, os espaços abandonados são “perfeitos”, como ela mesma se refere ao explicitar o seu forte interesse pelos espaços, pois assim ela pode estimular a arte nas pessoas, sem restrições criativas. Ela diz, que:

Então, esses espaços que estão desocupados, ou abandonados, eles são espaços assim, que quando eu passo, já fico pensando que poderia dar um espaço maneiro. Trabalho muito com pessoal do grafite, e isso não tem como. Eles têm que ter liberdade para poder usar, produzir. Então esses espaços são perfeitos. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Infelizmente, até esta liberdade pode se prejudicar, caso a manutenção não seja feita, transformando o espaço em um ambiente insalubre e perigoso para qualquer tipo de uso. É aqui que entra o papel dos ocupantes do espaço, pois apesar de ser do Poder Público, este não fazia a manutenção necessária, com a justificativa de que o imóvel seria demolido em breve. Aí vem uma contradição: vai ser demolido em breve, mas pessoas foram permitidas a usarem o espaço. Há que se garantir a manutenção, até que seja feita a demolição. O edifício foi construído e está em uso até o seu último dia. Sendo assim, deveria haver uma manutenção mínima até o seu último dia, mas o que ocorreu foi, que as melhorias e manutenções do espaço foram possíveis somente com a união dos artistas envolvidos e os funcionários da Prefeitura, que estavam lá no dia-a-dia, e organizaram mutirões de pinturas de parede, limpezas e consertos gerais.

Para apresentar alguns destes colaboradores e como chegaram ao Porão Cultural, foram transcritos trechos dos áudios das entrevistas realizadas no Porão, em que se pediu que contassem suas histórias com o espaço.

Luiz, um artista e cineasta, que trabalha voluntariamente para o espaço, contou:

Conheci o Porão através do Vavá, aí falei de uma biblioteca que eu trabalhei, uma biblioteca solidária, conversei com a Paulinha que trabalhava aqui e ela me apresentou a Tati, aí mostrei alguns trabalhos que fiz com recorte e colagem, ela gostou. Começamos a conversar e hoje em dia somos irmãos. (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Oneide, produtora cultural, funcionária pública da Secretaria de Educação, cedida para a Cultura e que possui um forte laço com o projeto, contou:

Aí o Mercado (das artes) entrou em obras e fui auxiliar lá no Cinema Henfil, porque eu fiz produção também nessa área, trabalhei na Reserva Técnica, fiz alguns cursos no Museu, que eu trabalhei como museóloga, e daí, como eu sou funcionária pública e eu não posso ficar sem ter um lugar para trabalhar, claro, e o Mercado estava em obras, e eu sou amiga da Tati já há muito tempo, a coordenadora aqui do Porão, aí eu perguntei a ela se eu podia ficar aqui, que eu daria um apoio, participaria das atividades que eu gosto... Isso dois meses depois que eles abriram o Porão. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Priscilla, a museóloga contratada pela prefeitura para trabalhar na Casa de Cultura, foi remanejada e colabora agora com o Porão Cultural:

Comecei a trabalhar na Secretaria de Cultura, na verdade no museu. E aí vim pro Porão. O museu vai funcionar na Casa de Cultura. O museu está fechado. Mas eu vim para trabalhar no acervo do museu. E agora eu vim para ajudar a Tati aqui no Porão. E assim, eu me apaixonei por isso aqui. Pelas pessoas que vêm, pela possibilidade de fazer a diferença na vida das pessoas aqui. (Entrevista concedida por Priscilla Maturana, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

E o Roberto, professor de música, que tem um projeto de biblioteca ao ar livre na esquina, quase em frente ao Porão Cultural, explicou:

Eu tinha dificuldade para guardar os livros aqui (na rua). Eu guardava num restaurante de um amigo meu. E aí eu conheci a Tati num trabalho que eu trabalhava num espaço cultural que tem em Araçatiba. Aí ela começou um trabalho de pintura com crianças na praça lá. (...) Ela me chamou e falou que eu podia levar meus projetos dos livros pra lá. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

A funcionária pública Tatiana, responsável pela articulação de artistas e interessados em colaborar, agiu de forma independente e obteve a aprovação necessária da Secretaria de Cultura. Cabe ressaltar com o fim de se abrir um debate, que este projeto não representa uma Política Pública de governo, podendo ser entendido, inclusive, como um exemplo de participação civil em um encontro entre os poderes da voz do povo com a da governabilidade. Caso fosse um projeto de governo, possuiria em si características padronizadas, simplificações e garantias, que o tornaria um projeto diferente em diversos aspectos, qualitativos e quantitativos. O Porão Cultural é o que é: fluido, profundo, humano e espontâneo, porque não é um projeto oficial de governo, qualquer que fosse o governo, sem distinção ideológica. Se trata de uma fresta dentro da governabilidade, levantando a hipótese de que talvez esta seja uma boa forma de governar, a ocupar os espaços, sendo o Estado uma entidade intermediária.

Tudo começou com a justificativa de ocupar o espaço com uma galeria de artes visuais, com objetivo principal de divulgar os trabalhos dos artistas locais, mas logo no início, desde o processo de articulação dos artistas, foi se transformando em um espaço dedicado à produção livre de arte, que atendia à uma demanda mais urgente, presente nas ruas e nas manifestações culturais de Maricá. Se tornou rapidamente, de forma natural, um espaço francamente aberto e gratuito, para que os visitantes pudessem se expressar livremente através da arte. Ofereceu-se material, além do próprio espaço em si para encontros e exposição de trabalhos, mesas de trabalho, cadeiras, bancos e pallets com almofadas, materiais de desenho (lápiz, giz de cera, tinta, papel), argila, uma biblioteca e um piano, ambos (livros e piano) de propriedade do professor Roberto, o professor de música. Tudo isso disponível para livre acesso aos visitantes. Se tornou um ateliê aberto ao público.

A partir da colocação de Milton Santos sobre o espaço, que “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional” (SANTOS, 1988), pode-se entender o porquê do surgimento natural de um espaço como o Porão Cultural em Maricá. As manifestações sociais, sejam elas quais forem, podem ser interpretadas como reflexos da vida em sociedade, um somatório de

realidades relacionais manifestadas em coletivo. Este entendimento do somatório de fatores se aplica tanto para um resultado de eleições presidenciais, quando se elege um representante de um conservadorismo equivocado, acompanhado de discursos que remetem ao Fascismo, nos revelando a presença desta atitude em nossa sociedade, quanto para o surgimento de um espaço como o Porão Cultural, que acolhe uma “sociedade em movimento” (SANTOS, 1998). De acordo com a Tatiana, a criadora do Porão:

O Porão começou a ter uma função social, começou a ter uma função psicológica inclusive na vida das pessoas, de acolhimento. Muito acolhimento. Para morador de rua, pessoas com distúrbio... então assim, eu acho que eu amadureci em um sentido humano mesmo. Não é nem no sentido profissional, mas humano mesmo. É uma lição. Está sendo e isso é uma das coisas que faz com que eu queira que ele permaneça. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

O espaço demonstrou ter causado um impacto imediato na população de Maricá, desde o momento da sua abertura. Segundo a Prefeitura de Maricá, recebeu, em 10 dias contados a partir da inauguração, no dia 10 de agosto de 2018, mais de 600 visitantes. Durante os oito meses de funcionamento (até a presente pesquisa), verificou-se 6.160 assinaturas de visitantes no livro de presença, dando uma média de 38 visitas por dia. Esta média foi comprovada por contagens *in locu*, ao longo da pesquisa. Considera-se uma frequência alta e ininterrupta, com suave queda no verão, por conta do calor excessivo com a falta de climatização no espaço. Ao comparar este número, com um centro cultural Municipal na Zona Sul do Rio de Janeiro, o dado impressiona, pois de acordo com informações adquiridas durante uma experiência pessoal de trabalho no local, a presença de 30 visitantes só ocorreu em dias especiais, de abertura de espetáculos e exposições. A média deste espaço, que oferece algumas atividades gratuitas, permanece em torno de menos de 10 pessoas por dia de acordo com o livro de presenças. Os propósitos de ambos espaços se diferem em alguns pontos, mas se aproximam no uso cultural, e com isso torna visível a lacuna, que o Porão Cultural preenche em Maricá no campo da Cultura:

A questão de você poder trazer a sua arte com total liberdade pra expor, isso já é extremamente gratificante. De você poder colocar fotos, quadros, esculturas, e você ver que as pessoas estão admirando. Mesmo que você não venda, porque aqui também você está exposto a todo tipo de crítica, assim como todo tipo de admiração. Para os artistas, para os músicos, que pedem para ensaiar banda. (Entrevista concedida por Tatiana Oneide Braga, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

O acontecimento do Porão é como um reflexo, uma resposta à realidade social presente naquela cidade, naquele bairro, naquela praça especificamente, que concentra diariamente um trânsito intenso de pessoas, resultando esta alta na frequência do espaço. Não à toa a frequência é expressiva dentro da faixa etária juvenil, pois em um raio de 800 metros da praça se encontram quinze instituições

educacionais. O Porão Cultural atende a este público escolar, assim como a idosos e crianças, oferecendo um espaço acessível em ambiente criativo, tranquilo e acolhedor, segundo palavras dos próprios visitantes, e a colaboradora Priscilla:

A minha intenção é ajudar as pessoas, transformar vidas, de qualquer maneira, que a gente possa ajudar as pessoas, e isso é o que me move. E acho que o Porão traz muito isso. Cada visitante tem uma história, tem uma memória diferente, então a gente aprende muito com cada um, seja criança ou seja uma pessoa idosa, que a gente recebe muitos idosos aqui também, e trazer as pessoas justamente para um convívio. A gente vive uma vida muito digital, as pessoas estão dentro das casas, mas elas não se falam, não interagem, e aqui é um espaço para isso, para as pessoas interagirem entre si. Fazer umas oficinas legais com as crianças. Aqui vem muita criança, então acho muito bacana. E gosto muito desse trabalho por isso, dessa interação, isso é uma coisa que me move. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

A ausência de investimento por parte da Prefeitura indica um posicionamento político, que termina por deixar o Porão dependendo da boa vontade dos que trabalham no espaço e parte da sociedade, que entende e apoia o projeto. Assuntos que envolvam insumos e infraestrutura básica, como água, materiais para trabalhos artísticos, ventilador, cadeira, mesa, utensílios de copa, papel higiênico, materiais de limpeza, por vezes são conquistados por doações destas pessoas envolvidas com o espaço:

Mas o que quebra a gente é a estrutura, porque a gente tem que ter um bom banheiro, banheiro pra criança, banheiro pra adulto, água gelada, de ter água. Cadeiras e mesas nós tínhamos e não temos mais... A minha captação de recursos é chegar no cara lá da papelaria e explicar que eu to no trabalho tal, vou receber 15 crianças, eu não tenho o material. E ele fala: Poxa Oneide, chega aqui que a gente separa, giz de cera quebrado, eu vou aceitar! Ele separa os produtos com um defeitinho e nos dão. Outro dia um rapaz que vem sempre aqui comprou um galão de água pra gente, é até um vendedor de bala que vende bala aqui no semáforo, veio e falou, “não, eu to sempre aqui bebendo água, vou comprar um galão”. Tirei foto, coloquei na página do Porão: “nosso colaborador, comprou um galão de água”. É uma coisa bem comunitária mesmo.... É uma troca, a gente vê que a pessoa tá satisfeita. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Objetivamente, aqueles que precisam de ajuda imediata, como artistas de rua ou mesmo habitantes em situação de rua, por vezes portadores de deficiências mentais, são acolhidos no local por se sentirem bem recebidos no ambiente. Os casos mais críticos são encaminhados para os serviços de Políticas Inclusivas, bem próximo dali, como mencionado anteriormente, pois grande parte das instituições da Prefeitura estão no Centro de Maricá, ou seja, a minutos de distância da praça. Mas, para além deste acolhimento social, subjetivamente o Porão Cultural salva vidas, pois estimula a criatividade e interação, oferecendo um espaço que serve de alternativa psicológica para aqueles, que se sentem “excluídos” ou “incapazes”, focando em atividades que melhoram o convívio social e ocupam as mentes com arte e cultura.

5.3 UM OLHAR PARA O PORÃO: PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA

Os relatos a seguir têm os objetivos de aproximar a perspectiva do olhar do leitor para o local estudado, apresentando os principais atores sociais, que colaboraram e deram direções para a pesquisa, e conduzir a leitura para o percurso cartográfico na ambiência em questão ao atravessar o texto na ordem cronológica. A primeira ida ao Porão (janeiro de 2019) aconteceu na companhia da parceira de trabalho, Carolina Soares (Figura 47), representante da equipe de pesquisa de extensão da UFRJ intitulado ‘Programas Articulados: Transformações das Forças Produtivas Sociais’, existente até setembro de 2019. A imagem abaixo e à esquerda (Figura 47), é do momento da chegada e reconhecimento do espaço, enquanto esperávamos os colaboradores, que viriam nos receber em seguida. A segunda imagem, à direita (Figura 48), foi de uma visita escolar, poucos dias antes da outra imagem. A Coordenadora Tatiana nos enviou imagens de atividades ocorridas no Porão, incluindo esta, para ilustrar a importância do projeto para a sociedade, representando o que era o Porão aos olhos da coordenadora para nós.

Figura 47: primeira visita com Carolina Soares

Figura 48: imagem enviada pela coordenadora - visita de escola municipal



Fonte: a autora

Fonte: Tatiana Castelo Branco

Neste momento estava um calor exaustivo e é notável, que o Porão não possui aberturas para ventilação cruzada e também não possui climatização com ar-condicionado. O único e antigo ventilador era doação e as janelas altas somente para iluminação natural. Ainda assim, valeu a pena a conversa relevante com o professor de música Roberto e o funcionário Fábio, a respeito do surgimento do projeto e das experiências tidas até então. A conversa foi em torno da importância de um espaço como o Porão para a cidade, e para as cidades em geral.

Ao mencionar sobre os frequentadores do espaço, foi observado por eles, que as pessoas mais velhas, em sua maioria, só entram quando acompanhadas de jovens (filhos, sobrinhos e netos), mas que uma vez lá dentro a comoção é enorme, o que as fazem voltar outros dias. Entretanto, aqueles que não tiveram a sorte de estarem em companhia dos mais jovens, olham de soslaio para o edifício e passam com ar de distanciamento, sem se arrisarem a entrar. A ideia é reforçada pelo Fábio ao dizer, que o

Porão representa um “pedaço da periferia no meio da cidade”, aonde os olhares tomados por preconceitos não conseguem visualizar a relevância, importância ou potencialização, que este espaço proporciona. Explicou, que quando fizeram a intervenção da pintura nas fachadas, no dia da inauguração (Figura 49), procuravam uma maneira de chamar a atenção do público para o lugar, mas acabaram vendo que, para alguns, o efeito foi o oposto. A estética do grafite causa um estranhamento, principalmente aos mais conservadores ou pessoas de idades mais avançadas.

Figura 49: pintura de fachada da entrada do Porão Cultural.



Fonte: Prefeitura de Maricá.

Sob o ponto de vista do pedestre ao contornar a Praça, o Anfiteatro não se mostra menos monumental do que os outros dois monumentos históricos na Praça: a Casa de Cultura e a Igreja da Matriz. Se difere pelo “aspecto de periferia no meio da cidade”, como mencionado por Fabio e Roberto, mas que também pode ser lido sob um aspecto de arte urbana e contemporânea no meio da cidade. Porém, percebe-se a força da primeira leitura presente em uma notícia encontrada, de 2018, na página Lei Seca Maricá (LSM), que reforça uma imagem à margem, na manchete: “Homem é preso acusado de tráfico de drogas na praça central de Marica”, ilustrada com uma cena de jovens sendo apreendidos por policiais, sentados nas arquibancadas do anfiteatro. Esta é a última notícia, que menciona o Anfiteatro até então, já indicando o subentendido anúncio da demolição, sugerido com o poder da mídia de narrar ou construir uma imagem.

Outra narrativa, encontrada no entorno do Anfiteatro, é composta por pinturas de grafitti nas paredes, jovens e adolescentes em volta da construção, sentados conversando ou andando de skate, o que setoriza a praça por faixa etária, remetendo à muitas praças de grandes centros urbanos. O Anfiteatro é, indiscutivelmente, uma presença marcante, sendo atraente para alguns e repelente para outros. Ainda sob o ponto de vista do pedestre, ao adentrar a Praça, percebe-se sua amplitude, aonde de um lado a perspectiva apresenta os fundos da Casa de Cultura, e do outro os degraus de uma arquibancada, consideravelmente distantes entre si. Reitera-se, o palco e arquibancada do Anfiteatro voltam-se para o

centro da Praça, enquanto a Casa de Cultura possui os fundos da edificação, sem acesso, voltados para a Praça. Para acessar a Casa de Cultura, deve-se dirigir à Rua Álvares de Castro, uma rua de pedestre e faixa de ciclovia, que contorna a Praça, enquanto que para acessar as arquibancadas, é necessário entrar na Praça. Já o Porão, acessa-se pela Rua Domicio da Gama, a rua principal, que faz esquina com a Rua Almeida Fagundes, em frente ao ponto de ônibus e ao lado da banca de jornal.

O momento da chegada ao Porão, para a primeira abordagem como objeto de pesquisa deste estudo, está regido por uma preocupação em encontrar um lugar para passar a primeira noite, ainda sem definição de quantas noites seriam necessárias. A curta viagem, saindo da Rodoviária Menezes Cortes, no Centro do Rio de Janeiro até o Centro de Maricá, dura em média 1h e 30 minutos. O trajeto em busca de hospedagem passa em frente à entrada do Porão, encorajando a entrada. Ao observar um jovem, que caminhava à frente carregando uma mala de 30 kg com rodinha e mais uma mochila nas costas, entrando no Porão, adentro em seguida, também com uma mochila de rodinhas. Ele entrou entusiasmado, observando as paredes com as obras de arte expostas e todo aquele local instigante para as almas curiosas. Ao pergunta-lo se estava aguardando alguém, respondeu que não, que só entrou para conhecer o lugar, pois era a sua primeira vez na cidade. O espaço é realmente instigante e possui um magnetismo inexplicável.

No decorrer de dez minutos dentro do espaço, prestes a encerrar o expediente, cinco pessoas entraram com diferentes demandas. Primeiro foi uma mulher, que perguntou se ali era a Secretaria de Segurança Pública, e esta pergunta trouxe a informação de que havia uma cabine de Guardas Municipais no Anfiteatro, instalada no térreo da torre vermelha da edificação, saindo do Porão, virando à direita. Em seguida, um jovem senhor com um distinto brilho no olhar, veio perguntar se a Priscila estava ainda lá, mas ela não estava. Esta pergunta trouxe a informação sobre quem era Priscilla, que seria a museóloga remanejada da Casa de Cultura para o Porão. Nesta hora ela já tinha ido embora, pois era o fim do dia, mas estaria na manhã seguinte. Enquanto isso, entraram três estudantes de escolas vizinhas, que aproveitaram os últimos minutos para conversar um pouco, tocar piano e violão, antes de irem para casa.

Neste momento, sai da saleta da administração ao fundo, o Roberto de Moraes, já mencionado na primeira visita, um colaborador voluntário, músico e desenhista, professor de piano e proprietário do mesmo, que se encontra no Porão, e dos livros da pequena biblioteca também. Foi exposto ao Roberto, que o retorno ao espaço teria o propósito de ajudar o Projeto do Porão Cultural, uma vez que este tinha se tornado o objeto de estudo desta pesquisa. A reação foi com entusiasmo e ideias, que ele tinha para o espaço. Revelou que teria pensado recentemente em reunir os seus melhores alunos de piano para produzir um Sarau, como forma de colaborar com a resistência do Porão.

5.3.1 Os atores sociais do Porão Cultural.

Ao longo de três dias, foram gravados cinco relatos, que estão transcritos no APÊNDICE III, aonde colaboraram dois artistas e três funcionárias, dentre elas a criadora, abrindo suas histórias

comoventes com o Projeto Porão Cultural. A receptividade e boa vontade de todos os colaboradores sempre foram características marcantes durante a pesquisa, pois sempre expressaram muita satisfação, alegria e agradecimento por estarem tendo espaço para falarem sobre o projeto. O clima geral é de desânimo, como disse a Tatiana, Coordenadora do projeto, como se estivessem trabalhando com um paciente terminal, tentando tirar o melhor proveito dos seus últimos momentos em vida. No entanto, todos sempre se emocionam ao expressarem ideias para um futuro Porão.

Para entrevista-los, foram selecionadas as seguintes perguntas norteadoras:

1. Conte um pouco sobre você antes do Porão Cultural;
2. Conte um pouco sobre você & o Porão Cultural;
3. Qual o seu sonho (a curto, médio e longo prazo) para o Porão Cultural?

A seguir, os cinco colaboradores serão apresentados, a começar pela criadora do projeto, Tatiana (Figura 50), posteriormente as duas funcionárias, Oneide (Figura 51) e Priscila (Figura 52), e por fim, os dois artistas colaboradores, Luiz Claudio (Figura 53) e Roberto (Figura 54).

Figura 50: Tatiana Castelo Branco (Tati) - A Coordenadora e Idealizadora do Porão.



Fonte: a autora.

Tati é artista plástica, nascida em uma família de artistas, sua irmã é pintora e seu pai um artista premiado e reconhecido, Jaquesson Carlos Uchoa Castelo Branco, o Di Branco, sendo ele seu principal influenciador. Por conta disso, teve a arte inserida naturalmente em sua criação, que a fizeram uma mulher criativa e determinada, alcançando o cargo de Coordenação de Artes Visuais na Prefeitura de Maricá. Sua formação em artes, fora da academia, desde o berço, é seu principal motivo de querer passar adiante esta mesma oportunidade, e o Porão é um espaço que proporciona isso:

A minha formação de artes é uma formação de vida, não é uma formação acadêmica. Eu nunca fiz curso de artes. É uma formação natural da gente brincar com isso quando criança, em vez de brincar com boneca, estava fazendo massinha, argila. (...). Por conta dessa minha vivência de arte, como eu não sou uma pessoa acadêmica, eu acho, que isso também... você acaba criando uma linha de pensamento diferente daquela

peessoa que se forma em artes. Quem se forma... ela estuda, tem a teoria, e eu tenho a prática de vivência. Eu queria, que as pessoas também tivessem. Então quando pensei em fazer um espaço de exposição e atelier, eu pensei... as pessoas, elas podem ter essa vivencia, e às vezes elas não têm como ter essa vivencia em casa. Porque eu tive um pai artista plástico, mas as pessoas não costumam ter. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Quando chegou na Secretaria de Cultura de Maricá, depois de uma experiência de 14 anos na Secretaria de Saúde de Quissamã, foi para a Produção Cultural e se envolveu com as demandas das artes visuais assumindo a Coordenação das Artes Plásticas e Visuais. O Porão surgiu da demanda por um espaço, para divulgar artistas locais, que produzem seus trabalhos autonomamente, mas têm dificuldades de se inserirem no meio artístico. Uma das atividades programadas seria promover eventos de abertura de exposição a estimular encontros artísticos na cidade. Este tipo de espaço, que oferece oportunidade a novos artistas, está em falta em Maricá. Contudo, o fato de ser a Tati a coordenar o projeto, com um histórico de vida e princípios enraizados, é determinante para que o projeto tenha este formato horizontalizado, democrático, que oferece tanto aos artistas quanto aos visitantes de todos os tipos, o mesmíssimo acesso, sem nenhuma distinção. O professor de música Roberto, ressalta esta qualidade:

E acho que a característica dessa liberdade que as pessoas têm e desse acolhimento, vai muito da personalidade da nossa coordenadora, da Tati, que ela tem toda a responsabilidade por aquele espaço ali. (...). Eu acho que as portas vão continuar abertas ali e essa personalidade dela, que faz com que esse lugar seja tão atraente e tão democrático. Talvez se fosse outra pessoa, talvez tomasse umas atitudes que afastariam algumas pessoas que chegariam a não se sentir tão à vontade. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Conclui-se, que Tatiana é uma liderança social aderida à motivação prática da influência direta no meio em que ela atua, o que a aproxima da realidade. Esta característica é cara e rica ao aprendizado institucional, pois muitas vezes este se isola do campo de pesquisa, imerso em preocupações por uma busca epistemológica, que terminam por limitar o debate às salas universitárias, deixando de colaborar com os movimentos em curso (SANTOS, 1988. p.87).

As colaboradoras Oneide e a Priscilla trouxeram visões similarmente tão envolventes quanto envolvidas com todo o processo. Ambas afirmam e demonstram estarem realizadas e satisfeitas profissionalmente, depois que o projeto do Porão Cultural surgiu em suas vidas.

Oneide (Figura 51) iniciou sua carreira na Prefeitura pela Secretaria da Educação e posteriormente ela pediu transferência para a Secretaria de Cultura, indo trabalhar no Mercado das Artes, que é um espaço dedicado a disponibilizar baias expositoras para comercialização dos artesanatos locais e também se situa em um edifício no entorno da mesma Praça Orlando de Barros Pimentel. Logo que o Porão Cultural deu início às atividades no Anfiteatro, ela se entusiasmou e se ofereceu para auxiliar no espaço produzindo as agendas, eventos e a divulgação do espaço, além da viabilização e captação de

recursos. Por trabalhar há 22 anos com a agenda cultural da cidade, está sempre em busca de servir à sociedade com sua aptidão para a produção cultural. A amizade com a Coordenadora Tati se iniciou previamente, o que fortalece e intensifica, segundo ela, sua dedicação e apoio ao projeto: “trabalhei nas minhas férias, porque adoro o trabalho, apesar de toda falta de estrutura, que tenho fé que vai melhorar, se não fosse essa fé não estava aqui, é muito lindo, admiro muito a Tati por essa ocupação”. (BRAGA, O. Entrevista. Mar 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Figura 51: Oneide Braga (ao centro) - A Produtora Cultural do Porão.



Fonte: a autora.

Durante a entrevista com a Oneide, o questionário (APÊNDICE I) foi sendo elaborado espontaneamente. Havia uma necessidade urgente de escutar os frequentadores para saber o que pensavam a respeito do Porão, e com isso, fortalecer o argumento do impacto social, que o projeto está gerando, e a Oneide logo percebeu isso e fez acontecer.

A Priscilla (Figura52) é museóloga e foi contratada pela Prefeitura para trabalhar na Casa de Cultura, onde trabalhou por alguns anos. Assim, que o museu fechou para obras de restauro, ela foi convocada para ajudar no Porão Cultural, a princípio dentro da sua área, a museologia. No entanto, ao iniciar o trabalho foi surpreendida com a demanda totalmente diferenciada, o que causou um impacto na sua maneira de pensar a museologia, assim como a sua formação dentro dela. Com este contato, foi alinhando seu pensamento ao que ela chamou de uma ‘nova museologia’, que objetiva rever os conceitos básicos e valores fundamentais da tradicional disciplina, questionando para quem deverá ser este cuidado com acervos e monumentos. Atualmente é estudante de pós-graduação na área da educação e a experiência no Porão tem trazido muitas reflexões práticas neste sentido.

Ela conta como aconteceu este encontro:

Então assim, eu me apaixonei muito pelo Porão por esse trabalho com educação. E agora eu também estou fazendo história nesta área de formação de professores. O que estou afim de fazer é a licenciatura. Então isso tudo me fez olhar mais para esse lado

pedagógico, da educação. Da importância da interação entre as pessoas. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Figura 52: Priscilla Mataruna - A Museóloga do Porão.



Fonte: a autora.

A Priscilla é um dos principais motores deste espaço e também atua como liderança, tendo como forte característica um tratamento honestamente horizontal com as pessoas que entram no Porão. As suas atitudes, observadas ao trabalhar no projeto, provocam uma reflexão em quem observa, sobre as ações genuinamente solidárias, inerentes à sua maneira de lidar com o ser humano. A atitude igualitária, respeitosa e democrática a torna a personificação da ideia do Porão, pois permite, que o visitante se sinta acolhido e respeitado no local. O trecho da entrevista destacado abaixo mostra esse cuidado no olhar, presente no tratamento com todas as pessoas, que entram no espaço:

Tem uma menina que ela chega... aí ela dá bom dia, senta no piano e ela fica... aí você vê que ela não quer muito conversar, né? Às vezes você sente que a pessoa quer ficar sozinha. Às vezes ela senta e quer ler um livro... quer ficar ali quietinha na dela. Ontem ela veio aqui e passou a manhã toda tocando piano. Aí você imagina... você chega pra trabalhar num lugar e tem um pianista ali, uma pianista maravilhosa... e aí daqui a pouco entra uma criança e você fica com a criança fazendo um desenho... (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

A subjetividade detalhada na percepção acerca do visitante, observando gestos e atitudes, a coloca sensivelmente disponível para ajudar de forma verbal e não verbal, colaborando com que o Porão seja o que ele é: único.

O recém-chegado em Maricá, Luis Claudio (Figura 53), é um colaborador também muito sensível às pessoas e seus potenciais. Ele vê no Porão Cultural, uma oportunidade de espaço para realizar atividades culturais do audiovisual. Com uma história admirável de conquista e superação no âmbito profissional, tendo se formado em cinema aos 40 anos de idade, foi convidado para atuar em projetos da área pelo seu talento e interesse. Propôs e realizou o projeto “Diálogos Visuais” no Porão, que segundo ele, *“não é só o audiovisual, mas também o audiovisual. É tudo relacionado à imagem, à leitura*

das imagens”, oferecendo oficinas de fotografia e vídeo para idosos e crianças. Quando questionado a respeito do que o motivava a estar sempre ali, pois se seguir uma lógica presente nas relações interpessoais, fundadas na pergunta “o que eu ganho com isto? ”, afinal de contas viver no capitalismo nos condiciona a precisar receber capital em troca de trabalho, Luis explica que não se trata de um trabalho qualquer, e que existe sim uma troca, que pertence a outra lógica, muito rica e imaterial, entre os frequentadores e os artistas voluntários:

Nós somos uma família, participamos um da vida do outro. De forma orgânica. As pessoas vão chegando e vão somando e participando. Eu sei de coisas das vidas dos jovens aqui, que talvez nem os pais saibam. Eles vêm aqui para se libertar. Tem uma menina que tocava piano, e quando o pai morreu tinha parado de tocar piano. Aí quando ela entrou aqui, sentou ao piano e voltou a tocar. Então aqui também funciona como espaço terapêutico, tanto pra eles como pra nós. (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Figura 53: Luiz Claudio - O Cineasta do Porão.



Fonte: a autora.

Ocorre, que a necessidade de se relacionar com o social de maneira voluntária, provém de uma decisão muito pessoal, incorporando a bagagem de experiências acumuladas com a capacidade de lidar com poucos recursos, permanecendo intensamente comprometidos com o social e com um alto grau de respeito pelo ser humano, o que leva a estabelecer uma prática consciente e colaborativa no espaço que se atua (VELASQUEZ, 2020). A força de vontade presente naqueles, que querem fazer algo pela sociedade é abundante. O que falta é o incentivo do capital “a fundo perdido”, como chamam os gestores. O que falta é a mudança da visão estritamente capitalista das trocas, que precisa passar a valorizar os ganhos sociais, o bem-estar social. Pessoas e espaço precisam de recursos financeiros investidos em troca da sua força de trabalho para resultados com transformações profundas e duráveis. Colaboradores, como o Luis, podem e devem ser remunerados para agir no social. Esta deveria ser a lógica do estado.

O outro colaborador voluntário entrevistado, já citado algumas vezes anteriormente, é o músico Roberto de Moraes. Nascido e criado em Maricá, vindo de uma família tradicional da região, tem um

papel de extrema relevância para toda esta vivência. O seu piano é o personagem inanimado principal deste espaço. Além dos 300 livros da sua biblioteca, que estão abrigados e cedidos para o uso dos visitantes do Porão:

Lá eu tenho cerca de 300 livros, e aqui [no seu projeto pessoal Clube de Leitura na Praça Cônego Batalha, em Maricá, bem perto do Porão] cerca de 150 livros. Eu comecei com os meus livros, a partir do projeto iniciado, várias pessoas passam e doam, trocam. Já recebi grandes volumes de livros doados. Quando eu trouxe meus livros pra cá pro Porão eu estava em processo de mudança, e não dava para levar o piano pra lá. Aí quando souberam do piano, o pessoal do Porão falou pra eu levar o piano. E como eu já queria um espaço público para dar aula, eu aceitei. Tenho uns 4 alunos, uns mais adiantados que vem pegar noções comigo. O piano tem sido um diferencial, qualquer pessoa pode chegar ali e tocar. Eu só peço para não baterem, porque eu não sei afinar. Tem que pagar alguém, então se arrebentar uma corda vai ser difícil. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Figura 54: Roberto Moraes - O Músico do Porão.



Fonte: a autora.

Aulas, exercícios e práticas livres nutrem de música e literatura o conhecimento de quem se dedica a investir o tempo neste lugar, graças a ele. Sua atividade de professor de piano é um sucesso entre os visitantes e inclusive ele chegou a declarar, que o seu melhor aluno era um menino morador de rua, que ia lá todos os dias para treinar e que tinha tido um imenso avanço, do qual ele se orgulha bastante. Outro caso é um aluno autista:

Tenho um aluno autista que toca as coisas de ouvido. A mãe quer que eu dê aula e disse que não podia pagar, eu falei poxa, não tem problema, vai ser maior prazer. Eu que sou professor e fiz formação de professores, nunca desempenhei. É engraçado que agora, no Porão, estou aprendendo a lidar com crianças, cada vez mais novas, pessoas com problemas, deficientes, e isso engrandece muito. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Aparentemente a troca entre o professor e o espaço é muito clara: ele guarda os seus objetos no espaço, e em troca ele dá aulas gratuitas. Mas mais uma vez, é visível o que realmente importa na relação entre o colaborador e o Porão:

Eu não sou um sonhador, sou bem pé no chão. Se o espaço continuar acontecendo e continuar existindo, para mim já é o bastante. Porque o resto a gente faz. A gente nunca precisou de ninguém, eu continuo não precisando de ninguém e preciso só da boa vontade e daqueles que reconhecem o meu trabalho. Eu nunca pedi nada a ninguém e as pessoas vem até mim porque elas querem ajudar o meu trabalho. Então isso eu aceito de boa. Foi o que a Tati fez. Vejo que todo mundo ali tem o mesmo pensamento. Vejo que a Oneide é uma pessoa que faz a propaganda do espaço como ninguém sabe, sentimos isso quando ela saiu de férias que tivemos neste período pouca visualização do Porão. A Priscilla que é formada em museologia, então ela já tem o cuidado acadêmico em relação às peças e as obras... e muitas pessoas que estão reunidas, as nossas artes, e hoje somos uma família. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

A relação entre o colaborador e o espaço é uma relação imaterial, natural e genuína. Guardar o piano e os livros é apenas uma “desculpa” para compartilhar estes bens, que ele possui como herança de família, com a população de Maricá. O ato de ensinar também é natural, uma expressão inevitável da sua alma. Ao se perguntar sobre sua motivação maior para estar ali, ele respondeu: “o que me motiva a ir são os meus alunos, as pessoas que leem”.

Após a escuta destas pessoas, nota-se que a produção da arte de maneira livre, sem compromissos rígidos com a academia ou seguindo um plano de aulas, aparece como um conceito central na fala de todos os entrevistados. A espontaneidade, o aprendizado com a prática, o caráter terapêutico, todos demonstraram esse papel que o Porão veio tomando. Não foi algo planejado. Simplesmente aconteceu. É algo que os pegaram de surpresa reforçando o desejo de que aquele espaço devesse continuar. São muitas pessoas envolvidas, para além destas contempladas em pesquisa, e é unanime a opinião, ao escutar outros colaboradores (Figuras 55, 56, 57 e 58), sobre a relevância da localização em uma área central da cidade para atingir o maior número de pessoas, mas foi interessante ouvir, tanto da Tatiana quanto do Luis, que este projeto deve também ser replicado, expandido para as outras áreas da cidade. Reforça a ideia de abrir a possibilidade para ocupar outros espaços ociosos com propósitos similares.

Figuras 55, 56, 57 e 58: Angélica (funcionária pública); Antônio (funcionário público); Fábio (funcionário público); Oneide Braga (funcionária pública) com frequentadores (estudantes).



Fonte 55, 56 e 57: a autora; Fonte 58: Oneide Braga.

Importante ressaltar, que apesar de alguns dizerem que desejariam que o espaço tivesse maior independência, que fosse desvinculado do poder público, com o intuito de desburocratizar, reconhecem também, que sem este apoio do poder público o projeto não existiria, por conta da complexidade de se encontrar um local, que permitisse este funcionamento.

Em todas as falas o projeto do Porão foi apresentado com o fator surpresa, por ter em tão pouco tempo, já se enraizado na memória coletiva e individual dos que passam e passaram pelo espaço de uma maneira surpreendente. A prática em um ateliê livre e aberto, que provoca a subjetividade de quem entra no espaço não acontece com frequência na sociedade. Foi bastante ressaltado ser um espaço, que promove o equilíbrio mental individual e social, atendendo à grande problemática contemporânea que enfrentamos, de uma sociedade individualista, desigual e deprimida.

E para concluir, foi reforçado, que a adesão imediata comprova a falta, que faz um equipamento cultural acessível e interativo, pois Maricá não conta com nenhum museu dedicado às artes locais e contemporâneas. Em fase de restauro desde 2015, a Casa de Cultura, que abriga o museu histórico sobre Maricá de alta relevância para o resgate da memória da cidade, não supre a necessidade do incentivo à produção artística e cultural pela população, a chamada ‘cena artística’ da cidade. Os artistas locais viram o espaço surgir, e enxergaram nele uma oportunidade para realizarem seus trabalhos através de trocas com a sociedade, na esperança de poderem contar com o apoio mais ativo do governo, visto ser um dos seus objetivos *democratizar os acessos aos bens de cultura* (PNC, 2005), assim como *produzir, promover e difundir bens culturais* (PNC, 2005), de acordo com diretrizes definidas no Plano Nacional de Cultura, de 2005, ano da inauguração do Anfiteatro.

5.3.2 Análises do questionário: Nós precisamos saber o que você pensa sobre o Porão?

A iniciativa de aplicar um questionário aos frequentadores do Porão ocorreu, conforme já mencionado, durante a entrevista da Oneide, ao ser ressaltada a relevância do espaço para a população, pois segundo ela, seria bom saber qual era a faixa etária dos frequentadores, os horários de uso mais intensos e também o que estas pessoas pensavam sobre o Porão Cultural e suas atividades. Havia, no momento, uma eminente curiosidade sobre o retorno do estava sendo criado, para assim poderem organizar melhor a programação. As perguntas foram sendo criadas enquanto ela ia respondendo às perguntas da entrevista, e neste processo houve um cuidado na construção do questionário para tornar a linguagem atraente aos visitantes. A coordenadora Tatiana e os demais colaboradores aprovaram e agradeceram imediatamente a iniciativa. Para a distribuição dos questionários impressos contamos com a colaboração do Roberto, professor de piano voluntário no espaço, que se voluntariou também para a tarefa nas duas semanas subsequentes. Foram impressas 42 (quarenta e duas) cópias e todas foram preenchidas, à mão, o que foi uma grande satisfação para todos. O questionário foi aplicado anonimamente para preservar a identidade e assim poder contar com a honestidade nas respostas.

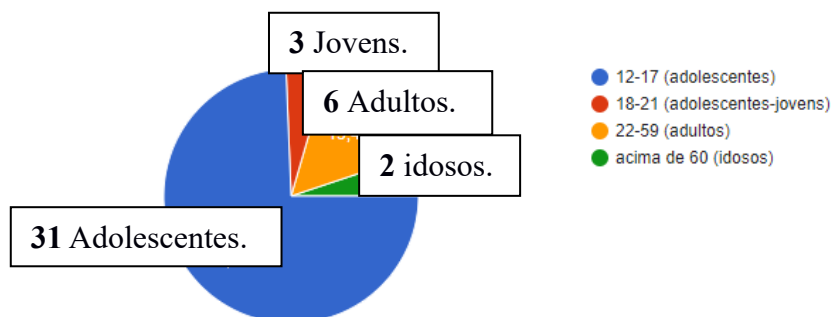
As perguntas elencadas foram:

1. Em uma palavra, o que o Porão Cultural representa para você?
2. Dentre todas as coisas, diga 3 que você mais gosta ou gostou de fazer/praticar aqui no Porão (pode ser qualquer coisa).
3. Se o porão acabasse em um dia, para qual local iria para fazer o que faz aqui? Justifique.
4. Escolha 3 coisas que você gostaria que tivesse no Porão (exemplo: aulas, oficinas, materiais, melhorias, etc.)? (Seja bem específica (o), combinado?)
5. Você é bem atendido aqui? Porque? (Elogios e críticas são bem-vindos).
6. Descreva a importância do Espaço (para você e para todos à sua volta).

As análises qualitativas e quantitativas a seguir, extraídas a partir das respostas obtidas, geraram gráficos percentuais e interpretações sistematizadas, e estas foram possíveis com as transcrições e o auxílio da ferramenta Google Forms. O objetivo foi entender de que forma atua e qual o público o Porão alcança, para com os dados levantados elucidar o que falta e registrar o que atende às expectativas dos visitantes. As respostas na íntegra estão no APÊNDICE I deste documento.

Constatou-se, que a grande maioria dos frequentadores é formada por adolescentes, que buscam um espaço de acolhimento, liberdade de expressão e estímulo à auto expressão:

Gráfico 01 – O Público do Porão.

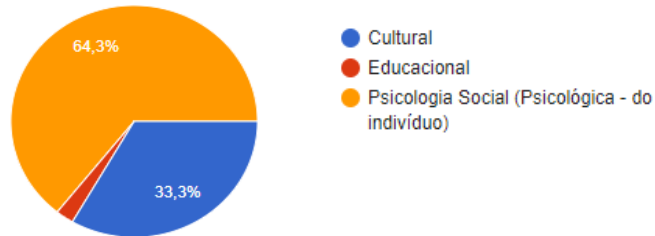


Eles afirmam: o Porão é “*um lugar que posso ser quem eu sou*” (Anônimo, 2019).

O motivo desta frequência também se justifica pela localização. Bairro do Centro de Maricá, em Praça central rodeada por escolas de Ensino Médio, sendo este um perfeito local de encontro e convivência. Além disso, tanto os voluntários quanto os funcionários estão sempre atendendo o público respeitando as diferenças do ser humano, tratando igualmente todos que entram no espaço, gerando uma atmosfera acolhedora. Isso atrai o público mais jovem, assim como idosos, que também fazem parte do público frequentador, apesar de menos expressivo em quantidade, mas bastante expressivo em qualidade, principalmente a avó da Priscilla. Uma senhora cheia de vida, que aproveita bastante o espaço conversando com todos e trazendo alegria para o dia-a-dia do Porão.

Pergunta 1 - Em uma palavra, o que o Porão Cultural representa para você?

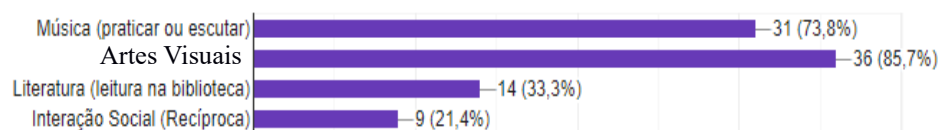
Gráfico 02 – Em uma palavra, o que o Porão Cultural representa para você?



A primeira pergunta pretende levantar, em suma, o que o espaço mais representa para as pessoas que frequentam: Em uma palavra, o que o Porão Cultural representa para você? Alguns responderam realmente em uma única palavra, sendo algumas delas: Vida; Raridade; Amor; Entretenimento; Ensino; Incrível; Cultura; Expressão. E em outros casos as respostas vieram em frases inteiras, como por exemplo: “é uma inovação na cultura de Maricá. Porão Cultural é arte livre e contemporânea”. Para fazer uma interpretação qualitativa das respostas, as separei em três categorias: Cultural; Educacional; Psicologia Social. A primeira identifica resposta ligadas às atividades culturais, como “Cultura”, “Expressão” e “Entretenimento”. A segunda categoria trata das respostas como “Ensino”. A última categoria, mais expressiva, são as respostas ligadas aos sentimentos e envolvimentos emocionais, como nesta frase: “local que me acolheu com respeito, carinho e amor. Sou artista plástica e sinto-me em casa, respiro arte”, e esta característica representa 64,3% das respostas. Em segundo lugar ficaram os motivos culturais, com 33,3%. A questão educacional, ou seja, de ensino e aprendizagem através das aulas representa menos de 3%, o que demonstra, no meu entender, que o mais importante não são as aulas ou as oficinas, mas sim o clima de acolhimento emocional no ambiente criado.

Pergunta 2 - Dentre todas as coisas, diga 3 que você mais gosta ou gostou de fazer/praticar aqui no Porão (pode ser qualquer coisa).

Gráfico 03 – Dentre todas as coisas, diga 3 que você mais gosta ou gostou de fazer/praticar aqui no Porão (pode ser qualquer coisa).



A segunda pergunta (Gráfico 03) procura desvendar na prática o que o espaço proporciona, buscando quantificar e qualificar o que se produz como ateliê de artes e também entender o que as pessoas esperam fazer quando vão ao Porão. A pergunta: Dentre todas as coisas, diga 3 que você mais

gosta ou gostou de fazer/praticar aqui no Porão (pode ser qualquer coisa), sugere que o visitante selecione atividades que o estimulem a interagirem com o espaço.

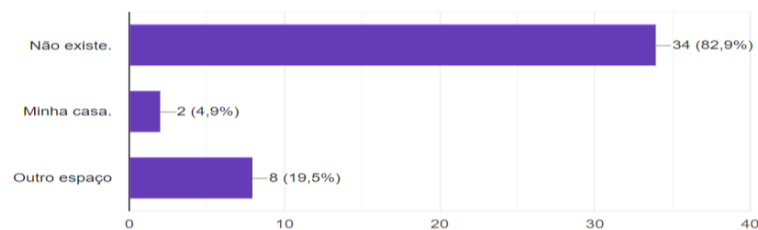
Por serem respostas livres e discursivas, com intuito de manter no questionário o conceito de liberdade que o Porão expressa na prática, diversas formas de se elencar apareceram, no entanto claramente dentro de um espectro de 4 eixos principais: música, artes visuais, literatura e interação social. A mais expressiva dentre estas foi artes visuais, com presença em 85,7% das respostas, tais como “ver exposições”, “pintar à vontade” e “fotografia”. Depois foi a música, mencionada em 73,8% das respostas, sendo que neste caso a atividade que mais apareceu foi “tocar piano” ressaltando a importância da presença do instrumento disponível. Logo depois vem a literatura em 33,3% das respostas e a interação social com 21,4%. Com isso pode-se supor que o sentimento de acolhimento que os visitantes sentem ao estarem no Porão está mais alinhado à oportunidade de se expressarem e se alimentarem artisticamente do que com simples encontros casuais entre adolescentes, como podem supor os que acreditam que a juventude é sinônimo de “baderna”.

Pergunta 3 - Se o porão acabasse em um dia, para qual local iria para fazer o que faz aqui?

Justifique.

A pergunta número 3: “Se o porão acabasse em um dia, para qual local iria para fazer o que faz aqui? ”, a grande maioria (82,9%) afirma não existir outro espaço que proporcione o que vivem ali.

Gráfico 04 – Se o porão acabasse em um dia, para qual local iria para fazer o que faz aqui?



Nesta pergunta as respostas são carregadas de intensidade ao justificarem o fato de não existir outro local para ir. A intenção desta pergunta foi, mais uma vez, ressaltar o impacto que um lugar que inspira a arte e a liberdade exerce na vida das pessoas. São algumas: “não tem outro lugar, povo maricá não fornece lugar para a criação de artes e a admiração de cultura, como aqui fornece piano para aprendizagem também” e “Infelizmente não existe hoje um equipamento cultural igual ao Porão. Igual ao porão somente as ruas com performances, interferência urbana e outras atividades da arte urbana”. Ao se referirem à Minha casa como resposta, disseram: “em casa sozinha chorando” e “iria pra casa à toa no tédio”. Quanto a outro espaço mencionaram o Porto do Rio, como uma referência de local que inspira o que o Porão inspira, e também o Cine Henfil, com a justificativa de ser um lugar também localizado no centro na temática cultural.

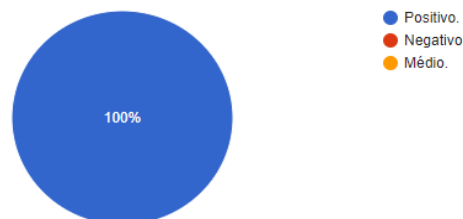
Pergunta 4 - Escolha 3 coisas que você gostaria que tivesse no Porão (exemplo: aulas, oficinas, materiais, melhorias, etc.)? (Seja bem específica (o), combinado?)

Quanto a pergunta que se refere às melhorias: Escolha 3 coisas que você gostaria que tivesse no Porão (exemplo: aulas, oficinas, materiais, melhorias, etc.)? (Seja bem específica (o), combinado?), para além da infraestrutura, que apareceu em 35,9% das respostas ao se referirem à edificação e em 38,5% se referiram a climatização, materiais e equipamentos, apontaram também bastante para o desejo na área de ensino, expresso em 71,8% das respostas. Aulas de dança, aulas de desenho, oficinas de leitura, rodas de conversa e aula de teatro foram alguns dos pedidos que apareceram. A meu ver isso não se trata de uma falha do Porão, mas ao contrário, um sucesso por despertar o interesse em se envolverem mais constantemente com os tipos de atividades já dispostas no local. A falha se dá por conta da falta de investimento, que resulta em não se conseguir sustentar uma continuidade das aulas oferecidas voluntariamente pelos artistas e professores locais.

Pergunta 5 - Você é bem atendido aqui? Porque? (Elogios e críticas são bem-vindos).

A parte mais gratificante das respostas a este questionário, sob meu ponto de vista, é quando se confirma a unanimidade na satisfação com o atendimento feito pelos responsáveis do Porão.

Gráfico 05 – Você é bem atendido aqui? Porque? (Elogios e críticas são bem-vindos).



As respostas mais interessantes a este questionamento revelam o que estas pessoas sentem em outros locais fora do Porão, transparecendo o que geralmente encontram nos seus ambientes de convívio, como por exemplo, uma pessoa que ao mencionar o recebimento de atenção e o alívio ao não se sentir sufocado traz o contraponto de que, muito provavelmente, se sente assim em outro(s) ambiente(s): “Sim, porque recebi atenção e não me senti sufocado a fazer algo” ou nesta outra resposta, que também indica que ali a pessoa se sente bem, diferente de outros locais: “sim, porque aqui me sinto calmo e da para refletir”, e entendem isso como um bom atendimento.

Isso reflete o envolvimento daquelas pessoas que se propõem a levar adiante o projeto, apesar de todas as dificuldades existentes. A partir da visita local também pude testemunhar o tratamento

verdadeiramente horizontal e democrático a qualquer um que entrasse no Porão. O espaço mantém a porta aberta, sugerindo total liberdade de acesso, enraizados na confiança. Não existem relatos graves de qualquer tipo de violência ou violação às regras de boa convivência. Segundo a Oneide (a produtora cultural):

A gente é meio psicólogo, porque a pessoa ela chega aqui e pode falar o que ela quiser, e realmente ela pode! Você pode ser gay, pode ser preto, pode ser o que for, que você vai entrar e você vai ser recebido igual. Então se você tem um lugar que você tem igualdade de tudo é uma coisa muito mágica, não tem palavras. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

E confirma Luis Claudio (o cineasta):

O porão é isso, eu tenho “filhos” aqui dentro. A garotada, os jovens, quando encontro na rua vem me abraçar. Já vi casos de pessoas, que entraram aqui com depressão e foram curadas, libertas de várias coisas. Tem muita coisa que só quem vive aqui sabe. Um menino que falou que saía do colégio e ia pra casa e ficava ocioso. E quando ele vem pra cá ele sente que tem “o que fazer”. (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Pergunta 6 - Descreva a importância do Espaço (para você e para todos à sua volta).

Principalmente com as respostas desta última pergunta, mas compilando com todas as respostas anteriores, uma análise sistemática de repetições de palavras escritas nas respostas (Tabela 05) verificou, que as duas palavras mais mencionadas ao longo de todo o questionário foram: Tranquilidade e Acolhimento com 42%, seguidas de Acessibilidade e Espaço com 31%, e por fim, Interação e Incentivo com 27%.

Tabela 05: palavras-chaves extraídas do questionário.

Tranquilidade (11x) e acolhimento (10x)	42%
Acessibilidade (8x) e espaço (8x)	31%
Interação (7x) e incentivo (7x)	27%

De imediato pode-se observar, que o papel deste tipo de espaço para além do estímulo e incentivo cultural, é de um espaço de acolhimento social e assistência social coletiva. O incentivo à criatividade, interação e à arte auxilia nos tratamentos psiquiátricos e psicológicos, transformando inclusive este tipo de espaço em uma questão de saúde pública. Tais conceitos podem ser utilizados na elaboração de diretrizes para uma política pública.

O que Del Rio vai chamar de ‘levantamentos sociológicos’ e ‘percepções públicas’, considerando estes possíveis *errantologias* na cidade, resultam em um inventário de “princípios de desenho urbano”. Em um diagnóstico seu feito para a Prefeitura de São Francisco, nos Estados Unidos,

nos anos 70, definiu como princípios para o planejamento as seguintes subjetividades: clareza e conveniência; harmonia e capacidade; escalas, tipologias e interesse visual; caráter, individualidade e definição do espaço; atividades; amenidades e conforto; variedade e contraste. Este levantamento, a partir da consulta pública, objetivou direcionar e definir os princípios básicos para a formulação das políticas públicas. No caso aqui estudado, o Porão Cultural, a contribuição para possíveis diretrizes de construção de política pública social seria: acessibilidade e espaço; interação e incentivo; tranquilidade e acolhimento.

Esta consulta teve como objetivo ouvir aqueles que frequentam o espaço, mediante a situação de ameaça ao anfiteatro. Entende-se, que a Secretaria de Cultura tem o interesse de dar continuidade ao projeto, mas ainda assim fica a pergunta. Porque demolir algo que já está lá e funciona? Porque não fazer o inverso e investir? A cidade é viva e sofre transformações. Esta intervenção espacial necessita cautela, escuta e observação para atender às reais necessidades de uma população e de um poder público à serviço dela.

E para concluir este processo, foram elencadas outras seis perguntas, como forma de resposta ao resultado desta consulta. Ou seja, uma nova sequência de perguntas, que surgiram após as análises deste questionário, como uma sugestão de sequência de perguntas-guia para debate, diálogo e reflexão para usufruto do poder público, caso não tenha sido feito algo similar. A intenção é, que sirva para provocar reflexões e, por consequência, tomadas decisões conscientes e responsáveis no campo do planejamento urbano, que busca respeitar o ponto de vista de quem frequenta a cidade, sobre os espaços existentes, vivos e funcionais. São elas (reelaboradas após APÊNDICE I):

1. Quais os motivos, que levam a demolir o existente, se este atende à população e presta um serviço à sociedade?
2. Como devemos valorizar a arquitetura histórica, enquanto respeitamos a transformação espontânea da cidade?
3. Como avaliar os possíveis impactos das novas obras sobre a sociedade, que circula no local e quais valores devemos priorizar?
4. Quais são as consequências da retirada ou realocação desta infraestrutura, para as pessoas que nela habitam ou frequentam, e como substituir ou repor?
5. O novo projeto contempla demandas, que surgiram a partir da escuta da população? Quais são as atendidas e quais são as não atendidas, e por que?
6. As respostas atendem aos valores enumerados na pergunta 3?

O resultado deste questionário (APÊNDICE I), incluiu esta sugestão de perguntas para debate em uma versão anterior, foi enviado à Secretaria de Cultura por e-mail, no dia 16 de maio de 2019, o dia seguinte da entrevista com a secretária de cultura. As perguntas acima foram reelaboradas para a escrita deste trabalho.

Um destaque do resultado desta pesquisa, que realmente oferece sentido para o trabalho, se traduz na fala da Tatiana coordenadora e liderança, que ao ser questionada se este processo havia auxiliado ela e o grupo de alguma forma, ela respondeu:

Suas pesquisas e dados vêm contribuindo muito. No comportamento, talvez não tenha sentido mudanças, porque nosso trabalho é muito prático, mas em relação a segurança que sinto para trabalhar sim. É como se com sua pesquisa minha consciência que estamos no caminho certo tivesse aumentado, e isso cria um estímulo para o trabalho. Inclusive para afirmar nossas ações com o prefeito e secretária [de cultura] (informação via aplicativo de mensagens de celular)³³

5.4. PORÃO, PRESENTE! UM ATELIÊ DE *ARTES PRÁTICAS*.

Este subcapítulo procura elaborar o Porão Cultural sob uma narrativa das *Artes Práticas*, e assim deixar impresso o reconhecimento de todo o trabalho ao reunir fatos, falas e referências, para tentar explicar o inexplicável de um espaço ocupado com características autônomas, reunindo o estímulo à expressão e produção da arte com um acompanhamento subjetivo e empático do processo criativo e abstrações criativas do outro (Figura 59):

Figura 59: Diagrama de necessidades.



Fonte: a autora.

A começar pelo trabalho dos funcionários e voluntários mais proativos e envolvidos com o espaço, que conforme verificado nas respostas do questionário, quando questionados a respeito da satisfação no atendimento ao público (Apêndice I), não escondem satisfações como: “*estão dispostos a ajudar e nos fazer sentir à vontade*”; “*Sempre sou recebida bem, não sofro preconceitos e nenhum tipo de ódio*”. Estas pessoas formam um riquíssimo corpo de recursos humanos, como fontes geradoras de um fluxo contínuo de criatividade, que se dá a partir e somente por conta desta dedicação.

A partir deste princípio colocado, do conforto e ambiente de confiança gerado por conta dos colaboradores que trabalham no espaço, pode-se dizer, que este espaço é uma verdadeira engenharia, do mais alto nível de qualidade de subjetividades coletivas. Os resultados disso são expressões inimagináveis, que colocam o sujeito, que vivencia em uma constante exercitação, do que a história da arte irá chamar de: experimentação da empatia e da subjetividade. Segundo Worringer, referência da

³³ Informação dada por Tatiana Castelo Branco, 2019.

médica e psiquiatra brasileira Nise da Silveira: “a expressão artística se movimenta entre a necessidade de empatia e a necessidade de abstração. A empatia acontece quando a relação com o mundo é de confiança. Mas, ao contrário, se a relação é de medo, mobiliza-se a tendência à abstração”. (WORRINGER, 1907. Apud. MELO, 2010). Em um artigo chamado ‘Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman: política, sociedade e arte’, ao relatar sobre as pesquisas de Nise da Silveira aprofundando-se sobre o processo criativo na arte abstrata, Melo traz a explicação de Worringer sobre o qual Nise se debruçou:

Na empatia o sujeito transfere para o objeto conteúdos subjetivos. Isto se dá num ambiente onde o sujeito se encontra feliz e confiante, sendo senhor dos objetos que, ao se encontrarem esvaziados, são preenchidos pelo efeito da projeção. A relação entre sujeito e objeto possibilita que a subjetividade seja dirigida ao mundo externo, preenchendo o objeto. A tendência à empatia de Worringer corresponde, segundo Jung (1991), à atitude psicológica de extroversão. A arte, neste sentido, retrata formas próximas do mundo externo, propiciando que o sujeito se identifique com a obra, caracterizando, então, o prazer estético como a objetivação do prazer centrado na subjetividade do autor ou do espectador. (MELO, 2010)

O Porão, quase sem querer, traz a visão da arte como uma experimentação prática, das *Artes Práticas* (CLAUDIO, Luis. 2019), onde a subjetividade e empatia fluem naturalmente e originalmente, sem intenção de se copiar, somente estimular o “deixar vir” espontaneamente. O cineasta Luiz Claudio, voluntário do projeto, sempre presente para orientar as atividades propostas, sejam elas no campo do audiovisual ou do que estiver disponível no momento, seja pintura, escultura, sendo ele professor e aluno, pois este é o espírito do Porão, disse em entrevista que:

“O Porão é um local de Artes Práticas, e não de Artes Plásticas. O pessoal chega dizendo que não sabem, e a gente diz, mas aprende fazendo! Aqui a gente trabalha assim. A Arte é livre. Não existe seguir um padrão. O que você sabe fazer? O que você gosta de fazer? (...) já vi casos de pessoas que entraram aqui com depressão e foram curadas, libertas de várias coisas. Tem muita coisa que só quem vive aqui sabe. (...) então aqui também funciona como espaço terapêutico, tanto para eles como para nós”. (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Figuras 60, 61, 62 e 63: Obras de arte dos frequentadores do Porão Cultural



Fonte: a autora.

Pode-se dizer que a metodologia da Tatiana, que se espalha pelo espaço, pelos colaboradores, por toda a atmosfera educativa do Porão, é libertadora, e por isso profunda e terapêutica. Quando ela diz que “o diferencial é que quando você faz aula você é muito orientado a fazer uma coisa de um determinado jeito. E aqui a gente faz justamente o contrário. A gente coloca a pessoa para fazer do jeito dela, e a gente respeita o jeito dela”. (CASTELO BRANCO, T. Entrevista. Mar 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação)

Isso nos mostra que estamos, nós como sociedade, precisando de estímulos que transgridam o formato padronizado ao que se dedica a maioria dos espaços de ensino, salvo exceções, sempre conduzidas por educadores que compartilham de uma visão como esta, presente no Porão. Este espaço nos mostra como, que um lugar sendo a extensão da rua, ou até mesmo sendo ele próprio a representação da apropriação do espaço público pelas pessoas, que atravessam, experimentam e vivem a cidade, consegue se destacar e ser tão expressivo e essencial quanto uma escola pública tradicional, uma creche ou um hospital:

Tem criança que eu falo, que vergonha! Eu digo que sou artista plástica, ele que é artista! Você tá entendendo? A ideia é justamente a gente dar liberdade para as pessoas. O que eu falo muito para as pessoas que vêm, é o seguinte: porque você fala que o trabalho do outro é mais bonito, que o dele tá bonito e o seu não tá bonito? Isso são apenas conceitos estéticos na nossa cabeça que a gente quer... é igual beleza do ser humano. É imposto e a gente tem que desconstruir isso. Porque a pessoa tem que ser magra, tem que ser desse jeito? Não pode ser uma beleza diferente? (...) quando você coloca muito padrão na arte você começa a engessar todo mundo também. É pra isso, pra desengessar, pra libertar. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Devemos nos atentar para as manifestações, que surgem como alternativas destes padrões, como transcritas anteriormente na fala da Tatiana sobre o ser humano, que transborda inspiração, que precisa ser liberada. Inspirações estas, que quase sempre são colocadas em segundo, terceiro, último plano, ou na prática mais comum, retiradas da cartilha para uma vida civilizada com base no conservadorismo, mantendo reprimidos sentimentos e sensações, que ao se expressarem, se curam.

Figura 64: Arte de uma frequentadora do Porão Cultural. Grafite sobre papel.



Fonte: a autora.

5.5 PORÃO NO FUTURO: O FIM DO PORÃO (?)

Ao pensar a respeito do fim do Porão estamos então falando de duas coisas diferentes, mas que se conectam intimamente, que são: o fim do projeto Porão e o fim do Anfiteatro. Ou: o fim da ideia e do espaço no qual que ela se manifesta. Sobre isso, Roberto, o professor de música, fez uma fala que representa esta indignação de maneira ímpar, que vale destacar logo no início desta reflexão:

É lamentável a demolição. Eu ainda não vi o novo projeto, mas de qualquer forma eu tenho impressão que a Casa de Cultura, como patrimônio, ela vai continuar ali né, como patrimônio da cidade. E o Anfiteatro ele se tornou também parte da cultura da cidade. **Muitas pessoas fizeram ali a sua adolescência, a sua vida, passando momentos ali, foram momentos mágicos.** Sem contar o que pode se fazer ainda (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação. Grifo nosso).

Uma opinião igualmente relevante, já mencionada, mas que precisa ser reforçada sobre a questão do conflito entre a construção do Anfiteatro e o patrimônio da Casa de Cultura, em entrevista, a museóloga Priscilla Mataruna defende, que apesar da importância dos sítios patrimoniais, é sempre importante escutar a população, principalmente quando envolve um equipamento construído, prestes a desaparecer:

Essa questão é complicada, porque eu, como museóloga, (se fosse) conservadora e tradicionalista, diria que deve se manter o patrimônio com as suas características originais. Mas na visão de uma ‘nova museologia’, acho que deveria manter o que foi feito nestes últimos tempos. **A sociedade é que deve dizer o que é importante para ela, e o poder público deve responder ao interesse da sociedade**”. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação. Grifo nosso).

Para concluir esta introdução sobre as possibilidades futuras do projeto ressalta-se a fala acima, da Priscilla Mataruna, que induz uma reflexão a respeito do que define um poder. Se é a hierarquia o que determina os graus de “poder” dentro do poder público, então quem seria, por definição, o “poder” público, assim denominada a instância governamental, visto que ela, Priscilla, é integrante do poder público? Nitidamente o fato de ela estar inserida no sistema do poder público não a transforma em poder público. Na realidade das disputas e negociações, as forças mais poderosas seguem uma lógica da hierarquização de cargos, e acrescenta-se, muitas vezes, forças distintas à esta escala de hierarquia interna, mas externas ao “poder público”, que detém os recursos e lucros financeiros, como as empresas, por exemplo. Entender a cidade como uma mercadoria é se dar conta de que são poucos os que possuem o poder de decisão. O reflexo deste funcionamento, na prática, faz com que a população fique excluída do planejamento e projeto de cidade, restando a ela a obediência e aceitação se não houver a união para se fazer a voz.

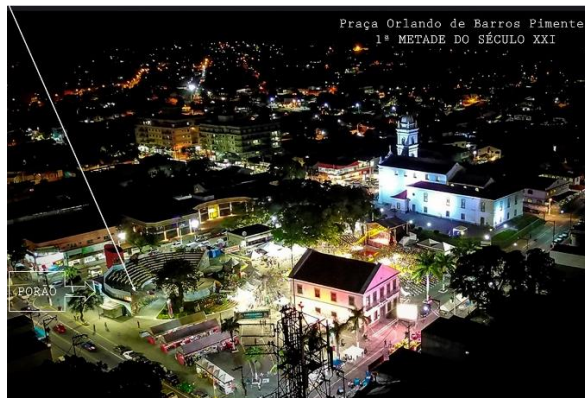
5.5.1 Importância da localização

Ressaltar a importância da localização física-espacial deste projeto piloto, como o resultado de uma característica e necessidade do local, e conseqüentemente a localização do Anfiteatro (Figura 65), que abriga o porão, como sendo um dos objetivos específicos, é uma das características de maior importância para a argumentação da preservação deste projeto e espaço. A Praça Orlando de Barros Pimentel é o Centro de Maricá, o coração da cidade, aonde ocorrem os mais importantes eventos da cidade, que promovem a mágica do encontro, sendo crucial para manutenção da relevância e impacto do projeto, mais ainda se for um projeto de caráter piloto, que servirá de modelo para outros locais, conforme ressalta o colaborador Luiz:

É num local que está no coração da cidade, de fácil acesso, lugar de convergência, pessoas doam recursos materiais e recursos pessoais. Tem muita troca. Tem um espaço ali que os jovens sentam ali e começam a conversar, eu batizei esse cantinho de “**rede social**”, **outro dia estava ali discutindo sobre aborto! Eu falei, cara, queria estar filmando isso!** (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação. Grifo nosso).

No bairro do Centro também estão localizadas as sedes das secretarias, aonde se encontra a sede da Prefeitura, além de ser o cartão postal histórico, conforme Lei Municipal Nº 2272 de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, se trata de “Área de Especial Interesse Histórico-Cultural (AEIHC), sobreposta à Zona de Comércio Local 4 (ZC4), que corresponde ao entorno da Igreja Matriz e da Casa de Cultura e a área da Capela de São Pedro”; aonde tudo começou, com um grande fluxo de pessoas circulando por ali. Por isso, o metro quadrado neste território é valorizado, principalmente o uso comercial, tanto pelo fator da acessibilidade e visibilidade, quanto pelo fator da segurança. Inclusive, a estrutura da edificação do anfiteatro conta com uma guarita da Guarda Municipal, que garante uma tranquilidade e segurança à praça e também à ao ateliê de portas permanentemente abertas, com acesso livre da população.

Figura 65: Vista aérea da Praça Orlando de Barros Pimentel, com o Anfiteatro indicado.



Fonte: Prefeitura de Maricá e a Autora, 2019.

A colaboradora Oneide ressaltou esta relevância do local:

O que acontece e aconteceu aqui desde o início foi muito marcante e muito importante, porque a gente está no coração de Maricá, estamos no centro, perto das escolas, de todas as instituições, estamos com comércio, a igreja, então a gente tem acesso a todas essas pessoas e essas pessoas tem acesso ao porão. Seria quase um pecado a pessoa querer demolir um espaço. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Acontece que a mesma Lei que determina a área como Especial Interesse Histórico Cultural, permite o crescimento da cidade das ruas do entorno da praça, determinando que:

§ 3º Na ZC4 será permitido a formação de condomínio do tipo **Edificação Residencial Multifamiliar**, em implantação vertical, em áreas mínimas de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), desde que sejam atendidas as disposições do artigo 13, da seção III, do Capítulo II. (Lei Municipal de Maricá Nº 2272, de 14 de novembro de 2008)

E o artigo 13 determina os gabaritos, que serão permitidos 6, 5 ou 4 pavimentos nas construções, de acordo com os logradouros, todos próximos à Praça Orlando de Barros Pimentel, ou no seu entorno, como observado em um Centro Comercial relativamente novo, na rua que ladeia o Anfiteatro. Muito provavelmente estão à espera do aquecimento do mercado para construções de novas edificações, residenciais e comerciais. Sendo assim, seguindo esta linha de pensamento, a lógica conduz a uma possível conclusão de que um novo projeto para a Praça seja realmente adequado para melhora do ambiente e valorização dos imóveis.

Pegando como referência o que comumente acontece nos desenvolvimentos das cidades, para uma breve reflexão, a submissão dos interesses sociais aos interesses empresariais, costumam priorizar o aumento das margens de lucro, onde sacrifícios sociais são realizados pelo bem do já mencionado Desenvolvimento Econômico. No caso do Rio de Janeiro, em governabilidade de oposição à presente hoje em Maricá, mas que vale registrar para reforçar o que não se desejaria, é quando a lógica das políticas públicas se assemelha a de uma empresa privada, como constatado, em 2018, após as políticas adotadas para recepção de grandes eventos, presente na pesquisa da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (1979-2018):

Nos últimos anos, o Rio se tornou um dos palcos mais expressivos das mudanças que reinventam a dinâmica das grandes metrópoles. São mudanças econômicas, inspirados no planejamento empresarial, no qual os governantes passaram a administrar a cidade como uma empresa, em tempos que o passo seguinte foi transformar o espaço urbano em mercadoria. Daí a expressão muito utilizada nos últimos anos: “Rio de Janeiro, Cidade Mercadoria”. (FRANCO, 2018, p.119).

As cidades, inseridas em uma realidade cada vez mais dominada pela influência do capital especulativo imobiliário, inclusive nas políticas públicas, necessitam urgente de uma luta e resistência

contra a compreensão da cidade como mercadoria, criando espaços híbridos de dominações coletivas para usos coletivos e estáveis, reduzindo o protagonismo econômico, aumentando o dos movimentos sociais, que buscam produzir uma reforma urbana.

Até perto dos anos 90, logo antes da Lei Orgânica³⁴ do Município do Rio de Janeiro (1990), os regulamentos urbanísticos no Rio eram ditados através de "decretos-leis" emitidos pelo Poder Executivo, pois a Câmara Municipal havia aprovado uma lei que abria mão da prerrogativa de regulamentar o uso do solo. Com isso, o Prefeito passou a delegar sobre estas matérias sem nenhuma participação da população, respondendo somente aos interesses particulares, políticos ou imobiliários. Pode-se dizer, segundo Del Rio (1990), que a partir daí que começaram a surgir as grandes problemáticas quanto à organização da cidade, pois apesar de atravancado o processo participativo, a Câmara Municipal é o espaço que garante a participação da iniciativa popular, mas somente através de entidades representativas da sociedade civil, legalmente constituídas, ou entidades federativas, legalmente constituídas. Mais uma vez reforçando a importância da organização civil diante do poder público, para possibilidade de interferências efetivas nos processos decisórios.

Mais adiante, com o Estatuto da Cidade, cujo qual foi uma enorme conquista para orientar, a partir de diretrizes nacionais, a elaboração legislativa dos Planos Diretores dos municípios do país, ou pelo menos deveria. “O Estatuto da Cidade: este consagrou a retenção especulativa para fins de valorização imobiliária como antissocial. (...) A partir do estatuto as normas foram criadas por município pelo Plano Diretor” (CAMPOS FILHO, 2012).

O Plano diretor de Maricá considera a valorização dos imóveis em suas diretrizes, mas sobrepõe a política social à do direito de propriedade, dando direção à ocupação da cidade pela função social das propriedades. Utilizando estes instrumentos, o IPTU progressivo e a função social da propriedade, o uso do solo do município ficaria mais protegido, por exemplo, da especulação imobiliária de maneira arbitrária. “A especulação imobiliária contribui fortemente para os processos negativos da produção, apropriação e consumo do espaço urbano” (CAMPOS FILHO, 2012). Sendo assim, a permanência de um projeto como o Espaço Ocupação Porão Cultural no Centro da Cidade reforçaria este equilíbrio de forças sociais.

5.5.2 Consultas a esferas do Poder Público

As secretarias de Cultura e de Obras foram consultadas para darem entrevista no contexto da presente pesquisa, a investigar sob o princípio determinado pela Constituição Federal, de acordo com o seguinte trecho:

³⁴ A Lei Orgânica dos municípios funciona como uma Constituição Municipal, pois apresenta uma rigidez na regulamentação, com objetivo de dificultar qualquer modificação nesta, o que por sua vez estabiliza e especifica a operação legislativa de uma cidade. Disposta em 1979, pela Lei Complementar nº35, tem como função determinar as leis maiores municipais, sem infringir a Constituição Federal.

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, estadual e municipal, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de: IX - manutenção de suas instituições culturais devidamente dotadas de recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo pesquisa, preservação, veiculação e ampliação de seus acervos”. (Emenda Constitucional Nº 66/2018 de 2018)

Figura 66: Secretária de Cultura – Andrea Cunha.



Fonte: Prefeitura de Maricá.

No dia 15 de maio de 2019, ocorreu a reunião para uma entrevista com a secretária de cultura de Maricá, Andrea Cunha (Figura 66). Ao mencionar, que se tratava de uma pesquisa de Mestrado, que envolvia o Porão Cultural, ela foi bastante receptiva para discutir o assunto e marcou um encontro rapidamente. Andrea, por sinal muito gentil e ocupada ao mesmo tempo, disse que iria responder as perguntas elaboradas (APÊNDICE IV), por e-mail, tendo sido enviadas no dia seguinte, juntamente com o resultado do questionário. Porém as perguntas não foram respondidas, como imaginado. As perguntas serviram mais para guiar a conversa, pois se tratavam de questionar o seu ponto de vista, como secretária, a respeito da possível demolição do anfiteatro, e como via a integração atual entre as atividades da Cultura na cidade. Neste momento as informações ainda estavam confusas, algumas coisas ocultas e inacessíveis, outras contraditórias, como o caso do documento de Parecer do INEPAC (ANEXO A), de 2008, que o órgão aceita a construção do anfiteatro na praça, alegando ter sido investimento público.

A primeira informação a respeito do Anfiteatro dada é que “foi obra da gestão retrasada de prefeitura, do Ricardo de Queiroz, antes do Quaquá, por volta de 2004”, e que ela não tem de memória muita informação sobre o ocorrido, mas que se trata de uma construção ilegal, com certeza. De acordo com a Lei Nº 2132, de 20 de outubro de 2005, já mencionada, o edifício também já tinha sido inaugurado, meses antes, neste mesmo ano. A lei diz:

Art. 31 - Os imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, na qual não será permitida a execução de construção, obra ou serviço que interfiram na estabilidade, ambiência e/ou visibilidade dos referidos bens. (LEI MUNICIPAL DE MARICÁ Nº 2132, de 20 de outubro de 2005).

De acordo com a Lei Nº 2272, de 14 de novembro de 2008, que ‘Estabelece As Condições de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo para o Município de Maricá e dá outras providências’: § 1º Fica estabelecido um raio de 200m (duzentos metros) ao redor do monumento tombado para fins de proteção do mesmo, de acordo com o art. 8º da Lei Estadual nº 1.130, de 12/02/87. (Lei Municipal de Maricá Nº 2272, de 14 de novembro de 2008). Com esta Lei datada de 1987, 2 (dois) anos após o tombamento da Casa de Câmara e Igreja da Matriz, seria correto afirmar que a construção do anfiteatro pode estar em desacordo com a lei, por já existir um raio de proteção. Mas a lei não especifica qualquer proibição de construção. Este outro parágrafo, determina limite de altura de gabarito:

§ 3º As condições de uso e ocupação no entorno das edificações tombadas ficam condicionadas as zonas em que as mesmas se inserem, não podendo, entretanto, as construções situadas no raio de 200m (duzentos metros) ultrapassarem em altura a edificação alvo de proteção. (Lei Municipal de Maricá Nº 2272, de 14 de novembro de 2008)

Datada de novembro de 2008, ou seja, 3 (três) anos após a inauguração do Anfiteatro, durante o primeiro ano de gestão do prefeito Quaqué (PT), não interfere na existência do anfiteatro, pois este não ultrapassa a altura da Casa de Cultura, que possui 12 (doze) metros (aprox.), tendo o anfiteatro 6 (seis) metros (aprox.).

Nota-se, que pode ter havido então a intenção de proteger os tais edifícios tombados na Praça, contra futuras construções no entorno, visto que no mesmo ano de 2008, 3 (três) meses antes da lei acima descrita, foi emitido o parecer (ANEXO A), que tolera a construção do anfiteatro e Casa Digital no entorno das edificações tombadas: “Com relação às demais intervenções, ou seja, o Anfiteatro e a Casa Digital, construções que se constituem em uma proposta de forte apelo sociocultural, sugerimos que seja tolerada sua manutenção, considerando que já foi investida verba pública nas obras em questão.” (Parecer INEPAC, 2008).

Em dado momento a Andrea convida a arquiteta Renata Gama, que organizou a exposição sobre a evolução histórica de Maricá na Casa de Cultura, e tivemos uma conversa de uma hora de duração aproximadamente, a respeito desta determinação e o porquê ter sido construído algo sem consultar os órgãos de proteção, conforme determina a mesma lei:

§ 2º O atendimento das condições de uso e ocupação do solo desta Lei para estas áreas, não dispensa a prévia consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural, além das demais legislações pertinentes. (Lei Municipal de Maricá Nº 2272, de 14 de novembro de 2008)

O que seria uma entrevista, acabou sendo uma intensa conversa sobre a situação do conflito que se instaura na praça, no entanto sem nenhuma resposta específica para os motivos de tais decisões. Ambas alegam não saberem o porquê desta construção ilegal ter sido efetuada. Contudo, a pergunta

que paira a partir disso: então porque a decisão de demolir, já que está ali e tem uma nobre função popular, além de todas estas incoerências das datas das Leis com a data construção, que foi anterior à lei que proíbe a construção e ao documento que o tolera? Andrea igualmente não sabe responder e confessa, que por ela não precisaria demolir, apesar de afirmar que o seu desejo é estar em conformidade com a legalidade. No entanto, a sua opinião é, que a forma que o anfiteatro foi implantado na praça, a localização física dele, é maravilhosa. Porque, ora ele pode ser usado pelas rodas de rima, batalha do conhecimento, entre outras manifestações populares espontâneas, com o público situado na arquibancada do anfiteatro, ora ele pode ser utilizado voltado para a praça, quando o público é maior em caso de grandes eventos e shows, utilizando o mesmo palco, só que voltado para a praça ao invés da arquibancada. Ela acredita que funciona muito bem como está.

Já a Renata não manifesta opinião sobre isso e relembra a insalubridade existente na edificação, sendo inapropriado para a Biblioteca e acredita que o projeto do Porão Cultural pode encontrar outro espaço para continuar. Ela diz, que o anfiteatro enquanto biblioteca não funcionava, pois chovia dentro da edificação que apresentava diversos problemas de infraestrutura. O Anfiteatro se trata de uma extensa superfície exposta à água da chuva, ou seja, uma grande cobertura de concreto armado aparente, que precisa estar constantemente impermeabilizado, exigindo uma manutenção para viabilizar o uso embaixo dele evitando infiltrações, o que não estava sendo feito. Afirmou também, que o antigo Prefeito do PT, o Quaquá (PT), que veio depois da gestão responsável pela construção do anfiteatro, a gestão de Ricardo de Queiroz (PMDB), defendia a manutenção do edifício “para não jogar dinheiro público fora”, pois já havia sido investido.

Ficou claro, que a praça é uma zona aonde todas as secretarias se encontram, um território misto e de muito interesse para a prefeitura como um todo. A arquiteta Renata chegou a lembrar, que historicamente as praças centrais sofrem interferência da gestão pública vigente com a principal intenção de fazer campanha eleitoral, e no caso desta praça, não seria diferente. Talvez este pensamento justifique uma interferência urbana irreflexiva, com respaldo dos órgãos de proteção ao patrimônio, que defendem a remoção da edificação para realizarem, mais uma vez, uma intervenção na Praça Orlando de Barros Pimentel, com mais um novo projeto.

Outra observação importante, foi a confirmação de que a Secretaria não investe no Porão e na infraestrutura do anfiteatro por causa desta informação, que o INEPAC não permite a construção, e que será demolido. O INEPAC permite ou não permite? No documento permite, mas no discurso oral, não permite. A não permissão consta na lei, mas a permissão consta do documento do parecer emitido em 2008. Subentende-se, que a permissão ou não, depende do que convém aos interesses da Prefeitura, principalmente. O fato de a área ser de especial interesse, uma zona de proteção, não determina que a ambiência deva estar morfológicamente idêntica tal qual a época da construção. Esta é uma questão um tanto quanto subjetiva, conforme afirmação dos próprios órgãos muitas vezes proferida, por ser reafirmado que cada caso é um caso. Isso significa que, cada caso requer uma cautelosa análise em que, a depender do posicionamento e contextualização, as decisões tomam formas diferenciadas, o que abre

espaço para argumentos e interferências de acordo com os diversos interesses. Fato é, que falta o fortalecimento da luta social, da voz da população, das redes de atuação no território, para que haja argumentação a favor da população.

Andrea afirma que viu o projeto novo em uma apresentação de reunião de Secretários, juntamente com outros “vários projetos e várias obras que vão ser realizadas até 2020”, e que a sua impressão é de uma praça sem edificações, totalmente livre, com árvores e um paisagismo “bem moderno”. Segundo ela, existe a intenção de manter o projeto Porão Cultural pela Prefeitura, e estavam pesquisando outro local para transferir, mas afirma que a sua opinião é contrária à medida de retirada do anfiteatro. Andrea diz que por ela não tiraria dali. Reforça, que para a Secretaria de Cultura o anfiteatro tem uma função positiva e não atrapalha em nada as atividades pretendidas. Só que infelizmente, como a decisão já está tomada a respeito da reversão, não é interessante investir no local. Com isso, a manutenção predial não está sendo feita, pois o aviso de demolição chegou desde 2017, mas com sucessivos adiamentos da data. Neste ano de 2017 o projeto básico da praça foi iniciado, segundo informações do arquiteto autor do projeto. Porém, o início das obras normalmente é previsto para o mínimo de 6 meses após o início do projeto, podendo se estender por anos. Foram os adiamentos.

O subsecretário de Cultura, Eduardo Bahia, em conversa informal na Pré-Conferência Municipal de Cultura, que ocorreu em outubro de 2019, afirmou enfim que o projeto do Porão não deverá acabar, e este já está contemplado nos planos futuros para a cidade, após a demolição do anfiteatro. Completou ainda, que no seu entender esta ideia tem a potência para ser replicada, e ainda arriscou imaginar, que a solução arquitetônica a ser dada poderia ser com o uso de containers, módulos industriais, defendendo ser uma infraestrutura pré-fabricada de fácil montagem, podendo ser inseridos em diversos terrenos em diferentes pontos distritais.

O apoio básico de infraestrutura do governo é indispensável, porém com cautela, sendo esta uma questão delicada. Ao se replicarem modelos verticais pode haver um enfraquecimento da autonomia de forças sociais locais, pois ao utilizar a imposição, retira-se a espontaneidade, o poder de interferência e a voz popular nas decisões. Essa ‘voz’ é de extrema valia para a emancipação social e fortalecimento das identidades culturais. Isso deve ser reforçado, e caso haja a necessidade da “replicabilidade”, que venha junto com a escuta social.

A segunda esfera pública consultada foi a Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), que é uma autarquia criada para a especialidade de obras do município, que segundo o IBGE, é uma administração pública indireta com personalidade jurídica pública com capacidade de se auto administrar. O arquiteto do órgão, Flavio Nobre, autor do novo projeto da praça (Figura 67 e 68), foi contatado por telefone e se mostrou acessível. Houve a oportunidade de trocar mensagens em formato de entrevista, onde foram reveladas informações mais detalhadas sobre o projeto para a Praça. À medida que iam sendo enviadas as perguntas, ele respondia, assim que houvesse a possibilidade. Foram formuladas perguntas em três blocos, sendo que o último bloco (sobre o anfiteatro) não chegou a ser respondido, mas os demais (sobre prazos e projeto) sim. Com base nesta entrevista, serão trazidas as informações com análises críticas,

com intuito de fomentar o debate no âmbito acadêmico, o que foi devidamente esclarecido para o entrevistado.

Ao iniciar a resposta às perguntas no dia 24 de outubro de 2019, o arquiteto informou, que a data prevista para o início das obras da Praça seria início de janeiro de 2020. O prazo de conclusão, dentro de 9 meses, previsto para setembro de 2020, se aproximava e estava definido. No entanto, ele disse acreditar, que fica pronta antes, provavelmente dentro de 6 meses, em junho ou julho de 2020.

O projeto (Figuras 67 e 68), teve os estudos preliminares iniciados em janeiro de 2017, e concluído em setembro de 2018. Sendo assim, conclui-se que a obra atrasou um ano para iniciar, tomando como referência o início do esvaziamento do espaço embaixo da arquibancada do Anfiteatro. Exatamente o tempo de duração do projeto Porão Cultural, iniciado em agosto de 2018. Não se sabe os motivos do atraso, mas esta brecha foi o que fez o Porão ser criado. A permissão sugere uma operação paliativa, para evitar que o espaço fique vazio correndo o risco de ser ocupado de forma indevida aos olhos da prefeitura. Naturalmente uma ocupação organizada pela própria prefeitura viabiliza a sua retirada sem embates judiciais.

Figuras 67 e 68: Projeto novo da Praça Orlando de Barros Pimentel, Maricá.



Fonte: SOMAR, Maricá, 2019.

O projeto novo da praça (Figuras 67 e 68), conta com um espaço livre para eventos itinerantes, mas tem a intenção de retirada de grandes eventos do local, pois, segundo ele, esta foi uma das solicitações do INEPAC, por causa de reverberação sonora nas construções tombadas. O uso atual da praça será transferido para um novo local, que poderá receber eventos de grande porte e também outros locais para eventos menores, descentralizando os eventos da cidade. Será uma nova fase para a cultura de Maricá. Guaritas de segurança não foram previstas “por ser um local de grande circulação”, e será monitorado por câmeras 24h. Esta política de vigilância digital, retirando o posto de atendimento municipal local, configura um aumento da distância física entre poder público e população. Desumaniza o serviço público em prol da informatização do espaço.

Quando perguntado se havia no projeto novo a previsão de um local para abrigar o Projeto Porão Cultural, que está em funcionamento do anfiteatro, Flavio afirmou: “Desconheço o Projeto em questão” e acrescentou, que a secretaria de obras está desenvolvendo um projeto para a Secretaria de Cultura, que

prevê diversas localidades com centros de cultura, denominados Centro Cultural Periférico, em sete localidades diferentes, contemplando sala de dança, estúdio musical, sala de artes e *coworking*. Estes centros podem ser interessantes, e provavelmente necessários em tais localidades, mas ainda assim, não substituem um centro cultural “periférico” sem ser no nome, mas talvez nas metodologias práticas da transformação do acesso à arte, diferenciando-se de espaços que utilizam metodologias tradicionais de ensino, que está no Centro da cidade, e a pergunta se direcionava a isso.

Para concluir, vale observar, que a qualidade do projeto arquitetônico e urbanístico não foi analisada, portanto as críticas não se referem a este ponto. A questão é, que como projeto urbano, mesmo que seja impecável nas especificações materiais, dimensionamentos e detalhamentos construtivos, ainda que se crie uma ambiência agradável, não deve ser concebido isolado do contexto. O que se discute é o diálogo com a sociedade e o olhar cauteloso para os usos existentes na localidade. O arquiteto deveria ter sido informado sobre a existência de um projeto em curso no local a ser demolido. Seria papel da gestão do município conduzir a concepção, produzindo um documento de diagnóstico completo, constando usos existentes, fluxogramas, entre outras metodologias, incluindo uma consulta popular. A falta de comunicação, de acordo com a informação obtida para esta pesquisa, determina um erro de gestão, ou então, conforme já levantado anteriormente como hipótese: a confirmação de ser esta omissão, uma escolha política.

Tentando responder à pergunta: Porão Cultural é Poder Público? Sim. Não dá para dizer que não. Mas complementa-se com sociedade civil, com certeza. Movimento social? Não configura. Ocupação cultural? Talvez tenha alguma herança no seu código genético.

O Porão Cultural, apesar de ser uma iniciativa criada por uma pessoa do poder público, com o usufruto deste poder público, ainda possui uma natureza mista, por estar em parceria com alguns colaboradores da sociedade civil, na sua concepção. Com isso, o resultado desta mistura é um diferencial, porque ‘dez-elitiza’ a cultura, permitindo o acesso indiscriminado àquelas *Artes Práticas*, como definiu Luiz, o colaborador cineasta, representante da sociedade civil, que além de ter criado este nome, perfeitamente adequado para o espaço, contribuiu com um momento da sua vida, quando criança. Ele disse, que quando desejava a arte, sentia as seguintes restrições:

“Me envolvia com a música, mas tinha que ser escondido. Então eu cresci com um preconceito. Cresci ouvindo aquela coisa: isso não é pra preto, isso não é para pobre. Eu conto para as pessoas aqui e elas ficam até assustadas, que eu não passava pela calçada do Teatro Municipal. Não conseguia, que eu falava: isso aqui não é pra mim. Isso é pra rico, pra branco”. (CLAUDIO, L. Em entrevista, 2019).

A questão da segregação da arte, que o Luis não sente sozinho, cresce também baseada no preconceito, que a elitização produz, como se a arte fosse algo inatingível, e no caso do Luiz, mais ainda por ser pobre e preto, como ele diz, dentro de uma sociedade, que tem em suas raízes o racismo e a exclusão social. Esta reflexão a seguir, de uma crítica de arte e escritora argentino-colombiana, Marta Traba Taín, discute sobre a popularização da arte, questionando tanto o conceito de arte diante deste

mercado elitizado, como o conceito de popular. Popular para quem? Problematizando, então, o que seria uma arte popular? Senão uma arte criada por todos, disruptiva, vindas de locais externos ao que se considera o correto ou de qualidade. Então ela diz que:

Negar drasticamente (...) a possibilidade de uma independência parcial para a cultura, significa situá-la ao lado da economia ou da política, em uma relação mecânica de causa e efeito que não lhe corresponde. Grande parte de nossa criação artística e literária buscou com verdadeira energia e espírito exploratório relacionar-se com formas de vida mal conhecidas, confusas e pouco discerníveis à primeira vista, justamente porque sentiam sobre si o estigma da dependência e necessitavam sair dele pela via da descoberta e resgate de fatos inéditos onde se reconheceram modos peculiares de existência. (TRABA, 1974 apud SANTAELLA, 1990)

Com isso, cabe aqui fundar-se nesse pensamento para dizer, que sim existe a necessidade de se respeitar a arte e cultura, por preservação à memória histórica e ao trajeto que a fez chegar até aqui, mas apesar de ser um debate mais polêmico e profundo, TRABA (1990) fala da existência eminente da necessidade humana de se explorar, com as próprias impressões e pulsações internas, aquilo que é nato ao ser humano e por isso um direito de todos: expressar-se, fora dos padrões. Esta necessidade foi naturalmente descoberta com a criação deste espaço no coração de Maricá.

O Porão, tal qual criado, provavelmente não existirá mais, pois o suporte físico não existe mais, prejudicando as atividades anteriormente exercidas, com a produção livre de arte proporcionado pelo Anfiteatro. No entanto, é certo afirmar, que continuarão existindo, as experiências, na memória de cada um dos envolvidos, e também, segundo a Prefeitura, sobreviverá sob uma nova configuração inserida na programação da Prefeitura. O projeto foi transferido para o edifício tombado da Casa de Cultura no dia 04 de janeiro de 2020, em uma de suas dependências, como um ateliê aberto à população, e a demolição (Figuras 69 e 70) do Anfiteatro ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2020, conforme imagens³⁵ abaixo:

Figura 69: Demolição do Anfiteatro com graffiti UTOPIA.

Figura 70: Demolição do Anfiteatro vista aérea.



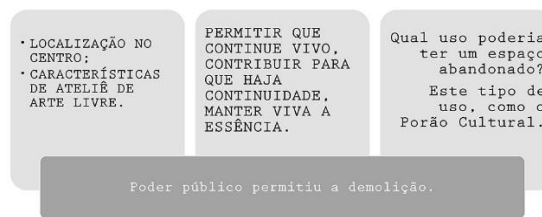
Fontes: Prefeitura de Maricá, 2020.

35 Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/02/10/demolicao-do-anfiteatro-marca-inicio-da-revitalizacao-da-praca-central/> Acesso em: 10 fev. 2020.

5.5.3 Ideias para uma Política Pública

Considerando, que possa existir um coeficiente de perda das características originais ao se transferir um projeto de um lugar para outro, com objetivo de evitar ou mitigar este efeito, alguns pontos foram levantados como sugestão de diretrizes para ocupar espaços ociosos, e assim adensar as cidades, democraticamente (Figura 71). Este caso representa uma possibilidade de articulação popular, através dos diálogos com poder público, procurando a prática da gestão participativa no combate à obsolescência espacial.

Figura 71: Diagrama do fim ou permanência do Porão.



Fonte: a autora.

As diretrizes (Tabela 06) foram elaboradas a partir de um olhar de pesquisa, mas com a consciência, que apesar de existente, o espaço do Porão pode não ser uma prioridade para o poder público, tendo sido talvez uma medida protetiva, como mencionado anteriormente. Por isso, ainda na esfera de uma utopia do possível, foram traçadas características de um espaço livre e democrático, que podem ocupar os espaços ociosos. Segundo a Oneide, funcionária concursada da Prefeitura de Maricá, ao longo deste ano de projeto a assessoria de comunicação da prefeitura não registrou as atividades ocorridas no Porão, os saraus, reuniões, oficinas e a festa de aniversário, compartilhando que o que a deixa triste é este descaso com a voz de quem participou e elaborou o espaço.

Com isso, fala-se nesta sugestão de um espaço acessível e democrático de elaboração criativa, como uso da alteridade espacial, mas vale informar, que é apenas uma hipótese, e por isso este subcapítulo se chama 'Ideias para uma Política Pública'. Ao se estabelecer as características essenciais, os elementos indispensáveis para que um espaço com este caráter seja possibilitado, podemos pensar em política pública (Tabela 06). Seriam exemplos de diretrizes e garantias: um espaço aberto, sem restrição de acesso e com acolhimento da população, com base efetiva na confiança e garantia da liberdade. Um ideal, acredita-se, um ideal possível, a partir deste registro de um caso existente, resistente, que respirou durante um ano o ar do território privilegiado, e com isso muito colaborou e inspirou para este debate.

A proposta se divide em proposta 1 e proposta 2, a primeira determinam as características do espaço Porão Cultural a serem mantidas no novo espaço, e a segunda se refere a diretrizes gerais para ocupação dos imóveis vazios das cidades. Os cinco subitens (A, B, C, D, E) categorizam as diretrizes

nos seguintes temas: A - acessibilidade e segurança; B – formação de equipe; C – estruturação dos espaços; D – infraestrutura básica do imóvel; E – permissões e restrições de uso, porém sem ferir as premissas de ocupação de um monumento histórico, no entanto garantindo o Artigo 5º da Carta de Veneza, de 1964, que afirma “A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade” (CARTA DE VENEZA, 1964).

Tabela 06: Propostas 1 e 2 para política pública de ocupação de imóveis vazios.

1. Proposta inicial para Diretrizes Replicáveis a partir do Projeto Espaço Ocupação Porão Cultural	
O novo espaço deverá garantir a manutenção e proteção das forças sociais atuantes no Projeto Ocupação Porão Cultural de modo a preservar as características essenciais de sua gênese.	
A	DA ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA
a1	Garantia de acesso livre e irrestrito ao espaço;
a2	Apoio integral da segurança pública municipal;
a3	Garantia da manutenção do caráter de acolhimento social vinculado à assistência social.
B	DA FORMAÇÃO DE EQUIPE
b1	Mínimo de 1/3 da gestão formada pela sociedade civil com bolsa-auxílio;
b2	Máximo de 1/3 de cargos contratados pela prefeitura;
b3	Máximo de 1/3 da gestão formada por concursados;
b4	Garantia da diversidade social e racial;
b5	Remuneração dos colaboradores atuantes do projeto.
C	DOS ESPAÇOS
c1	DETERMINAÇÃO DO USO: Ateliê público de artes visuais.
c2	Estrutura para exposições temporárias de artistas profissionais e amadores;
c3	Piso emborrachado para ateliê de pintura, argila e demais materiais;
c4	Salas práticas integradas para música, artes visuais, escultura;
c5	Permissão para entrada de instrumentos dos visitantes;
c6	Sala prática para artes visuais (Pintura, desenho, fotografia, etc.) mobiliada;
c7	Sala prática para escultura mobiliada.
2. Proposta inicial para Diretrizes Replicáveis para qualquer uso em espaços ociosos:	
O novo espaço deverá garantir a Função Social da Propriedade mediante consulta prévia à sociedade civil do local para definição do uso.	
D	Da infraestrutura geral, que garante a Função Social da Propriedade:
d1	O espaço deverá ocupar um imóvel sem uso, seja público ou privado;
d2	Garantir instalações hidráulicas;
d3	Garantir instalação elétrica;
d4	Garantia do conforto ambiental com ventilação natural;
d5	Garantia de iluminação natural;
d6	Sanitários disponíveis para adultos com cabines para crianças e fraldário;
d7	Garantir manutenção mensal da infraestrutura e fiscalização.
E	Das permissões e restrições de uso:
e1	Serão permitidas doações (a ser desenvolvido parágrafo dedicado);
e2	Serão permitidas atividades ligadas ao trabalho e vendas de produtos (a ser desenvolvido parágrafo dedicado);
e3	Será permitido o uso do espaço para guardar volumes (a ser desenvolvido parágrafo dedicado);
e4	Não será permitido, no caso desta política pública, o uso da edificação para fins de moradia fixa ou locação, exceto abrigos temporários (a ser desenvolvido parágrafo dedicado).

Fonte: A autora.

O intuito é discutir como seria possível a viabilização de ocupação dos espaços ociosos a partir de diversos pontos de partida como: políticas de governança, ações populares, movimentos sociais, coletivos e indivíduos, através da abertura de diálogos, negociações pautadas no instrumento da função

social da propriedade. De acordo com informações extraídas de uma matéria da Agência Pública³⁶, só de imóveis da União em 2017 eram 10.304 desocupados no Brasil, segundo dados abertos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Este dado denota o tamanho do problema, pois este número tende a aumentar exponencialmente caso sejam contabilizados os imóveis estaduais, municipais e privados que igualmente se encontram desocupados.

As características da proposta 2 (subitens ‘D’ e ‘E’), são sugestões a serem debatidas, e podem ser utilizadas para quaisquer tipos de serviços à sociedade, a exceção de moradia, que possui outro tipo de complexidade judicial. Atualmente, o pensamento crítico em torno do engessamento na viabilização de ocupações dos imóveis se dá por conta de exigências burocráticas nos processos de programas oferecidos, que terminam por elitizar, os tornando incompatíveis com a realidade da maioria esmagadora da população brasileira. Uma ocupação destes espaços, que estão no ‘entre espaço’, com esta vocação e característica de espaço de permanência temporária, por exemplo, que proporciona a espontaneidade necessária para este uso, se comprova possível. Segundo a arquiteta e urbanista Diana Helene, “ocupações se utilizam de espaço vagos em período de transição, um período de esvaziamento temporário: a transformação do uso do solo não acompanha na mesma velocidade a transformação nos valores das localizações, possibilitando condições temporárias de esvaziamento e abandono de imóveis” (HELENE, Diana. Informação verbal).

Nota-se, com esta pesquisa, que um espaço dentro dos padrões legais das prefeituras, ou submetido às exigências do retorno financeiro do investimento privado comercial, visivelmente não atingem as questões sociais, que este projeto atingiu, pois em suas homogeneidades se diferem de uma ocupação híbrida, como ocorreu no Porão, e se limitam a cumprir papéis básicos ou, que visam lucro, perdendo a riqueza presente na complexidade da livre expressão acessível à todas e todos. Ainda se enfrenta o problema da prioridade aos interesses exclusivos de uma pequena parcela da população, que comandam as tomadas de decisões, incluindo aqui a própria lógica do mercado imobiliário especulativo.

Ao enviar estas diretrizes para uma das encarregadas do Porão o retorno foi negativo, pois avaliou como excelente, mas disse que não acreditava, que fosse possível, por causa das decisões tomadas pelas pessoas de cargos acima do dela, que desconsideravam as opiniões dos envolvidos com o projeto.

É fato afirmar, que uma governança de esquerda foi responsável por permitir o surgimento deste espaço, porém a contradição deste mesmo governo permite também o término do projeto original e a demolição do equipamento público em que este surgiu. Espaços como este, que acontecem na espontaneidade da necessidade coletiva, social, marginal, tende a desaparecer se não houver conscientização e incentivo por parte do poder público. Um espaço como esse, que “poetiza o urbano”, raridade, talvez único, não poderia desaparecer, mas deveria, no lugar disto, servir como exemplo para

³⁶ A Agência Pública é uma agência de notícias fundada em 2011 por repórteres mulheres e é a primeira agência de jornalismo investigativo do Brasil. Publicam reportagens sob a licença Creative Commons, num modelo sem fins lucrativos.

políticas de ocupação dos espaços vazios. Segue abaixo citação da arquiteta e urbanista, Paola Berenstein Jacques, que cita o mestre Hélio Oiticica, e ambos nos ensinam sobre “poetizar o urbano”:

Talvez a maior crítica dos errantes urbanos aos urbanistas modernos, tenha sido exatamente o que Oiticica resumiu de forma tão clara em “poetizar o urbano”. Os urbanistas teriam esquecido, diante de tantas preocupações funcionais e formais, deste potencial poético do urbano, algo tão simples, porém imprescindível, principalmente para os amantes de cidades. (JACQUES, 2004)

Os projetos de cidade são resultados da negociação entre conflitos de interesses, onde se estabelece a necessidade do fortalecimento da organização popular, assim como um projeto de governo consistente, sendo este provedor de condições básicas como saúde, transporte, educação, assistências técnicas e programas de financiamento, por exemplo, para que este ainda possa se colocar como mediador das negociações entre interesses populacionais e os interesses do capital. As políticas públicas deveriam considerar, em primeiro lugar, o bem-estar da população, colocando sempre os interesses sociais prioritários com relação aos interesses do capital. É um ciclo que se fecha e não termina, pois volta-se para a importância da mobilização social nos processos participativos.

As Ideias para uma Política Pública, como defendido ao longo da pesquisa, necessitam conter em suas constituições as ideias dos envolvidos com o projeto: os ocupantes, colaboradores e criadores do Espaço Porão Cultural. Portanto, segue abaixo transcritas algumas pontuações, que interferem diretamente em qualquer decisão, que modificam a realidade existente a serem consideradas:

Tati (o poder público):

Criar “outros porões” na cidade. Outros lugares que sejam em áreas mais marginalizadas, mais distanciados. Aqui a gente está num ponto que é maravilhoso, atinge muita gente da cidade, mas eu acho que isso aqui ele tem que ser ramificado. Tem que começar a ter em outros lugares também. Eu já não posso ver um lugar abandonado que já fico louca para ocupar! Já vi alguns. (Entrevista concedida por Tatiana Andrade Castelo Branco, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Luis (o Poder Civil):

Que o porão seja a “nave mãe” de pequenos porões. Que o porão se espalhe pela cidade. Porão Central, e em cada bairro em cada distrito do município, tenha um espaço desse tipo para atender à população. (Entrevista concedida por Luiz Claudio, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Oneide (o Poder Público):

Estou muito esperançosa que saia a nossa lona circense, que a prefeitura já aprovou, e a gente só está esperando sair. É um outro lugar, mas aí o Porão vai estar interligado também. (Entrevista concedida por Oneide Braga, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Roberto (o Poder Civil):

A gente tava pensando inclusive em fazer por nossa conta própria, uma meia lua, geodésica, para que instrumentos clássicos, que não podem receber umidade ao relento... Estávamos pensando em fazer ali porque tem uma arquitetura arredondada, eu acho que aquilo ali poderia ressurgir. Acho que seria o caso das pessoas se darem atenção do que é essa preciosidade de se ter um anfiteatro. Sem contar a localização do Porão, a parte de baixo, a quantidade de pessoas que passam por ali que é impressionante. (Entrevista concedida por Roberto Moraes, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Priscilla (o Poder Público):

Aqui é a praça, aqui é o espaço central da cidade. Aqui as pessoas estão passando o tempo todo. Às vezes a pessoa nunca entrou aqui, aí ela passa já entra, vê um quadro, aí a gente já começa a conversar, a gente mostra as coisas. Os próprios artistas vêm querendo fazer exposição, querendo mostrar o trabalho. A gente está de frente para o ponto de ônibus, a gente está perto da prefeitura, perto da câmara, perto dos bares... a gente está no coração da cidade. (Entrevista concedida por Priscilla Mataruna, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice III desta dissertação).

Após a demolição do Anfiteatro, ocorrida na segunda semana de janeiro de 2020, o projeto Porão Cultural foi transferido para a Casa de Cultura, como já mencionado. Esta decisão, ao mesmo tempo que preocupa a Coordenadora Tatiana, a deixa feliz, pois segundo ela, o projeto terá mais dificuldades na questão da liberdade de expressão, que tinham no anfiteatro, mas ainda assim o mais importante é que não extinguiram o projeto. O ‘Porão’ permanece vivo como projeto, com algumas atividades ainda possíveis de serem realizadas. Com isso, a Prefeitura cumpriu com a sua promessa de manter o Porão Cultural como parte de suas atividades oficiais.

No dia da demolição a Oneide escreveu a seguinte poesia:

Hoje meu coração silenciou...
 E não foi só de lembranças e saudades... Foi da certeza do dever cumprido...
 Hoje eu pude ouvir todas as vozes. Pude ouvir o sino da igreja e a música que soava de um piano antigo precisando de afinação.
 Hoje eu ouvi crianças falando, jovens cantando, pessoas colorindo tudo, colorindo a vida.
 Hoje eu ouvi risadas.
 Hoje eu senti o abraço, senti
 O encontro de pessoas num lugar livre, num lugar simples. Cheio de arte cheio de boas vibrações.
 Hoje meu coração silenciou...
 (Poesia criada por Oneide Braga no dia da demolição do Anfiteatro, 2020).

Quando o poder público se torna sensível à demanda local social, a população ganha voz de interferência direta no planejamento. No caso, a Oneide, funcionária da prefeitura de Maricá que

trabalha para o Porão, se viu motivada a buscar um espaço vazio para dar lugar ao Porão e foi em busca de um imóvel, que observou estar vazio e em estado de abandono, sendo visto por ela como uma oportunidade para colocar em prática o instrumento disponível da desapropriação para uso do poder público.

Talvez um mapeamento dos imóveis sem uso da cidade e acesso ao banco de dados destes imóveis (tipologia arquitetônica, ano de construção, usos, etc.), seus preenchimentos e esvaziamentos (incluindo o fator tempo, ou seja, há quanto tempo está sendo utilizado ou há quanto tempo está vazio), assim como as motivações das movimentações (cruzamento dos dados de segurança pública, melhoramentos, legislação, etc.) – Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) – o desafio da geoinformação na gestão urbana e regional, possa ser dado como estratégia de planejamento urbano, viabilizando o desenvolvimento social e local.

Não é simples colocar o instrumento da desapropriação em prática, mas é possível, viável e necessário, vide a existência de tal instrumento, como mencionado em entrevista (item 5.5.2) pela própria Secretária de Cultura, Andrea Cunha. É preciso aplica-lo. Seria uma das formas mais eficientes para se estabelecer uma meta de ocupação regularizada, que teria como consequência a garantia da função social da propriedade no espaço urbano. Uma cidade socialmente ocupada. Está previsto em Lei Federal:

Lei Federal Nº 13.465, de 11 de julho de 2017 – Regularização Fundiária
 Art. 65. Os imóveis arrecadados pelos Municípios ou pelo Distrito Federal poderão ser destinados aos programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município ou do Distrito Federal.

Os espaços vazios na cidade, mais especificamente as edificações em estado de abandono, de acordo com o Código Civil e Constituição Federal, sem se importar se imóvel público ou privado, equipamento público ou privado, mas imóveis e equipamentos vazios da cidade, se utilizados como espaços culturais ou de acolhimento social estarão cumprindo com a sua função social, portanto deve ser estimulado, incentivado e investido, sem precisar ferir, com isso, o direito à propriedade. Especialmente a propriedade pública, que possui o dever e o poder de arrecadar imóveis em estado de abandono, conforme descrito neste artigo do Código Civil, para devidos fins e proteção ao patrimônio:

Código Civil: Do abandono
 Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

A importância dos movimentos sociais e lutas organizadas é reconhecida e necessária, para que ocorra a reforma urbana, afinal lutar pelo patrimônio é lutar pela Democracia. A informação, a educação

e o encontro são essenciais para que ocorra o despertar da consciência social individual voltada para o coletivo, e para isso é importante proporcionar espaços destes encontros, em que outras formas de ocupação, para além das ocupações habitacionais, se deem, e assim o engajamento e a luta social sejam fortalecidos em prol da efetiva reforma urbana. Voltando à questão do uso permitido pela prefeitura ao ceder funcionários e o espaço, ressalta-se uma fala da Priscila, a funcionária contratada como museóloga, que acredita fortemente na iniciativa do Porão Cultural, para uma reflexão sobre a dificuldade que a sociedade civil enfrenta para se inserir nos processos participativos a ocupar a cidade, e então ela refuta: - mas nós somos a sociedade civil, não somos? ‘Estamos’ poder público, mas somos a sociedade.

Ao se colocar como sociedade civil em estado de poder público, a museóloga nos lembra a importância da formação do cidadão antes como seres humanos. Antes de nos tornarmos a poder público, ou cumprirmos qualquer papel diante da sociedade, somos seres humanos. Civis. Somente enquanto humanos e civis podemos nos tornar, temporariamente e profissionalmente, poder público. Com isso, a forma de atingir o equilíbrio de forças em um estado democrático é através da escuta da população, como muito bem colocado pela cientista política chilena Marta Harnecker em seu livro ‘Ideias para a luta’ de 2018, “deve-se aprender a escutar e a falar com as pessoas; deve-se colocar o ouvido atento a todas as soluções que o próprio povo gesta para defender suas conquistas ou para lutar por suas reivindicações” (HARNECKER, 2018), ao se estabelecer a relação entre a população, os movimentos sociais e as governanças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a intensão de relatar criticamente e metodologicamente o percurso deste projeto efêmero, que foi o Porão Cultural no Anfiteatro, e com isso eliminar o risco de terminar ocultado na história. Com certeza, esta é o objetivo principal deste trabalho. Por consequência, fomentar o debate em torno da gestão urbana e contribuir com um olhar que problematiza e critica as coisas como estão sendo feitas, com prioridade mercadológica por cima do social. O objetivo aqui foi discutir os papéis da gestão e planejamento urbano na sociedade, dentro das esferas do poder público e da sociedade civil, conforme mencionado, e trazer a possibilidade desta experiência se tornar uma política pública de adensamento da cidade com projetos sociais, assim como ressaltar a importância da localização física-espacial deste projeto piloto específico do Porão, como sendo o resultado de uma característica e necessidade do local, mas com crítica sobre as dificuldades de se colocar em prática uma política de escuta da sociedade, na hora de se planejar e interferir na cidade.

Casos como estes, vale reforçar, demonstram nitidamente a ineficiência do suposto planejamento urbano, que deveria prezar pela função social da propriedade de acordo com as áreas de planejamento e zoneamento da cidade, pressionando e instrumentalizando a destinação de uso destes imóveis inutilizados. Ao retomar a condição existencial do Porão, ou seja, o conjunto de fatores envolvendo a existência deste espaço tão especial e pioneiro em sua função social e no histórico do surgimento em meio ao caos político, que só ocorreu por conta de um planejamento prévio da sua extinção, torna a concluir, que o espaço público nas cidades modernas são uma repetição do modelo “bem-sucedido” de cidade à serviço do mercado imobiliário, para que este possa expandir e assentar seus alicerces, com a garantia de venda como resultado da assepsia e da sensação de segurança no local a ser implantado.

A funcionária pública Tatiana, responsável pela articulação de todas estas pessoas (Figura 73), agiu de forma independente e obteve aprovação necessária da Secretaria de Cultura para ocupar o espaço, e isso deve ser reconhecido, pois foi o pontapé inicial para que o diálogo fosse aberto entre poder público e sociedade. O encontro entre a voz do povo com a governança, que resistiu ali dentro, deve ocorrer em todos os processos decisórios, inclusive da mudança do espaço. O Porão Cultural foi o que foi: fluido, profundo, humano e espontâneo, justamente por não ter sido um projeto oficial de governo, mas de um movimento fortalecido pela Tatiana Castelo Branco. Dar voz para sociedade civil é a característica principal, que deve ser mantida nos próximos passos do projeto, para consumir uma experiência, que inovou nas inter-relações sociais, caso contrário, será só mais um projeto da prefeitura. Mas, só o tempo dirá como que o Porão vai estar após esta mudança. As manifestações espontâneas e sociais continuam sendo entendidas como resultados da vida em sociedade, com as forças de interesses interagindo entre si. O que vale observar é, de que maneira esta parcela da sociedade em Maricá irá se movimentar a partir de agora, depois desta alternativa lançada, que serviu de inspiração, para

transformar ações, que antes eram colocadas fora das prioridades de decisões, para que agora possam ser vistas como protagonistas, após o impacto que causou (Figura 72).

Figuras 72 e 73: Espaço Ocupação Porão Cultural e Colaboradores.



Fonte: a autora, 2019.

Vale ressaltar, que existe uma força de vontade presente naqueles que querem fazer algo pela sociedade, que desejam trabalhar em prol de uma qualidade de vida socioambiental, mas que para isso precisam do incentivo do estado. Como, por vezes, ocorre em diversos setores da educação, saúde e cultura, há que ocorrer para ocupações dos imóveis ociosos, com incentivo a projetos sociais, valorizando os ganhos sociais e o bem-estar social em primeiro plano. O incentivo à criatividade, interação e à arte auxilia nos tratamentos psiquiátricos e psicológicos, elevando este tipo de uso para uma questão de saúde pública. Tais valores poderiam ser entendidos como indispensáveis nas aprovações de políticas públicas. Mas afinal, esta pesquisa não se propõe a dar nenhuma resposta definitiva, apesar de pensamentos enfáticos, mas servir como uma reflexão e provocação para se tentar entender, em conjunto, o que se deseja para os planejamentos urbanos, enquanto sociedade.

E para concluir este processo, no que se refere ao conflito existente entre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de encontro com uma construção posterior a esta, coloca-se, que neste caso o que sugeriu toda a pesquisa, foi uma certa manipulação das leis para interesses que priorizam outros valores, que não a proteção ao patrimônio, sendo esta a justificativa. Não se pode afirmar ao certo, mas de qualquer modo vale continuar a questionar quais os motivos, que levam a demolir o existente, se este atende à população e presta um serviço à sociedade? Como avaliar os possíveis impactos das novas obras sobre a sociedade, que circula no local e quais valores devemos priorizar? Quais são as consequências da retirada ou realocação desta infraestrutura, para as pessoas que nela habitam ou frequentam, e como substituir ou repor? O novo projeto contempla demandas, que surgiram a partir da escuta da população? Quais são as atendidas e quais são as não atendidas, e por que?

E por fim, para registrar possíveis próximos avanços de pesquisa, seria interessante o uso de ferramentas de levantamento de dados e processos participativos, como a elaboração de questionários ou reuniões consultivas, para levantar dados sobre a opinião dos frequentadores da Praça, artistas e

comerciantes autônomos. Fazer isso com intuito de influenciar e fazer pressão nos processos de mudança deste espaço do Porão, assim como adotar estas medidas também para consulta sobre outras atividades e serviços, que possam existir no local. Assim como também, produzir campos de debates abertos e transparentes com característica interdisciplinar, contando com as instâncias públicas e terceirizadas, para que se informem e discutem os pontos necessários, melhorando a comunicação.

Quando o poder público se torna sensível à demanda local social, a população ganha voz de interferência direta no planejamento e a qualidade de vida local é elevada. Em um campo cada vez mais dominado pela influência do capital especulativo imobiliário, inclusive nas políticas públicas, torna-se urgente a luta contra a permanência da compreensão de cidade como mercadoria, reduzindo o foco das decisões nas grandes empreiteiras e aumentando a voz dos movimentos, que buscam continuar a produzir a reforma urbana. Os métodos participativos, se aplicados com seriedade como parte das políticas públicas, podem ser eficientes ao gerarem motivação para o engajamento social. À medida que os envolvidos vão sendo escutados, vão também se encontrando nas oportunidades oferecidas, ao emitirem suas vozes e opiniões. Desta forma a sinergia vai acontecendo naturalmente até, que como resultado, quase inesperado, emerge o trabalho coletivo sendo realizado. Quanto mais responsável for esta escuta e a diluição do poder de decisão, respaldada por métodos participativos, que avançam como ciência, aonde as ideias sejam acolhidas e discutidas em grupo, melhor será o processo e melhor serão os resultados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **A Cidade caleidoscópica**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007a.
- ABRAMO, P. **A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 2, 2007b.
- ADDOR, Felipe; CHEDID, H. Flávio. **Tecnologia Participação e Território: reflexões a partir da prática extensionista**. Editora UFRJ / Faperj, 2015.
- ADDOR, Felipe. **Teoria Democrática e Participação Popular**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Faperj, 2015. p. 159-198.
- AGAMBEN, Giorgio. **Habitar e construir**. Caderno de leituras n.96. Conferência Faculdade de Arquitectura da Universidade de Roma "La Sapienza", 2018. Texto original disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-abitare-e-costruire>. Versão traduzida por Vinícius N. Honesko disponível em: http://flanagens.blogspot.com/2019/07/habitar-e-construir-giorgio-agamben_15.html. Acesso em: 15 jul. 2019.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 2015
- ALVEAR, Celso A. S. de. **Redes como Elemento ou Método de Análise**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Faperj, 2015. p.365-390.
- ANFITEATRO NÃO VAI MAIS ABAIXO E PORÃO CULTURAL SE FIRMA NO CENÁRIO DE MARICÁ. **Cultural Teen**, 2018. Disponível em: <https://prcult.blogspot.com/2018/09/anfiteatro-nao-vai-mais-abaixo-e-porao.html>. Acesso em: 11 set. 2018
- BARRAGÁN, David. **Processos de diversidade nas práticas projetuais**. Entrevistador Oscar E. P. Velasquez. Al Borde: Vitruvius revista digital, 21 jan. 2020. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/21.081/7611?page=1>. Acesso em: 30 jan. 2020._
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007
- BUTTLER, A. M. **Agregados reciclados na produção de artefatos de concreto**. Revista do Concreto – IBRA CON. Fevereiro de 2005. p. 26-29.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. In: Barbalho, Alexandre et al. (Org.). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 71-84
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao séc. XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. A insustentabilidade urbana produzida por alianças entre as forças do progresso com as do atraso a nível global e local. In: **São Paulo: em busca da sustentabilidade** [S.l.: s.n.], 2012.
- CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): A conservação de bairros cariocas de 1979 a 2006**. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, 2011.
- THE VENICE CHARTER translated in PORTUGUESE, PORTUGAIS. ICOMOS National Committee using this version: Portugal. **CARTA DE VENEZA, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. In: II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Adoptada pelo ICOMOS em 1965. Tradução: Miguel Brito Correia e Flávio Lopes. Portugal, 1964.
- CARVALHO, André. Confira os municípios que mais receberam royalties de petróleo. **O Petróleo**, 2018. Disponível em: <https://www.opetroleo.com.br/confira-os-municipios-do-rio-que-mais-receberam-royalties-de-petroleo/>. Acesso em: 2019.

CASA DE CULTURA. **Mapa de cultura**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/casa-de-cultura>. Acesso em: 2019.

CASA DE CULTURA DE MARICÁ JÁ ABRIGOU CADEIRA PÚBLICA. **Maricá Info**, Maricá, 2014. Disponível em: <https://maricainfo.com/2014/04/04/casa-de-cultura-de-marica-ja-abrigou-cadeira-publica.html>. Acesso em: 2019.

CASA HISTÓRICA É DEMOLIDA NO CENTRO DE MARICÁ. **Central de notícias de Maricá**, Maricá, 2016. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/casa-historica-e-demolida-no-centro-de-marica/>. Acesso em: 2019.

CASA RUI BARBOSA. **Notas para um diagnóstico preliminar: A cultura na região das baixadas litorâneas**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7772/1/780%20relatorio_baixas_litoraneas_1277153445.pdf. Acesso em: 2019.

CASAS E CASARÕES ANTIGOS EM MARICÁ. **Youtube**, 25 maio 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pv6jVIVqu1M> Casas e casarões antigos em Maricá 0001. Acesso em: 2019.

CIDADES QUE MAIS RECEBEM ROYALITES DO PETRÓLEO. **Folha de São Paulo**. 2018. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1599836485476577-cidades-que-mais-recebem-royalties-do-petroleo>. Acesso em: 2019.

COMERCIANTES ADEREM À AÇÃO DE ORDENAMENTO URBANO IMPLANTADA PELA PREFEITURA DE MARICÁ. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2014. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2014/05/29/comerciantes-aderem-a-acao-de-ordenamento-urbano-implantada-pela-prefeitura-de-marica/>. Acesso em: 2019.

COM OS DIAS CONTADOS: PRAÇA FICARÁ LIVRE DO ANFITEATRO E DA CASA DIGITAL. **Barão de Inohan**, 2017. Disponível em: <https://obarao.blogspot.com/2017/07/com-os-dias-contados-praca-ficara-livre.html>. Acesso em: 2019.

CORDEIRO, Rosa Inês de N. **Descrição e representação de fotografias de cenas e fotogramas de filmes: um esquema de indexação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991, Salvador. **Anais[...]** Salvador: APBEB, 1991. v. 2, p. 1008-1022.

CORREIA, Maria da C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Revista Pensar Enfermagem** Vol. 13, N.º 2. Escola Superior de Enfermagem de Lisboa: Fundação para Ciência e Tecnologia, ESEL, 2009

COSTA, Leandra. Prefeitura de Maricá vai restaurar a Casa de Cultura. **Rosely Pellegrino**, 2014. Disponível em: <https://roselypellegrino.wordpress.com/tag/casa-de-cultura-de-marica/>. Acesso em: 2019.

CHAVES, William. Prefeito eleito anuncia novo secretariado. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2016. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2016/12/29/prefeito-eleito-anuncia-novo-secretariado/>. Acesso em: 2019.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DEMOLIÇÃO DE UM CASARÃO ANTIGO EM MARICÁ (RJ). **Youtube**. 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z6Oh9mXWuzg>. Acesso em: 2019.

DIÁRIO DE UMA OCUPAÇÃO: O QUE É UMA OCUPAÇÃO E POR QUE LUTAMOS. **Carta Maior**, 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Primeiros-Passos/Diario-de-uma-ocupacao-O-que-e-uma-ocupacao-e-por-que-lutamos/42/37133>. Acesso em: 07 dez. 2019.

EGLER, Tamara; TAVARES, Hermes. Org. **Política pública, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

ENRIQUECIDAS, NITERÓI E MARICÁ ESPERAM CRIAR FUNDO BILIONÁRIO. **Jornal O Globo, Valor Econômico**, São Paulo, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ESTRADA DE FERRO MARICÁ. **O Saquá**, Saquarema, 2016. Disponível em: <http://www.osaqua.com.br/2016/05/10/estrada-de-ferro-marica/>. Acesso em: 2019.

FABIANO HORTA ANUNCIA SECRETARIADO PARA NOVA GESTÃO EM MARICÁ, RJ. **Portal G1**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/12/fabiano-horta-anuncia-secretariado-para-nova-gestao-em-marica-no-rj.html>. Acesso em: 2019.

FAGNANI, E. Campo de Debate do PT: Qual foi a principal política social de Lula? **Jornal GGN**, São Paulo, 13 nov. 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/embates>. Acesso em: 21 dez. 2019.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2000.

FONSECA, Bruno; FERRARI, Caroline. Milhares de imóveis da União estão vagos para uso. **Publica**, 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/06/milhares-de-imoveis-da-uniao-estao-vagos-para-uso/>. Acesso em: 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do e stado do rio de janeiro**. 136f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FRANZOI, Naira Lisboa. Ocupação. **Fio Cruz**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/ocu.html>. Acesso em: 07 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUICHARD, Desirée. **Mobilidade espacial e produção do espaço urbano: um estudo sobre Maricá – RJ**. In: I SEMINÁRIO MARICÁ DINÂMICA URBANA E AMBIENTAL. **Anais**, nov 2005.

HISTÓRIA DE MARICÁ RETRATADA EM EXPOSIÇÃO NA CASA DE CULTURA. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2012. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2012/05/21/historia-de-marica-retratada-em-exposicao-na-casa-de-cultura/>. Acesso em: 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Nacional De Classificação. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasil: IBGE, 2002. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/ocupacao-estrutura.html>. Acesso em: 07 dez. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. História e fotos. **Maricá**. Brasil: IBGE, 2009. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/historico>. Acesso em: 2019.

JACQUES, Paola B. **Elogio aos Errantes**. Salvador: editora UFBA, 2012.

JACQUES, Paola B. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 200

JOHN, V. M. **Reciclagem de resíduos na construção civil: Contribuição para metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. 2000.113f. Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.ietsp.com.br/static/media>. Acesso em: 15 mai. 2014.

LAGO, L. C. **Desenvolvimento "social": precisamos qualificar o desenvolvimento?**. In: Flavio Chedid Henriques; Felipe Addor; André Malina; Celso Alvear. (Org.). **Tecnologia para o desenvolvimento social: diálogos NIDES-UFRJ**. 1ed. Marília: Lutas Anticapital, 2018, v. 1, p. 157-163.

LIVRO QUE CONTA A HISTÓRIA DA ESTRADA DE FERRO MARICÁ SERÁ LANÇANDO EM CABO FRIO. **Portal RC 24h**, 2017. Disponível em: <https://www.rc24h.com.br/index.php/noticia/ver/28487/index.html>. Acesso em: 2019.

MACHADO, Pd Paulo Batista. **Maricá meu Amor**. Rio de Janeiro: Apex Editora, 1977.

MAGALDI, C.R.C; FILHO, C.A.P.; ZAPAROLI, D.; NETO, E. P.; QUARESMA, J. A. S.; PIRES, W. **Patrimônio Histórico: Orientação para Serviços Profissionais**. São Paulo: CAU/SP, 2017. p. 40.

MARICÁ. Lei n.º 2039, de 30 de dezembro de 2002. Institui a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. **Leis Municipais**, Maricá, 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/m/marica/lei-ordinaria/2002/203/2039/lei-ordinaria-n-2039-2002-institui-a-contribuicao-para-o-custeio-do-servico-de-iluminacao-publica-cosip-revoga-se-a-lei-n-748-de-12-10-88-institui-a-taxa-de-iluminacao-publica-tip>. Acesso em: 2019.

MARICÁ. Edital n.º. 01/2006. Concurso público prefeitura municipal de Maricá. **Secretaria Municipal de Educação da Juventude e Esporte**, Maricá, 2006. Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-marica-rj-357-vagas>. Acesso em: 2019.

MARICÁ. Lei n.º 2141, de 29 de novembro de 2005. Autoriza a criação da fundação de cultura de maricá e estabelece os seus princípios e diretrizes. **Leis Municipais**, Maricá, 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/m/marica/lei-ordinaria/2005/214/2141/lei-ordinaria-n-2141-2005-autoriza-a-criacao-da-fundacao-de-cultura-de-marica-e-estabelece-os-seus-principios-e-diretrizes>. Acesso em: 2019.

MARICÁ. Lei n.º 2132, de 20 de outubro de 2005. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de maricá e dá outras providências. **Leis Municipais**, Maricá, 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/m/marica/lei-ordinaria/2005/213/2132/lei-ordinaria-n-2132-2005-dispoe-sobre-a-preservacao-e-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-ambiental-e-cultural-do-municipio-de-marica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 2019.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAZELAS E PROBLEMAS DE MARICÁ SERÃO MOSTRADOS HOJE NO JORNAL DO RIO. **Barão de Inohan**, 2015. Disponível em: <https://obarao.blogspot.com/2015/07/mazelas-e-problemas-de-marica-serao.html>. Acesso em: 2019.

MELO, Walter. **Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman**: política, sociedade e arte. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-6564201000300011&script=sci_arttext. Acesso em: 22 jan. 2020.

MIDIATECA DA FAU/UFRJ. **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <http://www.mEDIATECA.fau.ufrj.br/projetos.php?id=1152&busca=Maric%C3%A1&pg=1> 2013/2. Acesso em: 2019.

MISTURA GRILL MARICÁ FAZ EXPOSIÇÃO COM FOTOS ANTIGAS DE MARICÁ. **Maricá Info**, Maricá, 2017. Disponível em: <https://maricainfo.com/2017/05/26/mistura-grill-marica-faz-exposicao-com-fotos-antigas-de-marica.html>. Acesso em: 2019.

MÓNICO, L. S; ALFERES V. R; CASTRO P. A; PARREIRA, P. M. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. In: CONGRESO IBEROAMERICANO EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA, Volume 3, 2017, Salamanca. Atas CIAIQ, 2017. P. 724-733. Disponível em <http://proceedings.ciaiq.org>. Acesso em 05 nov. 2019.

MONTEIRO, Diego. **Plano Diretor de Maricá**: Propostas para a Intervenção no Território Municipal. 2006. 193f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MOURA, Dulce. Filomena Silvano (2001), Antropologia do Espaço. Uma Introdução, Oeiras, Celta. **Revista CIDADES Comunidades e Territórios – Recenções**. p. 115-116.

MPE DENUNCIA EX-PREFEITO DE MARICÁ POR FORMAÇÃO DE QUADRILHA. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/11/mpe-denuncia-ex-prefeito-de-marica-por-formacao-de-quadrilha.html>. Acesso em: 2019.

NELSON, Florencia Bazzano. **Marta Traba: Internationalism or Regional Resistance?** Art Journal. New York, 2005. P. 87-89.

NOGUEIRA, Amanda da C. R. de Melo. **Planejamento e Gestão territorial: Uma Análise Sobre as Estratégias de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Maricá/RJ.** 166f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Rio de Janeiro, 2015.

NUNES, Fernanda. Maricá e Niterói descartam ostentação com royalties. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/03/25/internas_economia,946600/marica-e-niteroi-descartam-ostentacao-com-royalties.shtml. Acesso em: 2019.

PALESTRA NA CASA DE CULTURA DISCUTE “AFRO-CIDADANIA” NESTA SEGUNDA. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2013. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2013/11/18/palestra-na-casa-de-cultura-discute-quot-afro-cidadania-quot-nesta-segunda/>. Acesso em: 2019.

PINTO, Victor Carvalho. **O REPARCELAMENTO DO SOLO: um modelo consorciado de renovação urbana.** Disponível em: <https://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/homeestudoslegislativosISSN>. Acesso em: 2019.

PLANO DIRETOR DE MARICÁ. **Jornal Oficial de Maricá**, Maricá, 2006. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/plano-diretor-urbanistico/>. Acesso em 05 out. 2019.

PREFEITURA ANUNCIA RESTAURAÇÃO DA CASA DE CULTURA EM MARICÁ, RJ. **Portal G1**, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/06/prefeitura-anuncia-restauracao-da-casa-de-cultura-em-marica-no-rj.html>. Acesso em: 2019.

PREFEITURA RETIRA ESTRUTURAS QUE DESCARACTERIZAM ÁREA HISTÓRICA NO CENTRO. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2013. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2013/07/01/prefeitura-retira-estruturas-que-descaracterizavam-area-historica-no-centro/>. Acesso em: 2019.

PSICOLOGIA SOCIAL. **Portal da Psique.** Disponível em: http://www.portaldapsique.com.br/Artigos/Psicologia_Social.htm. Acesso em: 14 dez. 2019.

QUATRO CASAS CONSTRUÍDAS EM ÁREA PÚBLICA SÃO DEMOLIDAS NO SPAR. **Central de notícias de Maricá**, Maricá, 2019. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/quatro-casas-construidas-em-area-publica-sao-demolidas-no-spar/>. Acesso em: 2019.

QUEIROZ, Danielle Teixeira *et al.* **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde.** Rio de Janeiro: Faculdade de Enfermagem, UERJ, 2007.

HELENE, Diana. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados no Centro de São Paulo.** Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP, São Paulo, 2009.

ROYALITES DO PETRÓLEO CRESCEM E ‘ENRIQUECEM’ CIDADES FLUMINENSES. **Portos e Navios**, 2019. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/geral/royalties-do-petroleo-crescem-e-enriquecem-cidades-fluminenses>. Acesso em: 2019.

SALA CULT HOMENAGEIA CANTORES NEGROS DA MPB NESTA SEXTA. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2013. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2013/09/25/sala-cult-homenageia-cantores-negros-da-mpb-nesta-sexta/>. Acesso em: 2019.

SANTOS, Aline Mendonça; CARNEIRO, Vanderson G. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade.** Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **1926-**

2001 A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANDEVILLE, Euler. **Arte e ambiente numa condição Contemporânea** - o espaço/ação de uma Nova sensibilidade. FAUUSP, 1989.

SECRETÁRIO DE OBRAS DE MARICÁ É PRESO EM FLAGRANTE POR CRIMES AMBIENTAIS. **Portal R7**, 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/secretario-de-obras-de-marica-e-preso-em-flagrante-por-crimes-ambientais-09052015>. Acesso em: 2019.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço:** habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Sesc, 2016, p.312

SIMONI, M. Engenharia de produção da exclusão social. *In: Metodologias e Experiências em Projetos de Extensão*. Niterói, 2000.

SOCHACZEWSKI, Jacques. **Contexto do desenvolvimento adotado pelo município de maricá, RJ**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SODRÉ, Ana Maria Rolim; WEBER, Lílian. A arte urbana e seus efeitos nos processos de subjetivação: uma revisão bibliográfica no campo da psicologia. **Revista Subjetividades**. Fortaleza. p.66-75.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar:** sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 18, nº 2, 2012, p. 399 – 426.

TÉCNICOS DO INEPAC VISTORIAM OBRA DA CASA DE CULTURA. **Prefeitura de Maricá**, Maricá, 2019. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/10/04/tecnicos-do-inepac-vistoriam-obra-da-casa-de-cultura/>. Acesso em: 2019.

TEIXEIRA, Christiane. **LIXO ORDINÁRIO, ESPACIALIDADES EXTRAORDINÁRIAS** - O entulho como matéria prima para construir. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

TRABA, Marta. **La cultura de la resistencia**. En Literatura y praxis en América Latina. comp. Fernando Alegria, 49-80. Caracas: Monte Ávila, 1974.

VALLADARES, Lícia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, nº. 63, fev. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012. Acesso em: 2019.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **CONSERVAÇÃO INTEGRADA E NOVAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO** - Trabalho apresentado no dia 10 de maio de 2000 no 4º Encontro do SIRCHAL realizado em Salvador, Bahia, Brasil. Versão preliminar do texto: ZANCHETI, S. M.. Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. '23, n.43-44, p. 92-105, 2004.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO “NÓS PRECISAMOS SABER: O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O PORÃO”

Espaço Ocupação Porão Cultural

OLÁ !

Tudo bem com você?

Nós do Espaço Porão Cultural ficamos MUITO FELIZES em poder receber vocês e queremos sempre melhorar o nosso trabalho, para que cada vez mais você se sinta melhor aqui.

Preparamos este rápido questionário para sabermos um pouco mais sobre o que você acha do Espaço.

Ele, o questionário, é anônimo (só se identifica quem quiser) e só servirá para que possamos estar mais próximos ainda.

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO !

e continue nos visitando !!

Curta nossa página no face ! <https://www.facebook.com/poraoculturalmarica/>

”

Espaço Ocupação Porão Cultural

Maricá, Praça Orlando de Barros Pimentel, março de 2019.

Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão?

Meus dados

Minha idade: _____ Quais horários costumo vir ao porão: _____

Sou: () menino / homem () menina / mulher () outro gênero: _____

1. **Em uma palavra, o que o Porão Cultural representa para você ?**

2. **Dentre todas as coisas, diga 3 que você mais gosta ou gostou de fazer/praticar aqui no Porão (pode ser qualquer coisa) * :**

3. **Se o Porão acabasse um dia, para qual local iria para fazer o que faz aqui ? Justifique. ***

4. **Escolha 3 coisas que você gostaria que tivesse no Porão (exemplo: aulas, oficinas, materiais, melhorias, etc.) ? (Seja bem específica (o), combinado?) ***

5. **Você é bem atendido aqui? Porque? (elogios e críticas são bem-vindos). ***

6. **Descreva a importância do Espaço (para você e para todos à sua volta) * :**

* pode usar o verso da folha, se quiser. ;)



Questionário

“Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão”

[RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO]

RESULTADOS OBTIDOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FREQUENTADORES DO PORÃO CULTURAL, LOCALIZADO NA PRAÇA ORLANDO DE BARROS PIMENTEL, NO ANFITEATRO DE MARICÁ (SECRETARIA DA CULTURA).

PARA FINS DA PESQUISA DE MESTRADO em TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NIDES/UFRJ

ALUNA MESTRANDA: CHRISTIANE DUARTE TEIXEIRA (Arquiteta e Urbanista, FAU-UFRJ)

ORIENTADOR: Prof. Dr. CELSO ALEXANDRE DE SOUZA ALVEAR (Engenheiro de Produção, CT-UFRJ)

MARÇO DE 2019

Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)

INTRODUÇÃO




"Por ser um espaço cultural, aberto e disponível para todos que quiserem chegar e fazer sua própria arte (ou até mesmo aprender), o porão é de extrema importância para todos os artistas (e a sociedade)"

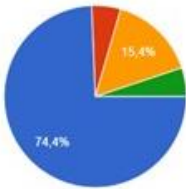


- Com auxílio dos funcionários e artistas e colaboradores do porão, foi aplicado um **Questionário** com 06 (seis) perguntas aos frequentadores do Porão Cultural.
- Obtivemos 42 respostas ao longo de 7 dias entre os dias 21 e 27 de março de 2019.
- A partir das respostas foram feitas breves análises gráficas para melhor absorção e entendimento das respostas discursivas, demonstradas nesta apresentação.

O PÚBLICO DO PORÃO



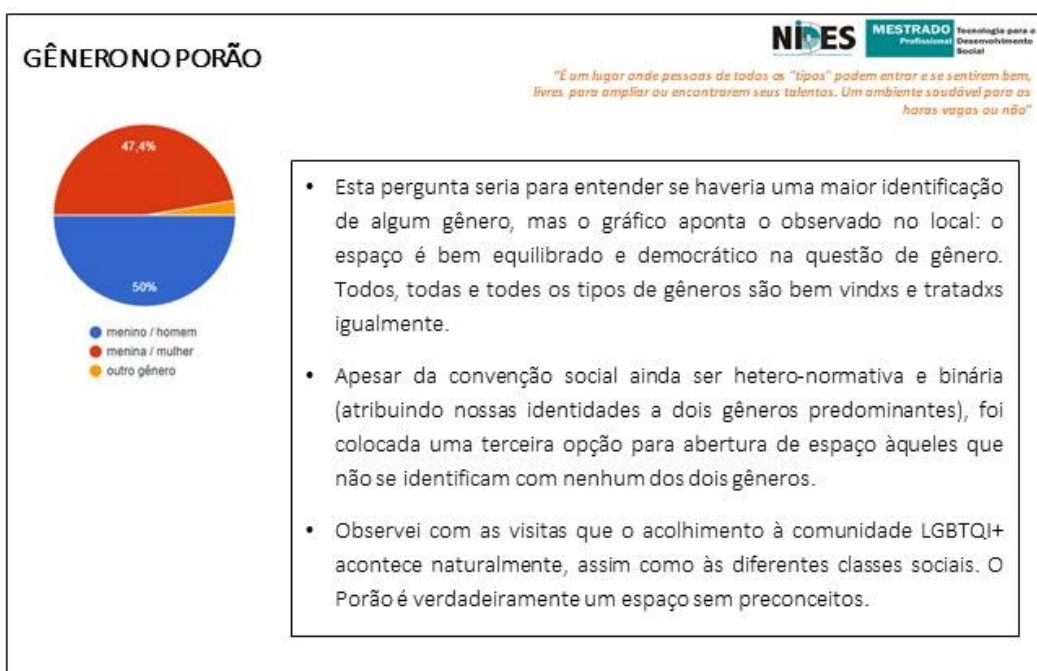
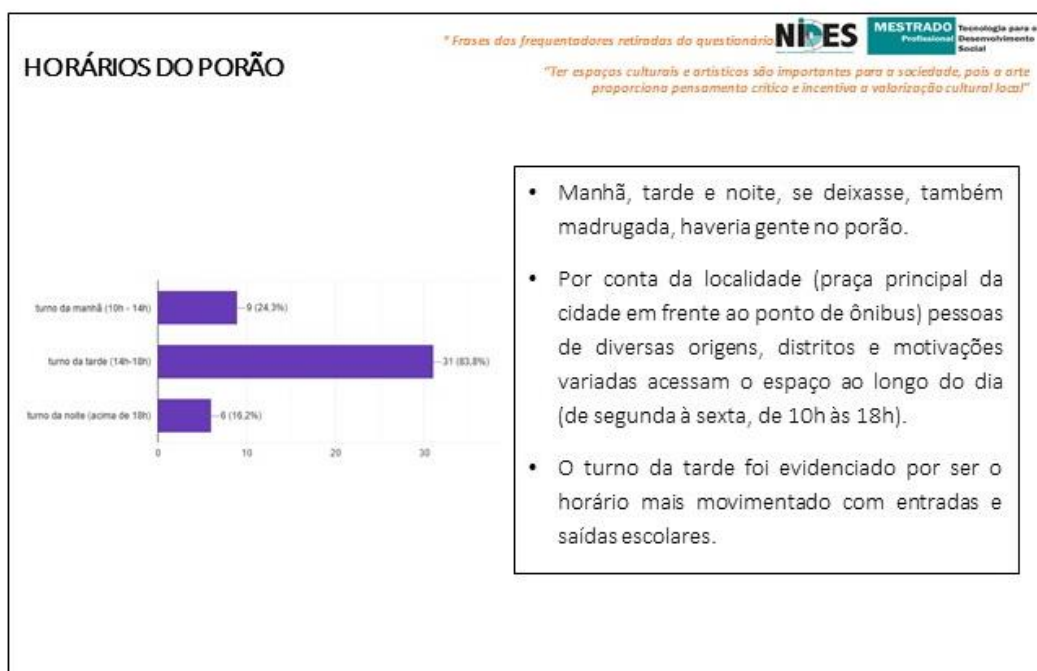
"Ser de livre acesso a todos e desempenhar o papel de espalhar cultura, desde os mais jovens aos mais velhos. O que é de suma importância para o desenvolvimento da cidadã"



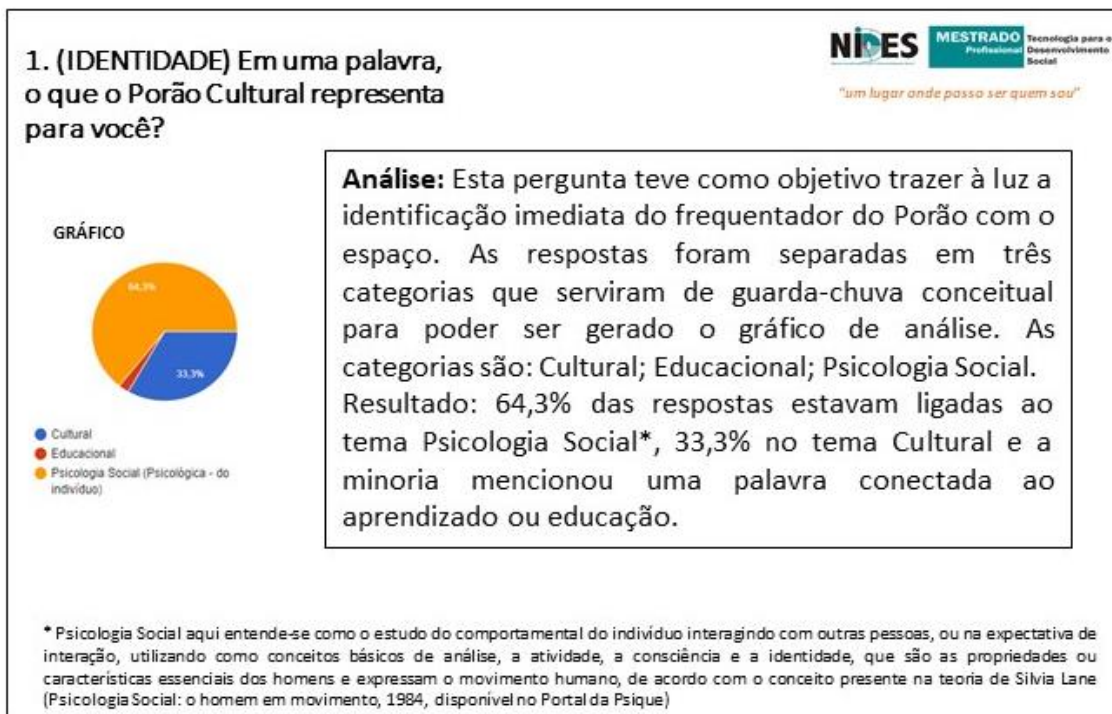
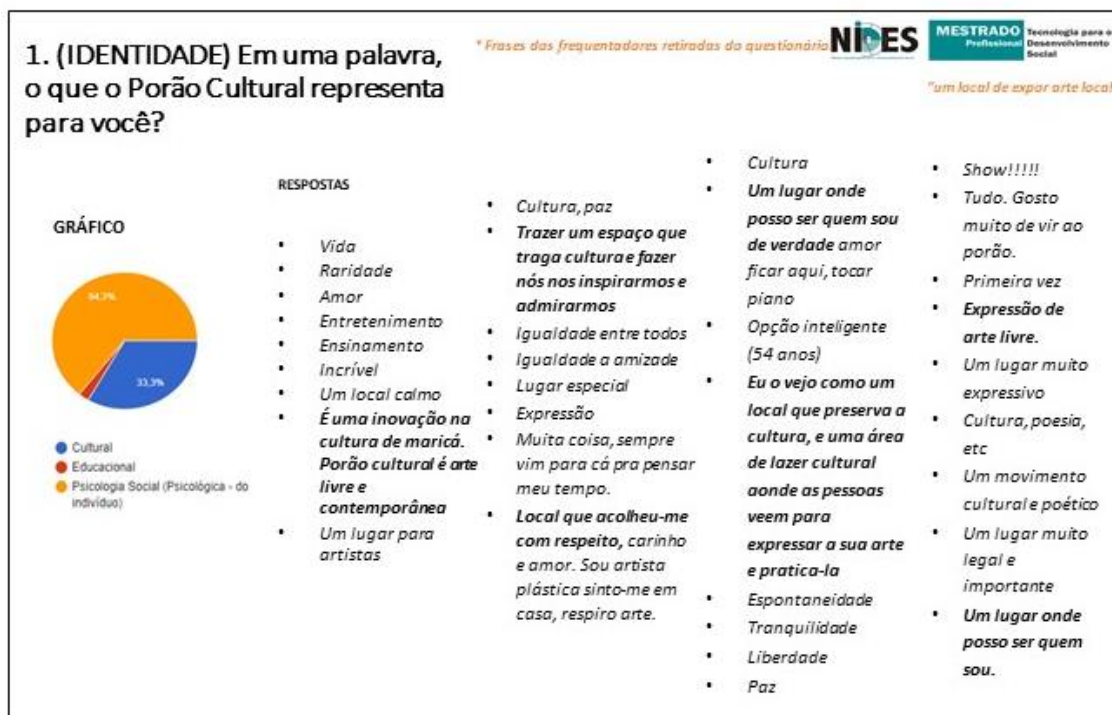
Idade	Porcentagem
12-17 (adolescentes)	74,4%
18-21 (adolescentes-jovens)	
22-59 (adultos)	15,4%
acima de 60 (idosos)	

- A maioria dos frequentadores é adolescente, que busca um espaço de acolhimento, liberdade de expressão e estímulo à auto expressão.
- Mais à frente vemos como este espaço é terapêutico. Psicologia, arte e espaço andando juntos.
- Os idosos não são expressivos em número, mas sim em qualidade e se sentem muito bem no espaço.

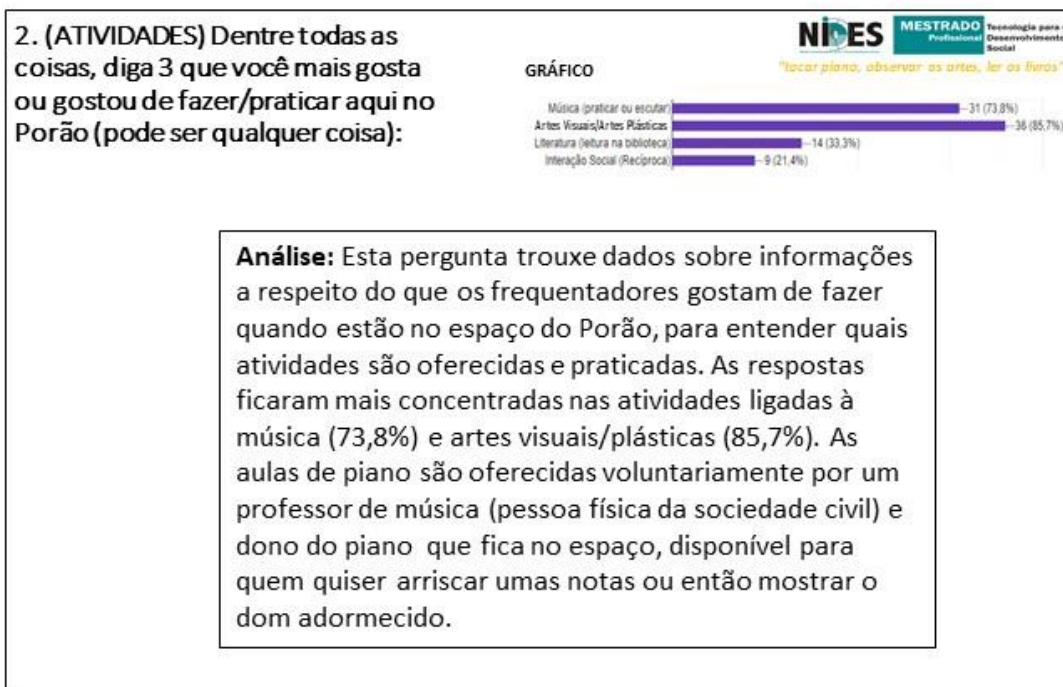
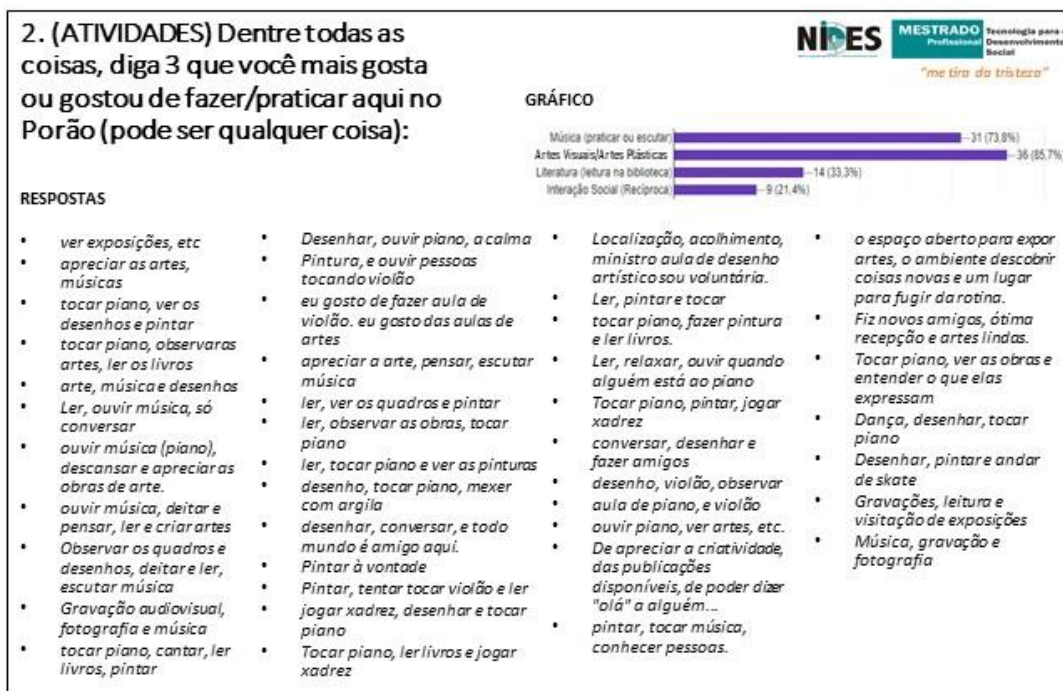
Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



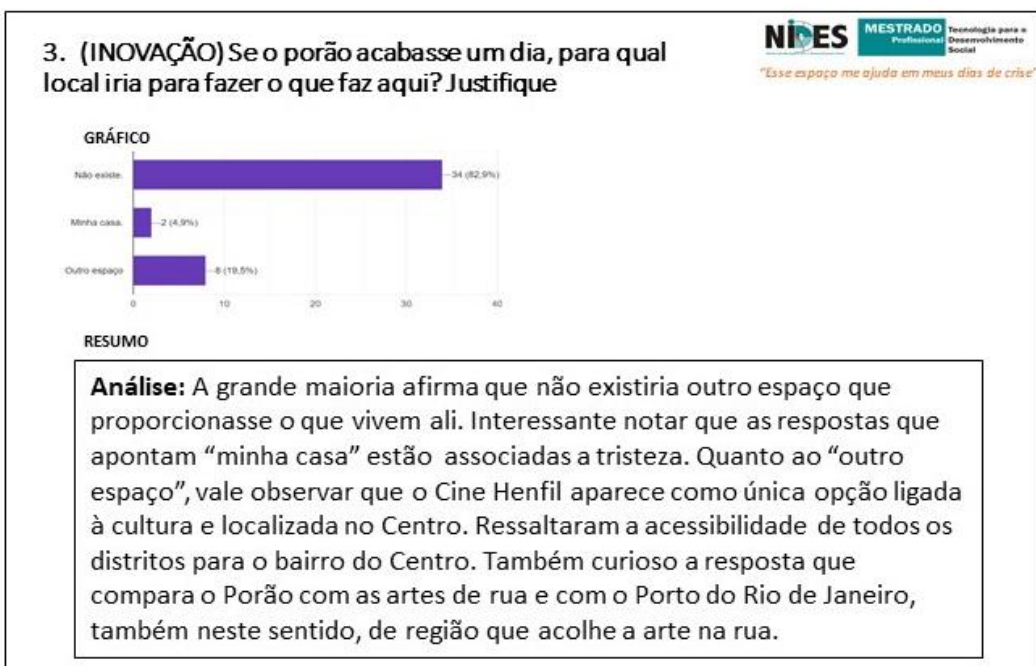
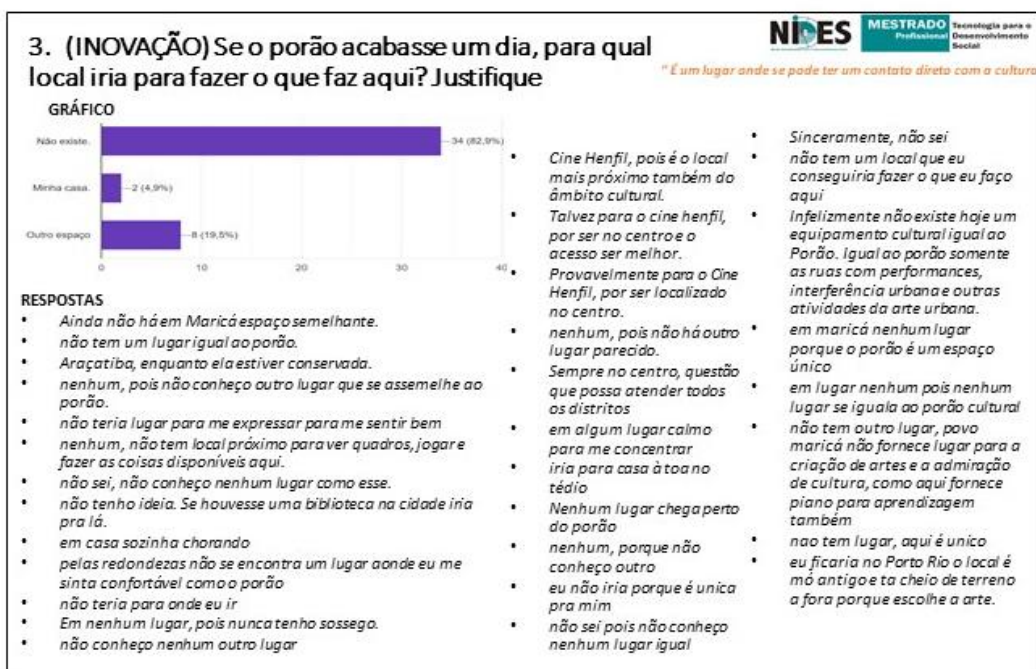
Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



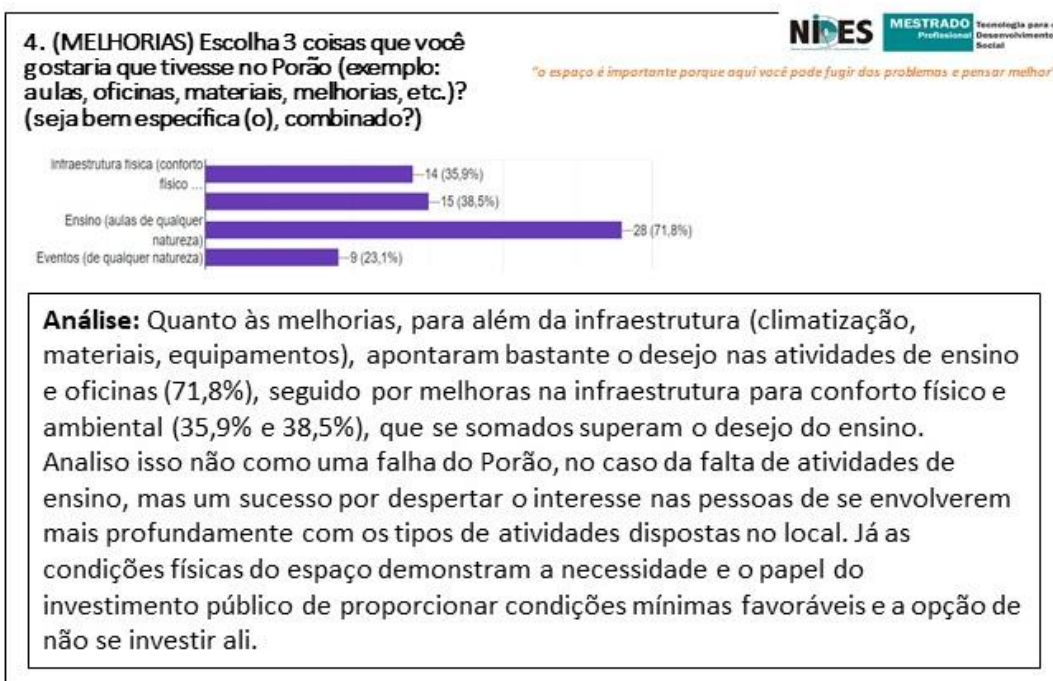
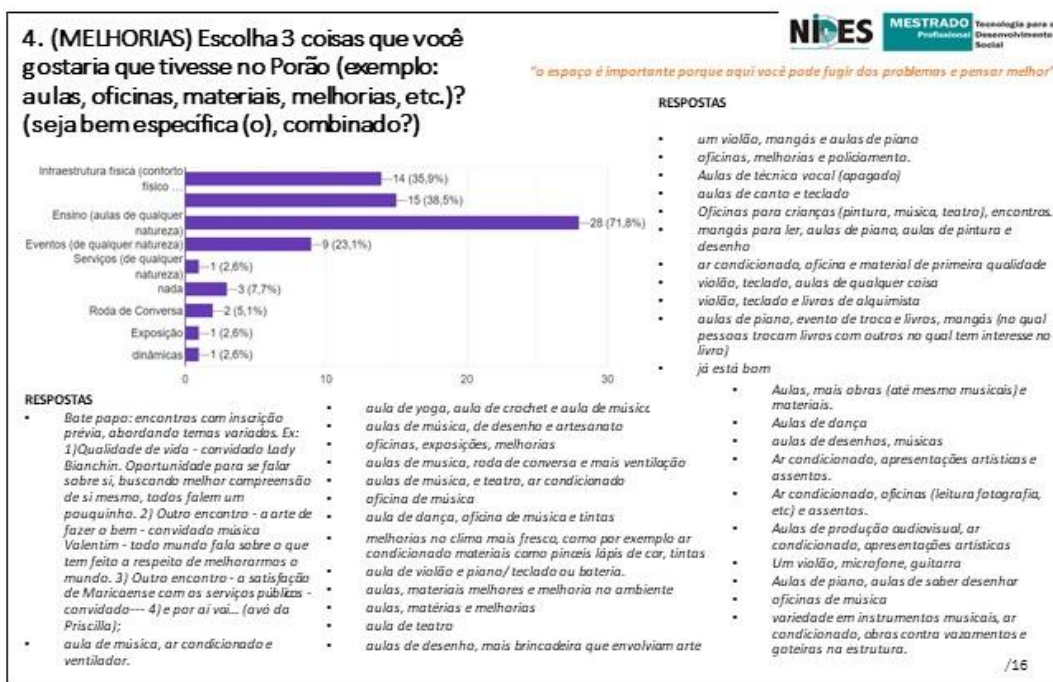
Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



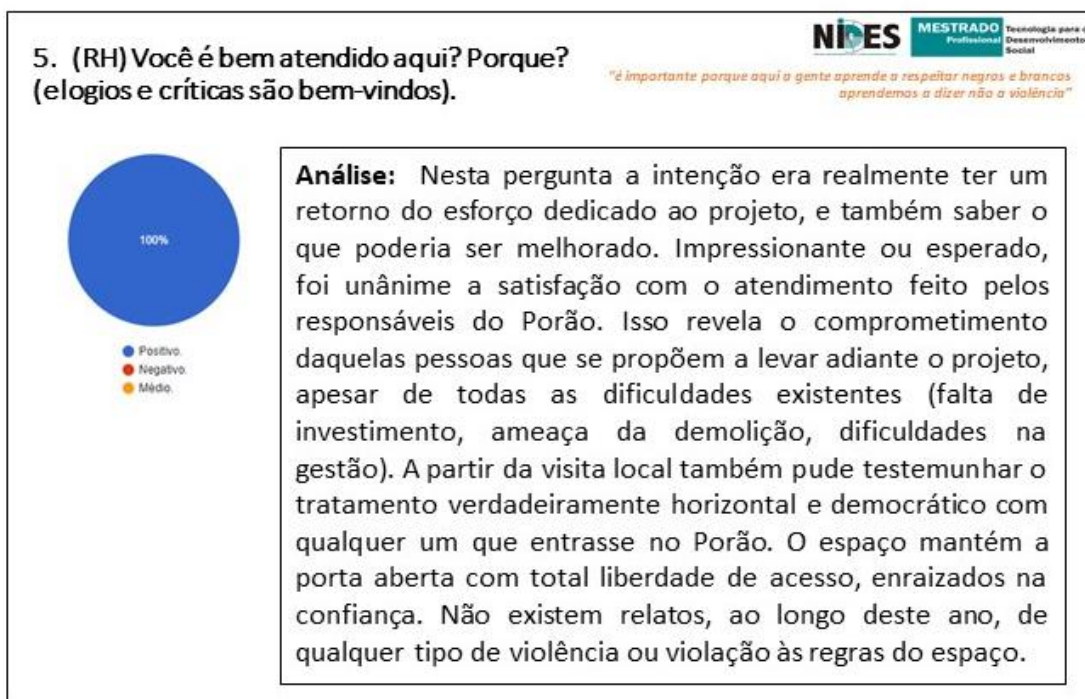
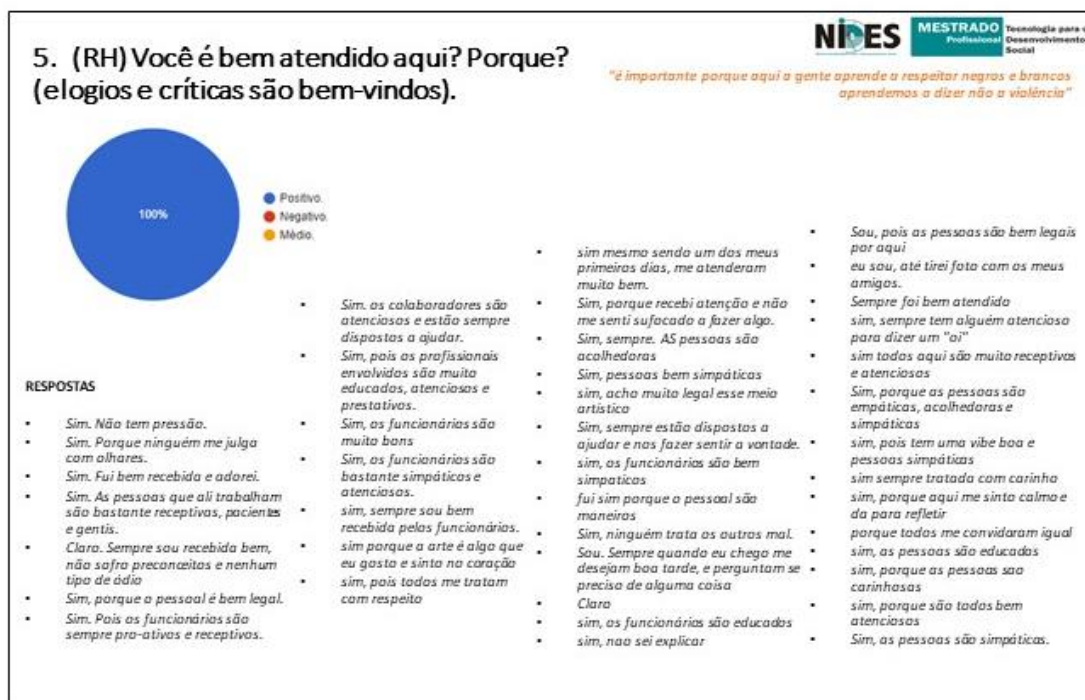
Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS
NÚMERO DE RESPOSTAS (42)



Nós precisamos saber: o que você pensa sobre o Porão - RESPOSTAS.

NIDES MESTRADO Profissional Tecnologia para o Desenvolvimento Social

CONCLUSÕES E REFLEXÕES.

Sugestões de questionamentos para o poder público se fazer, antes de tomar as atitudes a respeito de um espaço existente que vive na cidade. Não só o projeto Espaço Porão Ocupa o Cultural, mas também o anfiteatro, um equipamento para a popula o da cidade.

- Porque demolir o que já lá está, que atende e   um serviço para a popula o?
- Como valorizar a arquitetura histórica tombada e ao mesmo tempo dar espaço   continuidade da História sem ferir a preserva o?
- Como ter aten o para os efeitos do construído sobre o homem?
- Quais seriam as consequências do realojamento desta infraestrutura (espaço cultural ativo) para as pessoas?
- O novo projeto realmente foi projetado com escuta da popula o e atendem às necessidades desta?

"O IPHAN não preserva o passado, trabalha com o que precisa fazer parte do futuro" (IPHAN, 2011).

Esta consulta breve e popular teve como objetivo ouvir aqueles que frequentam o espaço, mediante atual situa o de ameaça ao anfiteatro.

Entende-se que a Secretaria de Cultura tem o interesse de dar continuidade ao projeto, mas ainda assim fica a pergunta. Porque demolir algo que já está lá e funciona? Porque não fazer o inverso e investir? A cidade   viva e sofre transforma es. Esta interven o espacial necessita cautela de escuta e observa o para atender às reais necessidades de uma popula o e de um poder público   serviço dela.



MUITO OBRIGADA!

RESULTADOS OBTIDOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FREQUENTADORES DO PORÃO CULTURAL, LOCALIZADO NA PRAÇA ORLANDO DE BARROS PIMENTEL, NO ANFITEATRO DE MARICÁ (SECRETARIA DA CULTURA).

PARA FINS DA PESQUISA DE Mestrado em TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NIDES/UFRJ

ALUNA MESTRANDA: CHRISTIANE DUARTE TEIXEIRA (Arquiteta e Urbanista, FAU-UFRJ)

ORIENTADOR: Prof. Dr. CELSO ALEXANDRE DE SOUZA ALVEAR (Engenheiro de Produção, CT-UFRJ)

MARÇO DE 2019

APÊNDICE II – Entrevista com o Arquiteto da Secretaria de Obras de Maricá

Ao longo do mês de outubro de 2019 foi feita uma entrevista com o Flávio Nobre, arquiteto autor do projeto novo da Praça Orlando de Barros Pimentel. Funcionário da Secretaria de Obras de Maricá (SOMAR), Flavio foi bastante receptivo e solícito ao aceitar responder as perguntas à distância. Por ter tido as dificuldades que comportam, principalmente o fato de não termos nos conhecido pessoalmente, acabou que as respostas foram sendo cedidas espaçadamente, e a partir da pergunta 7 não conseguimos dar continuidade à entrevista, permanecendo sem respostas.

Sendo assim, segue transcrita a parte respondida da entrevista, e ao final as perguntas que não puderam ser respondidas:

- 1. P: Sobre Direitos autorais: Flávio, você como autor do projeto e arquiteto da Secretaria de Obras de Maricá, me permite utilizar de alguma imagem deste projeto enviado em anexo (na Praça Orlando de Barros Pimentel) no meu trabalho de pesquisa e dissertação de mestrado mencionado na minha apresentação acima?**

R: Utilização das imagens, está ok. Pode utilizar

- 2. P: Sobre o Projeto: Qual são as datas de início e de conclusão do projeto (desde as primeiras fases de estudos de viabilidade e estudo preliminar até a última etapa concluída atualmente, caso o projeto executivo esteja já concluído, até o projeto executivo)?**

R: Data início da obra início de janeiro. Prazo de 9 meses. Mas acredito que fique pronta antes provavelmente 6 meses. Início das obras. De projeto iniciei os estudos preliminares em janeiro de 2017. O projeto ficou concluído com as alterações solicitadas pelo INEPAC acredito que em setembro do ano passado.

- 3. P: Sobre o Projeto: Dentro do projeto, como está sendo pensada, caso seja a intenção, a continuidade do uso da praça como espaço para shows, peças, corais e apresentações diversas, com uso de palco, para os grandes eventos da cidade?**

R: Deixei um espaço livre para eventos itinerantes. A intenção é retirada de grandes eventos do local. É até uma solicitação do INEPAC. Reverberação na casa tombada.

- 4. P: Sobre o Projeto: Em conversa com algumas pessoas surgiu a ideia do uso de estruturas de caráter temporário, mas de uso contínuo, como instalação de contêineres*, por exemplo, para projetos com caráter social, como o porão cultural, ou até mesmo guaritas de segurança, por exemplo? Isso faria sentido, na sua visão de arquiteto e autor do projeto? * recipiente de metal ou madeira, ger. de grandes**

dimensões, destinado ao acondicionamento e transporte de carga em navios, trens etc.; cofre de carga.

R: Guaritas não foi prevista porque é um local de grande circulação é monitorada por câmeras 24h. A instalação de instalações efêmeras como havia dita está prevista no fundo da casa histórica. Local onde tem a maior área vazia

5. P: Sobre o Planejamento Urbano: Maricá investiu em 3 lonas culturais em 3 distritos diferentes do município, que já estão em uso, o que é muito bom. Mas, pelo que entendi, posso estar enganada, a Praça Orlando de Barros Pimentel ainda é o local de maior capacidade de público, além da tradição do uso do espaço, com uma área livre de 5.000m² aproximadamente. Como substituir esta vocação da praça em outro local? E que local seria?

R: Quando me foi proposto o projeto eu questionei o secretário da pasta sobre o assunto. O que me foi informado era que iria acontecer um novo local para eventos de grande porte e outros espaços para eventos menores, descentralizado os eventos da cidade. Além de ser uma das solicitações do INEPAC, a retirada de shows do entorno da praça, por questões de vibração da edificação histórica.

6. P: Sobre o Planejamento Urbano: A Secretaria de Obras de Maricá possui alguma sugestão, que contemple o Espaço Porão Ocupação Cultural?

R: Desconheço o Projeto em questão. Hoje estamos desenvolvendo um projeto para a secretaria de cultura para diversas localidades que servirão com centros de cultura. Centro Cultural Periférico em 7 localidades. Contemplando sala de dança, estúdio musical, sala de artes e coworking.

Perguntas enviadas, mas sem resposta obtidas, sobre o Anfiteatro:

1. De quem é a autoria do projeto do Anfiteatro?
2. O autor ou autora do projeto do anfiteatro chegou a participar em alguma etapa para este novo projeto da praça?
3. Existe a previsão de construção de outro anfiteatro a céu aberto, nestes moldes, para a cidade?
4. Em que endereço funciona a Biblioteca Municipal, que ocupava o espaço embaixo da arquibancada, hoje? Está aberta ao público?
5. Existe alguma política de desmonte, para redução do resíduo sólido de construção civil gerado e aproveitamento de materiais?
6. Foi pensada, em algum momento, a possibilidade de acatar a sugestão presente em documento (Anexo A) emitido por procurador, em 2008, que sugere a manutenção de ambas edificações (anfiteatro e Casa Digital)?

APÊNDICE III – Entrevistas na íntegra com os colaboradores do Porão Cultural

Com o intuito de conhecer um pouco mais sobre a história de vida das pessoas que colaboram com o trabalho coletivo e participativo do Porão, essas que na prática fazem as atividades de fato acontecerem (apesar das reclamações de que poderiam se comprometer mais), e de ouvir um pouco sobre o que as motivam a acreditar neste projeto, fiz entrevistas individuais, que ocorreram entre os dias 19, 20 e 21 de março de 2019. Nos áudios constam as autorizações para as gravações transcritas a seguir.

As perguntas feitas foram:

Fale um pouco sobre você antes do Porão Cultural;

Conte um pouco sobre você & o Porão Cultural;

Qual o seu sonho (curto, médio e longo prazo) para o Porão Cultural?

Os entrevistados foram:

1. Tatiana Castelo Branco – a idealizadora do projeto Porão Cultural e Coordenadora de Artes Visuais da Prefeitura de Maricá;
2. Oneide Braga – colaboradora e produtora do projeto Porão Cultural, concursada da Prefeitura de Maricá, transferida para o projeto;
3. Priscilla Mataruna – colaboradora e museóloga da Casa de Cultura de Maricá, transferida para o projeto Porão Cultural;
4. Luiz Claudio – colaborador, cineasta e oficinairo do Porão Cultural;
5. Roberto de Moraes – colaborador e professor de música.

1. Tatiana Castelo Branco – idealizadora do projeto Porão Cultural

Meu nome é Tatiana Andrade Castelo Branco e você está autorizada a gravar.

Eu sou nascida numa família que o pai é um artista plástico e tive a arte como uma coisa muito natural na minha vida. Artes plásticas. A minha formação de artes é uma formação de vida, não é uma formação acadêmica. Eu nunca fiz curso de artes. É uma formação natural da gente brincar com isso quando criança, em vez de brincar com boneca, estava fazendo massinha, argila. Então durante toda a minha vida isso sempre foi muito presente. A Arte sempre foi muito presente.

Eu me envolvi com outras coisas, eu sou concursada, mas não sou concursada na área de artes, sou concursada na área administrativa, e eu sinto que isso me ajudou de muitas formas, ter visão de outras coisas, outros conceitos, mas eu nunca consegui me desligar da questão artística.

Eu morei muito tempo fora aqui de maricá, eu sou nascida aqui em maricá. E morei um tempo fora, que meu concurso é de Quissamã, fiquei 12 anos morando lá, trabalhando na Secretaria de Saúde, coisas que não tem nada a ver com isso aqui. Só que a minha essência é uma essência da arte, de gostar disso. Então quando voltei pra Maricá a primeira coisa que fiz

foi me envolver com alguma coisa que estivesse ligado à arte. Então pedi à Secretaria de Cultura, que é onde a gente consegue ter mais ou menos um pouco mais de proximidade. Logicamente que eu não sou só isso, mas diria que esse é o básico, que eu posso expor pra você assim.

Com essa questão de eu ter vindo pra cá e ter ficado na Secretaria de Cultura, fiquei um tempo trabalhando na produção cultural, mas aí chegou um ponto que eu pedi pra ficar ligada mais às artes plásticas da cidade. Então eu fiquei na coordenação das artes plásticas na secretaria e o porão surgiu por conta de uma necessidade mesmo. De ter um espaço para fazer exposição. Foi um desejo meu.

Comecei a fazer essas exposições no hall do cinema e o espaço era muito pequeno e não era própria para aquilo. Então a Biblioteca acabou saindo daqui deste espaço, por uma questão de que não estava sendo adequado, para os livros, por conta de umidade. O espaço ficou desocupado e eu comecei a ficar com interesse em ocupar este espaço. Este espaço parece que caiu assim na hora, não tinha outro.

Aí teve mutirão pra poder desocupar o espaço, eu ajudei pra poder desocupar logo, eu enxergava esse espaço vazio de uma maneira tão bacana. Eu imaginava: se ele vazio é assim, imagina ele ocupado. Vai ficar muito bacana né. Aí juntei com grupo de artistas para me ajudarem com a ocupação, darem apoio, e a gente foi descobrindo que o porão, ele começou a ter uma função muito além da arte, né. Ele começou a ter uma função social, começou a ter uma função psicológica inclusive na vida das pessoas, de acolhimento. Muito acolhimento, né. Pra morador de rua, pessoas com distúrbios... então assim, o Porão & Eu assim, eu acho que eu amadureci em um sentido humano mesmo. Não é nem no sentido profissional, mas humano mesmo. É uma lição. Está sendo, e isso é uma das coisas que faz com que eu queira que ele permaneça.

Por conta dessa minha vivência de arte, como eu não sou uma pessoa acadêmica, eu acho que isso também você acaba criando uma linha de pensamento diferente daquela pessoa que se forma em artes. Quem se forma, ela estuda, tem a teoria, e eu tenho a prática de vivência. Eu queria que as pessoas também tivessem. Então quando pensei em fazer um espaço de exposição e atelier, eu pensei, as pessoas, elas podem ter essa vivência, e às vezes elas não têm como ter essa vivência em casa, porque eu tive um pai artista plástico, mas as pessoas não costumam ter. E eu acho que é uma coisa assim, ah eu quero que as pessoas se tornem artistas plásticas...? não. Mas eu sei que na minha vida... como isso interferiu na minha vida! Eu ter tido essa oportunidade de ter trabalhado alguma coisa. Trabalhar um dom, que as vezes as pessoas nem sabem que têm. E a maioria das pessoas tem. As vezes a gente fica pensando, ah

isso é um dom.... não! É uma questão muito de você tirar a arte de um pedestal, que as pessoas acham que é inalcançável. É tornar a coisa muito mais democráticas, muito mais planas, sabe? A gente vê muito isso, quando você chega numa exposição de arte você vê o artista como “ó o cara é um gênio, o cara é incrível, ele está acima...” e não é, o cara é uma pessoa e você pode ser tão artista quanto ele. Você basta ter oportunidade para conseguir colocar aquilo ali. E acho que isso que foi a ideia, sabe, de ter essa coisa plana mesmo, horizontal mesmo. Não ter essa diferenciação.

A gente tem essa necessidade de ter o espaço para os artistas, mas também a ideia de que ninguém é artista se você não tem algo que te impulse, que te ajude. Acho que o espaço é pra isso, pra você dizer, não... não quero, também, ah, fiz não gostei. Mas você também tem o direito de fazer, de gostar, e de querer usar isso, na tua vida. O diferencial é que quando você faz aula você é muito orientado a fazer uma coisa de um determinado jeito. E aqui a gente faz justamente o contrário. A gente coloca a pessoa para fazer do jeito dela, e a gente respeita o jeito dela. Se ela fez um rosto que saiu todo torto, ou que ela pintou de uma cor que não tinha nada a ver, a gente vai respeitar aquilo ali, porque aquilo ali é a liberdade de expressão dela, dela querer usar aquilo daquela maneira. Quando ela tem o interesse de fazer de uma maneira diferente e pede uma orientação, a gente também ajuda. Mas o mínimo possível para não tirar de você o que você tem. Porque a gente está aqui mais para aprender, na realidade, do que para ensinar.

Eu vejo isso que eu trabalho muito com criança, e cada vez que eu faço uma oficina com criança eu me surpreendo porque elas têm uma visão incrível, elas são muito incríveis, e elas tem um talento...Tem criança que eu falo, “que vergonha! Eu digo que sou artista plástico, ele que é artista!” você tá entendendo? A ideia é justamente a gente dar liberdade para as pessoas. O que eu falo muito para as pessoas que vêm, é o seguinte: porque você fala que o trabalho do outro é mais bonito, que o dele tá bonito e o seu não tá bonito? Isso são apenas conceitos estéticos na nossa cabeça que a gente quer... é igual beleza do ser humano. É imposto e a gente tem que desconstruir isso. Porque a pessoa tem que ser magra, tem que ser desse jeito? Não pode ser uma beleza diferente?

Quando você coloca muito padrão na arte você começa a engessar todo mundo também. É pra isso, pra desengessar, pra libertar, fazer uma coisa que você pode achar lindo e maravilhoso, e também não achar também, é tipo isso...

O futuro como se diz, a deus pertence, e a gente estava falando daquela coisa do doente em estado terminal, mas que também pode não ser. Quando eu vim pra cá eu já sabia, que o espaço já tinha um tempo, uma pré determinação de ser demolido porque existe um outro

projeto. Só que esse projeto ganhou uma força que a gente não imaginava. Então a ideia minha e da Secretaria é que o projeto se mantenha, mesmo que não seja neste espaço. Eu adoraria que se mantivesse nesse espaço, eu ainda tenho esperança que ele permaneça neste espaço e que isso seja algo oficializado, que a gente consegue recursos, e etc. Nesse momento é muito mais difícil porque fica assim, vai ser demolido ou não vai ser demolido, então a gente acaba que não consegue muito recurso, e a ideia é de que ele permaneça, nem que a gente tenha que mudar.

Já existem espaços que a gente tá planejando.... tem essas possibilidades, e isso eu acho que seja o mais importante, e assim... uma coisa que eu ainda não coloquei ainda para a secretaria, porque como você está falando de futuro, e estamos falando um pouco de sonho meu, é de criar “outros porões” na cidade. Outros lugares que sejam em áreas mais marginalizadas, mais distanciados.

Aqui a gente está num ponto que é maravilhoso, atinge muita gente da cidade, mas eu acho que isso aqui ele tem que ser ramificado. Tem que começar a ter em outros lugares também, mas isso já é uma outra etapa. Que eu sonho muito. Eu já não posso ver um lugar abandonado que já fico louca para ocupar! Já vi alguns.

Uma das coisas que foi interessante aqui, que me deu um pouco de gás para trabalhar aqui, porque se eu tivesse um espaço, super estruturado e equipado da prefeitura, eu ia ter várias coisas que eu não ia poder fazer e ia ter que ficar reservada. Então aqui, se ele vai ser demolido então a gente pode fazer o que a gente quiser. Então assim, os artistas eles faziam o que eles queriam aqui dentro. Posso assinar aqui? Pode. Posso sentar no chão e se cair tinta no chão? Pode, não tem problema. A gente senta no chão, as crianças brincam de argila no chão, elas sujam o chão todo. Ah, se fosse um piso de porcelanato de não sei da onde, que aí ia arranhar e eu já ia ter um problema, então assim, isso nos deu uma liberdade também que isso é impagável. Então, esses espaços que estão desocupados, ou abandonados, eles são espaços assim que quando eu passo, já fico pensando que poderia dar um espaço maneiro. Trabalho muito com pessoal do grafitti, e isso não tem como. Eles têm que ter liberdade para poder usar, produzir. Então esses espaços são perfeitos.

Graças a deus eu tive a sorte de estar dentro da Secretaria de Cultura, e ser um espaço que estava na mão da Secretaria de Cultura. Isso me facilitou muito. Que eu acho que é essa dificuldade também que deve existir. De você ter um imóvel, mas ser particular. Ou de você ter que ter uma autorização de não sei de onde, e isso tudo complica demais. Complica muito. Eu acho que foi um presentinho esse espaço.

2. Oneide Braga – colaboradora e produtora do projeto Porão Cultural

Meu nome é Oneide Braga e eu permito você gravar sim.

Eu sou funcionária da Prefeitura, sou da Educação, mas eu sou cedida pra Cultura. Já estou há mais de 15 anos trabalhando com a Cultura e me apaixonei pela Cultura, já fiz parte do Museu, da Biblioteca e aí fui para o Mercado das Artes, que eu estou sempre assim, procurando novos ambientes. Porque eu sou da parte de apoio, que eu trabalhei com eventos, e meu cargo foi extinto. Porque eu fiz para serviços gerais e atendimento e outras coisas mais. Aí eu entrei como recepcionista, e aí as pessoas iam me encaixando em outras coisas e eu fui seguindo. Aí eu fui para o Mercado das Artes para fazer divulgação e assessorar a entrada do pessoal, fazendo atendimento ao pessoal que queria expor a arte no Mercado, e a Feira Mostra Cultura. Então eu divulgava o Mercado a Feira e cadastrava essas pessoas, esse era o meu trabalho.

Aí o Mercado entrou em obras e fui auxiliar lá no Cinema Henfil, porque eu fiz produção também nessa área, trabalhei na Reserva Técnica, fiz alguns cursos no Museu, que eu trabalhei como museóloga, e daí, como eu sou funcionária pública e eu não posso ficar sem ter um lugar para trabalhar, claro, e o Mercado estava em obras, e eu sou amiga da Tati já há muito tempo, a coordenadora aqui do Porão, aí eu perguntei a ela se eu podia ficar aqui que eu daria um apoio, participaria das atividades que eu gosto, isso dois meses depois que eles abriram o Porão. Aí assim, trabalhei nas minhas férias, porque adoro o trabalho, apesar de toda falta de estrutura, que tenho fé que vai melhorar, se não fosse essa fé não estava aqui, é muito lindo, admiro muito a Tati por essa ocupação.

Já trabalhei com bandas, minha família é de músicos, já trabalhei com teatro. O Porão é um lugar que eu me identifico. Lá no Mercado eu queria fazer as coisas, criei a página, fiz um grupo, gosto de movimento. E quando cheguei aqui eu vi que as coisas acontecem se a gente quiser.

Não consegui participar da ocupação, eu estava envolvida com outro grupo fazendo outra atividade. Mas é como se eu tivesse desde o início. Meu coração está sempre pronto pra fazer qualquer coisa. O que ela propor eu assino embaixo. Ela já me colocou responsável para fazer a parte da divulgação.

A gente tem muitos colaboradores e ajudadores. E a gente meio que adotou o Luiz ou ele meio que adotou a gente, e ele é bom em divulgar. É bom que eu uso a assinatura da Prefeitura, por eu ser funcionária, e em parceria criamos a hashtag vemproporão (#vemproporão), para o pessoal saber o que está acontecendo aqui. Aí com isso começamos a

ganhar as pessoas. Mas na internet não temos tanta visibilidade como temos aqui, o fluxo aqui no Porão é muito alto.

Mas o que quebra a gente é a estrutura, porque a gente tem que ter um bom banheiro, banheiro pra criança, banheiro pra adulto, água gelada, de ter água. Cadeiras e mesas nós tínhamos e não temos mais...

A minha captação de recursos é chegar no cara lá da papelaria e explicar que eu to no trabalho tal, vou receber 15 crianças, eu não tenho o material. E ele fala: Poxa Oneide, chega aqui que a gente separa, giz de cera quebrado, eu vou aceitar! Ele separa os produtos com um defeitinho e nos dão. Outro dia um rapaz que vem sempre aqui comprou um galão de água pra gente, é até um vendedor de bala que vende bala aqui no semáforo, veio e falou, “não, eu to sempre aqui bebendo água, vou comprar um galão”. Tirei foto, coloquei na página do Porão: “nosso colaborador, comprou um galão de água”. É uma coisa bem comunitária mesmo... É uma troca, a gente vê que a pessoa tá satisfeita.

A questão de você poder trazer a sua arte com total liberdade pra expor, isso já é extremamente gratificante. De você poder colocar fotos, quadros, esculturas, e você ver que as pessoas estão admirando. Mesmo que você não venda, porque aqui também você está exposto a todo tipo de crítica, assim como todo tipo de admiração. Para os artistas, pros músicos, que pedem para ensaiar banda.

Existe uma agenda, a Tati que coordena isso. Eu recebo as propostas das pessoas e passo pra ela as atividades que estão sendo propostas, e vamos encaixando e fazendo. Normalmente é tranquilo. Estamos no comando aqui, mas é ruim estar no comando e não ter o poder... quem dera pudesse ligar pra prefeitura e dizer “ah, traz água que acabou”. Mas não é assim, eu tenho que ir ali na segurança e pedir ajuda pra me levarem lá, que eu não consigo carregar os galões sozinha, então tenho que pedir o favor deles me ajudarem. Aqui o improviso reina. Mas a Tati consegue com o jeitinho, estamos sempre conseguindo aos pouquinhos.

Horário de funcionamento 10h às 18h, de segunda à sexta. Mas estamos querendo muito abrir no sábado, porque as pessoas pedem muito para trazer outras pessoas que só podem fim de semana.

Atividades que rolam no porão: Oficina de argila, oficina de pintura, desenho livre, aula de piano, oficina de malabares.

Estou muito esperançosa que saia a nossa lona circense, que a prefeitura já aprovou, e a gente só está esperando sair. É um outro lugar, mas aí o Porão vai estar interligado também, não tem como, vai ser bacana. Eles estão procurando justamente um terreno que dê para fazer uma coisa ampla, mas não vai ser aqui.

Neste momento, retomo o assunto do Porão perguntando se a equipe do Porão tem alguma previsão de reunião, com todos os envolvidos do projeto, para poderem criar coletivamente uma atividade estratégica em relação a essa ameaça de demolição.

A gente sofre às vezes quando a gente quer fazer uma coisa e não consegue. Ela fica triste e eu fico triste também, sabe? Porque eu to trabalhando com ela, eu quero ver o trabalho em movimento e em desenvolvimento.

Eu adoraria que o Porão fosse completamente independente. Que ele não tivesse que depender de nenhum órgão público. Porque, a gente faz parte da Secretaria de Cultura, então a gente depende do material chegar, tem toda essa questão de papel que você tem que fazer pra solicitar, depois você tem que ter uma carteira pra poder solicitar, então a gente ficou uma tarde inteira pra poder fazer um crachá, pra poder ter acesso... eu to há 22 anos na Prefeitura. Ninguém me conhece lá? Eu vou entrar, vou roubar? Então o meu sonho é que essa liberdade fosse liberdade de verdade. Que a gente pudesse ter colaboradores, uma estrutura bacana para poder fazer os eventos e poder acomodar as pessoas, porque... (choro). Porque é um sonho, não é um sonho meu, mas um lugar que eu sei que eu vou acordar todo dia de manhã e vou ter o prazer de falar, puxa vou pro meu trabalho. Não importa quanto eu ganho, mas você não tem noção do prazer que você sente de poder ver uma pessoa feliz porque pode ler um livro, de estar feliz porque em casa a família não apoia.

A gente é meio psicólogo, porque a pessoa ela chega aqui e pode falar o que ela quiser, e realmente ela pode! Você pode ser gay, pode ser preto, pode ser o que for, que você vai entrar e você vai ser recebido igual. Então se você tem um lugar que você tem igualdade de tudo... é uma coisa muito mágica, não tem palavras.

Eu tenho um sonho que é essa lona circense que não é um sonho só meu, mas tem meu companheiro, são pessoas que trancaram faculdade, são pessoas que fazem conferência, que estão lutando pra fazer a sua arte e se sentirem bem. (muito choro).

É fácil, quem não está aqui dentro assistindo o número de frequências, as atividades que a gente faz, é fácil chegar e falar: “não, a gente vai te dar um espaço lá em Araçatiba, ou qualquer lugar”, mas não é a mesma coisa. O que acontece e aconteceu aqui desde o início foi muito marcante e muito importante, porque a gente está no coração de Maricá, estamos no centro, perto das escolas, de todas as instituições, estamos com comércio, a igreja, então a gente tem acesso a todas essas pessoas e essas pessoas tem acesso ao porão. Seria quase um pecado a pessoa querer demolir o espaço. Mudar de lugar vai acabar quebrando a energia que a gente tá buscando ter, pra um lugar que talvez não vá fluir.

A cabine de segurança com os guardas municipais já funcionava quando existia a Biblioteca Pública. Eu gosto. Todo lugar que eu trabalhei a gente tinha um guarda municipal. E aqui a gente não tem, uma equipe com muitas mulheres e poucos homens, não estou dizendo que a gente não é capaz. Somos e muito! Mas eu digo de a gente ficar vulnerável, porque aqui a gente recebe todo tipo de pessoa e eu acho bacana ter a segurança aqui com a gente. Foi uma sorte muito bem-vinda. Eles vêm prontamente, já conhecem a gente. É perfeito.

3. Priscilla Mataruna – colaboradora e museóloga do Porão Cultural

Meu nome é Priscilla Mataruna, eu sou museóloga. Claro, claro, autorizo.

Comecei a trabalhar na Secretaria de Cultura, na verdade no museu. E aí vim pro Porão. O museu vai funcionar na Casa de Cultura. O museu está fechado. Mas eu vim para trabalhar no acervo do museu. E agora eu vim para ajudar a Tati aqui no Porão. E assim, eu me apaixonei por isso aqui. Pelas pessoas que vêm, pela possibilidade de fazer a diferença na vida das pessoas aqui.

Outro dia eu recebi um visitante aqui e foi muito legal. O cunhado veio trazer o cunhadinho. E a avó dele estava no hospital, e ele meio que não sabia o que fazer com o menino e trouxe o menino pra cá. E o menininho tava meio triste, porque a vó estava no hospital. Aí ele veio aqui e viu um jacaré que a gente tinha feito (de argila) e fez um habitat pro jacaré. Fez um desenho pra vó. Ficou super feliz com isso aqui, eles passaram a manhã aqui. E aí o cunhado dele falou assim, “poxa eu tava aqui com ele, não sabia o que fazer... e normalmente a gente ficaria no celular brincando, e as crianças não tem mais essa oportunidade de brincar com coisas lúdicas”. E aqui no porão a gente tem essa possibilidade, a criança pode chegar e fazer um desenho... ela pode fazer um boneco de argila, ela pode dançar, ela pode pegar o bambolê, ela se sente livre num espaço onde as pessoas podem fazer o que têm vontade. E isso é muito bacana,

A gente tem alguns visitantes, e aí você vai se envolvendo com os visitantes. Tem uma menina que ela chega, aí ela dá bom dia, senta no piano e ela fica... aí você vê que ela não quer muito conversar né. Às vezes você sente que a pessoa quer ficar sozinha. Às vezes ela senta e quer ler um livro... quer ficar ali quietinha na dela. Ontem ela veio aqui e passou a manhã toda tocando piano. Aí você imagina, você chega pra trabalhar num lugar e tem um pianista ali, uma pianista maravilhosa... e aí daqui a pouco entra uma criança e você fica com a criança fazendo um desenho.

Então assim, eu me apaixonei muito pelo Porão por esse trabalho com educação. E agora eu também estou fazendo história nesta área de formação de professores. O que estou afim de fazer é a licenciatura. Então isso tudo me fez olhar mais para esse lado pedagógico, da educação. Da importância da interação entre as pessoas.

Então o Porão ele é um ponto de encontro de diversas tribos, onde as pessoas estão sempre em interação. As mais velhas com as mais novas.... Outro dia veio um grupo de evangélicos e começaram a tocar música evangélica. Daí a pouco vem um grupo de roqueiros.... enfim.

Agora a gente está com uma situação de moradores de rua que vêm pra cá. Ontem veio um morador de rua, que já tinha até vindo anteriormente. Aí eu fui atender ele, cuidei dele, dei água, ajudei, aí encaminhei ele lá para o Políticas Inclusivas, pra ele poder tomar um banho, comer alguma coisa. Então a gente procura atender as pessoas da melhor forma possível.

O Porão funciona num espaço que está para ser demolido. Foi uma iniciativa dos artistas locais (Tati e Paula – secretaria de cultura) e elas são artistas plásticas e elas viram a necessidade de se ter um espaço na cidade que desse visibilidade a esses artistas, foram à Secretaria de Cultura e pediram o espaço e ela cedeu. Só que como é um espaço que está para ser demolido, ao mesmo tempo que eles ajudam, a gente fica sempre com esse pé atrás porque vai ser demolido. Então, tem algumas coisas que a gente precisa fazer aqui, mas que a gente não consegue porque o espaço está para ser demolido. Já disseram várias datas para demolir, só que não chega.

Eu estive semana passada com a secretária de cultura e a ideia do Porão que foi uma ideia que deu tão certo que a intenção dela é de pedir ao prefeito que faça a demolição só do anfiteatro, mas permitir que fique o espaço, porque é um espaço que é importante pro lugar. Eu acho que o anfiteatro não é muito utilizado, porque agora tem o Cinema Henfil que tem vários espetáculos de teatro, aulas de dança... então eles usam muito este espaço lá.

O seu trabalho vai ajudar muito a gente a discutir essa questão do que deve permanecer ou não. Até que ponto uma praça que é tombada que tem um equipamento cultural que é posterior àquela época, mas que faz diferença na vida das pessoas né... questão de memória e esquecimento, o “porque demolir”? Acho que seu trabalho vai ser muito interessante pra gente discutir estas questões e ajudar a gente a permanecer vivo aqui no Porão.

Essa questão do Patrimônio é complicada, porque eu, como museóloga conservadora e tradicionalista diria pra você que a gente tem que manter o Patrimônio com as suas características originais. Mas assim, como uma museóloga com uma visão mais libertária, mais

socialista de uma ‘nova museologia’, eu acho que a gente deveria manter o que foi feito nestes últimos tempos.

Eu acho que a sociedade é que deve dizer o que é importante pra ela. O poder público deve responder ao interesse da sociedade. Então acho que não deve ser imposto uma coisa, acho que deveria ter um plebiscito na cidade... uma votação, alguma coisa... onde as pessoas pudessem expor a sua opinião.

Como maricaense eu gostaria que o Porão continuasse. Acho que é um trabalho incrível e fundamental. Inclusive da gente começar a fazer oficinas com as crianças, fazer parcerias com a secretaria de educação, crescer mais ainda o projeto. Só que o projeto não cresce mais porque a gente fica com esse pé atrás do espaço ser demolido.

E aí a gente vai pra onde, né? Aqui é a praça, aqui é o espaço central da cidade. Aqui as pessoas estão passando o tempo todo. Às vezes a pessoa nunca entrou aqui, aí ela passa já entra, vê um quadro, aí a gente já começa a conversar, a gente mostra as coisas. Os próprios artistas vêm querendo fazer exposição, querendo mostrar o trabalho. A gente está de frente para o ponto de ônibus, a gente está perto da prefeitura, perto da câmara, perto dos bares... a gente está no coração da cidade. Se a gente tirar isso daqui, como as pessoas vão até um lugar distante, acho que fica meio difícil.

Aqui é um lugar de ponto de encontro das pessoas onde elas interagem e é muito bacana. Tem gente que vem sempre, que gosta de conversar, tem gente que vem pra pintar, tem gente que gosta de tocar... inclusive eu tava até falando com a secretária de cultura que a gente precisa de um violão aqui também. Que às vezes o jovem chega pedindo um violão. A secretaria poderia fornecer e a gente fica nessa questão... a gente monta um projeto. A Tati, a coordenadora nossa né, outro dia a gente tava conversando que podíamos montar um projeto pra conseguir algumas coisas. Mas aí vem aquilo, a gente monta esse projeto e aí o prédio vem a ser demolido. Ou talvez eles nem aceitem o projeto porque vão dizer pra gente: ah, mas o prédio vai ser demolido. Porque o projeto aqui a princípio, não era pra ser o Porão. O Porão foi uma iniciativa delas, que deu super certo, que ninguém esperava na verdade. Então tem muita coisa legal que precisa ser feita, mas a gente precisa mostrar a importância do espaço no local que ele está. E aí acho que seu trabalho vai ajudar a gente bastante.

A minha intenção é ajudar as pessoas, transformar vidas, de qualquer maneira, que a gente possa ajudar as pessoas, e isso é o que me move. E acho que o Porão traz muito isso. Cada visitante tem uma história, tem uma memória diferente, então a gente aprende muito com cada um, seja criança ou seja uma pessoa idosa, que a gente recebe muitos idosos aqui também, e trazer as pessoas justamente para um convívio. A gente vive uma vida muito digital, as pessoas

estão dentro das casas, mas elas não se falam, não interagem, e aqui é um espaço para isso, para as pessoas interagirem entre si. Fazer umas oficinas legais com as crianças. Aqui vem muita criança, então acho muito bacana. E gosto muito desse trabalho por isso, dessa interação, isso é uma coisa que me move.

4. Luiz Claudio – colaborador, cineasta e oficinairo do Porão Cultural;

Olá, meu nome é Luiz Cláudio, faço parte aqui dos voluntários do Porão e autorizo esta gravação.

O ‘Luiz’ antes do Porão sempre tentou se envolver com a arte, mas teve uma criação muito repressora, aquela coisa que a arte é coisa de vagabundo, me envolvia com a música e tinha que ser escondido, então eu cresci com um preconceito. Cresci ouvindo aquela coisa: isso não é pra preto, isso não é para pobre. Eu conto para as pessoas aqui e elas ficam até assustadas, que eu não passava pela calçada do Teatro Municipal. Não conseguia, que eu falava: “isso aqui não é pra mim. Isso é pra rico, pra branco”.

Então eu fui me envolver com a arte quando eu tinha 40 anos. Eu me formei em fisioterapia, mas eu não exerço a profissão, e aí quando fiz 40 anos eu falei, cara, vou fazer cinema. Aí eu comecei a procurar, e fui fazer uma oficina do Cinemaneiro, do Coletivo Cidadela, na Maré. E ao mesmo tempo eu conheci a Escola Livre de Cinema, que a esposa de um amigo dava aula lá e aí eu fui conhecer. Quando cheguei, ela me apresentou pro Coordenador Anderson Barnabé, que eu falo que é meu padrinho, que hoje coordena a arena cultural Pérola Negra, na Pavuna. Eu comecei a conversar com ele na Biblioteca. Ele disse: cara, gostei de você. Eu vou fazer uma coisa que eu nunca tinha feito antes. Vou te encaixar na turma de audiovisual para educadores. Você quer? Eu falei: - eu aceito qualquer coisa! Ele explicou que eu não ia poder ter o diploma, mas poderia fazer como ouvinte. Só que eu já estudava cinema, por mim mesmo. Então quando eu comecei as aulas, eu comecei a participar. E nesse tempo ele falou pra eu levar meus documentos que eu ia receber o diploma. Aí representei a turma e concluí o curso.

Fiz esse vínculo e comecei a buscar algumas coisas. Mas nesse meio tempo eu precisei ir pro Paraná. Aí eu fui lá comecei a quebrar pedra, eu tinha dread, carioca, foi super difícil. Aí eu conheci uma comunidade quilombola, que me chamou para dar aula de cinema lá. Aí fui. Depois tive uns problemas aqui no Rio que tive que voltar. Aí eu comecei o cineclubes Tela Preta, e tive que interromper porque vim ficar de vez aqui em Maricá.

Aí quando o Porão começou o Vavá (amigo artista de maricá) falou, vai lá! Aí eu vim com essa ideia, de trazer o audiovisual pra cá. Aí eu criei um projeto chamado “diálogos visuais”, que não é só o audiovisual, mas também o audiovisual. É tudo relacionado à imagem, à leitura das imagens. Cheguei a praticar esse projeto, pelo Porão, numa Igreja Metodista, em São José do Imbassai, pra terceira idade. Fiz esse trabalho. Trabalhei o olhar, como olhar, como ver, trabalhei com fotografia, alguns truques fotográficos.

Aí lá também o projeto deu uma parada. Mas eu continuo buscando algumas coisas pra trazer aqui pro Porão, né. Que a gente quer trazer a TV de tubo, pra fazer algumas brincadeiras, alguns recortes. E é isso. Conheci o Porão através do Vavá, aí falei de uma biblioteca que eu trabalhei, uma biblioteca solidária, conversei com a Paulinha que trabalhava aqui e ela me apresentou a Tati, aí mostrei alguns trabalhos que fiz com recorte e colagem, ela gostou. Começamos a conversar e hoje em dia somos irmãos.

O Porão é um local de Artes Práticas, e não de Artes Plásticas. O pessoal chega dizendo que não sabem, e a gente diz, mas aprende fazendo! Aqui a gente trabalha assim. A Arte é livre. Não existe seguir um padrão. O que você sabe fazer? O que você gosta de fazer? Por exemplo, eu não pinto. Mas eu recorto e colo. Uma coisa que pra mim é muito fácil... O Antônio que trabalha aqui falou, cara, ‘eu queria aprender a fazer colagem’, e eu falei, ‘cara, eu queria aprender a pintar’. Ele falou, ‘po, mas pintar é fácil’, e eu disse, ‘mas colagem que é fácil!’ (risadas) Então a gente começa a descobrir a sua arte e a respeitar a arte do outro.

O porão é isso, eu tenho “filhos” aqui dentro. A garotada, os jovens, quando encontro na rua vem me abraçar. Já vi casos de pessoas, que entraram aqui com depressão e foram curadas, libertas de várias coisas. Tem muita coisa que só quem vive aqui sabe. Um menino que falou que saía do colégio e ia pra casa e ficava ocioso. E quando ele vem pra cá ele sente que tem “o que fazer”.

É num local que está no coração da cidade, de fácil acesso, lugar de convergência, pessoas doam recursos materiais e recursos pessoais. Tem muita troca. Tem um espaço ali que os jovens sentam ali e começam a conversar, eu batizei esse cantinho de “rede social”, outro dia estava ali discutindo sobre aborto! Eu falei, cara, queria estar filmando isso!

Tenho um relato de um menino que fizemos um teste com ele, mas queremos fazer isso um trabalho pra um canal do youtube, que vão ser depoimentos das pessoas dizendo o que é o Porão pra elas.

O que esperamos do porão? Que o porão seja a “nave mãe” de pequenos porões. Que o porão se espalhe pela cidade. Como lá no Rio que começaram com as Lonas Culturais e agora

tem as Arenas Culturais, que o porão também seja o Porão Central, e em cada bairro em cada distrito do município, tenha um espaço desse tipo para atender à população.

Nós somos uma família, participamos um da vida do outro. De forma orgânica. As pessoas vão chegando e vão somando e participando. Eu sei de coisas das vidas dos jovens aqui que talvez nem os pais saibam. Eles vêm aqui pra se libertar. Tem uma menina que tocava piano, e quando o pai morreu e tinha parado de tocar piano. Aí quando ela entrou aqui, sentou ao piano e voltou a tocar. Então aqui também funciona como espaço terapêutico, tanto pra eles como pra nós.

5. Roberto de Moraes – colaborador e professor de música do Porão Cultural

Meu nome é Roberto de Moraes e sim, pode gravar.

Eu já tinha há algum tempo o Clube da Leitura, que eu fiz em parceria com o pessoal da RUAZIA, que é um grupo de poesia que tem aqui, aí eles disseram que eu tinha muitos livros que eu devia fazer esse clube. Aí quem me apoiou muito aqui foi a Roseli Pelegrino, que ela tem ali o Mercado das Artes (Prefeitura), aí comecei a fazer do outro lado da rua ali, depois fui fazendo com o próprio RUAZIA, e depois vim pra cá (pro Porão).

Eu já trabalho em Maricá já tem um tempo. Já fui maestro da Banda da Joana do sonho da Tia Regina, já trabalhei com o antigo maestro Macuco, e já trabalhei com Maestro Reis, que hoje em dia dá aula numa igreja. Aí eu hoje dou aula de piano. Eu trouxe meu piano pra cá. Me formei em regência em piano na Escola Vila Lobos e me formei na época do Padre Manuel, na formação da Igreja Católica.

Já tive muitas bandas, a última é um rock alternativo, Cogumelos Band, já tocamos muitas vezes inclusive no Anfiteatro. Em muitos lugares. Aqui e fora.

Eu tinha dificuldade para guardar os livros aqui. Eu guardava num restaurante de um amigo meu. E aí eu conheci a Tati num trabalho que eu trabalhava num espaço cultural que tem em Araçatiba. Aí ela começou um trabalho de pintura com crianças na praça lá. Aí aqui, nós e o pessoal do RUAZIA estávamos sempre perguntando sobre esse espaço da Biblioteca, que tava vazio. Aí ela saiu na frente e conseguiu o espaço aí, pra gente ocupar. Chegamos ainda quando não tinha nada lá dentro. Ela me chamou e falou que eu podia levar meus projetos dos livros pra lá. Enquanto eu não conseguia a autorização para ficar aqui na rua, eu levei as coisas pra lá. Aí quando saiu a autorização eu fiz dois polos. Lá eu tenho cerca de 300 livros, e aqui cerca de 150 livros. Eu comecei com os meus livros, a partir do projeto iniciado, várias pessoas passam e doam, trocam, já recebi grandes volumes de livros doados.

Quando eu trouxe meus livros pra cá pro Porão eu estava em processo de mudança, e não dava para levar o piano pra lá. Aí quando souberam do piano, o pessoal do Porão falou pra eu levar o piano. E como eu já queria um espaço público para dar aula, eu aceitei. Tenho uns 4 alunos, uns mais adiantados que vem pegar noções comigo. O piano tem sido um diferencial, qualquer pessoa pode chegar ali e tocar. Eu só peço para não baterem, porque eu não sei afinar. Tem que pagar alguém, então se arrebentar uma corda vai ser difícil.

Eu acho que o Porão tem um espaço interno incrível. Um salão que as pessoas (que ficam) tocando, lendo, pintando, estão todas interagindo. É muito importante a gente ter um salão tão grande, onde as pessoas passam. Então é um polo de encontro, de troca. Sem contar o Anfiteatro, que remonta o próprio início do conhecimento, da nossa civilização, da filosofia. Então qualquer lugar que tenha um Anfiteatro na praça central da cidade é um local que remonta as próprias origens da nossa civilização. Desde a acústica ali é muito importante. As vezes fazem rap, o RUAZIA também funcionou ali. Ultimamente está um pouco abandonado. Mas logo que foi construído era um evento atrás do outro.

É lamentável a demolição. Eu ainda não vi o novo projeto, mas de qualquer forma eu tenho impressão que a Casa de Cultura, como patrimônio, ela vai continuar ali né, como patrimônio da cidade. E o anfiteatro ele se tornou também parte da cultura da cidade. Muitas pessoas fizeram ali a sua adolescência, a sua vida, passando momentos ali, foram momentos mágicos. Sem contar o que pode se fazer ainda. A gente tava pensando inclusive em fazer por nossa conta própria, uma meia lua, geodésica, para que instrumentos clássicos, que não podem receber umidade ao relento... Estávamos pensando em fazer ali porque tem uma arquitetura arredondada, eu acho que aquilo ali poderia ressurgir. Acho que seria o caso das pessoas se darem atenção do que é essa preciosidade de se ter um anfiteatro. Sem contar a localização do Porão, a parte de baixo, a quantidade de pessoas que passam por ali que é impressionante.

Tenho um aluno autista que toca as coisas de ouvido. A mãe quer que eu dê aula e disse que não podia pagar, eu falei poxa, não tem problema, vai ser maior prazer. Eu que sou professor e fiz formação de professores, nunca desempenhei. E engraçado que agora, no Porão, estou aprendendo a lidar com crianças, cada vez mais novas, pessoas com problemas, deficientes, e isso engrandece muito.

A Prefeitura, ela assume sim de certa forma o espaço, porque ela fornece os instrumentos de base, material de desenho, tinta, material de limpeza, mantém os funcionários ali trabalhando. Mas desde que se fez um novo plano pra praça parece que não tem motivado tanto a produção de eventos. Não está se dando a importância para o fluxo de pessoas aleatórias, que

não estão indo a um evento marcado. É um local de centro de encontros, que já mudou a vida de algumas pessoas que por ali passaram. Não existe lugar assim aqui, e não estão valorizando.

A liberdade que os artistas têm de fazer as exposições do jeito que querem, no momento que querem. Claro, se tornasse esse espaço oficial talvez ficasse diferente. Eu acho que ficaria mais sofisticado e confortável, acho que isso só iria ajudar. Acho que daria pra colocar um ar condicionado com uma cortina de vento que o ar não sai, e a porta continuar aberta. E acho que a característica dessa liberdade que as pessoas têm e desse acolhimento, vai muito da personalidade da nossa coordenadora, da Tati, que ela tem toda a responsabilidade por aquele espaço ali. Você imagina que alguém responsável pelas artes plásticas tem muitas coisas, exigem muito cuidado. A tela é um negócio muito caro e muito delicado, fazem parte de todo um patrimônio, por isso eles têm aquelas pessoas ali, que ficam sempre de olho nas coisas. Eu acho que as portas vão continuar abertas ali e essa personalidade dela que faz com que esse lugar seja tão atraente e tão democrático. Talvez se fosse outra pessoa, talvez tomasse umas atitudes que afastariam algumas pessoas que chegariam a não se sentir tão à vontade. Ele não chega a ser um espaço irreverente, mas é um espaço que tem a sua democracia, com todo o respeito, claro.

O que me motiva a ir são os meus alunos, as pessoas que leem. Quando não estou lá sempre tem um ou outro que anota o nome da pessoa com contato, e aí eu entro em contato depois de um mês e digo que ela pode pegar outro. E também, poder guardar os meus livros com segurança.

Eu não sou um sonhador, sou bem pé no chão. Se o espaço continuar acontecendo e continuar existindo, para mim já é o bastante. Porque o resto a gente faz. A gente nunca precisou de ninguém, eu continuo não precisando de ninguém e preciso só da boa vontade e daqueles que reconhecem o meu trabalho. Eu nunca pedi nada a ninguém e as pessoas vem até mim porque elas querem ajudar o meu trabalho. Então isso eu aceito de boa. Foi o que a Tati fez. Vejo que todo mundo ali tem o mesmo pensamento. Vejo que a Oneide é uma pessoa que faz a propaganda do espaço como ninguém sabe, sentimos isso quando ela saiu de férias que tivemos neste período pouca visualização do Porão. A Priscilla que é formada em museologia, então ela já tem o cuidado acadêmico em relação às peças e as obras... e muitas pessoas que estão reunidas, as nossas artes, e hoje somos uma família.

APÊNDICE IV – Perguntas para entrevistas com a secretária de cultura

1. Maricá tem na sua praça principal a Casa de Cultura, antiga Câmara de Cadeia e a Igreja que, segundo os órgãos de proteção (IPHAN e INEPAC) seriam “joias para a cidade”. Ao longo do tempo a praça foi recebendo novas construções, monumentos, dentre eles o Anfiteatro e a antiga Biblioteca Municipal. Como se deu o surgimento e quais as intenções iniciais com a construção do Anfiteatro naquela época? Como você vê a convivência no mesmo espaço (a praça) entre a Casa de Cultura, a Igreja e o Anfiteatro? Como você avalia o impacto do Anfiteatro (teatro) para a cidade?
2. Segundo regem as regras de proteção, o órgão não tem o poder de mandar demolir algo que já esteja construído, mas tem como solicitar, em um novo projeto, que seja feita a reversão (demolição) de elementos que estejam em desacordo com a harmonização do ambiente protegido. Seria este o caso do anfiteatro? Uma obra a ser revertida (demolida) para receber o novo projeto da praça? O que você diria sobre o novo projeto para a praça? Atende à harmonização da ambiência pretendida? Como você se sente em relação à saída obrigatória, no caso da demolição, do Projeto Porão Cultural? Existe alguma intenção de continuidade do projeto pela Prefeitura?
3. “O Iphan não preserva o passado, trabalha com o que precisa fazer parte do futuro” (IPHAN, 2011). A partir dessa frase, como você vê o "conflito" entre as construções históricas da praça e os novos aparelhos como o Porão Cultural/Anfiteatro e a Casa Digital? Em uma perspectiva de planejamento cultural para cidade, como definiria os papéis dos espaços: Casa de Cultura, Mercado das Artes, Feira de Artes (da sec. de turismo?) e porão cultural? E como eles se articulam? Qual o seu posicionamento profissional e/ou opinião pessoal sobre a demolição do anfiteatro? (Acredita que caberia um recurso para manutenção do edifício?) Por último, quem mais você indicaria para eu conversar sobre este histórico da praça?

ANEXO A – Parecer DPCN/ INEPAC

Parecer DPCN/ INEPAC
Ref.: Protocolo n.º 813/2008
Solicitante: **Dr. Augusto Vianna Lopes**
Promotor de Justiça

Obras irregulares ocorridas na **Praça Orlando de Barros Pimentel, em Maricá**

Senhora Diretora,

Trata-se de solicitação encaminhada pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Niterói e Maricá que visa apurar a existência de obras irregulares na Praça Orlando de Barros Pimentel, em Maricá.

Em vistoria ao local em 07.05.08 verificamos, mais uma vez, que os equipamentos instalados na referida Praça assim como as intervenções realizadas nos bens tombados ali existentes, **Casa de Câmara e Cadeia e Igreja Nossa Senhora do Amparo**, alteraram de forma danosa à ambiência histórica e paisagística do local contribuindo significativamente para a descaracterização dos referidos bens.

No referido Ofício é solicitado ao INEPAC que se defina quais serão os equipamentos considerados tecnicamente indispensáveis de serem removidos ou alterados, com vista a amenizar os danos causados. Após análise do material encaminhado, contendo as considerações do GATE, constatamos que, do **ponto de vista estrito do tombamento estadual**, as intervenções e equipamentos existentes interferem nos bens tombados. Assim sendo, consideramos, s.m.j., que esses elementos são passíveis de serem removidos, a saber:

- **o espelho d'água alto** executado nas laterais e fundos da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Maricá;
- **os pórticos de identificação existente na praça** o conjunto formado por 2 pórticos decorativos curvos de cerca de 4,00m de altura com pintura azul, inseridos entre as jardineiras e bancos que encontra-se instalado no eixo da frente da praça voltada para a rua Domício da Gama;
- **os pórticos decorativos** estruturados em concreto armado em dimensões retangulares, com altura de cerca de 2,50m e com pintura nas cores azul, amarelo e vermelho localizados próximos ao prédio da Casa de Câmara e Cadeia;
- **o chafariz crucifixo** defronte a fachada frontal da Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo.

- **as achas de eucalipto tratado além do piso revestido por tapete sintético com imitação de gramado** existentes na área de lazer infantil situada entre a lateral da antiga Casa de Câmara e Cadeia e a via sem identificação que dá acesso ao estacionamento da Igreja Matriz;

- **conjunto com passarela alta** em uma das extremidades do conjunto de pórticos, passarela elevada do nível de piso da praça, inserida a jardineiras, bancos, mesas e cadeiras, posicionando-se na confluência da rua Almeida Fagundes com via sem identificação que dá acesso ao estacionamento da Igreja Matriz.

Com relação às demais intervenções, ou seja, o **Anfiteatro e a Casa do Futuro**, construções que se constituem em uma proposta de forte apelo sócio-cultural, sugerimos que seja tolerada sua manutenção, considerando que já foi investida verba pública nas obras em questão.

Porém, as obras de reurbanização foram realizadas pela Prefeitura Municipal de Maricá sem autorização prévia deste Instituto ferindo, portanto, o estabelecido na Lei nº 509, de 3.12.1981.

Além disso, o projeto em questão desrespeita frontalmente as diretrizes estabelecidas pelo Conselheiro Marcello de Ipanema em seu parecer para o tombamento definitivo da **Casa de Câmara e Cadeia e da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Maricá**.

Considerando o acima exposto, sugerimos que o assunto seja encaminhado ao Conselho Estadual de Tombamento para que, se assim o entender, alterar os parâmetros para a proteção da ambiência do conjunto histórico e/ou estabelecer uma medida compensatória ao dano causado aos bens tombados em questão.

Após pronunciamento daquele Colegiado sugerimos, com a brevidade que o caso requer, em se tratando de um Inquérito Civil, o envio de resposta ao Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

Em 1º de agosto de 2008

ANEXO B – Justificativa do Projeto de Revitalização da Praça Orlando de Barros Pimentel



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE OBRAS

JUSTIFICATIVA

A premissa básica do projeto é de proporcionar total destaque a construção histórica, com uma linguagem moderna, inovadora, sendo ao mesmo tempo funcional e confortável. O desenho da paginação que convergem em direção à casa de cultura, é caracterizado como uma tarrafa abrindo abaixo da construção histórica. Refere-se uma das mais antigas atividades econômicas e base de renda municipal por diversos anos. Visando estimular o resgate a cultura e identidade do município de Maricá.

Para a elaboração do projeto foram observadas as condições climáticas da região, para o melhor e maior conforto ambiental para os frequentadores.

O projeto contempla a troca total do piso da praça, que atualmente se encontra em piso intertravado, que para a mobilidade urbana não é o mais indicado, tendo em vista que para pessoas com dificuldade de locomoção ou cadeirantes, este tipo de piso não os favorecem, pois suas juntas de dilatação se tornam obstáculos, o mesmo acontece para a instalação de piso tátil, pois de acordo com a NBR 16537/2016, para a instalação de piso tátil, deve se ter uma faixa lisa de no mínimo 60 cm (sessenta centímetros), entre o elemento tátil, que pela área da praça, causaria um desconforto visual e esteticamente fica inviável, além de um maior custo de manutenção, instalação de bancos de apreciação, criação de novas áreas de paisagismo, uma cobertura moderna com telhado verde, que convergem a visão dos usuários para a casa de cultura, a fim de proporcionar conforto ambiental, servido de pondo de encontro, interação digital e contemplação da construção histórica.

Criação de novos mobiliários mais modernos e funcionais próximos às árvores existentes, com inserção de bancos de tipologia quadrada ao redor dos canteiros, seguindo um traçado ou paginação da praça. Inclusão de bicicletários em pontos estratégicos.

Assim como a implantação de brinquedos acessíveis para uma maior integração das crianças com deficiência e uma área destinada à 3ª idade.

A criação de área digital (Digital Break) com wi-fi e tomadas para recarga de aparelhos eletrônicos. Na cobertura será feita a implementação de vegetação (telhado verde) amenizando a incidência solar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE OBRAS

O programa de intervenção visa à demolição do anfiteatro e retirada da casa do futuro do local, com a previsão de sua realocação em local a ser definido e com isso proporcionar um maior destaque e visibilidade à construção da antiga prisão que hoje é a casa de cultura municipal.

Os materiais a serem aplicados, para revestimento dos pisos serão em placas de granito nas cores: Cinza Castelato, Cinza Absoluto, Cinza Andorinhas, Branco Itaunas, Branco Ceara e Branco Prime, com espessura de 5 cm (cinco centímetros). Bancos: Bancos em concreto com acabamento em Branco Prime ou Branco Ceara e também com madeira ao redor das árvores existentes.

Já na iluminação postes altos com quatro pétalas com substituição das atuais lâmpadas de vapor metálico, por modernas luminárias de LED, reduzindo assim o consumo e aumentando a iluminação pois cada luminária fornece 33750 lúmens e postes baixos duplos com iluminação indireta, todos com lâmpadas de LED. Iluminação inferior direta nos canteiros com árvores, na cor verde.

A obra obedecerá à boa técnica, atendendo às recomendações da ABNT, Normas de Segurança e Saúde no Trabalho. A mesma será entregue completamente limpa e pronta para a utilização. As instalações serão ligadas definitivamente à rede pública existente, sendo entregues devidamente testadas e em perfeito estado de funcionamento. Estará disponibilizada em canteiro a seguinte documentação: todos os projetos (inclusive complementares), orçamento, cronograma, memorial, diário de obra e alvará de construção. Busca-se através deste projeto atingir os objetivos de revitalização da Praça Orlando de Barros Pimentel e seu entorno imediato.

Projeto de revitalização da Praça Orlando de Barros Pimentel e seu entorno imediato. Endereço: Ruas confrontantes: Rua Domicio da Gama; Rua Almeida Fagundes; Rua Nossa Senhora do Amparo; Rua Álvares de Castro. Área total de intervenção: 8.169,46 m². Características: Troca de piso, instalação de novos equipamentos públicos, drenagem, canteiros, paisagismo e iluminação.

Flavio Daniel Araujo Nobre
 Arquiteto e Urbanista – CAU: 186459-9